ISSN 15174522

Sociologias

Edição quadrimestral, ano 13, nº 27 mai/ago 2011

27

Ciências sociais e desenvolvimento

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

9 EDITORIAL

DOSSIÊ
Ciências Sociais e Desenvolvimento
DOSSIER
Social Sciences and Development

14 **Apresentação**
Introduction
Sergio Schneider

24 **Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento**
Theory of Reciprocity and Social Anthropology of Development
Eric Sabourin

52 **A Dinâmica de Classe do Desenvolvimento Agrário na Era da Globalização**
Class Dynamics of Agrarian Development in the Era of Globalization
Henry Bernstein

82 **Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional**
Networks, actors and rural development: perspectives in the construction of a relational approach
Claudia Job Schmitt

114 **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional**
Rural development trajectories: international comparative research
Jan Douwe van der Ploeg

142 **Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor de agroalimentos e na inovação regional**
Towards sustainable spatial development? Exploring the implications of the emerging bio-economy in agri-food and regional innovation
Ina Horlings, Terry Marsden

180 **A contribuição de Karl Polanyi para sociologia do desenvolvimento rural**
The contribution of Karl Polanyi for the rural development sociology
Sergio Schneider, Fabiano Escher

Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?
220 ***Welfare State and development strategies in Latin America. A new developmentalism in gestation?***
Sônia M. Draibe, Manuel Riesco

ARTIGOS
ARTICLES

256 **Fungos, fazendeiros e cientistas em luta contra a vassoura-de-bruxa**
Fungi, farmers and scientists in fight against witch's broom disease
Carlos Henrique Fioravanti e Léa Velho

284 **Olhares sociológicos sobre a ciência no século vinte: mudanças e continuidades**
Sociological looks on science in the twentieth century: changes and continuities
Marcelo Fetz, Fabrício Antônio Defacci e Lerisson Nascimento

318 **Entre la autonomía y la dependencia. Interpelando las políticas de empleo desde una perspectiva de género**
Between autonomy and independency – Challenging employment policies from a gender perspective
Nora Goren

342 **Controlando a Atividade Policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá**
Monitoring police activity: a comparative analysis of codes of ethics in Brazil and Canada
Arthur Trindade e Maria Stela Grossi Porto

INTERFACES
INTERFACES

382 **Sartre e o Humanismo Racista Europeu: uma leitura sartriana de Frantz Fanon**
Sartre and the European racist humanism: a Sartrian reading of Frantz Fanon
Marco Antonio Arantes

RESENHA
BOOK REVIEW

410 **América Latina na encruzilhada: uma nova agenda social no alvorecer do século XXI?**
Latin America at the crossroads: a new social agenda at the dawn of the 21st century?
DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. El Estado de bienestar social en América Latina: una nueva estrategia de desarrollo. Madrid, España: Fundación Carolina, CeALCI, 2009.
Márcio Barcelos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 9-11

EDITORIAL

Prezados leitores, seguindo nossa tradição de apresentar assuntos atuais esse número de Sociologias aborda o tema do desenvolvimento, que já foi central nos debates acadêmicos e políticos e que retorna agora com novas questões que se agregam a partir das mudanças sociais em curso desde o terço final do Século XX. No cerne da agenda contemporânea sobre o desenvolvimento estão antigas preocupações tais como, o crescimento econômico e a distribuição de riqueza, mas agora conectadas a novas problemáticas relacionadas à sustentabilidade, à democracia e à justiça social. O Dossiê "Ciências Sociais e Desenvolvimento" trata o tema a partir de diversas abordagens contando com pesquisadores do Brasil, Argentina, Chile, França, Holanda e Inglaterra. Em linhas gerais o foco está no desenvolvimento rural, mas não se restringe a ele, como se vê no artigo de Sônia M. Draibe e Manuel Riesco, que examina os Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina.

Na seção Artigos, Carlos Henrique Fioravanti e Léa Velho apresentam um estudo sobre as interações entre produtores de cacau e pesquisadores acadêmicos, agências de financiamento à pesquisa e atores não-humanos em meio à propagação e tentativas de contenção de uma doença que

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 9-11

abateu a lavoura cacaueira da Bahia. Marcelo Fetz, Fabrício Antônio Defacci e Lerisson Nascimento analisam, em dois momentos distintos, as principais abordagens sociológicas sobre a ciência no Século Vinte: a Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Ciência e a Sociologia do Conhecimento Científico.

Nora Goren, em seu trabalho denominado "Entre la autonomía y la dependencia. Interpelando las políticas de empleo desde una perspectiva de gênero" analisa as políticas de emprego para mulheres construindo uma tipologia que relaciona os programas de emprego com a questão da autonomia, investigando a possibilidade de as mulheres "beneficiadas" construírem sua própria autonomia. Arthur Trindade e Maria Stela Grossi Porto discutem os códigos de deontologia policial em uso em duas instituições policiais: a Polícia Militar do Distrito Federal (Brasil) e o Ottawa Police Service (Canadá).

Na seção de Interfaces desse número, Marco Antonio Arantes propõe percorrer algumas considerações sartrianas a respeito de Fanon e o colonialismo francês na Argélia, tendo como pano de fundo a

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 9-11

complexidade das relações sociais em países colonizados. De acordo com Arantes, como representantes do pensamento anticolonial e críticos das alienações geradas pelo colonialismo, Sartre e Fanon elaboraram críticas radicais sobre as estratégias de violência, subordinação e desumanização que atingiram o colonizado africano, instigados pela reconstrução social com o uso da violência.

Na seção Resenhas, Márcio Barcelos apresenta o livro de Sônia Draibe e Manuel Riesco. "El Estado de bienestar social en América Latina: una nueva estrategia de desarrollo" que nos remete novamente ao tema do dossiê.

Da retomada de antigos problemas e sua atualização em agendas complexas e densas ao cruzamento e interação entre atores humanos e não humanos no controle de doenças e a busca de um novo homem em sua verdadeira humanidade, esse número contém um extenso leque de interrogações sociológicas. Convidamos nossos leitores a trilhar o caminho de descobertas e indagações que os autores nos apresentam.

Maíra Baumgarten e Soraya Vargas Côrtes

Sociologias, Porto Alegre, ano ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

Apresentação

SERGIO SCHNEIDER*

A questão do desenvolvimento está de volta. Nos anos recentes, as percepções, as evidências estatísticas e, sobretudo, a dinâmica social e econômica se encarregaram de mostrar que os processos de mudança e transformação estão de volta. É possível afirmar que questões políticas, econômicas, ambientais e sociais, que entraram na pauta do debate a partir da década de 1990, tiveram a capacidade de reanimar as discussões sobre o desenvolvimento. *Grosso modo*, o retorno das discussões sobre desenvolvimento implicou na retomada de antigas preocupações como, por exemplo, crescimento econômico com distribuição de riqueza. Mas novas questões foram agregadas tais como aquelas relacionadas à sustentabilidade, à democracia e à justiça social, as quais vão constituindo o cerne da agenda de questões sobre o 'novo desenvolvimento'[1].

A retomada das discussões sobre o desenvolvimento se apresenta em três campos, quais sejam: o campo político-normativo, o das práticas e iniciativas sociais e o campo analítico e acadêmico. No âmbito político e normativo, há consenso sobre a relação entre desenvolvimento e a pro-

* Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: schneide@ufrgs.br

1 Embora seja termo cunhado, em artigo de 2006, por Luiz Carlos Bresser Pereira, a acepção da expressão 'novo desenvolvimento' aqui utilizada diverge daquela empregada pelo autor, que continua a ser por demais normativa e guiada por um viés quase estritamente econômico. Kugelmas (2007, p. 10) também utilizara a expressão, embora não nos termos de Bresser.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

moção da democracia com redução de desigualdades sociais. Também há acordo no que concerne ao fato de que, desde o início do novo milênio, a onda neoliberal e os ajustes estruturais, preconizados pelo assim chamado Consenso de Washington, produziram mais danos do que bem estar. Ao longo da última década e, sobretudo, depois da crise de 2008, ficou claro que o Estado poderia e deveria exercer um papel diferente daquele do intervencionismo desenvolvimentista dos anos 1960, tanto quanto do "laissez faire" neoliberal da década de 1980.

Da mesma forma, os debates e estudos aquiescem no que se refere à relação entre as práticas e iniciativas sociais, que caracterizam determinados 'modelos de desenvolvimento', e suas relações com as mudanças climáticas e as questões ambientais. Os desdobramentos e dificuldades em superar o problema da pobreza e da fome, tão flagrantemente colocados pelas Metas do Milênio, permanecem como débitos ou a própria ausência do desenvolvimento.

Mas será que as questões que tiveram o mérito de recolocar a discussão do desenvolvimento na agenda política, econômica, ambiental e social são suficientes para propor um novo ou renovado campo analítico e teórico?

Aparentemente, não parece haver sinais ou indicativos da emergência de um novo *corpus* teórico sobre o desenvolvimento. A agenda do desenvolvimentismo está superada [2]. Da mesma forma, estão fora de lugar as proposições da proposta neoliberal. A economia do desenvolvimento,

2 A literatura sobre o desenvolvimentismo é vasta e não carece ser esmiuçada neste momento. Para o que interessa aqui, subscrevemos a avaliação de Bonente & Filho (2008) que classificam os "desenvolvimentistas" em dois grupos. O primeiro, reunindo autores como Robert Solow, Ragnar Nurkse, Paul Rosenstein-Rodan, Artur Lewis e Walter W. Rostow, seria signatário das teorias do crescimento econômico. O segundo grupo, muito mais heterogêneo, incluiria desde marxistas como Paul Baran e Paul Sweezy, institucionalistas como Albert Hirschman e Gunnar Myrdal, estruturalistas da CEPAL como Celso Furtado, Raul Prebisch e Maria C. Tavares, e diversas versões da Teoria da Dependência.

Sociologias, Porto Alegre, ano ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

malgrado a crítica acertada às teorias do crescimento, procedeu à absorção qualitativa de adjetivos normativos (desenvolvimento sustentável, eqüitativo etc.), mas continua a vigorar a perspectiva do deve-ser (Dupas, 2007; Veiga, 2006). No campo da teoria social, especialmente das ciências sociais em geral e na sociologia em particular, as referências e abordagens formuladas no passado mais ou menos distante continuam a vicejar. Com mais fôlego e consistência, as perspectivas pós-desenvolvimentistas (Rist, 2007; Escobar, 2008; Ribeiro, 2008; Radomsky, 2011) têm argumentado e denunciado a "falácia do desenvolvimento", criticando-o por ser arbitrário e etnocêntrico, embora acabem sem responder a singela questão sobre o que é preciso ou pode ser feito para melhorar a vida.

Não é sem motivo que, para muitos autores, a idéia de desenvolvimento está associada a um mero conjunto de percepções, ora como uma crença, às vezes, como um mito ou até mesmo uma utopia. Mas é claro que uma expressão tão corriqueira e amplamente utilizada no período contemporâneo não pode ser deixada sem uma interpretação. Afinal, as ciências sociais surgiram com a proposta de interpretar e compreender os fatos sociais, buscando explicá-los por sua natureza intrínseca (este é, em particular, o caso da sociologia). E o tema do desenvolvimento, tal como indicado pelos seus mais reputados estudiosos, é um fenômeno de natureza social, pois existe como tal, à medida que passa a ser percebido como uma situação que envolve uma determinada coletividade humana, a qual realiza um conjunto de ações que produzem relações e interações práticas, normativas, cognitivas e simbólicas visando o seu bem estar.

Assim entendido, o desenvolvimento é um processo de alteração cognitivo, normativo e ontológico. Não possui um vetor ou caminho pré-determinado ou previsível, embora, no geral, seja um processo assimétrico, desigual e heterogêneo - portanto, com um viés político. Nestes termos, o desenvolvimento expressa as contradições da condição humana

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

e pode ser entendido como processo pelo qual os indivíduos e as sociedades constroem as suas condições de existência e reprodução ao longo do tempo, em interação com a natureza e com o espaço.

Seria uma pretensão afirmar, já na apresentação, que entre os objetivos deste Dossiê figura o intento de "esclarecer" o significado do desenvolvimento. Neste campo de estudos, que reteve boa parte da produção das ciências sociais desde a metade do século XX, seria desmedido querer ser original ou dizer algo que ainda não tenha sido afirmado anteriormente. Na realidade, da forma como vem sendo utilizado e problematizado, o desenvolvimento é, antes de tudo, uma construção política e ideológica (no sentido genuíno desta palavra) que traz consigo uma arbitrariedade intrínseca historicamente elaborada. Uma situação ou condição de desenvolvimento somente pode existir na medida em que existe seu contrário, o não-desenvolvimento (ou outro nome que venha a ter). Mas a dialética já ensinara que a antítese da tese não é anterior nem posterior a síntese, pois ambos resultam de um movimento mutuamente determinante e determinado, sintetizada pela noção hegeliana *Aufhebung*. O que permite afirmar que o desenvolvimento passa a existir à medida que é socialmente construída, e politicamente legitimada, uma classificação ou definição que confere, a uma determinada situação social, realidade prática, região ou país, a condição de desenvolvida. Às demais, ficam resguardadas denominações como subdesenvolvido, em desenvolvimento, não desenvolvido e outras gramáticas.

Portanto, pode-se concordar com os estudiosos que definem o desenvolvimento como um mito, uma crença ou uma utopia, no sentido de que se constitui numa construção mental e uma representação de determinada realidade. Mas é preciso ir além destas compreensões e atribuir ao desenvolvimento um sentido. Para isso, é fundamental desvendar as bases sociais, econômicas, políticas e naturais (entre outras) que dão su-

Sociologias, Porto Alegre, ano ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

porte a estas elaborações, descortinar e compreender as ações e práticas que decorrem destes valores e entendimentos cognitivos. Nesta perspectiva, o estudo do desenvolvimento leva à análise dos processos de natureza social, que ocorrem por intermédio de relações e interações entre grupos humanos que vão mudando a natureza, moldando o espaço e os territórios em que vivem, adaptando e melhorando os meios de produção que utilizam, bem como transformando sua cultura e seus valores.

Para compreender estes processos, há que se lançar mão de teorias, conceitos e metodologias que, em larga medida, já foram elaboradas e permanecem à disposição dos interessados para serem utilizadas e mesmo melhoradas. Isto é particularmente importante para o estudo do desenvolvimento rural, que não carece de criar novas referências analíticas além daquelas já elaboradas para compreensão dos processos de mudança social em geral. Afinal, o que um estudioso do desenvolvimento procura, neste sentido, é saber ou responder, independentemente de ser signatário desta ou daquela disciplina, os motivos ou as causas que provocam as mudanças, entender como elas ocorrem e mostrar quem delas se beneficia. Ou seja, aos que se interessam pelo estudo do desenvolvimento, interessa conhecer os fatores que produzem a mudança, o movimento, a alteração, a transformação; seja ela de caráter econômico-ambiental, sócio-cultural, político-institucional, ético-moral, ou outra dimensão qualquer.

Este Dossiê temático, dedicado ao tema do desenvolvimento, pretende demonstrar que as ciências sociais, e particularmente os estudos de sociologia rural, estão passando por um momento de retomada das discussões em torno do desenvolvimento.

Esta preocupação surgiu ainda no ano de 2006, quando no Congresso Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), houve um painel de reflexão que abordou

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

a retomada do tema do desenvolvimento nas ciências sociais. Desde então, a questão estava colocada: estaria mesmo em curso uma preocupação renovada com o tema do desenvolvimento? A busca por uma resposta a esta pergunta me levou a um programa de pós-doutorado, realizado entre 2007-2008, na Universidade de Cardiff, Reino Unido, em que me interroguei por que, afinal, estariam os europeus (re)discutindo o desenvolvimento. Não haviam eles chegado ao "nirvana" do desenvolvimento? O que lhes acometeu para que voltassem a esta questão "tradicional ou superada"? Por observação, pesquisa e interação, cheguei à conclusão de que, malgrado diferenças de temáticas e de processos sociais, a situação que vivemos no Brasil, na América Latina, na Europa ou alhures não é aquela pretendida e imaginada, o que torna todos credores do desenvolvimento.

Para além destes comentários mais gerais em relação à seara dos estudos sobre desenvolvimento, vale a pena salientar que o Dossiê temático acabou assumindo uma feição que adentra os estudos sobre sociologia do desenvolvimento rural. Em parte, isto se deve ao fato de que a maioria dos autores possui tradição de pesquisa no campo do conhecimento científico sobre os estudos rurais.

O Dossiê está organizado em sete artigos, que se estruturam em torno da questão comum de como os autores percebem a problemática do desenvolvimento em relação a um determinado tema ou problema de pesquisa, que é o seu.

O artigo de Eric Sabourin traz uma contribuição que visa resgatar o valor da teoria da reciprocidade para os estudos de sócio-antropologia do desenvolvimento. O autor apresenta os elementos teóricos centrais da perspectiva da reciprocidade e discute a sua aplicação à analise do desenvolvimento contemporâneo, ressaltando a importância de dispositivos

Sociologias, Porto Alegre, ano ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

sociais de solidariedade, como ajuda mútua para gestão e uso de recursos comuns, tais como água, sementes e a biodiversidade.

O trabalho de Henry Bernstein recorre à tradição da economia política marxista para discutir o lugar dos camponeses e suas perspectivas em uma sociedade globalizada e submetida a uma dinâmica econômica, a qual é comandada por um setor agroalimentar transnacional. Depois de apresentar sintética e minuciosamente as bases teóricas e conceituais desta perspectiva analítica, Bernstein discute as condições e possibilidades dos camponeses enquanto pequenos produtores de mercadorias, no contexto do desenvolvimento capitalista atual. Vale registrar que, malgrado Bernstein ser um autor amplamente conhecido na Europa por sua contribuição aos estudos sobre campesinato e questão agrária, especialmente na África e na Ásia, este será seu primeiro artigo publicado no Brasil

A contribuição de Claudia Schmitt discute a perspectiva das redes e dos atores sociais como referências para os estudos sobre sociologia do desenvolvimento rural. A autora analisa as potencialidades da perspectiva analítica sustentada na contribuição de redes, mas também chama atenção para os limites e os riscos que promessas excessivas podem gerar. O artigo apresenta uma síntese das contribuições da teoria ator-rede (ANT), de Latour, Law e Callon, assim como da perspectiva orientada aos atores (POA), explorando as suas contribuições aos estudos sobre desenvolvimento rural.

O artigo de Jan Douwe Van der Ploeg conduz a discussão para a análise política e realiza um interessante e criativo exercício de comparação das dinâmicas entre três unidades de referência – a China, o Brasil e a Europa, que toma como um bloco. Não obstante, sua maior contribuição está nas pistas que oferece em relação à utilização do método comparativo e suas potencialidades explicativas sobre as dinâmicas de desenvolvimento. Além de trazer resultados de pesquisas em andamento,

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

o artigo faz um convite à reflexão comparada de dinâmicas sociais e deixa como sugestão uma instigante agenda de pesquisas para ser aprofundada.

O trabalho de Ina Horlings e Terry Marsden talvez seja, entre todos os trabalhos, o mais inovador e, ao mesmo tempo, o mais complexo e desafiante. O artigo mostra como o tema da sustentabilidade vem sendo incorporado e internalizado por duas abordagens do desenvolvimento, a bioeconomia e a ecoeconomia, detentoras de uma gramática discursiva e político-ideológica que as associam à modernização ecológica. O artigo mostra os vínculos de ambos os paradigmas com a base científica e tecnológica, e discute os caminhos e desafios para o desenvolvimento regional.

O artigo de Sergio Schneider e Fabiano Escher procura resgatar a contribuição de Karl Polanyi, um autor ainda pouco conhecido no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento rural. Os autores fazem uma apresentação pormenorizada dos principais conceitos e noções que caracterizam a perspectiva institucional sobre desenvolvimento de Polanyi, destacando como as diferentes formas de integração mercantis e não-mercantis podem coexistir e, até mesmo, ser complementares no capitalismo. A principal contribuição, contudo, está na sugestão dos autores de que Polanyi entende o desenvolvimento como um processo instituído, o qual possui um duplo movimento - um que contrapõe a tendência à mercantilização e à autoregulação do capitalismo (o "moinho satânico") e outro caracterizado por contramovimentos de proteção construídos pelos agentes sociais.

O artigo de Sônia Draibe e Manuel Riesco oferece uma perspectiva sobre o que se passa na América Latina, notadamente em relação aos modelos de bem-estar social que os Estados e as políticas públicas lograram implantar no período recente. O trabalho apresenta uma revisão didática das principais vertentes analíticas que analisaram este tema e sugere um esquema de comparação para compreender os padrões de modernização

Sociologias, Porto Alegre, ano ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

de países latino-americanos. Apresentam, igualmente, alguns desafios e perspectivas para o que denominam de um "neo-desenvolvimentismo".

Referências

BEBBINGTON, A. Rural development strategies. In: SMELSER, N. L.; BALTES, P. B. (eds.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Oxford, Elsevier, 2001. p. 3578-3583.

BRESSER PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, V. 20, N. 3, p.5-24, Jul.-Set. 2006.

BONENTE, Bianca I.; FILHO, Niemeyer A. Há uma Nova Economia do Desenvolvimento? **Revista de Economia**, UFPR, v.34, n.1, p.77-100, jan./abr. 2008.

DUPAS, G. O mito do progresso. **Novos Estudos CEBRAP**, 77, p. 73-89, março 2007.

ESCOBAR, A. **Territories of difference:** place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press. 2008

KUGELMAS, E. Revisitando o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.22, nº 63, p.7-10, Fev. 2007.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, USP, Vol. 16, Nº 44, p. 83-100, 2001

RADOMSKY,G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.26, nº 75, Fev. 2011, p.149-162.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, 80, março 2008. pp. 109-125.

RIST, G. Development as a buzzword. **Development in Practice**, Volume 17, Numbers 4–5, August 2007.

SACHS, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o papel da política. In: ABRAMOVAY, R. et al. (Orgs.). **Razões eficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), p. 511-531, julho-setembro/2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 14-23

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, 2004.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. São Paulo: Garamond, 2006.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento

ERIC SABOURIN*

Resumo

No momento em que o ensino da sociologia do desenvolvimento está declinando nas universidades européias e, em menor grau, nas latino-americanas, afirma-se uma renovação da teoria da reciprocidade, precisamente nesse campo e no da economia social, a partir da antropologia e da sociologia econômica. O artigo trata, portanto, da contribuição da teoria da reciprocidade para a sócio-antropologia do desenvolvimento. Divide-se em duas partes. A primeira apresenta brevemente os precursores e os fundamentos da teoria da reciprocidade. A segunda ilustra, a partir de alguns exemplos contemporâneos, a aplicação dessa teoria à sócio-antropologia do desenvolvimento rural. As considerações finais tratam dos limites e novas perspectivas heurísticas dessa teoria.

Palavras-chave: Reciprocidade. Teoria da reciprocidade. Sociologia do desenvolvimento.

* Antropólogo e sociólogo, pesquisador titular no CIRAD (Centro de cooperação internacional em pesquisa agronômica para o desenvolvimento) Montpellier, França, dep. Meio Ambiente e Sociedade, Unidade de Pesquisa "Políticas e mercados"; Pesquisador associado ao departamento de sociologia e ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Autor do livro Camponeses do Brasil entre reciprocidade e troca mercantil (2009, Garamond)

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

Introdução

No momento em que o conceito de desenvolvimento vem sendo questionado, está se afirmando uma renovação do principio de reciprocidade e da sua teorização no campo da economia social e da sócio-antropologia do desenvolvimento.

O termo desenvolvimento, apesar de inumeráveis qualificativos, deixou de ser um conceito convincente e inovador. Associada, cada vez mais, à noção de crescimento, a idéia de desenvolvimento vem sendo reduzida ao principio da troca: troca de bens para a sua acumulação ou troca de serviços para satisfazer interesses privados. Portanto, como resposta a esse prisma redutor, do pensamento econômico dominante, as reações, no campo da sociologia, vieram de autores que se posicionaram contra o desenvolvimento (Latouche, 1986). Uns anunciaram o fim do desenvolvimento (Partant, 1996; Parfitt, 2002), o pós-desenvolvimento (Sachs e Esteva, 1996; Escobar, 1997) ou, mais recentemente, a era do decrescimento econômico (Latouche, 2007). Outros, como Rist (1996), denunciaram o desenvolvimento como sendo a expressão, e a imposição para o resto do mundo, de uma crença do Ocidente. Tais reações são relativamente lógicas num mundo ocidental seduzido pela ecologia e onde, precisamente, a ecologia política carece de teoria alternativa à economia da troca.

A teoria da reciprocidade surge, portanto, num período em que pode contribuir para preencher uma carência, um vazio, das teorias do desenvolvimento. Ela não anuncia o fim da era do desenvolvimento pela troca ou pelo mercado e, portanto, o fim do crescimento econômico. Antes, procura outra leitura das relações econômicas e sociais que aquela por meio unicamente do principio da troca e, portanto, abre propostas alternativas de economia humana em matéria de desenvolvimento, a partir de outra lógica social e econômica.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

Este artigo se divide em duas partes. A primeira apresenta brevemente os precursores e os fundamentos da teoria da reciprocidade. A segunda ilustra, a partir de alguns exemplos contemporâneos, a aplicação dessa teoria à sócio-antropologia do desenvolvimento. As considerações finais tratam dos limites e novas perspectivas heurísticas dessa teoria.

Do principio de reciprocidade para a teoria da reciprocidade

Na base de toda teoria da reciprocidade, encontramos os autores pioneiros que permitiram reconhecer a validade e a universalidade das relações de reciprocidade nas civilizações e na história. Eles evidenciaram, também, o caráter estruturante desse princípio de reciprocidade, inclusive nas nossas sociedades contemporâneas. Refiro-me, em primeiro lugar, aos trabalhos fundadores de Simmel, Mauss, Lévi-Strauss, Polanyi e Gouldner. Mobilizarei também as interpretações de Scubla (1985), Caillé (2001), Anspach (2001), Papilloud (2002, 2003), Godbout (2000, 2007) e, em particular, as de Temple e Chabal (1995) que contribuíram para a renovação da teoria da reciprocidade.

Os pais da reciprocidade na antropologia

Mauss (1924) é mais conhecido por ter redescoberto a dádiva nas sociedades primitivas, do que por sua contribuição à noção de reciprocidade. Paradoxalmente, procurando colocar a dádiva na origem da troca (convém se situar dentro do contexto dos anos 20), ele mostra que a dádiva é oposta à troca mercantil. Mas demonstra, igualmente, através da formulação da tríplice obrigação - *dar, receber e retribuir* -, que é a reciprocidade que está no início dos ciclos de dádiva. No final da sua obra, Mauss (1931, 1947) engajou-se na análise teórica da reciprocidade e de suas

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

diferentes expressões. Ele se deu conta da origem natural das estruturas de reciprocidade nas condições do parentesco original, em particular em termos de exogamia e de filiação, e estabeleceu a existência de formas de reciprocidade diretas (estruturas binárias) e indiretas (estruturas ternárias):

Lévi-Strauss, na sua introdução à obra de Mauss, em prefácio de *Sociologia e Antropologia* (1950, p. IX-LII), criticará Mauss por não ter percebido que é a troca, e não um sistema qualquer de crenças indígenas (o espírito da dádiva ou o *mana*), que constitui a estrutura subjacente às três obrigações de "dar, receber e retribuir". Na verdade, Lévi-Strauss critica Mauss por não ter postulado a troca no centro da função simbólica. Mas, associando aliança e parentesco à tripla obrigação - dar, receber e retribuir -, Mauss traçou um programa que Lévi-Strauss retoma nas *Estruturas elementares do parentesco* (1949), ordenando as relações de parentesco ao princípio da reciprocidade. Lévi-Strauss parte do postulado da troca como universal. Ele pergunta: como a reciprocidade, dando lugar à troca, pode ter uma ligação com o inconsciente estrutural? Para ele, a troca é uma totalidade e busca a realidade subjacente. Lévi-Strauss retoma a descoberta de Mauss: a reciprocidade original de base corresponde ao casamento exogâmico, que ele interpreta, então, como uma possibilidade ou uma garantia ao estabelecimento de relações de troca entre os homens. Lévi-Strauss reconhece, portanto, a reciprocidade como estrutura elementar, pelo menos do parentesco, mas para submetê-la a uma estrutura generalizada da troca, inclusive sob suas formas simbólicas.

Para os sociólogos: uma norma social universal

Simmel foi o primeiro sociólogo a tratar da importância da reciprocidade como fundamento das relações sociais. Já em 1896-98, ele considera a reciprocidade das prestações como essencial à coesão social, inclusive nas sociedades contemporâneas. O conceito cha-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

ve de Simmel, a *Wechselwirkung*, traduzível pela expressão *efeito(s) recíproco(s)*, evoca os efeitos de reciprocidade ativos no centro de todos os processos relacionais (Papilloud, 2002).

Gouldner, em *The norm of reciprocity* (1960), analisa a reciprocidade enquanto norma moral. Trata-se, para ele, de uma norma moral, generalizada e universal, essencial à manutenção de estruturas sociais e de sistemas sociais estáveis. Ele critica a abordagem funcionalista de Merton e Parsons, bem como a visão utilitarista que reduz a reciprocidade a um jogo com ganhos mútuos. Gouldner vai além da definição dualista da reciprocidade de Malinowski (1923), que supõe equivalências simétricas, identificando formas de reciprocidade assimétricas ou heteromorfas, assim como a variação das formas de reciprocidade segundo os estatutos dos indivíduos. Porém, ele não chegou a examinar quais são as estruturas de base constituídas pelas práticas de reciprocidade (em termos de aliança, de parentesco ou de prestações econômicas), suas condições e seus efeitos, tarefa que ele evocou como o dever do sociólogo.

A contribuição de Karl Polanyi no campo da economia

Polanyi identificou a reciprocidade e a redistribuição como categorias econômicas específicas e diferentes da troca. Propôs, em 1957, uma tipologia dos sistemas econômicos considerando diferentes modos de institucionalização do processo econômico na sociedade. Ele identificou três formas de integração social (Polanyi, 1957, p. 245): a reciprocidade definida como os *movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos;* a redistribuição correspondendo *aos movimentos de apropriação em direção a um centro, e, em seguida, desse em direção ao exterior*; a troca assimilada *aos movimentos de vai-e-vem tais como a passagem de 'uma mão para outra' dos objetos em um sistema mercantil*.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

Cada um desses diferentes modelos de integração social supõe suportes institucionais específicos, podendo, ainda, apoiar-se mutuamente de maneira articulada:

- a reciprocidade supõe uma estrutura de grupos de parentesco *simetricamente ordenados*.

- a redistribuição se apóia na existência de um centro de poder dentro do grupo.

- a troca apóia-se na existência de um sistema de mercado concorrencial, criador de preço.

Polanyi distinguiu a permuta (*troca operacional*) e a troca a preço pré-fixado (*troca decisiva*), que visam ganhos repartidos, da troca a preço negociado (*troca integrativa*), que supõe a busca do lucro.

Para Polanyi (1975, p. 52-56), o mercado de troca significa o mecanismo da oferta e da procura, criador de preço, e não constitui um fenômeno universal. O comércio, na Mesopotâmia antiga e durante mais de dois milênios, era um comércio sem mercado (no sentido de Polanyi), praticado por uma casta específica de comerciantes. O comerciante ganhava uma comissão, mas não podia produzir lucro por especulação. Os preços eram fixados e garantidos pelas autoridades. Os "portos de comércio", neutros e invioláveis, autorizavam uma circulação das mercadorias em grande escala (Revere, 1975, p. 82-92).

Essas três formas de integração social não são nem lineares, nem exclusivas, e não correspondem a estágios de desenvolvimento Elas coexistem em quase todos os sistemas econômicos, embora uma entre elas possa ser predominante em uma determinada sociedade.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

A teoria da reciprocidade

Quatro elementos teóricos

O primeiro elemento próprio à teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista socio-antropológico. ***O princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra-dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos.*** O reducionismo dessa definição, que por muito tempo prevaleceu na antropologia, conduz a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persistirá, enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951), que faz aparecer um Terceiro incluído na relação de reciprocidade. Permite, assim, interpretá-lo como o ser dessa relação e dar conta dela como da estrutura originária da intersubjetividade, irredutível à troca de bens, que libera do laço social ou da dívida.

Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, mas um princípio econômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca.

O segundo elemento da teoria é que ***a reciprocidade pode assumir várias formas.*** A antropologia consagrou apenas a reciprocidade das dádivas: oferendas, partilhas, prestações totais, *potlatch* que constituem o que Temple e Chabal (1995) designam pela *forma positiva* da reciprocidade. Mas existe, também, uma forma de *reciprocidade negativa*: a dos ciclos de vingança. Diferentemente da troca, cujo desenvolvimento é associado à lógica da concorrência e do acúmulo pelo lucro, a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra como a da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio. Contudo, a sede de prestígio (fonte de autoridade e, portanto, de poder, nas sociedades de reciprocidade) motiva o cresci-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

mento da dádiva *mais eu dou, mais eu sou*. Entre as expressões extremas das formas negativas e positivas da reciprocidade, as sociedades estabeleceram, então, diversas formas intermediárias. Trata-se, em particular, de controlar o crescimento da dádiva: a ostentação, o *potlatch*, a dádiva agonística que podem destruir e submeter o outro mediante o prestígio.

Em terceiro lugar, ***as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas,*** no sentido antropológico do termo. Assim, se distinguem segundo algumas estruturas elementares, tais como propostas inicialmente por Mauss (1931), Lévi-Strauss (1949), Scubla (1985) e Temple (1998). As relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica são aquelas que geram valores afetivos e éticos, como o havia identificado Aristóteles (1994). A relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação, em outras estruturas, podem produzir outros valores específicos.

O quarto elemento da teoria remete aos ***diferentes níveis do princípio de reciprocidade e aos modos que lhe são específicos.*** Existem três planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações).

Assim, existem várias *estruturas fundamentais de reciprocidade* que geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem várias *formas* de reciprocidade, que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis e formas se articulam para formar sistemas de reciprocidade.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

A economia humana

Para Temple (1997), o apagar histórico da reciprocidade frente ao desenvolvimento do individualismo e do liberalismo, provém da passagem de uma cultura original, onde a reciprocidade era dominante ou equivalente às lógicas de troca, para uma verdadeira "privatização da dádiva". O valor da responsabilidade teria se apagado para dar lugar a relações de troca e de interesse, assim como para uma relação de propriedade estrita. Trata-se, aí, das conseqüências do quiproquó histórico entre troca e reciprocidade (Temple, 1992).

Para sair desse quiproquó da privatização da reciprocidade, Temple (1997) propõe uma opção política para uma economia mais humana. Certamente, o acúmulo dos bens e dos meios de produção é fonte de poder. No entanto, é preciso produzir para acumular. Então, é possível considerar também o motor da produção, que consistiria em produzir para dar ou para assegurar as necessidades elementares dos outros ou da coletividade.

A lógica da reciprocidade pode constituir um motor da produção - e de uma produção de excedentes - tão poderoso como aquele da lógica da troca para a acumulação do lucro. Contudo, as relações de reciprocidade geram valores humanos que garantem modos de regulação capazes de estabelecer justiça e contra-poderes, podendo limitar os excessos, assim como foram propostas modalidades de regulação dos excessos do livre mercado. A diferença é que, na hipótese da troca, esses valores humanos ideais são supostamente constituídos entre os homens (teoria da justiça de Rawls). Na perspectiva da teoria da reciprocidade, esses valores não preexistem entre os indivíduos; eles devem ser constituídos, precisamente, por meio de relações estruturadas de reciprocidade simétrica.

> *De fato, a amizade, a justiça, a responsabilidade exigem, para nascerem, as melhores condições de existência para o*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

> *outro, e, consequentemente, uma economia que qualificaremos de humana para enfrentar a economia "natural" dos teóricos da economia liberal (Temple, 1997, p. 107).*

Essa alternativa econômica necessita a análise das diversas matrizes de reciprocidade, assim como dos valores que elas produzem. É o papel das instituições políticas conciliarem essas matrizes no âmbito do melhor sistema possível (Temple, 1998).

De fato, sem estruturas de reciprocidade ternária, não há responsabilidade dos homens em relação ao bem comum, ao meio-ambiente ou perante as futuras gerações. Contudo, ser responsável, de acordo com Temple, *significa saber que dividir está na base de toda e qualquer comunidade*.

A perda de importância da reciprocidade no plano da justiça (por causa dos desequilíbrios econômicos) pode ter passado despercebida, graças ao paliativo da invenção do contrato social e da democracia política. Esse contrato social pôde operar na sociedade ocidental (embora cada vez menos), como uma espécie de *corretivo necessário aos vieses e defeitos da troca*. Mas ele supõe *que os indivíduos estejam dotados de um ideal predestinado*, o que a sociologia, a antropologia e a economia contemporânea não conseguiram provar.

Para essas disciplinas, como no trabalho dos autores que se interessaram pela noção de justiça (Rawls, 1971), a noção de reciprocidade permitiria (aliás permite) re-atualizar o problema da conciliação entre liberdade individual e justiça social. Pois, conforme Temple (2003), *um modelo de sociedade que ignorasse o princípio de reciprocidade estaria se privando da compreensão da relação do individuo com a comunidade*.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

Aplicação à análise do desenvolvimento contemporâneo

As atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista. Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros, ou com a manutenção do laço social. Nas sociedades rurais, trata-se da permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo ou das formas de manejo compartilhado de recursos naturais (águas, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade) e de bens em propriedade comum (infra-estruturas ou equipamentos coletivos). Nos dispositivos partilhados de acesso, produção ou manejo de recursos comuns, não é possível dissociar a satisfação de necessidades econômicas da prioridade dada ao laço social, à relação humana de solidariedade e de preocupação com a satisfação das necessidades do conjunto da comunidade.

As relações mobilizadas em tais estruturas de reciprocidade geram valores materiais ou instrumentais imateriais (conhecimentos, informações, saberes), mas produzem também valores afetivos (amizade, proximidade) e valores éticos como a confiança, a equidade, a justiça ou a responsabilidade. A distinção das estruturas elementares de reciprocidade (a partir da noção do Terceiro incluído) gerando sentimentos de si mesmo ou sentimentos compartilhados que dão lugar à produção de valores éticos ou espirituais, constitui o principal aporte inovador da teoria da reciprocidade.

A produção de valor e as estruturas de reciprocidade

Temple (1998) sistematizou as estruturas elementares de reciprocidade identificando os valores humanos que elas ajudam a produzir ou a reproduzir. Ele distingue estruturas de reciprocidade binária e estruturas de reciprocidade ternária. As duas principais estruturas binárias são o *cara a cara* e o *compartilhamento*.

A organização da produção e da reprodução econômica e social nas sociedades rurais contemporâneas oferece exemplos bem característicos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

e vivos dessas relações de reciprocidade estruturadas. A relação de cara a cara (*face to face*) é típica da ajuda mútua entre as famílias e os agricultores e produz a amizade, podendo se prolongar mediante alianças mais duradoras como o compadrio ou o casamento dos filhos.

A estrutura de compartilhamento é particularmente verificada no caso do manejo dos bens em propriedade comum: gestão de recursos naturais (terras, pastagens, floresta, água) ou de equipamentos coletivos (sistemas de irrigação, equipamentos ou maquinas agrícolas.

As estruturas ternárias envolvem, pelo menos, três partes. A reciprocidade ternária pode ser unilateral: é o caso da transmissão entre gerações – transmissão de saberes (educação, iniciação, aprendizagem) ou de patrimônio (dotações de terras ou animais, enxoval, heranças). Nessa relação entre pais e filhos, o valor produzido é aquele da responsabilidade. Pode ser verificado no ato da construção da casa de um jovem casal ou nas regras assegurando a preservação dos recursos naturais para as próximas gerações.

Quando a reciprocidade ternária é bilateral, as prestações circulam nos dois sentidos. *Aquele que se encontra entre dois doadores deve reproduzir a dádiva de um e aquela do outro, de maneira apropriada e equilibrada; tal preocupação é aquela da justiça* (Temple, 1998, p. 241). Pois a dialética da dádiva leva a dar o máximo possível para comprometer o outro, para produzir um laço social. Mas a lógica da reciprocidade impõe um meio termo justo, aquele de não dar demais, para permitir ao outro retribuir sem perder o prestígio.

Mostrei, a partir dos testemunhos dos agricultores que a prática de uso compartilhado de um recurso gera também sentimentos (e valores éticos) de confiança e de equidade entre os usuários (Sabourin, 2009).

A forma de reciprocidade que gera valores éticos é a reciprocidade simétrica (ou equilibrada), mas os valores podem ser produzidos também por meio de relações de reciprocidade desigual. É, por exemplo, o caso da ajuda agrícola nas terras do senhor ou do chefe (Chrétien, 1974). Os valores

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

ficam, então, presos ao imaginário que traduz essa desigualdade: a realeza (o príncipe, os nobres e os servos ou escravos), a divindade (as religiões e os seus sacerdotes…) ou o Estado com a sua burocracia e a sua tecnocracia.

Temple (2003) lembra, a propósito da reciprocidade assimétrica, que:

> *Se o imaginário se impõe ao valor produzido pela reciprocidade, leva cada um a se prevalecer do domínio que pode exercer sobre a própria relação de reciprocidade e, principalmente, sobre os meios de produção que ela envolve. É o que aconteceu entre os donos da terra e os artesãos, e que inaugurou a hierarquia das castas?*

Este tipo de relação se estabeleceu historicamente na America Latina entre colonos e índios, senhores e escravos, patrões e peões, proprietários e meeiros ou moradores.

Ajuda mútua e reciprocidade

A ajuda mútua é reconhecida como uma forma de cooperação, de organização do trabalho relevando da reciprocidade ou da solidariedade na produção (Condominas, 1961, 1974; Mayer, 2002). Alberti e Mayer (1974) têm demonstrado, a partir de uma tipologia das modalidades de ajuda mútua agrícola nos Andes peruanos, a diferença de natureza entre relações de troca e de reciprocidade. Na ajuda mútua de reciprocidade, horas e dias não são contabilizados; a importância da relação humana prevalece sobre o valor da prestação material, mesmo se, até por necessidade, a devolução da prestação é esperada.

De fato, a relação de ajuda mútua coloca em jogo laços sociais, sentimentais e simbólicos. Assim, ela se diferencia da troca (troca simples ou troca mercantil mediante trabalho assalariado), na medida em que não implica uma retribuição equivalente, imediata ou diferida, que liberaria o beneficiário da sua dívida. Certamente, existe uma espera de retorno da ajuda, ainda mais, porque a pressão social, os valores de honra e de prestígio concorrem para isto, porém sem que haja nada de contratual, nem obrigatório.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

Na ajuda mútua recíproca simétrica ou assimétrica, mede-se o quanto a relação social ou afetiva entre os sujeitos é mais importante que a natureza material da prestação de trabalho, mesmo se essa é necessária ou até indispensável. Assim, a ajuda mútua agrícola é uma prestação econômica que foge do quadro utilitarista da troca. Ela não pode ser reduzida à permuta de diárias de trabalho ou à troca mercantil de diárias pagas. No entanto, a ajuda mútua de reciprocidade manteve-se, num mundo rural cada vez mais dominado pela livre troca, precisamente porque, além das prestações materiais, ela assegura uma produção de valores sociais e simbólicos que são também essenciais para as comunidades rurais ou urbanas.

> *As relações de reciprocidade nos Andes não morrerão frente às forças de um mercado de troca impessoal, pois elas oferecem vantagens, um refúgio em relação à exploração dos mercados de troca e, em certos casos, porque elas permitem a produção e a circulação de mercadorias abaixo de seu real valor (Mayer, 2002, p. 137, tradução nossa).*

Quadro 1. Modernização agrícola e ampliação da ajuda mútua

No Poitou (oeste da França), a ajuda mútua bilateral entre duas famílias é chamada de coubiage. Ela era indispensável entre os camponeses para a safra do trigo e a fenação. A partir dos anos 20, com a introdução das primeiras máquinas debulhadoras a vapor, gerenciadas de forma coletiva ou associativa, a safra do trigo e, principalmente, as fenações exigiram uma forma de ajuda ampliada para com o conjunto das famílias da aldeia. As "debulhadoras" tornaram-se uma das principais oportunidades de ajuda mútua e de festa, no fim da era camponesa desta região.

Foram os progressos técnicos (mecanização e motorização), assim como a modernização institucional (cooperativas) que levaram à ampliação do círculo de ajuda e, conseqüentemente, à redistribuição compartilhada do trabalho entre as famílias. Passou-se de uma estrutura simétrica binária bilateral, o coubiage entre duas famílias, para uma estrutura binária ampliada ao conjunto do grupo, uma estrutura de partilha desenvolvida em torno de um equipamento comum (a debulhadora), através de uma cooperativa (CUMA – Cooperativa de Uso de Material Agrícola).

Na medida em que esses grupos coletivos começaram a sair do quadro de uma só aldeia para participar dos trabalhos de debulha em outros municípios, houve uma evolução e, ao mesmo tempo, uma articulação em direção a uma estrutura ternária bilateral. Todavia, nos anos 70, esse sistema desapareceu com a arrumação fundiária que permitiu a ampliação das parcelas e o uso de colheitadeira-debulhadora automotora.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

Manejo compartilhado dos bens ou recursos comuns

Nos dispositivos de gestão partilhada dos recursos naturais, as relações de compartilhamento contribuem para produzir sentimentos de pertencimento, mas também de confiança e respeito. Trata-se de valores produzidos pela relação de compartilhamento, que permitem, inclusive em condições de renda precária, conservar e reproduzir esses bens comuns, ao contrário do que afirmam as hipóteses utilitaristas de Olson (1966) ou de Hardin (1968). Essa abordagem prolonga as teses empíricas de Ostrom (1990, 1998) sobre a governança dos bens comuns pelas comunidades e organizações camponesas.

Para Ostrom (1998), não há cooperação sem reciprocidade, ou seja, sem retorno ou sem compartilhamento por parte dos usuários. Ela identifica e descreve certas estruturas de reciprocidade recorrentes e lhes confere uma importância especial, a ponto de fazer depender a ação coletiva e as políticas públicas da proporção de atores "em reciprocidade" (Ostrom, 2003). Ostrom (1998) constata que a aprendizagem das relações de reciprocidade – e, conseqüentemente, a sua prática – cria um círculo virtuoso (reciprocidade/confiança/ reputação).

A gestão dos recursos comuns repousa sobre uma estrutura de reciprocidade binária coletiva específica, o compartilhamento. Os valores afetivos e éticos gerados pelas relações de partilha correspondem a um sentimento de pertencimento e de confiança. O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea na maioria dos depoimentos de camponeses, associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário.

Chabal (2005, p. 5) insistiu no fato de que *não é tanto o objeto da partilha que importa, mas as ações dos sujeitos*. É o problema das infraestruturas hídricas ou dos equipamentos "recebidos" do exterior. Não se divide da mesma forma, o que foi construído e mantido em conjunto

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

entre pares e o que provém de um centro de redistribuição exterior ao grupo. Na estrutura de compartilhamento, o fazer em conjunto, assim como o fato de depender de uma mesma fonte de recursos limitada, cria um sentimento de grupo.

Transmissão ou partilha dos saberes e estruturas de reciprocidade

As situações de transmissão dos saberes e de formação dos adultos oferecem exemplos em que podem se constituir relações de reciprocidade binárias ou ternárias, unilaterais ou bilaterais. Na França, Héber-Suffrin (1998) e Eneau (2005) aplicaram a teoria da reciprocidade nesse quadro.

Para Héber-Suffrin (1998), na experiência da associação *Movimento de trocas recíprocas de saberes*, o reconhecimento mútuo pela troca de saberes permite construir um espaço social que tem sentido e no qual tudo se torna possível. Permite, graças à relação de partilha, construir uma força do fazer e de abertura ao outro, de ampliação da sua rede social, para procurar em comum diferentes tipos de respostas apropriadas e apropriáveis pelos parceiros dessas relações.

Pesquisas conduzidas no Brasil aplicaram a teoria da reciprocidade em diversas situações de aprendizagem: formação de adultos em meio camponês (Coudel, 2005), construção de inovação no contexto da reforma agrária (Lenne, 2006), incubadoras de empreendimentos econômicos solidários (Kirsch, 2007).

Esses estudos permitiram identificar estruturas binárias simétricas e assimétricas criadas no âmbito de relações entre formadores e aprendizes. Evidenciaram, a partir de entrevistas dos atores envolvidos, a geração de diferentes sentimentos e valores correspondentes: reconhecimento, identificação e amizade, nas estruturas simétricas; submissão, respeito e dependência, nas estruturas assimétricas.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

No caso das formações de adultos ou de jovens pertencentes a categorias oprimidas ou consideradas como subalternas pelo resto da sociedade, a consciência de si mesmo surge da construção pedagógica de uma relação simétrica. Recorrendo a aptidões espirituais, artísticas e manuais de todos ou à valorização dos saberes locais, os pedagogos podem criar estruturas de reciprocidade simétrica: são situações comuns de aprendizagens ou situações de aprendizagem mútua, que estabelecem uma paridade entre formadores e formados (Coudel e Sabourin, 2005; Sabourin 2009).

O reconhecimento da reciprocidade nos sistemas mistos

As articulações entre troca e reciprocidade

A noção de sistemas mistos aplica-se às situações onde relações de reciprocidade e de troca coexistem, o que corresponde à maioria dos casos nas sociedades contemporâneas, inclusive no meio rural dos países do Sul. Essa coexistência pode existir de maneira paralela e separada; ou mediante tensões, por causa do antagonismo de sistemas. Pode se dar, também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade e as práticas de troca.

Portanto, os sistemas mistos podem se diferenciar de acordo com as modalidades de articulação entre lógicas de troca e lógicas de reciprocidade: i) justaposição de mundos paralelos, ii) complementaridade reversível; iii) contradição com dois tipos de conseqüência: paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra.

É essencial não entrar em julgamentos de valor e explicitar as diferenças de natureza entre os dois sistemas, mas também as diversas configurações intermediárias que podem existir entre a polaridade da troca e a da reciprocidade.

São representações teóricas e, antes de tudo, ferramentas de análise. É evidente que não vamos perguntar aos agricultores ou a outros atores sociais de quais estruturas elementares de reciprocidade eles participam.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

A noção de sistemas mistos é explicativa e operacional para dar conta de uma pluralidade de lógicas econômicas. Considero-a mais pertinente que a explicação pela hibridação de sistemas econômicos (Laville, 2000). A idéia de hibridação considera apenas a hipótese da complementaridade entre sistemas (reciprocidade, troca e redistribuição), como se ela fosse natural, enquanto os fatos mostram também situações de desenvolvimento paralelo (justaposição) bem como, de antagonismo. Concretamente, as maiores dificuldades das comunidades e das organizações camponesas se situam na interface entre o mundo da troca e aquele da reciprocidade.

Exemplo de sistemas mistos: os mercados de proximidade

Em matéria de comercialização dos produtos agrícolas, os camponeses ou suas organizações implementaram vários tipos de "interfaces", permitindo uma coabitação, uma articulação entre práticas de reciprocidade e práticas de troca.

A primeira interface é a da venda direta, que permite o encontro entre produtor e consumidor, a exemplo da venda na fazenda e nos quiosques de beira de estrada, na Nova Caledônia, ou em mercados de proximidade, como os mercados de produtores da França, da África ou do Brasil. Existe uma relação de troca, mas o contato direto entre produtor e comprador permite redobrar uma relação de reciprocidade binária que gera valores afetivos: sentimento de amizade, de reconhecimento mútuo ou valores étnicos de fidelidade e de respeito.

É o caso, também, das redes curtas controladas socialmente por agrupamentos de produtores ou das cooperativas de consumidores[1]. Podemos citar o caso dos mercados e das cestas camponesas na França, ou das associações mistas entre agricultores e consumidores (AMAP). Tais

1 Ou pelos dois juntos, como é o caso no Brasil, na região de Porto Alegre, entre cooperativas do MST e cooperativas de consumidores.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

situações de contato direto dão lugar a relações humanas: conversações em torno do produto, dos procedimentos, das receitas. Geram, assim, sentimentos e valores de amizade, de fidelidade e de confiança, entre produtores e consumidores.

Quando a relação direta pelo encontro físico não é possível, existe a intermediação qualificada e interpessoal, da corretagem. O corretor permite estabelecer uma relação de *reciprocidade ternária* pelo interconhecimento e a informação sobre a qualidade do produto e sobre o produtor. Essa estrutura produz a *confiança,* a *responsabilidade* e a *reputação* (tanto do produtor como do corretor) que é fonte de *prestígio*.

A interface de sistema

As interfaces de sistemas constituem o que Ploeg (2008) chama de mecanismos de conversão: a articulação reciprocidade/troca permite uma conversão de lógicas, de valores.

Mostrei o interesse do reconhecimento e do apoio público às estruturas e dispositivos locais, que asseguram a gestão ou a produção de bens comuns ou públicos com base em relações de reciprocidade. É o caso do manejo de terras e equipamentos coletivos, e dos bens públicos locais: água, florestas, biodiversidade, informação, inovação, educação, saberes locais (Sabourin, 2003; 2008; 2009).

Tais instrumentos oferecem uma alternativa em termos de estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Eles são particularmente adequados para as políticas, valorizando a multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais, os serviços ambientais e os atributos específicos dos territórios.

No âmbito internacional, tais políticas de interface entre sistemas de troca e de reciprocidade correspondem ao espírito dos acordos comerciais preferenciais ou compensatórios, assim como aos programas de comércio justo (Sabourin, 2009b).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

A qualificação e a certificação dos produtos é um exemplo de dispositivo coletivo que pode criar uma fronteira de sistema ou uma territorialidade de reciprocidade, protegendo certos produtos locais ou regionais da concorrência da troca capitalista (Temple, 2003).

Uma das dificuldades das políticas de economia solidária, ligada a suas bases teóricas, é precisamente a questão da articulação entre o empreendimento econômico solidário, cuja regulação é dominada pela lógica de reciprocidade, e o mercado capitalista, regulado pela lógica da troca (concorrência para a acumulação privada).

Quanto às políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, um tema que pouco explorei, e que deveria motivar convergências e comparações entre situações do Norte e do Sul, é aquele da ecologia política e da gestão dos recursos.

Os trabalhos comparativos sobre a multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais constituem, entre outros, um bom exemplo da contribuição da teoria da reciprocidade para tratar da produção do bem comum, seja através dos bens públicos ou dos recursos comuns (Sabourin, 2010)

O fato de que os movimentos de ecologia política careçam de teoria deveria incitar seus pensadores a fundar suas propostas - não capitalista, anti-capitalista ou pós-capitalista - sobre alternativas teóricas apropriadas.

Considerações finais

Limites da proposta

A teoria da reciprocidade não nega a existência do princípio de troca, do ponto de vista econômico ou social, ao contrário. Tampouco está propondo uma substituição sistemática das relações de troca por relações de reciprocidade. Apenas chama para uma dupla leitura, pois cada uma dessas

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

lógicas - troca e reciprocidade - podendo ser averiguada nos fatos, pode prevalecer-se de vantagens respectivas e, principalmente, de conquistas, dentre as quais, algumas são, sem dúvida, irreversíveis. A proposta não consiste em negá-las ou, ainda menos, em pretender voltar às origens.

Portanto, em matéria de desenvolvimento, não se trata de defender a exclusividade de uma ou de outra lógica, mas de realizar uma dupla referência. Assim como o indicou Temple (1997, p.107), o reconhecimento científico e público da economia de reciprocidade teria o mérito de delimitar uma articulação ou uma interface de sistema, entre sistemas de troca e sistemas de reciprocidade. Tal reconhecimento permitiria um debate entre os partidários de uma ou outra lógica, para tratar da natureza das organizações, da delegação do poder, dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e, de forma geral, dos valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social.

Sem interface, o quiproquó entre a natureza das lógicas de reciprocidade e de troca funciona para o benefício exclusivo da troca para a acumulação. Enquanto a economia política só reconhecer uma única lógica econômica, a da livre-troca, o pensamento único reinará, mesmo que escondido ou disfarçado atrás de várias escolas ou teorias.

A alienação da reciprocidade

Deve-se evitar uma idealização das práticas e sistemas de reciprocidade. Assim como a troca capitalista, eles conhecem alienações perigosas. No entanto, essas alienações são de natureza diferente daquela da economia de troca (a exploração capitalista). Por outra parte, tais práticas e sistemas foram pouco estudados e, então, criticados, salvo raras exceções (Geffray, 2007). Em primeiro lugar, é necessário estabelecer a crítica dessas formas de alienação. Os perigos ligados à centralização da redistribuição ou à assimetria da reciprocidade (dádiva agonística, paternalismo, clientelismo, etc.)

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

são conhecidos e objetos de estudos, como no caso do Brasil (Léna *et al*, 1996). Portanto, ganhariam ao serem sistematizados e analisados a partir da perspectiva da teoria da reciprocidade (Sabourin, 2008c).

De fato, a crítica da exploração capitalista é inoperante em face desse tipo de alienação específica dos sistemas de reciprocidade ou dos sistemas mistos. Essas situações são particularmente graves nos países do sul, onde coexistem os dois sistemas. Pois, na falta de crítica adaptada, entra-se no círculo vicioso da conjunção das alienações dos dois sistemas: exploração capitalista e opressão paternalista, como identificado no Brasil (Sabourin, 2009a).

Outras formas de alienação dos sistemas de reciprocidade, ligadas à fixação dos estatutos (classes e castas) ou ao fechamento da reciprocidade dentro de imaginários totalitários (religiosos, ideológicos ou racistas), ganhariam também, ao serem reconsideradas sob o ângulo da teoria da reciprocidade.

Um potencial de contribuição importante para a análise das políticas públicas e da ação do Estado reside na questão da identificação das formas de alienação específicas às lógicas de reciprocidade. É um aspecto que não está sendo tratado pela teoria da dádiva, do mesmo modo que o tema da reciprocidade de vingança.

A dupla leitura dos princípios econômicos (reciprocidade e troca ou dádiva e mercado) deve ser complementada por uma dupla leitura das suas formas de alienação. Caso contrário, não existe possibilidade de crítica e de correção.

O desenvolvimento do clientelismo e do populismo na América Latina, e do neo-patrimonialismo na África, precisa dessa dupla análise para sair do impasse da critica estéril pela razão única ocidental. Trata-se, também, de evitar os vieses da acumulação do poder nas mãos de governantes que escapam a todo controle por parte das suas bases sociais.

A tese proposta por Geffray abre, justamente, a perspectiva de uma oposição dialética entre o sistema de troca capitalista e um sistema de

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

reciprocidade econômica e social, que se manifesta, aqui, principalmente mediante estruturas de reciprocidade assimétrica.

Esta relação dialética conduz, certamente, à dominação e à opressão dos "sujeitados", mas não segundo uma modalidade de exploração redutível à do capitalismo. De fato, no Brasil, como em outros lugares na América Latina, a crítica de essência marxista, ou suas aplicações revolucionárias ou reformistas, não chegou a se opor de maneira eficaz à opressão paternalista. Ao contrário, a hipótese dessa colusão das formas de alienação dos dois sistemas permite, entre outras coisas, explicar a permanência, ou mesmo o desenvolvimento, do clientelismo e do populismo na política, isto é, da redistribuição centralizada, como únicas alternativas realmente implantadas em escala continental frente à dominação mercantil neoliberal (da Argentina à Venezuela, passando por Uruguai, Bolívia, Brasil e Equador).

A idéia da exploração paternalista como *dependente* da exploração capitalista, utilizada por Geffray, pode, certamente, ser associada à noção de capitalismo periférico (Amazônia e Nordeste em relação ao sul do país e Brasil em relação aos países no norte), mas ela leva igualmente à noção de interdependência entre essas esferas. Ou seja, a uma ligação social, afetiva ou simbólica, certamente assimétrica, mas criadora de humanidade e de reciprocidade, mesmo sob o jugo da desigualdade e do tributo.

Theory of Reciprocity and Social Anthropology of Development

Abstract

At a time when the teaching of sociology of development is fading from European universities, and to a lesser extent in Latin America, appears a renewal of the theory of reciprocity in this field of social economy, coming from anthropology

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

and sociological economics. The article presents the contribution of the theory of reciprocity to a socio-anthropology of development. It is divided into two parts. The first briefly presents the forerunners and foundations of the theory of reciprocity. The second illustrates, from some contemporary examples, applying this theory to socio-anthropology of rural development. The conclusion presents the limits and some new heuristic perspectives of this theory.

Keywords: Reciprocity. Theory of Reciprocity. Sociology of development.

Referências

ALBERTI, G., MAYER, E.; FONSECA, C. **Reciprocidad e Intercambio en los Andes peruanos**. Lima: IEP, 1974.

ANSPACH, M. **A charge de revanche.** Figures élémentaires de la réciprocité. Paris: Éditions du Seuil, 2002. 140 p.

ARISTOTE. **Ethique à Nicomaque**, V, 8, 1132 b-1133 a, tr. J. Tricot. Paris: Vrin, 1994.

CAILLÉ, A. **Anthropologie du don**. Le tiers paradigme. Paris: Desclée de Brouwer, 2001. 277p.

CHABAL, M. **Les structures élémentaires de réciprocité**. Conférence in Cauris, 2005. Disponível em : <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html>. Acesso em: 20 set. 2005.

CHABAL, M. **Les formes de réciprocité positive, négative, symétrique**. Conférence in Cauris, 2006. Disponível em : <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html>. Acesso em: 20 mai. 2006.

CHRÉTIEN, J. P. Echanges et hiérarchies dans les royaumes des Grands Lacs de l'Est africain. **Annales ESC**, n°6, p. 1327-1337, Nov/Dec. 1974.

CONDOMINAS, G. L'entraide agricole chez les Mnong Car. **Etudes Rurales**, 19, p. 53-56, 1974.

CONDOMINAS, G. **Fokon'olona et collectivités rurales en Imerina**. Paris: ORSTOM Editions, 1961. Réédition corrigée 1991. 265 p.

COUDEL, E ; SABOURIN, E. **Apprentissage et action collective au Nordeste du Brésil** : l'Université Paysanne, Montpellier, Cirad - Inra, actes du projet Accolade, 2005. 35p.

ESCOBAR, A. The Invention of Development. **Current History**, 631, p. 382-396, 1999.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

ENEAU, J. **La part d'autrui dans la formation de soi** - Autonomie, autoformation et réciprocité en contexte organisationnel. Paris: L'Harmattan, 2005.

GEFFRAY, C. **A opressão paternalista:** cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro. Rio de Janeiro: Educam-Editora universitária Candido Mendes, 2007. 230 p.

GODBOUT, T. J. **Le don, la dette et l'identité**. Paris: La Découverte/MAUSS, 2000. p.108-112. 190p.

GODBOUT, T. J. **Ce qui circule entre nous**. Paris: Le Seuil, 2007. 395p

GOULDNER, A. W. The Norm of Reciprocity. **American Sociological Review**, (25-2), p.161-178, 1960.

HARDIN, G. The tragedy of the Commons. **Science**, 162, p. 1243-1248, 1968.

HÉBER-SUFFRIN, C. **Les savoirs, la réciprocité et le citoyen**. Paris: Desclée de Brower, 1998.

KIRSCH, R. **Incubação de empreendimentos da economia solidária e as implicações das relações de reciprocidade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UnB. Brasília, 2007. 260p.

LATOUCHE, S. **Faut-il refuser le développement?** Paris: PUF, 1986.

LATOUCHE, S. **Petit traité de la décroissance sereine.** Paris: Mille et une nuits, 2007.

LAVILLE, J.L. (dir). **L'économie solidaire:** une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouwer, 2000. 343p.

LENA, P.; GEFFRAY, C.; ARAUJO, R. (direct.) L'oppression paternaliste au Brésil. **Lusotopie 1996**, Paris, Karthala/CEAN, p.105-354, 1996.

LENNE, P. **Confrontation des connaissances entre agriculteurs et chercheurs dans un dispositif de co-construction de l'innovation:** le cas du semis direct à Unaí (Brésil). IEDES, Paris I Sorbonne, Cirad, 110 p, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **Les structures élémentaires de la parenté**, chap. XXVII - Les cycles de la réciprocité. Mouton: La Haye, 1967.

LÉVI-STRAUSS, C. Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1977. 482p. (7ème édition).

LUPASCO, S. **Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie**. Paris: Herman,1951.

MALINOWSKI, B. **Les argonautes du Pacifique Occidental**. Paris: Payot, 1963.

MAUSS, M. Essai sur le Don. In: **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1950.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

MAUSS, M.. **Œuvres**, Volume III. Paris: Ed. de Minuit,1968-1969.

MAUSS, M. **Manuel d'ethnographie**. Paris: Payot, 2002.

MAYER, E. **The Articulated Peasants:** household economies in the Andes. Boulder: Westview Press, 2002. 390p.

OLSON, M. **Logique de l'action collective**. Paris: PUF, 1978. 199p.

OSTROM, E. A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action. **American Political Science Review**, 92, p.1-22, 1998.

OSTROM, E. Toward a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity and Reputation In: OSTROM, E.; WALKER, J. (Ed.). **Trust and Reciprocity**: interdisciplinary lessons for experimental research. New York: Russell Sage Foundation, 2003. Chapter 2. p. 19-78.

OSTROM, E. Policies that Crowd out Reciprocity and Collective Action. In: GINTIS, H. et al. **Moral Sentiments and Material Interests:** the foundations of cooperation in economic life. Cambridge MA: MIT Press, 2005a. p. 253-275.

PAPILLOUD, C. **Le don de relation Georg Simmel, Marcel Mauss.** Paris: Harmattan, 2002. 192p.

PAPILLOUD, C. **La réciprocité.** Diagnostic et destins d'un possible dans l'œuvre de Georg Simmel. Paris: L'Harmattan, Logiques Sociale, 2003. 290 p.

PARFITT, T. **The End of Development?** Modernity, Post-Modernity and Development Third World in Global Politics. London: Pluto Press, 2002. 192p.

PARTANT, F. **La fin du développement**. Arles: Actes Sud, Babel, 1997.

PLOEG, J.D. Van der. **The New peasantries:** struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization. London: Sterling, Earthscan, 2008. 356p.

POLANYI, K. Le commerce sans marché au temps d'Hammourabi. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. **Les systèmes économiques**. Paris: Larousse, 1975. p 51-62.

POLANYI, K. L'économie en tant que procès institutionnalisé. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. **Les systèmes économiques dans l'Histoire et dans la Théorie**. Paris: Larousse, 1975. p. 239-260.

POLANYI, K. **La grande transformation:** aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard, 1983. 420p.

RAWLS. J. **Théorie de la justice**. Paris: Seuil, 1987.

REVERE, R. B. Les ports de commerce de la Méditerranée Orientale et la neutralité des côtes. In : POLANYI, K. ; ARENSBERG, C. **Les systèmes économiques dans l'Histoire et dans la Théorie**. Paris : Larousse, 1975. p. 71-92.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

RIST, G. **Le développement** - Histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presse de la fondation nationale de sciences politiques, 1996.

SABOURIN, E. Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil). **Revista Iberoamericana de Autogestión y Acción Comunal**, Madrid, 35-36-37, p. 101-112, 2000.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Revista de Ciências Sociais***,* Tomo*,* v. 7, p. 75-104, 2004.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. SCHNEIDER, S. (Org.) In: **A diversidade agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, Estudos Rurais, 2006. p. 108 -132.

SABOURIN, E. L'entraide agricole, entre échange et réciprocité. **Revue du Mauss Semestrielle,** n°30, p. 198-217, nov. 2007, 2007a.

SABOURIN, E. A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica; In: **A questão da solidariedade e da reciprocidade na economia solidária**. Table ronde du XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Actes, Recife (PE), UFPE, 30-05-2007, 2007b. 15 p.

SABOURIN, E. Educação, dádiva e reciprocidade: reflexões preliminares. In: **Jornal do Mauss latino-iberoamericano***,* Ano 1, Ed. nº 4 , Jan-Fev 2008, 2008a.

SABOURIN. E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.23 n°.66, p.131-138, Feb. 2008, 2008b.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitaria, Col. Terra Mater, 2009a. 238p.

SABOURIN, E. **Family farm product qualification and relationship of reciprocity**. In: European Society Rural Sociology Congress, Vaasa, Finland, 19-22 august 2009, T2: The Rural Bites Back - WG 2.8, 2009b.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade e relações não mercantis: manejo de recursos comuns no Nordeste. **Caderno do C R H**, nº 22, v. 56, 2010.

SACHS, W.; ESTEVA, G. **Des Ruines du développement**. Montréal: Ecosociété, 1996. Réédition Paris: Le serpent à plumes, 2003.

SCUBLA, L. **Logiques de la réciprocité**. Paris: Ecole Polytechnique - Cahiers du CREA n°6, 1985. 283p.

SIMMEL, G. Comment les formes sociales se maintiennent. **L'Année sociologique**, année 1, p. 71-109, 1896-1897.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

TEMPLE, D. Le quiproquo historique. **Golias**, n° 31, p. 141-163, Automne 1992.

TEMPLE, D.; CHABAL, M. **La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine**. Paris: l'Harmattan, 1995. 263p.

TEMPLE, D.L'économie humaine. **La revue du MAUSS**, n°10, (1), p. 103-109, 1997.

TEMPLE, D. Les structures élémentaires de la réciprocité. **Revue du MAUSS**, n°12, (2), p. 234-242, 1998.

TEMPLE, D. **Teoría de la Reciprocidad**. Tomo I: La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos. 240p ; Tomo II: La economía de reciprocidad. p. 376-488. La Paz: PADEP/ GTZ, 2003.

Recebido: 16/02/2011

Aceite final: 20/05/2011

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

A Dinâmica de Classe do Desenvolvimento Agrário na Era da Globalização[1]

HENRY BERNSTEIN*

Resumo

Este artigo examina, primeiro, a transformação da lavoura para a agricultura, como resultado do advento do capitalismo industrial, e de sua posição dominante na escala mundial desde o século XIX; e uma segunda mudança, a partir da década de 1970, ocasionada pelo advento e pelos rumos da globalização contemporânea. O artigo, então, passa a defender que o debate sobre a (derradeira?) 'morte do campesinato', na era da globalização, é equivocado e anacrônico, e que a teoria de que 'os pequenos agricultores' são pequenos produtores de mercadorias – inseridos no capitalismo e, portanto, sujeitos a suas tendências de diferenciação de classe – oferece uma abordagem mais aceitável para as questões agrárias de hoje.

Palavras-chave: Agricultura. Capitalismo. Dinâmica de classe. Globalização. 'Campesinato'. Pequena produção de mercadorias.

1 Tradução de Marcelo Otto Severo.

* Professor Emérito de Estudos de Desenvolvimento na School of Oriental and African Studies (SOAS) da Universidade de Londres; e Professor Adjunto no College of Humanities and Development Studies da Universidade Agrícola da China, em Beijing. Este artigo aproveita elementos de um texto publicado recentemente em Class Dynamics of Agrarian Change (Bernstein, 2010a), o primeiro de uma série de "pequenos livros sobre grandes ideias" – Agrarian Change and Peasant Studies. Entre os autores da série estão: Ian Scoones – comunidades rurais sustentáveis; Ben Cousins – propriedade, poder e pobreza: questões de terra na África; Harriet Friedmann e Tony Weis – economia política dos alimentos; Kees Jansen e Peter Mollinga – tecnologia e mudança agrária; Jonathan Fox – ferramentas de poder: conceitos de democratização rural; e Miguel Altieri – movimentos agroecológicos. Todos serão traduzidos para uma edição brasileira, sob a supervisão do Professor Bernardo Mançano Fernandes, da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

O significado e o sentido da globalização contemporânea, sua explicação, e seus efeitos, permanecem bastante controversos. No seu sentido mais amplo, a globalização refere-se a novas formas de reestruturação do capital em uma escala mundial, que incluem: a desregulamentação dos mercados financeiros e a "financeirização" de todos os aspectos da atividade econômica; a liberalização do comércio internacional; mudanças na estratégia e tecnologia de produção, fornecimento e vendas, do agronegócio transnacional e das corporações industriais; e todas as novas possibilidades relacionadas à tecnologia da informação, tão importante para a mobilidade do capital financeiro e para a organização da produção e dos mercados.

A década de 1970 foi um divisor de águas no que diz respeito às mudanças estruturais na economia mundial, como já havia sido a década de 1870, um século antes[2]. A globalização de hoje, da mesma forma, foi provocada pela recessão na economia capitalista mundial e seus 'ajustes', que levaram a uma enorme expansão dos fluxos internacionais de mercadorias e, principalmente, de capitais. A globalização atual está marcada, também, pelo declínio da competitividade da indústria norte-americana (como havia ocorrido com a indústria britânica).

Segundo Beverly Silver e Giovanni Arrighi (2000, p. 56), a *profunda crise capitalista da década de 1970 foi, antes de tudo, um reflexo da incapacidade do capitalismo mundial – como foi instituído, sob a hegemonia dos EUA – de cumprir as promessas de um* New Deal *global,* o que levou a *uma liquidação do regime internacional pró-trabalho e pró-desenvolvimento dos*

2 Os historiadores da economia muitas vezes se referem ao período de 1870 a 1914 como a primeira 'idade de ouro' da globalização. Foi também o período de formação do imperialismo moderno, na análise de Lênin.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

últimos 30 anos, em favor de um regime pró-capital. 'Pró', aqui, refere-se ao que veio antes e ao que veio depois: *Sob o novo regime, a crise do capitalismo, rapidamente, se transformou em uma crise do trabalho organizado e do estado de bem-estar social, nos países ricos; e do comunismo e do estado desenvolvimentista, nos países mais pobres* (ibidem)[3]

O termo 'globalização neoliberal' sugere que as mudanças e a dinâmica do período atual não são apenas um efeito 'automático' da natureza cíclica e das contradições do capitalismo (superprodução, superacumulação e pressões sobre a taxa de lucro, por exemplo). Pelo contrário, o neoliberalismo é um programa político e ideológico para resolver os problemas do capital (Harvey, 2005), que veio para substituir o projeto político anterior – o de tentar construir um '*New Deal* Global', nas palavras de Silver e Arrighi. O programa neoliberal promove a liberdade e mobilidade do capital, e o 'enxugamento do Estado', embora, na prática, seja altamente seletivo.

Em primeiro lugar, isso significa reduzir ou eliminar conquistas trabalhistas alcançadas em diferentes momentos da história (mais recente), registradas na regulamentação do estado e na previdência social. Segundo, os mercados globais de capitais, que movimentam grandes quantidades de dinheiro com uma velocidade sem precedentes, impulsionados pela busca de ganhos especulativos, desgastam a capacidade dos Estados de implementar políticas macroeconômicas com autonomia efetiva (políticas 'nacionais'). Dessa forma, o mantra político para obter 'competitividade' nos mercados globais, e a privatização de empresas e serviços públicos, fazem parte de uma mercantilização profunda de todos os aspectos da existência social. Terceiro, o neoliberalismo envolve programas de ajustamento estru-

3 Giovanni Arrighi morreu em 18 de junho de 2009. Quero aproveitar esta oportunidade para registrar o quanto eu aprendi com a sua obra.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

tural, liberalização econômica, privatizações, e uma agenda de 'reforma do Estado' imposta aos países do hemisfério sul (e do antigo bloco soviético), responsável pelo fim do projeto estatal de desenvolvimento.

Este artigo examina o antigo debate sobre *a morte do campesinato* (Hobsbawm, 1994, p. 289), nas condições de hoje, enquadradas em termos de transições históricas: da lavoura para a agricultura, e desta para a globalização.[4]

Lavoura[5,*]

Sujeita a algumas condições importantes (Bernstein, 2010), durante a maior parte de sua história, a lavoura foi uma atividade e um modo de vida extremamente localizados:

> o trabalho era muitas vezes combinado com o de famílias vizinhas, em momentos críticos do calendário agrícola, como a garantia do plantio oportuno e da colheita, por exemplo;

4 Hobsbawm situa a morte do campesinato na década de 1950, com algumas exceções importantes, principalmente China e Índia. Outros aspectos do 'panorama' atual, que eu não posso desenvolver aqui, são o crescimento da população mundial, a qualidade prometéica do capitalismo contemporâneo, e, não menos importante, o aumento extraordinário da produtividade na produção de alimentos – a ponto de ameaçar destruir o planeta e seus habitantes, segundo alguns críticos (ver nota 17 abaixo).

5 Estas qualificações encontram-se listadas em Bernstein (2010); a importância da agricultura comercial de grande escala em algumas formações agrárias pré-capitalistas é analisada em profundidade por Banaji (2010). A distinção entre lavoura e agricultura proposta neste trabalho não é uma distinção entre agricultura "campesina" (ou "de subsistência") e agricultura comercial (em grande escala), mas entre a agricultura anterior e posterior ao surgimento do capitalismo industrial. Esta última é responsável pela criação de uma "agricultura", ou "setor agrícola", capaz de compreender diferentes tipos e escalas de agricultura no mundo moderno, i.e. capitalista, como será explicado mais adiante.

* N.T.: Em língua portuguesa, não há uma tradução usual para distinguir os termos *farming* e *agriculture* – ambos podem ser traduzidos por "agricultura". Para marcar a distinção expressa pelo autor, optou-se pela tradução da primeira como "lavoura" e a segunda como "agricultura".

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

bens e serviços que os agricultores não poderiam produzir eram fornecidos por artesãos locais;

a fertilidade do solo era mantida através do uso de adubos de origem animal e vegetal, armazenados na fazenda ou nas proximidades, bem como através de sistemas de rotação de culturas e pousio – 'sistemas agroecológicos em circuito fechado'.

Em suma, nas sociedades agrícolas, antes do advento do capitalismo – tanto na matriz européia quanto em condições coloniais – a lavoura, em escala local, era a atividade da maior parte das pessoas. O que hoje chamamos de 'agricultura' era, então, simplesmente uma agregação, a soma total dos agricultores e das suas atividades. Estes interagiam com não-agricultores até certo ponto, através da cobrança de aluguéis e impostos, por meio de trocas localizadas. Mas o impacto, para a agricultura, da criação das divisões de trabalho, dos processos de mudança técnica, e da dinâmica de mercado, foi muito limitado, no que se refere à formação de um 'setor agrícola' no capitalismo.

A condição local da lavoura ('campesinato') serve ao discurso do populismo agrário, desde o advento do capitalismo industrial. Por populismo agrário entende-se a defesa do camponês ou da agricultura familiar contra as ameaças à sua reprodução por parte do capitalismo e de seus agentes de classe – dos bancos e comerciantes até a propriedade fundiária capitalista, do capital agrário e do agronegócio – e por projetos estatais de 'desenvolvimento nacional', em todas as suas variantes: capitalista, nacionalista e socialista.[6]

6 Como foi tão bem demonstrado por Gavin Kitching (1982), as ideias populistas são uma resposta recorrente às grandes transformações sociais que marcam o desenvolvimento do capitalismo ao longo da história do mundo moderno. A defesa do valor intrínseco e dos interesses do pequeno produtor, seja ele artesão ou camponês, como símbolo do 'povo', aparece de vez em quando como uma ideologia e movimento de oposição às transformações provocadas pelo acúmulo de capital. Este é o caso, não só nos centros originais da acumulação (noroeste da Europa, América do Norte), mas também em outras regiões expostas aos efeitos do desenvolvimento capitalista através da sua integração à economia mundial em expansão, da Rússia do século XIX ao hemisfério sul dos dias de hoje.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

Da lavoura à agricultura

A noção de 'setor agrícola' foi criada e aplicada a partir do surgimento e desenvolvimento das economias 'modernas', isto é, capitalistas. Marx percebeu que a divisão social do trabalho entre agricultura e indústria, e entre o meio rural e a cidade, surgiu como uma característica do desenvolvimento do capitalismo. Só fez sentido distinguir o setor agrícola, quando o setor industrial tornou-se proeminente no hemisfério norte; e, posteriormente, quando a industrialização passou a ser o principal objetivo econômico do 'desenvolvimento nacional' nos países do hemisfério sul, depois de conquistarem sua independência do domínio colonial.

Por 'agricultura' ou 'setor agrícola' na economia moderna (capitalista), estou me referindo à lavoura aliada aos interesses econômicos e suas instituições e atividades especializadas (agricultura a montante e a jusante), que afetam as atividades e a reprodução dos agricultores. O termo agricultura a montante refere-se às condições de produção determinadas antes que a agricultura possa começar, o que inclui o fornecimento de instrumentos de trabalho ou 'insumos' – ferramentas, fertilizantes, sementes – e mercados para terra, trabalho e crédito. A agricultura a jusante diz respeito ao que acontece com as culturas e animais quando estes deixam o campo – sua comercialização, processamento e distribuição – e a como essas atividades afetam a renda dos agricultores, necessária à sua reprodução. Exemplos de agentes a montante e a jusante na agricultura de hoje incluem, respectivamente, o capital 'agroinsumo' e o capital 'agroalimentar', nos termos de Weis (2007).

No capitalismo, a agricultura torna-se, cada vez mais, um 'setor' distinto, em termos de lugar na divisão social do trabalho e como objeto de políticas públicas. O período de 1870 até hoje é marcado por uma transformação revolucionária nas condições técnicas da agricultura, especialmente aquelas associadas à 'segunda revolução industrial' (ba-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

seada em aço, produtos químicos, eletricidade e petróleo)[7], e no comércio internacional, em expansão, de mercadorias agrícolas, principalmente de alimentos essenciais, como foi traçado no trabalho pioneiro de Harriet Friedmann sobre regimes alimentares internacionais (*international food regimes*). O regime original, de 1870 a 1914, foi *o primeiro mercado [internacional], regulado pelo preço, de um meio essencial à vida* (Friedmann, 2004, p. 125). Era um regime 'colonial', nos termos de Friedmann, que 'abriu' vastas fronteiras – na maioria de terras virgens, escassamente povoadas e pouco cultivadas até então (na Argentina, na Austrália, no Canadá e nos EUA) – para a produção massiva de trigo e pecuária para exportação para a Europa, cada vez mais dependente da importação de alimentos básicos.

Em suma, uma divisão global de trabalho, entre produção agrícola e comércio, que surgiu na década de 1870, compreendendo

> novas áreas de produção de grãos e carne nas 'neo-Europas' (Crosby, 1986), estabelecidas por colonos nas Américas de clima temperado, assim como em partes do sul da África, na Austrália e na Nova Zelândia;
>
> padrões mais diversificados de lavoura em partes da Europa (em conjunto com o aumento da migração rural);
>
> especialização em culturas tropicais de exportação em colônias na Ásia e na África, e em zonas tropicais de ex-colônias na América Central e do Sul (cultivadas tanto por camponeses e capitalistas quanto em plantações industriais).

A transformação da lavoura para a agricultura combinou mudanças revolucionárias nas condições técnicas e na organização social da produção (especialmente nas 'neo-Europas', na Europa, e na 'nova plantação industrial' dos trópicos[8]) com o comércio internacional, em expansão, de

7 A 'primeira' revolução industrial foi baseada em ferro, carvão e energia a vapor.

8 A nova 'plantação industrial' deste período oferece uma contraparte tropical e colonial à transformação da lavoura para a agricultura, exemplificada pelo meio-oeste americano, e es-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

alimentos de base do 'complexo temperado de grãos e pecuária', de alimentos e bebidas tropicais, e de culturas industriais (na maioria tropicais) como borracha, óleo de palma, algodão, sisal e juta.

Com relação à agricultura como objeto de políticas, da parte da oferta do primeiro regime alimentar, segundo Friedmann e McMichael, *[a] produção especializada de mercadorias... [foi] amplamente promovida pelos Estados coloniais, através de políticas de terra e de imigração, e da criação de infra-estrutura social, principalmente ferrovias e linhas de crédito* (1989, p. 101). Do lado da demanda, o caminho para um comércio (relativamente) livre foi preparado quando, em 1846, a Grã-Bretanha revogou as Leis do Trigo, que protegiam os agricultores e proprietários de terra britânicos e suas rendas comerciais, contra os grãos importados, mais baratos[9]. Embora isso tenha ocorrido antes do divisor de águas que foi a década de 1870, serviu para antecipar de forma estratégica o que estava por vir (Winder, 2009).

O primeiro regime alimentar internacional entrou em colapso em 1914, quando as políticas de guerra, em conjunto com a depressão, levaram a um protecionismo generalizado da agricultura nos países capitalistas industriais. A introdução de políticas de apoio à agricultura nos EUA, na década de 1930, foi fundamental para o que aconteceu depois,

clarecida na história seminal de Cronon (1991), embora ele não use estes termos como eu o faço. O que distinguiu a 'plantação industrial' das plantações anteriores foi a conexão entre sua organização e métodos de produção, suas estruturas de propriedade, e sua estreita relação com o capital financeiro, o transporte, o processamento industrial e a fabricação – aspectos de uma transformação mundial para o agronegócio no final do século XIX, como aponta Ann Stoler (1985: 17) em seu estudo sobre as plantações na ilha de Sumatra. Jairus Banaji (2010: 333), da mesma forma, sugere que O final do século XIX foi o divisor de águas do capitalismo agrário, a primeira vez em que se mostraram visíveis formas modernas de agricultura e sua rápida evolução. Assim como as pradarias do 'complexo temperado de grãos e pecuária', muitas áreas de produção de plantações industriais foram também novas fronteiras agrícolas, neste caso, criadas através do desmatamento de vastas áreas de floresta tropical.

9 Não confundir 'trigo' (corn, no original) com o 'milho' (maize) americano.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

uma vez que estas garantiram preços mínimos para os agricultores, com os excedentes armazenados pelo governo.

As características mais marcantes do período pós segunda guerra foram: a emergência dos EUA e da URSS como 'superpotências' rivais; a sua disputa por aliados entre os países da Ásia e da África, que haviam conquistado a independência do domínio colonial; e a recuperação, e extraordinária expansão, da economia capitalista mundial, que vai da década de 1950 até o início dos anos 1970. Esses fatores ajudaram a moldar o desenvolvimento da agricultura, sendo que seus efeitos para a lavoura, nas três principais regiões da divisão global do trabalho, já foram descritos neste trabalho.

Nos Estados Unidos e, de um modo geral, no hemisfério norte, mais industrializado, desde o final da década de 1940 vem ocorrendo uma acentuada aceleração da taxa de transformação técnica da agricultura, como resultado da 'quimicalização' (adubos, pesticidas, herbicidas), da mecanização, e do desenvolvimento de sementes e animais de alto rendimento (criados para render cada vez mais leite e mais carne). Essas transformações técnicas promovem o crescimento significativo da concentração de corporações de 'agroinsumos' a montante[10]. Seu papel na formação de métodos agrícolas contribuiu, também, para a tendência à concentração na agricultura, onde um número menor de fazendas, maiores e mais capitalizadas, vêm aumentando a escala e a produtividade do trabalho[11].

Essa maior produtividade gerou o problema da superprodução. Nos EUA, políticas estatais de 'apoio à agricultura' – à agricultura indus-

10 Sobre este processo no desenvolvimento da tecnologia de sementes híbridas nos EUA, ver o estudo clássico de Kloppenburg (2004, primeira edição 1988).

11 Entre os efeitos estava o rápido aumento da disparidade entre a produtividade do trabalho (e da terra) em diferentes regiões do mundo. Em 2000, segundo os agrônomos franceses Mazoyer e Roudart (2006: 11), a produtividade média do trabalho nos EUA, na produção de grãos, foi 2000 vezes maior do que a da África subsaariana, que se manteve predominantemente dependente do cultivo com enxada.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

trial, na verdade – contribuíram para aumentar o problema, mas, por outro lado, encontraram uma 'solução' (temporária), com a formação de um segundo regime alimentar internacional, 'mercantil-industrial'. Esse novo regime estava fundamentado no aproveitamento do excedente de alimentos dos EUA como uma forma de ajudar, primeiro, na reconstrução da Europa Ocidental do pós-guerra, sob o Plano Marshall; e, mais tarde, o Terceiro Mundo, onde essa ajuda fazia parte da política externa de guerra fria. Friedmann (2004) chama esse segundo regime de 'mercantil', porque subsidia a produção e administra o comércio de forma a beneficiar os interesses agrícolas dos EUA (e também europeus), além de servir aos interesses da política externa no Terceiro Mundo; e, de 'industrial', por causa da importância, cada vez maior, das empresas de 'agroinsumos' (como foi discutido acima).

Ao contrário do primeiro regime alimentar internacional, que era regido pelos preços, com suas pressões competitivas sobre a produção européia de grãos, o segundo regime levou à *organização corporativa de um complexo agroalimentar transnacional, centrado na economia do Atlântico* (Friedmann, 1993, p. 18). Nesse complexo, os países europeus reproduziram o caráter 'nacional' da política agrícola norte-americana, de apoio à produção e às exportações, através da PAC (Política Agrícola Comum) da que é hoje a União Européia. A PAC foi criada em 1962, e atualmente responde por quase a metade das despesas orçamentárias da UE.

O aumento da renda real no hemisfério norte, durante o *boom* econômico do pós-guerra, refletiu-se no aumento do consumo, a ponto de criar uma nova cultura de massa: o consumismo. O consumo diário de carne e de alimentos processados e de conveniência, em particular, aumentou muito, revelando assim o crescimento das indústrias 'agroalimentares' da agricultura a jusante no 'complexo agroalimentar transnacional'.

Durante esse mesmo período (1870-1970), é possível distinguir, facilmente, três fases na Ásia e na África. Primeiro, as políticas dos Estados coloniais serviram para impor aos camponeses a mercantiliza-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

ção da subsistência, e também para facilitar a criação de plantações industriais, colônias agrícolas e silvicultura comercial em algumas regiões. A mercantilização da subsistência poderia assumir, e combinar, diferentes formas de intervenção para aumentar (e aprofundar) as divisões sociais do trabalho: pressões sobre camponeses para cultivarem culturas voltadas para a exportação; para produzirem alimentos para uma crescente força de trabalho assalariado na mineração, construção e setores urbanos, e, até mesmo, em plantações industriais; e para se engajarem no trabalho assalariado sazonal[12].

Durante a Grande Depressão dos anos 1930, os poderes coloniais europeus tentaram extorquir ainda mais as populações agrícolas da Ásia e da África. As juntas de comércio de mercadorias agrícolas, criadas para dar suporte aos agricultores (e às agroindústrias, principalmente) na Europa, foram adaptadas na África colonial, para extrair maiores rendimentos dos agricultores locais. Na Índia, a grande depressão intensificou o padrão, já existente, de substituir o cultivo de alimentos básicos para consumo doméstico pela produção, destinada à exportação, de algodão, juta, açúcar e grãos finos (Patnaik, 1996), contribuindo assim para a grande fome de Bengala, de 1943-4 (Sen, 1981).

Uma segunda fase, a do desenvolvimentismo colonial pós segunda guerra, foi breve, mas tem atraído o interesse de muitos historiadores, uma vez que algumas de suas modalidades, práticas e ideologias características foram adaptadas pelos países recém-independentes da Ásia e da África, que deixaram de ser colônias no final dos anos 1940 - a terceira fase dessa periodização[13]. Embora ainda fossem, em grande parte, sociedades agrárias, estavam agora comprometidos com o 'desenvolvimento

12 Bernstein (2010a, Cap. 3) apresenta alguns dos diferentes padrões deste processo na América Latina, no sul da Ásia e na África subsaariana.

13 Alguns historiadores enfatizam a continuidade entre o 'desenvolvimentismo' do colonialismo tardio e o que se seguiu à independência, como ocorreu na África subsaariana, por exemplo (Cooper, 2002).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

nacional', como a maioria dos países latino-americanos, geralmente mais industrializados. A modernização da agricultura era um elemento central nas ideias sobre o 'desenvolvimento nacional', ainda que às vezes estivesse subordinada à busca pela industrialização[14]. Priorizar a industrialização poderia implicar em substituir a produção interna de grãos pela importação de cereais baratos (como foi visto acima), ou em 'adiar' a modernização da agricultura até o desenvolvimento da indústria nacional poder oferecer insumos modernos – essa foi a visão predominante no planejamento do desenvolvimento da Índia, do momento da independência até o lançamento da sua 'Revolução Verde'.

Apesar das variações, os programas de modernização seguem uma lógica comum: promovem uma agricultura mais produtiva, com base no aprofundamento das relações de mercadoria, seja através do desenvolvimento do 'pequeno proprietário' ou da agricultura de larga escala, pública e privada[15]. 'Mais produtiva' implica em condições técnicas,

14 As primeiras transições para o capitalismo industrial, e as contribuições da agricultura, ocorreram quando os preços das mercadorias agrícolas eram muito mais elevados do que são hoje. Os termos do comércio internacional favoreceram a agricultura... por todo o século XIX e, de fato, até a Primeira Guerra Mundial. Mas, a partir da década de 1940, eles se voltaram contra as mercadorias agrícolas e em favor dos produtos industrializados, pela primeira vez desde a revolução industrial (Kitching, 2001: 154-5). Pode-se acrescentar que a promoção das exportações de produtos agrícolas tropicais, no período do desenvolvimentismo e mesmo depois, propicia uma superprodução sistemática, o que reduz os preços no mercado internacional (o café é, talvez, o exemplo mais conhecido). Gavin Kitching (2001) lembra, também, que os países que hoje são os mais ricos tinham populações e taxas de crescimento populacional muito menores, no momento da sua decolagem industrial, do que os países mais importantes do hemisfério sul têm hoje. As tecnologias industriais exigiam mais trabalho do que exigem hoje, motivo pelo qual a indústria precisava, e foi capaz de absorver, o trabalho de migrantes de áreas rurais, deslocados pela primitiva acumulação e desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim, a partir da segunda metade do século XIX, o êxodo de pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas dos campos europeus contribuiu, com grandes números, para a migração transatlântica para as Américas do Norte e do Sul. Veja a nota 16, abaixo.

15 Muitas vezes, seguidas pelos governos do hemisfério sul, em 'parceria' com o Banco Mundial, doadores bilaterais (principalmente EUA, Reino Unido e França), e o capital do agronegócio privado (nacional e internacional), que fornecem os projetos para a modernização.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

como variedades e métodos de cultivo melhores e um maior uso de fertilizantes; assim como crédito 'flexível' e assessoria técnica ao agricultor (serviços de extensão). Isso era feito com base na colheita, para exportação ou para alimentação, em especial na 'Revolução Verde' da década de 1960, com sua variedade de alto rendimento – HYV (*high yelding variety*), sementes dos 'três grandes' cereais: milho, trigo e arroz. O 'pacote' combina sementes HYV com fertilizantes, e precisa de muita irrigação para produzir grandes colheitas.

O 'aprofundamento' das relações de mercadoria envolve uma maior integração dos agricultores com os mercados, na qual eles se especializam em produzir determinadas mercadorias para vender, compram e utilizam uma maior quantidade de meios de produção (insumos 'modernos') e meios de consumo, que podem incluir alimentos. Os meios para este fim geralmente incluem: programas de crédito para despesas de produção sazonal e investimentos em capital fixo, através de bancos agrícolas estatais ou outras entidades públicas; subsídios para fertilizantes e, em áreas irrigadas da Índia, eletricidade para acionar poços tubulares e bombas; comercialização facilitada pela modernização da infra-estrutura de transporte e através de organizações especializadas, como cooperativas e agências agrícolas paraestatais; e preços 'administrados' pelos governos para as culturas mais importantes, na forma de um 'piso' ou preço mínimo.

É impossível generalizar os efeitos das diferentes políticas e contextos de modernização da agricultura na Ásia e na África, tanto coloniais quanto independentes, assim como na América Latina, para o desempenho agrícola e para a subsistência/reprodução de agricultores 'camponeses'[16]. A tese de Farshad Araghi, no entanto, afirma que o imperialismo colonial criou um *regime alimentar [global] do capital* que

16 Melhor desenvolvido em Bernstein (2010a, capítulo 4).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

relacionava a *descampenização, proletarização e urbanização em casa com a campenização [...] nas colônias*, ao passo que o colonialismo tardio e as primeiras independências demonstraram uma tendência à *descampenização relativa* no hemisfério sul, em parte devido aos programas de modernização agrícola dos estados pró-desenvolvimento, como foi visto anteriormente (2009, p. 122, 133)[17].

Globalização e Agricultura

De uma forma que reflete, ou exemplifica, o andamento e a dinâmica da globalização em toda a sua plenitude, o segundo regime alimentar internacional entrou em colapso no início dos anos 1970, em decorrência de *uma escassez e alta de preços repentina e sem precedentes* no mercado mundial de grãos, quando os EUA levantaram o embargo à venda de grãos para a União Soviética e ofereceram grandes quantidades de trigo a preços preferenciais (Friedmann, 1993, p. 40). Esse episódio expôs a contradição da superprodução, e também do escoamento de excedentes e dos custos para manter os preços estáveis, com resultados para o lado 'mercantil' do segundo regime. A Europa também contribuiu para a superprodução, quando reproduziu as políticas norte-americanas de apoio à agricultura e começou a produzir excedentes de grãos em tempos de paz, pela primeira vez em um século (e também excedentes de outras mercadorias, principalmente produtos lácteos).

A concorrência intensificada, no comércio agrícola internacional, atrelou o esforço de administrar o lado 'mercantil' do segundo regime alimentar com a dinâmica do seu lado 'industrial' (produção). A Argentina e o Brasil, por exemplo, agora estão entre os quatro maiores produtores de soja do mundo (os outros dois são os EUA e a China); produção esta

17 Ver a nota 12, acima.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

que continua a crescer, tendo dobrado entre 1990 e 2005, com a soja juntando-se aos 'três grandes' cereais (trigo, arroz e milho) para compor as 'quatro grandes' culturas do mundo (Weis, 2007, p. 17).

O caso da soja é um exemplo do crescimento acelerado do poder, da influência e do controle global sobre o fornecimento, processamento e vendas de alimentos por parte do agronegócio transnacional, de 'agroinsumos' e 'agroalimentos', que agora força os limites 'mercantis' do segundo regime alimentar internacional, dos quais havia se beneficiado anteriormente. As corporações tornaram-se *os principais agentes [globais] tentando [...] estabelecer condições estáveis de produção e consumo que lhes permitam planejar o investimento, o fornecimento de materiais agrícolas e a comercialização* (Friedmann, 1993, p. 52) – uma mudança voltada para a regulamentação *privada* (corporativa) da economia global dos alimentos.

Em termos de geopolítica de interesses agrícolas, o fim da guerra fria e a queda da URSS comprometeram o propósito estratégico do eixo transatlântico do segundo regime alimentar internacional; ao mesmo tempo, problemas recorrentes, como a superprodução e o escoamento de excedentes, levaram os EUA a incluir o comércio agrícola na agenda do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), em 1986, e na da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2004, não estando mais sujeito às regras e procedimentos do GATT.

Como resultado da desordem no mercado mundial, que se seguiu ao colapso do segundo regime alimentar, um terceiro regime pode estar se formando: um *regime alimentar corporativo de comércio multilateral* (Friedmann, 2004). Esse 'comércio multilateral', como já percebeu a concorrência internacional, substitui o lado 'mercantil' do segundo regime, mas mantém o lado 'industrial', agora sob controle corporativo, da agricultura a montante e a jusante. Mas será que esse terceiro regime alimentar in-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

ternacional, com as tentativas de regulamentação e de resistência que irá enfrentar, vai conseguir alcançar o mesmo grau de coerência e de relativa estabilidade que os outros dois alcançaram? Essa é uma questão que ainda está em aberto. Surpreendentemente, a inflação global de 2008, no preço dos grãos, reproduziu (ainda que não pelos mesmos motivos) a da década de 1970, que foi o começo do fim do segundo regime alimentar.

Os principais temas na discussão da globalização, e de seu impacto sobre a agricultura nas últimas décadas, incluem:

1. a liberalização do comércio, mudanças nos padrões globais de comércio de mercadorias agrícolas, e as disputas envolvidas, dentro e fora da Organização Mundial do Comércio (OMC);
2. os efeitos sobre os preços de mercadorias agrícolas no mercado futuro, isto é, a especulação impulsionada pela 'financeirização';
3. a eliminação de subsídios e outras formas de apoio aos pequenos agricultores no hemisfério sul, como parte dessa liberalização, em conjunto com a redução dos orçamentos governamentais e da ajuda para a agricultura;
4. a concentração, cada vez maior, de corporações globais na indústria de agroinsumos e agroalimentos, marcada por fusões e aquisições; e do poder econômico de algumas poucas corporações no comandando de fatias maiores do mercado;
5. novas tecnologias organizacionais implantadas por essas corporações, em conjunto com cadeias de mercadorias agrícolas, através do processamento, fabricação e distribuição a retalho – como, por exemplo, a 'revolução do supermercado', no abastecimento global de alimentos e controle do mercado de vendas de alimentos, e as tentativas, por parte das grandes redes de supermercados, de entrar na China, na Índia e em outras partes do hemisfério sul;

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

6. como essas tecnologias se combinam com o poder econômico corporativo para moldar e restringir as práticas (e 'escolhas') dos agricultores e consumidores;

7. a pressão das corporações por patentes de direitos de propriedade intelectual do material genético de plantas, de acordo com as disposições da OMC sobre os aspectos dos direitos da propriedade intelectual no comércio (ADPIC), e a questão da 'biopirataria' corporativa;

8. a nova fronteira técnica: a engenharia genética de plantas e animais (organismos geneticamente modificados – OGM) que, em conjunto com a monocultura especializada, contribui para a perda da biodiversidade;

9. a nova fronteira do lucro: a produção de biocombustíveis, dominada por corporações do agronegócio, com subsídios públicos nos EUA e na Europa, e seus efeitos sobre a produção mundial de grãos para consumo humano;

10. as conseqüências para a saúde, incluindo o aumento dos níveis de substâncias químicas tóxicas em alimentos de cultivo e processamento 'industrial', e as deficiências nutricionais de dietas a base de '*junk food*', *fast food* e alimentos industrializados; o aumento da obesidade e de doenças relacionadas à obesidade, bem como a continuidade, e o possível aumento, da fome e da desnutrição;

11. os custos ambientais de todos os temas acima referidos, incluindo os níveis de consumo de energia e emissão de carbono envolvidos na 'industrialização' do cultivo, processamento e vendas de alimentos – como, por exemplo, no transporte do alimento por longas distâncias, do produtor ao consumidor, e o custo elevado dos produtos transportados por via aérea;

12. em suma, as questões relacionadas à 'sustentabilidade' ou não do atual sistema alimentar global: seu crescimento contínuo ou reprodução ampliada, em conjunto com as trajetórias observadas.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

Não tenho espaço aqui para explorar esses temas, suas interfaces e suas contradições[18]. Em vez disso, vou usá-los para enquadrar a questão, muito debatida, da 'morte' do campesinato, ou, em termos mais analíticos, da dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização.

Globalização: o (derradeiro) fim do 'campesinato'?

Pode-se argumentar que a globalização – a era atual da economia capitalista mundial, muito além da transição para a agricultura e suas formas de internacionalização, da década de 1870 à de 1970 – marca a resolução histórico-mundial da questão agrária do capital (Bernstein, 2009). Ou seja, a produção de alimentos, satisfeita com a produtividade, cada vez maior, por parte da agricultura, já não é mais um 'problema' para o capital (ver nota 17). Essa resolução histórico-mundial só é possível graças ao funcionamento dos mercados globais, obtido à custa da resolução da questão agrária em seu sentido inerente na maior parte do hemisfério sul, como uma condição necessária ao desenvolvimento 'nacional' centrado na industrialização[19].

A resolução da questão agrária do capital aparece também nas perspectivas daqueles que consideram o período de globalização neoliberal, da década de 1970 em diante, como o último ataque aos 'camponeses' remanescentes. Para Araghi (2009, p. 133-4), por exemplo, a 'descampenização relativa' foi substituída pela *descampenização absoluta e deslocamentos,* por meio de uma onda de *cercamentos globais*; para Friedmann (2006, p. 462), a globalização representa um *ataque cerrado às formações camponesas remanescentes no mundo* (com base em ondas de ataque

18 O melhor ponto de vista que eu conheço é o de Weis (2010); ver também Moore (2010).

19 É importante saber se a questão agrária do capital, neste sentido, já foi 'resolvida' no Brasil, o que eu acredito ser o tema de um debate em curso (Mattei, 2005).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

anteriores); e, para McMichael (2006, p. 476), o '*regime corporativo de alimentos [globalizado]... expropria os agricultores como uma condição para a consolidação da agricultura corporativa*[20].

A globalização seria, então, o clímax de um processo histórico-mundial de 'eliminação de camponeses'? (Kitching, 2001, Capítulo 10). Da parte do capital, essa questão requer uma investigação dos 'cercamentos globais' (Araghi) e das modalidades de 'consolidação da agricultura corporativa' (McMichael). Quanto aos (pequenos) agricultores/'camponeses', além da expropriação pura e simples, quais são os efeitos da mercantilização intensificada da subsistência? Será que os 'camponeses' mais antigos são absorvidos por aquilo que eu chamo de 'classes de trabalho', que sempre se mostraram desiguais e parciais em diferentes momentos e lugares da história do capitalismo?

Respostas satisfatórias para essas questões exigem uma investigação empírica detalhada, uma pesquisa sensível à variação concreta – sem esquecer a máxima de Marx (1973, p. 101), de que *[o] concreto ... é a síntese de muitas determinações*. O embasamento teórico dessa pesquisa é, também, de grande importância, é claro. Meu argumento central é o de que 'camponês'/'campesinato', e termos cognatos, como 'descampenização' e até 'recampenização', são anacrônicos, e mais confundem do que esclarecem. No capitalismo moderno, o 'camponês', ou 'pequeno'/agricultor/'familiar', seria mais bem compreendido como pequeno produtor de mercadorias; e, sendo assim, estaria sujeito aos padrões aceitos, embora irregulares, da diferenciação de classe[21]. No final do período

20 Para aqueles familiarizados com os debates, isso sugere um fim histórico dos 'benefícios' ao capital de reprodução dos camponeses, a fim de 'explorá-los' (Bernstein, 2010a, capítulo 6).

21 Observa-se, com freqüência, e com razão, que muitas das teorias e ideias defendidas por autores são frequentemente, ainda que às vezes inconscientemente, influenciadas pelo local que eles conhecem melhor e que estudaram mais. Essa extrapolação desrespeita as especificidades fundamentais de tempo e de lugar – no que diz respeito ao que me interessa: o desenvolvimento do capitalismo. Ao estudar questões agrárias na África subsaariana, encontrei con-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

colonial, na Ásia e na África (da década de 1940 em diante) e, antes disso, na América Latina, a mercantilização de sua subsistência inseriu os pequenos agricultores na produção capitalista de mercadorias, embora a 'compulsão das forças econômicas' (nas palavras de Marx) fosse mediada por uma série de fatores históricos específicos: sociais (o parentesco, por exemplo), políticos (as intervenções do Estado, por exemplo) e culturais (ideias e práticas de propriedade e de autoridade, por exemplo).

No capitalismo, a pequena produção mercantil combina as 'posições' de classe do capital e do trabalho: na agricultura, o capital aparece sob a forma de terras e instrumentos de trabalho; o trabalho, sob a forma de famílias/unidades domésticas (Gibbon e Neocosmos, 1985). É uma 'unidade contraditória' de posições de classe, por várias razões. Em primeiro lugar, essas posições de classe não são distribuídas uniformemente dentro das unidades domésticas, principalmente se forem consideradas as divisões de gênero, no que diz respeito à propriedade, ao trabalho, ao rendimento e às despesas. Segundo, há uma contradição entre a reprodução dos meios de produção (capital), i.e., o fundo de reposição e o fundo de aluguel; e o produtor (trabalho), i.e., os fundos para a reprodução geracional e o consumo – uma distribuição bastante influenciada pelo gênero. Em terceiro lugar, a combinação contraditória das posições de classe é a fonte de diferenciação dos pequenos produtores de mercadorias.

---

dições muito diferentes daquelas familiares aos campos da América Latina e da Ásia, marcados por relações de classe entre a propriedade da terra e o trabalho camponês de origem 'feudal', que tanto aparece na literatura e nos debates sobre a questão agrária. Como resultado, fui levado a compreender a dinâmica de classe da pequena produção de mercadorias agrícolas do capitalismo na ausência de grandes propriedades fundiárias (exceto pelas áreas de colonos europeus na África); e como ela está internalizada nos circuitos de produção e reprodução 'campesina'. A noção de que muitos (a maioria) dos 'camponeses' ou 'pequenos agricultores' de hoje são membros de 'classes do trabalho' (ver abaixo) está baseada em fontes e evidências provenientes da África e de outros lugares.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

Segundo Lênin (1964):

- aqueles capazes de acumular ativos produtivos e de se reproduzirem como capital em larga escala – reprodução ampliada – são agricultores capitalistas emergentes, o que corresponde aos 'camponeses ricos' de Lênin;

- aqueles capazes de se reproduzirem como capital na mesma escala da produção, e como trabalho na mesma escala do consumo (e geracionalmente) – reprodução simples – são pequenos produtores de mercadorias, o que equivale aos camponeses 'médios';

- aqueles que lutam para se reproduzir como capital, ou seja, lutam para se reproduzir com o trabalho de sua própria agricultura, sujeitos ao que eu chamo de *compressão da reprodução simples*, são agricultores pobres, a quem Lênin chama de 'camponeses pobres'.

Agricultores capitalistas emergentes tendem a empregar (mais) trabalho assalariado, para complementar a – ou no lugar da – mão de obra familiar. Os agricultores pobres vivem mais intensamente a contradição de se reproduzirem como trabalho e como capital, e podem reduzir seu consumo a níveis extremos, a fim de manter a posse de um pequeno pedaço de terra ou de uma vaca, comprar sementes, ou pagar dívidas. Nos termos darwinianos de Chayanov (1991, p. 40): *na luta econômica mais feroz, a da sobrevivência, aquele que sabe como passar fome é o que está mais bem adaptado*.

Os agricultores de médio porte, principalmente aqueles que são pequenos produtores de mercadorias, relativamente estáveis, são de especial interesse, porque são caros ao populismo agrário (e também ao ideal do 'camponês livre' de algumas administrações coloniais). Essa posição reflete a suposição de que a condição de 'camponês médio' era a norma nas comunidades rurais anteriores ao capitalismo, que hoje são consi-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

deradas, por romantismo, como sendo intrinsecamente igualitárias. Por isso, o surgimento de camponeses ricos e pobres é visto como um desvio infeliz, uma espécie de queda em desgraça, causada por forças malignas externas às comunidades camponesas.

O esquema teórico proposto neste estudo apresenta uma perspectiva diferente: a de que os agricultores de médio porte são o resultado da diferenciação de classe, uma vez que os processos de mercantilização aumentam os custos de 'acesso' e de reprodução do capital agrícola, e, conseqüentemente, os riscos envolvidos; da mesma forma, aumentam a competição por terra e/ou mão de obra para trabalhá-la. Sendo assim, mesmo as famílias de agricultores 'médios' estabelecem suas iniciativas mercantis em detrimento de seus vizinhos, que são os agricultores mais pobres, incapazes de arcar com esses custos, ou assumir os riscos, e perdem para aqueles que podem. Estes podem ser forçados a deixar a agricultura; ou, se conseguirem crédito, correm o risco de se endividar e cair para a agricultura marginal. Naturalmente, os processos de diferenciação variam bastante: se a tendência à diferenciação de classe se manifesta em movimentos de ascensão em determinados lugares e determinadas épocas, então, de que forma, em que medida e por que isso acontece?

Há dois pontos complementares. Um deles é o de que as práticas, a fortuna e as perspectivas dos agricultores são, cada vez mais, definidas por suas atividades fora do campo e pelos rendimentos obtidos com estas atividades para seus fundos de consumo (reprodução como trabalho) e fundos de investimento (reprodução como capital): *fontes de renda não-agrícola são, sem dúvida, fundamentais para descrever o padrão de vida das famílias de agricultores nos países em desenvolvimento* (Ellis, 1998, p. 10). Esta 'diversificação da subsistência' rural está relacionada com tendências à diferenciação de classe, que podem ser intensificadas ou evitadas, dependendo das circunstâncias.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

Agricultores capitalistas emergentes costumam investir em atividades complementares à agricultura, tais como venda e processamento de safra, comércio rural a retalho e transporte, adiantamento de crédito, arrendamento de animais de tração e tratores, ou venda de água para irrigação. Eles investem também em atividades urbanas, como educação para os filhos e casamentos vantajosos para as filhas, alianças com representantes do governo, e processos políticos e de influência em geral. Em suma, eles praticam a 'diversificação por acumulação' (Hart, 1994).

A agricultura de médio porte combina atividades agrícolas e 'não-agrícolas', incluindo a migração laboral, como uma fonte de renda para ajudar a reproduzir a produção agrícola, principalmente quando os custos de reprodução estão em alta. Depende, também, da capacidade de contratar trabalho assalariado, oferecido por trabalhadores sem terra ou agricultores marginais (os quais, muitas vezes, são migrantes). O trabalho assalariado pode ser contratado para substituir o trabalho familiar, que está envolvido em outras atividades, 'não-agrícolas'; ou para aumentar a mão de obra familiar nos momentos de pico da demanda de trabalho no calendário agrícola, como o plantio e a colheita.

Os agricultores pobres ou marginais optam pela 'diversificação pela sobrevivência' para poder se reproduzir, através da venda de sua força de trabalho. Essa situação é hoje reconhecida, com atraso, por organizações como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA e o Banco Mundial (2007). O *Rural Poverty Report* 2001 (Relatório de Pobreza Rural, 2001), por exemplo, constatou que as populações rurais pobres *vivem principalmente da venda de sua força de trabalho* (IFAD, 2001, p. 230).

O segundo ponto, então, é o de que os agricultores de pequeno porte/'marginais'/pobres do hemisfério sul podem ser mais bem compreendidos como 'classes de trabalho': *o número cada vez maior... que, agora, depende – direta e indiretamente – da venda de sua força de trabalho*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

para sua reprodução diária (Panitch e Leys, 2001, p. ix)[22]. Eles não podem ser despojados de todos os meios de reprodução, mas também não possuem os meios necessários à reprodução, o que define os limites da sua viabilidade como pequenos produtores de mercadorias agrícolas ('camponeses'), ou em outros ramos de atividade.

A dinâmica da pequena produção de mercadorias, apresentada aqui de modo esquemático, é muito anterior à era de globalização atual, obviamente. Mas, embora seja difícil fazer generalizações precisas quanto aos efeitos da globalização neoliberal sobre a agricultura em todo o Terceiro Mundo, é provável que as pressões sobre a reprodução da maior parte dos pequenos produtores agrícolas, e a sua tendência à diferenciação de classe, tenham se intensificado, como resultado da globalização.

A dinâmica de aprofundamento das relações de mercadoria continua, mas com níveis muito reduzidos de investimento, direção e controle estatal, o que inclui a redução ou eliminação dos subsídios diretos e indiretos, principalmente para os pequenos agricultores – *talvez o aspecto mais pernicioso da agricultura estruturalmente ajustada*, segundo Annette Desmarais, da Via Campesina (2007, p. 48). Nesse sentido, o impacto da globalização neoliberal sobre a agricultura tende a afetar negativamente os agricultores mais pobres do hemisfério sul, o que provoca novas ondas de 'desagrarianização'. Muitos, inclusive, estão sendo expropriados, direta ou indiretamente, pelas novas dinâmicas do desenvolvimento capitalista:

22 Eu prefiro a noção de 'classes de trabalho' ao vocabulário herdado da proletarização/proletariado (e ao da semiproletarização/semiproletariado), uma vez que esta carrega menos suposições e associações problemáticas, na economia política (leituras funcionalistas do conceito marxista de exército industrial de reserva, por exemplo) e na teoria e ideologia política (elaboração de uma classe coletiva idealizada [hegeliana], por exemplo) – esta expressão, a propósito, difere do estilo do livro! É também mais fácil, e mais útil, desvinculada das imagens (lembranças?) do 'proletariado' como classe de trabalho industrial 'clássica'; a respeito da formação e da dinâmica das classes do trabalho sob outras formas, ver os estudos de Van der Linden (2008) e Banaji (2010).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

- a produção (capitalista) para exportações de 'alto valor' para os mercados globais (flores de corte na América Central e no Quênia, camarão no sudeste da Ásia);

- o '*dumping*' contínuo de grãos na América do Norte e na União Européia, resultado da superprodução;

- o cercamento de terras e/ou conversão ('grilagem') para a expansão de culturas (soja, grãos, açúcar no Brasil e em outras partes da América Latina, do sudeste asiático e da África subsaariana), 'conservação' e ecoturismo (em partes da África), e desenvolvimento infraestrutural, industrial e urbano (China e Índia);

- os efeitos da inflação no preço da energia e em outros custos envolvidos na pequena (e 'grande') produção de mercadorias agrícolas;

- outras pressões observadas no aumento dos custos de acesso e de reprodução da agricultura;

- os efeitos da financeirização na volatilidade dos preços mundiais dos alimentos, muito além das variáveis 'normais' que afetam a produção, o fornecimento e a demanda (Ghosh, 2010).

Em Bernstein (2010a, Capítulo 7), eu apresento e explico a diversidade concreta das classes do capital e do trabalho no meio rural do hemisfério sul, e como essa diversidade é moldada por fatores ('determinações', nos termos de Marx) alheios ao meio rural, aos agricultores, e à agricultura na era da globalização. No mesmo trabalho, apresento uma variedade de formas e classes de capital, do agronegócio corporativo aos 'camponeses ricos' e pequenos capitalistas, que compram a terra e o gado, e contratam o trabalho de seus vizinhos empobrecidos, ou que diversificam com a venda de safra e práticas semelhantes. Qualquer 'sociologia econômica' concreta da dinâmica de classe agrária inclui, em diferentes escalas: formas de produção e regimes de trabalho, divisão social

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

do trabalho, migração laboral, divisão e conexão rural-urbana, formas de organização do capital e dos mercados, e políticas e práticas públicas (e seus efeitos). Ao passar da sociologia econômica das relações e da dinâmica de classe para a sociologia política da identidade e consciência de classe, da ação política e da prática política coletiva, é necessário envolver uma série de complexidades em análise concreta, determinações que delineei em Bernstein (2010a, Capítulo 8).

Não tenho dúvidas de que o meio rural do hemisfério sul é permeado por lutas que revelam a ação política e os confrontos entre as partes envolvidas, do agronegócio à classe (nacional e local) dos proprietários fundiários e do capital agrário, dos 'pequenos' agricultores à fragmentada classe dos trabalhadores. Todas essas lutas têm um molde universal, onde a dinâmica de classe se combina, de forma complexa, com causas estruturais e experiências de outras contradições sociais. Isso se aplica a diferentes escalas e formas de ação que apresentei em Bernstein (2010a, Capítulo 8), antes de considerar a ideia de um setor unificado do 'povo da terra' como a base social de uma 'resistência agrária global' por um 'contramovimento agrário' (McMichael, 2006). Esta posição depende de três tipos diferentes de reivindicações:

> *sociológica*: em que a vasta maioria dos agricultores do mundo têm muito em comum – como uma 'classe' ou quase-classe – o suficiente para constituir uma categoria unificada do 'povo da terra';
>
> *política*: em que eles têm capacidade para constituir uma 'resistência agrária global' unida e eficaz;
>
> *prática*: em que eles serão capazes de recuperar 'a via campesina' – que dá nome a um dos mais conhecidos destes movimentos, *La Vía Campesina* – e alimentar o mundo de uma forma socialmente mais justa e ecologicamente mais sustentável do que a agricultura atual e suas tecnologias.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

Eu continuo cético em relação a essas alegações, mas sem desconsiderar os impulsos que motivam as mesmas e os movimentos que as defendem, assim como não creio que a agricultura e o desenvolvimento das forças produtivas sejam sempre 'progressistas' (Bernstein, 2010b). Quanto ao terceiro argumento, eu gostaria apenas de salientar que, no início da era do capitalismo industrial, por volta de 1750, a população mundial era de cerca de 770 milhões (na grande maioria de camponeses, de uma forma ou de outra). Ela aumentou para 2,5 bilhões em dois séculos e, em seguida, para seis bilhões em 2000, devendo chegar a nove bilhões em 2050. É difícil imaginar como a agricultura 'camponesa' de baixo-insumo pode *revalorizar a ecologia cultural rural como um bem global* (McMichael, 2006) e alimentar a população mundial, cada vez maior e mais urbana (Woodhouse, 2010).

Class Dynamics of Agrarian Development in the Era of Globalization

Abstract

The paper first suggests a shift from farming to agriculture generated by the advent of industrial capitalism, and its dominance on a world scale from the nineteenth century, and a second shift from the 1970s with the advent and trajectories of contemporary globalization. The paper then argues that debate of the (final?) 'death of the peasantry' in the era of globalization is misconceived and anachronistic, and that the theorization of 'small farmers' as petty commodity producers within capitalism, and subject to its tendency to class differentiation, provides a more satisfactory approach to agrarian questions today.

Keywords: Agriculture. Capitalism. Class dynamics. Globalization. 'Peasantry'. Petty commodity production.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

Referências

ARAGHI, Farshad. The Invisible Hand and the Visible Foot: peasants, dispossession and globalization. In: AKRAM-LODHI, A. H.; KAY, Cristóbal (Eds.). **Peasant Livelihoods, Rural Transformation and the Agrarian Question**. London: Routledge, 2009.

BANAJI, Jairus. **Theory as History**: **Essays on Modes of Production and Exploitation**. Leiden: Brill, 2010.

BERNSTEIN, Henry. **Class Dynamics of Agrarian Change**. Halifax, NS: Fernwood, 2010.

BERNSTEIN, Henry. Introduction: some questions concerning thep forces. **Journal of Agrarian Change**, special issue on Productive Forces in Capitalist Agriculture: Political Economy and Political Ecology**,** (ed.) Henry Bernstein and Philip Woodhouse, Vol. 10, No 3, 2010b.

CHAYANOV, A. V. **The Theory of Peasant Co-operatives**. London: I. B. Tauris, 1991 (first published 1927).

COOPER, Frederick. **Africa since 1940. The past of the present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CRONON, William. **Nature's Metropolis**. Chicago and the Great West. New York: W.W. Norton, 1991.

CROSBY, A. W. **Ecological Imperialism. The Biological Expansion of Europe, 900-1900**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina. Globalization and the Power of Peasants**. London: Pluto Press, 2007.

ELLIS, Frank. Household Strategies and Rural Livelihood Diversification. **Journal of Development Studies**, Vol. 35, No1, 1999.

FRIEDMANN, Harriet. The Political Economy of Food: a global crisis. **New Left Review 197**, 1993.

FRIEDMANN, Harriet. Feeding the Empire: the Pathologies of Globalized Agriculture. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.), **The Socialist Register 2005**. London: Merlin Press, 2004.

FRIEDMANN, Harriet. Focusing on Agriculture: a comment on Henry Bernstein's 'Is There an Agrarian Question in the 21st Century?'. **Canadian Journal of Development Studies**, Vol. 27, 2006.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the State System: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the Present. **Sociologica Ruralis**, Vol. 29, No 2, 1989.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

GHOSH, Jayati. The Unnatural Coupling: food and global ginance. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 10, No 1, 2010.

GIBBON, Peter; NEOCOSMOS, Michael. Some Problems in the Political Economy of 'African Socialism'. In: BERNSTEIN, Henry; CAMPBELL, Bonnie K. (ed.). **Contradictions of Accumulation in Africa. Studies in Economy and State**. Beverly Hills, CA: Sage, 1985.

HART, Gillian. The Dynamics of Diversification in an Asian Rice Region. In: KOPPEL, B.; HAWKINS, J. N.; JAMES, W. (ed.). **Development or Deterioration? Work in Rural Asia**. Boulder, CO: Lynne Reinner, 1994.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **Age of Extremes:** the short twentieth century, 1914-1991. London: Michael Joseph, 1994.

IFAD. **Rural Poverty Report 2001. The Challenge of Ending Rural Poverty**. Rome: International Fund for Agricultural Development, 2001.

KITCHING, Gavin. **Development and Underdevelopment in Historical Perspective**. London: Methuen, 1982.

KITCHING, Gavin. **Seeking Social Justice through Globalization**. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2001.

KLOPPENBURG JR., J. R. **First the Seed. The Political Economy of Plant Biotechnology, 1492-2000**. Madison: University of Wisconsin Press, 2004 (second edition).

LENIN, V. I. The Development of Capitalism in Russia. The Process of the Formation of a Home Market for Large-Scale Industry. In: **Collected Works,** Volume 3. Moscow: Progress Publishers, 1964 (first published 1899).

MATTEI, Lauren. Agrarian Reform in Brazil under Neoliberalism: evaluation and perspectives. In: MOYO, Sam; YEROS, Paris (eds.). **Reclaiming the Land:** the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America. London: Zed Books, 2004.

MARX, Karl. **Grundrisse. Foundations of the Critique of Political Economy (Rough Draft)**. Harmondsworth: Penguin, 1973; translated by Martin Nicolaus.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **A History of World Agriculture**. London: Earthscan, 2006.

MCMICHAEL, Philip. Reframing Development: global peasant movements and the new agrarian question. **Canadian Journal of Development Studies,** Vol. 27, 2006.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 52-81

MOORE, Jason W. The End of the Road? Agricultural Revolutions in the Capitalist World-Ecology, 1450-2010. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 10, No 3, 2010.

PANITCH, Leo; LEYS, Colin. Preface. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). **The Socialist Register 2005**. London: Merlin Press, 2000.

PATNAIK, Utsa. Peasant Subsistence and Food Security in the Context of the International Commoditisation of Production: the present and history'. In: ROBB, Peter (ed.). **Meanings of Agriculture. Essays in South Asian History and Economics**. Delhi: Oxford University Press, 1996.

SCOTT, James C. Afterword to Moral Economies, State Spaces, and Categorical Violence. **American Anthropologist**, Vol. 107, No 3, 2005.

SEN, Amartya. **Poverty and Famines**. Oxford: Oxford University Press, 1981.

SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni. Workers North and South. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). **The Socialist Register 2001**. London: Merlin Press, 2000.

STOLER, Ann Laura. **Capitalism and Confrontation in Sumatra's Plantation Belt, 1870-1979**. New Haven: Yale University Press, 1985

VAN DER LINDEN, Marcel. **Workers of the World. Essays Toward a Global Labor History**. Leiden: Brill, 2008.

WEIS, Tony. **The Global Food Economy. The Battle for the Future of Farming**. London: Zed Books, 2007.

WEIS, Tony. The Accelerating Biophysical Contradictions of Industrial Capitalist Agriculture. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 10 No 3, 2010.

WINDERS, Bill. The Vanishing Free Market: the formation and spread of the British and US food regimes. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 9, No. 3, 2009.

WOODHOUSE, Philip. Beyond Industrial Agriculture? Some Questions about Farm Size, Productivity and Sustainability. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 10, No 3, 2010.

WORLD, Bank. **World Development Report 2008. Agriculture for Development**. Washington: World Bank, 2007.

Recebido: 04/03/2011
Aceite final: 06/05/2011

DOSSIÊ

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional

CLAUDIA JOB SCHMITT*

Resumo

A construção de uma abordagem relacional, capaz de dar conta das complexas dinâmicas sociais que configuram o mundo rural contemporâneo, em sua diversidade, tem se constituído, sobretudo a partir da década de 80, como um desafio para as ciências sociais. Nessa direção, diferentes correntes interpretativas passaram a incorporar a noção de rede como ferramenta capaz de interligar atores, objetos, significados e práticas, no estudo dos processos de desenvolvimento rural. Este artigo busca explorar alguns dessas referências de análise, identificando elementos de convergência e pontos de descontinuidade entre diferentes perspectivas.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Redes. Abordagem relacional. Teoria do Ator Rede.

* Doutora em Sociologia e Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

Historicamente, a palavra desenvolvimento tem operado como uma idéia-força, capaz de articular distintas constelações de atores, significados e práticas. Sua polissemia e plasticidade lhe asseguram a capacidade de transitar entre diferentes mundos: do mundo dos economistas ao universo das ciências humanas, das diretrizes das organizações multilaterais ao discurso dos movimentos sociais. Ao longo do tempo, vários qualificativos foram sendo acrescentados ao termo: desenvolvimento endógeno, desenvolvimento em escala humana, desenvolvimento sustentável, entre tantos outros, refletindo os inúmeros conflitos existentes na definição de valores, objetivos e metodologias de intervenção que a palavra busca mobilizar.

Este artigo não tem a pretensão de reconstituir a complexa trajetória da idéia de desenvolvimento através de distintas configurações históricas[1]. Busca, fundamentalmente, refletir sobre as possíveis contribuições de uma abordagem relacional dos atores e de suas redes de interdependência, na análise dos processos de mudança social no rural contemporâneo. Evita-se, na medida do possível, uma visão do desenvolvimento como uma essência a ser descoberta ("o verdadeiro desenvolvimento") ou como um fenômeno regido por um conjunto previamente definido de estruturas, externas aos agentes sociais, cujo funcionamento precisaria ser decodificado pelo analista. Trata-se, acima de tudo, de organizar elementos de análise capazes de contribuir para um esforço de leitura e interpretação que visa abarcar: de um lado, os campos de relações articulados pela noção de desenvolvimento, em suas múltiplas dinâmicas de afirmação, tradução e contestação; de outro, os diferentes processos,

1 Uma visão histórica do processo de constituição do desenvolvimento como um campo de estudos, e de suas transformações ao longo do tempo, pode ser encontrada em autores como Leys (1996), Cooper e Packard (2005), entre outros.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

através dos quais, ordenamentos materiais e simbólicos que constituem a realidade social são instituídos, reproduzidos, contestados e transformados, nas interações que se estabelecem entre agentes sociais.

Concorda-se, em boa medida, com a argumentação apresentada por Escobar (1995; 2005;2010), de que a idéia de desenvolvimento remete a uma construção discursiva, temporal e espacialmente referenciada, que soube se afirmar, sobretudo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, como um regime de representação, através de um aparato internacionalizado de produção de conhecimento e de intervenção, ancorado em instituições como o Banco Mundial, as Nações Unidas, as agências bilaterais de desenvolvimento, as políticas implementadas pelos Estados Nacionais, bem como em um conjunto heterogêneo de organizações não governamentais (ONGs). Seria equivocado, nesse sentido, tratar *desenvolvimento* e *mudança social* como conceitos equivalentes, tendo em vista que diferentes formas de ser no mundo não se traduzem através de uma única episteme.

Entende-se, ao mesmo tempo, que a identificação do desenvolvimento como um dispositivo de saber e poder, capaz de se impor sobre outras formas de conhecimento e de forjar subjetividades, não esgota as possibilidades analíticas de enfrentamento dessa temática. Da mesma forma em que é preciso compreender os mecanismos que possibilitam a reprodução, ao longo do tempo e em diferentes espaços, de determinados padrões e ordenamentos, torna-se relevante, também, captar o caráter contingente e descontínuo dessas construções, analisando as dinâmicas sociais através das quais racionalidades, modelos e formas de organizar o mundo são mantidos, negociados, rejeitados ou re-apropriados. Resgata-se, nessa direção, a noção de rede, buscando explorar as possibilidades analíticas e interpretativas ensejadas por um enfoque relacional.

Este texto encontra-se organizado, fundamentalmente, em quatro seções. Em um primeiro momento, procura organizar algumas das prin-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

cipais questões envolvidas na formulação de uma abordagem relacional das políticas e práticas de desenvolvimento na perspectiva das ciências sociais. A segunda seção discute a noção de rede e sua utilização como uma ferramenta analítica nos estudos sobre o desenvolvimento rural, a partir de diferentes enfoques. Apresenta-se, a seguir, uma breve reflexão acerca das possibilidades heurísticas dessa noção no estudo das transformações do mundo rural na contemporaneidade.

1. As abordagens relacionais nas ciências sociais

Esta seção do trabalho busca refletir acerca das possíveis contribuições de uma perspectiva relacional para o estudo das políticas, práticas e interações sociais que têm como dimensão articuladora a idéia de desenvolvimento. Essa noção foi sendo construída, em uma trajetória histórica de afirmação e contestação, tendo sido tratada como discurso, como um conjunto de orientações para o desenho de projetos e políticas ou como forma de descrever um processo evolutivo de mudança social. O foco de análise selecionado concentra-se no desenvolvimento como campo temático de investigação. Mesmo reconhecendo o caráter multidisciplinar dos debates nessa área, mantém-se, aqui, um olhar referenciado nas ciências sociais, sabendo, no entanto, que a adoção de uma perspectiva relacional de análise dos fenômenos sociais tem implicações que transcendem as fronteiras estabelecidas entre diferentes disciplinas científicas.

Vale a pena lembrar que o esforço por romper com modos substancialistas de conhecimento do social já se faz presente desde o século XIX, em autores como Marx, Simmel, entre outros. Em Simmel, por exemplo, os grandes sistemas e organizações supra-individuais são vistos como uma consolidação das interações imediatas produzidas ao longo da vida dos indivíduos, não possuindo existência prévia em relação aos sujeitos so-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

ciais. A sociedade não se constitui como uma substância, algo concreto em si mesmo, mas como um acontecer. São os processos de sociação e não a sociedade, em si mesma, o foco privilegiado da análise (Simmel, 2002) (Wilkis y Berger, 2005).

Esse tipo de abordagem diferencia-se dos vários tipos de substancialismo que marcaram, e ainda marcam, o pensamento das ciências sociais em suas diferentes vertentes. Perspectiva esta que está presente tanto nas abordagens individualistas, a exemplo da teoria da escolha racional, como nas abordagens holistas, referenciadas em diferentes tipos de unidades pré-construídas: grupos, nações, sociedades, estruturas ou sistemas sociais. Em ambas, o social é visto como sendo constituído por entidades autorreguladas e autodeterminadas, tomadas como chave explicativa dos fenômenos sociais. Uma segunda vertente do substancialismo define os agentes sociais por suas características intrínsecas, descritas a partir de um conjunto diferenciado de atributos ou variáveis, cuja incidência, de forma isolada ou combinada, explica o comportamento das entidades analisadas (Emirbayer, 1997, p. 283-286).

As abordagens relacionais, em seus diversos matizes, têm como ponto em comum a ruptura com uma epistemologia baseada em unidades pré-construídas, sejam elas o indivíduo, a sociedade ou a cultura. Os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação, só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependências, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência. Colocam-se, com isso, em questão, conceitos e pares de oposições fortemente imbricados na produção do discurso e nos métodos de investigação das ciências sociais, entre eles: estrutura/ação, macro/micro, sociedade/indivíduo.

No esforço por compreender seus objetos de estudo como campos de relações, respostas distintas foram sendo dadas por diferentes autores, informados por entendimentos variados em relação aos próprios fundamentos epistemológicos das ciências sociais.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

Destaca-se, por exemplo, no caso de Elias, uma forte preocupação em relação à transferência de termos e conceitos, cunhados no contexto das ciências naturais, para o léxico das ciências sociais (Elias, 1982, p.19). Pensar o social como uma trama de interdependências, para além da oposição indivíduo/sociedade, não significa atribuir à sociedade um tipo de causalidade semelhante à encontrada na natureza física (Elias, 1982, p. 67), conferindo-lhe um determinismo ou uma legalidade exteriores a qualquer tipo de intencionalidade ou vontade humana. Os ordenamentos, formas de regulação e hierarquias que emergem no curso das interações sociais são resultado de processos abertos e interdependentes, que podem ser apreendidos, sobretudo, através do conceito de figuração. As figurações definem-se como um modelo cambiante, constituído pelos atores como totalidade, onde os jogadores estão presentes não apenas com seu intelecto, mas *com toda a sua pessoa, com todo o seu fazer, e com todas as suas omissões em suas relações mútuas* (Elias, p. 1982, p. 57).

Na sociologia de Elias, o processo de construção de interdependências é tratado como um fenômeno dinâmico, relacionado à trajetória do indivíduo e ao seu processo de socialização. Nele, as pressões exercidas pelas redes de interdependência, que buscam forjar um indivíduo "típico de seu grupo social", são mediadas pela posição que ele ocupa nesse sistema de relações e pela trajetória singular percorrida ao longo de sua biografia. Os processos de socialização e de individuação encontram-se, por sua vez, inseridos em dinâmicas mais abrangentes de transformação, que provocam mudanças de longo prazo, tanto na estrutura das redes como na constituição psíquica e social dos próprios indivíduos (Letonturier, 2005).

Não se trata, aqui, de resgatar toda a diversidade de contribuições que, no campo das ciências sociais, adotaram uma perspectiva relacional como referência analítica. O que é importante destacar é que a incorporação desse tipo de enfoque ao estudo das políticas e práticas de desenvolvimento implica uma ruptura com perspectivas de análise e modos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

de explicação dos processos de mudança social centrados em unidades, sujeitos sociais ou circunscrições territoriais pré-estabelecidos – "o Estado", "as populações pobres", "as comunidades" –, colocando em tela os processos e campos de relações nos quais se constituem os objetivos, os quadros de referência e os próprios agentes do desenvolvimento. As fronteiras que demarcam os limites entre o global e o local, o convencional e o alternativo, o Estado e a sociedade civil, o econômico e o social, deixam de se constituir como mapas seguros de navegação, tornando-se, elas próprias, objeto de investigação.

A emergência, nas ciências sociais, de uma agenda de pesquisa mais sensível à heterogeneidade e particularidade das experiências de desenvolvimento, e, em boa medida, mais fortemente comprometida com uma análise voltada à perspectiva dos atores, não é um fato inteiramente novo, tendo tido seu início já na década de 80. Esse esforço de reconstrução de modos de explicação e estratégias de pesquisa buscava responder, entre outras coisas, a uma crescente dissociação entre a produção acadêmica e o "mundo real" das práticas e da ação[2], refletindo, também, as transformações que, com o advento do neoliberalismo, afetaram as geometrias de poder das políticas de desenvolvimento.

As expressões dessa "virada interpretativa" serão, sem dúvida, muito diferenciadas, não implicando, necessariamente, uma aproximação teórica ou metodológica com abordagens de tipo relacional. De modo geral, é possível identificar um repensar, ainda que em diferentes direções, acerca das relações existentes entre atores, estruturas e práticas sociais, com questionamentos importantes em relação a: (i) as possíveis vinculações a

2 Reproduzimos, aqui, em linhas gerais, a análise feita por Booth (1994) no livro Repensando o Desenvolvimento Social (Rethinking Social Development), acerca da emergência, na segunda metade da década de 80, dessa nova agenda de pesquisa. Este trabalho condensa um importante esforço de mapeamento, problematização e diálogo entre diferentes perspectivas de análise em debate nesse período.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

serem estabelecidas entre o esforço de reconhecimento da diversidade, multilinearidade e multidimensionalidade do desenvolvimento – acompanhada, frequentemente, de uma grande atenção para processos microssociais – e a construção de teorias e quadros explicativos para além do local; (ii) o estatuto teórico da noção de desenvolvimento como conceito ou categoria explicativa, frente às inúmeras críticas dirigidas a essa noção como parte de um projeto modernista (e de dominação); (iii) o caráter negociado e socialmente construído nas experiências da vida cotidiana e a disseminação e reprodução, em âmbito global, de modos de organização capazes de impor as "regras do jogo" nos mais diferentes contextos.

No caso específico dos estudos sobre o desenvolvimento rural, os debates nas últimas décadas foram revitalizados por novas abordagens teóricas e metodológicas, traduzidas em uma ampla gama de estudos de caso, análises comparativas, reflexões de natureza metodológica e esforços de teorização. Elegemos aqui, como fio condutor, no diálogo com essa literatura, a noção de rede e suas aplicações na análise e interpretação das políticas e práticas de desenvolvimento sob uma perspectiva relacional.

2. Redes e atores nos estudos sobre o desenvolvimento rural: diferentes vertentes

A noção de rede vem sendo utilizada, nas ciências sociais e nos estudos sobre o desenvolvimento, de múltiplas formas, tornando-se difícil, por vezes, precisar seu real significado e sua contribuição como ferramenta de análise. A imagem de um sistema composto por nós e fluxos é freqüentemente evocada como metáfora, no esforço por construir representações capazes de dar conta da complexidade do social.

Autores como Castells (1999) falam da emergência, na contemporaneidade, de uma sociedade em rede, capitalista, globalizada, regi-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

da por núcleos de poder descentralizados, e estruturada com base nas tecnologias da informação. As redes, sua arquitetura e suas dinâmicas de inclusão/exclusão, estariam na base dos *processos e funções predominantes em nossa sociedade*, dando origem a uma nova morfologia do social (Castells, 1999, p. 498).

Para além da rede como metáfora ou como matriz técnica, é possível identificar na literatura um conjunto de trabalhos que se utilizam na noção de rede como uma ferramenta analítica ou, como no caso da Teoria do Ator Rede, como base para a construção de uma nova ontologia do social[3].

Verifica-se, por fim, uma crescente referência às redes como estrutura ou mecanismo de governança, capaz de integrar múltiplos "portadores de interesse" (*stakeholders*). A esses conjuntos articulados "em forma de rede", são conferidos, *a priori*, inúmeros atributos ou propriedades emergentes: flexibilidade, horizontalidade, cultura democrática, entre outros. Essa visão normativa e positiva das redes orienta, atualmente, inúmeros projetos de intervenção "pró-desenvolvimento", refletindo o lugar conquistado por essa noção no imaginário da sociedade capitalista contemporânea.

Mesmo correndo risco de simplificação, entende-se como sendo possível identificar três principais vertentes, por meio das quais a noção de rede vem adentrando a literatura sobre o desenvolvimento e, no que é o nosso foco principal, sobre o desenvolvimento rural: a perspectiva orientada aos atores, a Teoria do Ator Rede e a análise das redes sociais proposta pelos estudiosos da sociologia econômica. Para além dessas três linhas interpretativas, merece destaque o esforço coletivo de construção de uma abordagem integradora do desenvolvimento rural desenvolvido por diferentes pesquisadores no âmbito do programa ETUDE[4] e sintetiza-

3 Uma detalhada discussão envolvendo a desconstrução da chamada "dimensão social" como um domínio da realidade, definido a priori, pode ser encontrada em Latour (2007).

4 Enlarging the Understanding of rural Development in Europe, ou seja, Ampliando a compreensão do Desenvolvimento rural na Europa.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

do nos livros *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*[5] (Ploeg; Marsden, 2008) e *Networking the rural: the future of green regions in Europe*[6] (Milone e Ventura, 2010) que, em que pese a sua forte aproximação com a perspectiva orientada ao ator, também estabelecem um diálogo com outros enfoques sobre as redes.

Redes e agência na perspectiva orientada aos atores

A referência à noção de rede na abordagem conhecida como *perspectiva orientada aos atores* remete a um conjunto de autores clássicos da antropologia, incluindo Raddcliff-Brown, Mitchell, Barnes e Bott[7], que se utilizaram dessa noção em estudos etnográficos ambientados em diferentes cenários, influenciando, de forma abrangente, o debate sobre esse tema nas ciências sociais. Embora esse conceito tenha sido assimilado, inicialmente, no pensamento de Raddcliff-Brown, a uma visão mais estática de estrutura (Raddcliff-Brown, 1989, p. 282), o mesmo foi posteriormente apropriado pelo movimento de crítica ao estrutural-funcionalismo, através da chamada Escola de Manchester. Conflito e poder tornam-se elementos inerentes ao processo de manutenção e transformação das estruturas sociais, em um enfoque em que a própria estrutura é percebida como uma rede de relações (Scott, 2000).

Esse modo de perceber os nexos existentes entre a ação social e as redes se encontra muito presente, por exemplo, nos trabalhos de Long (1992; 2007), bem como nos de outros autores também identificados à perspectiva orientada ao ator[8]. Esse referencial procura, em linhas gerais,

5 Em português esse título poderia ser traduzido como "O desdobrar das redes: a dinâmica do desenvolvimento rural regional"

6 Uma tradução aproximada, em português, seria: "Interligando as redes do rural: o futuro das regiões verdes na Europa".

7 Ver: Raddcliff-Brown (1989); Mitchell (1974); Barnes (2010); Bott (1976).

8 A incorporação um enfoque relacional, orientado aos atores, encontra-se fortemente presente também nos trabalhos de Ploeg. Os vínculos das unidades produtivas familiares com os mercados foram analisados, com base em uma perspectiva relacional, no livro Trabalho, Mercados

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

romper com as limitações impostas pelas abordagens macro-estruturais – seja na versão liberal da teoria da modernização, seja na versão marxista -, que tendem a ver o desenvolvimento como efeito de "forças externas" aos agentes sociais. Parte-se do pressuposto de que, embora muitas mudanças estruturais sejam, de fato, resultado de "forças externas" (como o Estado, o mercado ou as políticas internacionais pró-desenvolvimento), as formas de intervenção só afetam as oportunidades sociais e a conduta dos indivíduos à medida que se introduzem em seus modos de vida, tomando forma, direta ou indiretamente, nas experiências do cotidiano (Long, 2007, p. 42). A perspectiva orientada aos atores visa, justamente, compreender o modo como distintos agentes influenciam a formulação e a implementação de políticas e projetos de desenvolvimento, afetando seus resultados.

A crítica à idéia de "intervenção planejada" e a ênfase na experiência social construída na vida cotidiana emergem como componentes de uma abordagem que busca apreender, com base em uma perspectiva construtivista, *as maneiras intrincadas e variadas em que velhas e novas formas de produção, consumo, sustento e identidade se entrelaçam e geram modelos heterogêneos de mudança econômica e cultural* (Long, 2007, p. 39).

A agência – associada à capacidade humana de conhecer e atuar – materializa-se tanto na articulação de cadeias de atores como na canalização de diferentes elementos (demandas, bens, instrumentos, informações), *através de pontos nodais de interpretação e interação* (Long, 2007, p. 50). As redes, mobilizando relações, recursos e significados, propiciam a interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas. É na confluência entre essas múltiplas realidades,

e Produção Agrícola (Labor, Markets and Agricultural Production) - Ploeg (1990) - tendo como ancoragem diferentes estudos de caso. Referências à noção de rede podem ser encontradas em Ploeg et al. (2000); Ploeg (2008) e Ploeg e Marsden (2008).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

e através de processos de luta, negociação e acomodação, em diferentes campos de batalha, que se constrói o desenvolvimento.

Como referencial de pesquisa empírica, a perspectiva orientada ao ator gerou uma ampla gama de trabalhos, ao quais tomam, como objeto de investigação, as múltiplas interfaces estabelecidas pelas políticas e ações voltadas à promoção do desenvolvimento, em diferentes regiões do mundo, influenciando, também, a produção brasileira recente[9].

A associação entre "humanos" e" não-humanos" e a emergência do Ator-Rede

A Teoria do Ator Rede (ANT – no acrônimo em inglês, *Actor-Network Theory*) foi desenvolvida a partir do final dos anos 70, por autores como Law, Latour, Callon, entre outros, sobretudo através de análises voltadas à ciência e à tecnologia. Para os autores identificados com essa abordagem, as redes não correspondem, como propõe Castells (1999, p. 505) a uma nova morfologia do social. Na verdade, a própria referência a uma morfologia, como uma estrutura geradora de determinados processos sociais, parece ser avessa a esse enfoque. O ponto de partida da análise não é a ordem instituída mas, sim, os processos plurais e incompletos através dos quais a ordem é construída. Trata-se, aqui, nas palavras de Law, de uma sociologia de verbos e não de uma sociologia de nomes (Law 1994, p. 15). Noções como nível, camada, território, estrutura, sistema, entre outras, largamente empregadas no campo das ciências sociais, não são compreendidas como determinações, que estariam "por trás" dos processos empíricos analisados. De acordo com o princípio metodológico da simetria, todos os elementos

9 Ver, por exemplo: Schneider (2006) e Schneider e Niederle (2010), bem como os diferentes trabalhos produzidos no âmbito do Projeto Sementes e Brotos da Transição. Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil. Ver: http://www6.ufrgs.br/pgdr/ipode/projeto.htm. Consultado em: janeiro de 2011.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

que constituem uma cadeia de associações precisam ser explicados, sem nenhuma distinção prévia entre o social e o natural, o micro e o macro, as causas e os efeitos. Toda e qualquer forma de ordenamento é um produto da atividade performativa e recursiva das redes.

Como observa Latour, a rede, na ANT, funciona como uma ferramenta que permite seguir determinadas cadeias de tradução. Não pode ser confundida, portanto, com um objeto "em forma de rede", a ser descrito pelo pesquisador (Latour, 2007, p. 131). A essa concepção de rede, encontra-se associada uma visão muito específica da agência e dos atores. Para a ANT, o ator não é uma fonte de ação, seja ele um indivíduo, um grupo ou uma organização (Latour, 2007, p. 46). Ele só existe através de um conjunto de associações, estabelecidas entre agentes "humanos" e "não-humanos", conectados entre si por meio de diferentes processos de tradução. As relações de poder, a conformação de centros de cálculo com capacidade de agir à longa distância, a "estabilização" de determinadas conexões através da formação de "caixas pretas" tornam-se foco de atenção, em cuidadosos trabalhos de cunho etnográfico, bem como em diversos textos de natureza teórica[10].

Um dos pontos mais controvertidos da ANT é, justamente, o fato de que, nessa perspectiva, os elementos do mundo material não são apenas mobilizados pelos seres humanos, mas participam, efetivamente, da ação. É na imbricação entre o social e o material que as sociedades humanas estabilizam, no tempo e no espaço, determinadas conexões, cristalizadas em configurações sociais e materiais cada vez mais complexas (Murdoch, 1997). Um objeto ou um ser humano pode atuar como intermediário ou como um mediador, dependendo da cadeia de associações estabelecida

10 Uma ampla lista de indicações de leitura relacionadas à ANT pode ser encontrada no banco de referências organizado por Law. Ver: <http://www.lancs.ac.uk/fass/centres/css/ant/ant.htm>. Consultado em: janeiro de 2011.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

em cada situação[11]. A ação, tanto dos "humanos" como dos "não-humanos", é uma propriedade emergente das redes, que humanizam aquilo que chamamos de objetos e "coisificam" o que chamamos de seres humanos, dando origem a inúmeros híbridos dificilmente classificáveis, seja no mundo das pessoas, seja no mundo das coisas.

A ANT foi incorporada, de diferentes maneiras, aos estudos agroalimentares, rurais e regionais, como um enfoque alternativo aos estudos mais clássicos da economia sobre cadeias de *commodities*, sistemas de provisão, ou às abordagens mais "convencionais" sobre as tecnologias na agricultura. Como observa Wilkinson (2006), a persistência do movimento contra os transgênicos, as expressões de vulnerabilidade das cadeias agroalimentares frente à ação de "não-humanos" (príons, vírus ou bactérias) causadores de doenças de origem alimentar, a expansão do mercado de orgânicos, entre outros processos emergentes, ampliaram o interesse de diferentes pesquisadores frente a uma abordagem que busca romper com a separação sociedade-natureza, que marca as ciências sociais desde a sua origem.

Um outro elemento a ser destacado, e que parece ter contribuído para fortalecer a aproximação estabelecida entre a ANT e a produção acadêmica relacionada à agricultura e ao mundo rural, refere-se à forma como o conceito de rede, nos termos propostos pela ANT, influencia a percepção do espaço como uma dimensão analítica, possibilitando uma nova leitura das relações que se estabelecem entre o local e o global, as redes e o território, o agrícola e o rural. Nos termos propostos pela ANT, a dimensão espacial deixa de ser tratada como uma moldura, no interior da qual se desenvolve a ação social. A ação das redes constrói também o

11 Para Latour, um intermediário é um elemento que não se transforma no decorrer da ação. Um mediador, transforma, traduz, distorce, modifica o sentido ou os elementos por ele carregados. (Latour, 2007, p. 390).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

espaço, que passa a ser compreendido, cada vez mais, como um espaço político – componente estratégico na produção, reprodução e transformação de distintas formas de ordenamento da realidade (Murdoch, 1998) (Murdoch, 2000) (Dicken *et al*., 2001).

A ANT tornou-se uma referência importante na análise de "redes agroalimentares alternativas" como, por exemplo, as redes de comércio justo (Whatmore e Thorne, 1997), influenciando, também no Brasil, diversos trabalhos de pesquisa empírica relacionados a esse tema (Schmitt, 2001; Mior, 2005; Pinheiro, 2010).

Redes sociais e ação econômica no estudo do desenvolvimento rural

Uma terceira vertente de aplicação da noção de rede nos estudos sobre o desenvolvimento rural remete às discussões travadas no âmbito da sociologia econômica, acerca das relações entre processos econômicos e estruturas sociais. A inserção social das ações econômicas coloca-se, aqui, no centro da análise, traduzida através do conceito de imbricação (*embededdness*), desenvolvido inicialmente por Polanyi e, posteriormente, por Granovetter (Granovetter, 1992; 2005)[12]. A idéia de imbricação encontra-se ancorada, na sociologia de Granovetter, em três pressupostos básicos: (i) a ação econômica é uma forma de ação

12 É importante destacar que o rico debate que vem sendo travado, no campo da sociologia econômica, focalizando as redes, os mercados, os atores e as instituições econômicas, mobiliza uma pluralidade de enfoques, em um diálogo marcado por convergências, controvérsias, aproximações e esforços de demarcação de fronteiras. Diferenças existentes entre a abordagem de Granovetter e uma visão dos mercados mais estreitamente vinculada à proposta da ANT foram demarcadas, por exemplo, por Callon (1997). Uma análise detalhada das interfaces estabelecidas entre distintas vertentes de interpretação sobre as redes no campo dos estudos agroalimentares pode ser encontrada em Wilkinson (2006).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

social; (ii) a ação econômica é socialmente situada e, (iii) as instituições econômicas são construções sociais.

Nos trabalhos do autor, a noção de rede, definida, fundamentalmente, como *um conjunto regular de contatos ou conexões similares entre indivíduos ou grupos* (Swedberg e Granovetter, 1992, p. 9), aparece frequentemente associada à idéia de estrutura. Para Granovetter, nenhum fenômeno social pode ser analisado, sem que seja considerada sua imersão em redes de relações sociais (Granovetter, 1990, p. 15). A análise de redes sociais não é, portanto, apenas um método. Define-se, também, como um enfoque analítico, que busca se contrapor tanto à visão sobressocializada da vida social, característica, por exemplo, do estrutural-funcionalismo, como à visão subssocializada da ação econômica, presente na economia neoclássica. O comportamento individual não se constrói, nem como o resultado da internalização de um sistema pré-estabelecido de normas e papéis, nem como expressão do cálculo racional do *homo economicus*. Os indivíduos estão vinculados a múltiplas redes, regidas por princípios econômicos e não econômicos que influenciam, de diferentes maneiras, as suas ações. As redes se constituem, nessa ótica, como uma chave de leitura capaz de desvendar os contextos relacionais onde se inserem os atores: indivíduos, famílias, grupos e organizações. São, portanto, fundamentalmente, sociais.

Atenção especial é atribuída, nesse enfoque, aos padrões de interação que se estabelecem, no âmbito das redes, aos tipos de vínculos estabelecidos e à posição dos indivíduos na estrutura reticular. Verifica-se, aqui, a forte vinculação de Granovetter com a análise de redes sociais na forma como esse programa de pesquisas se desenvolveu nos Estados Unidos, sobretudo a partir da década de 70, com ampla utilização de representações gráficas e medidas quantitativas de descrição e comparação entre redes.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

A influência das redes sociais sobre os resultados econômicos se dá de diferentes maneiras: alterando o fluxo e a qualidade da informação; favorecendo a mobilização de recursos; institucionalizando mecanismos de retribuição ou de punição; possibilitando a estruturação (ou desestruturação) de vínculos confiança. Estes vínculos são construídos, por sua vez, tanto por meio de relações interpessoais (laços fortes) como através dos chamados laços fracos, que ligam agentes socialmente distantes, possibilitando uma aproximação entre universos sociais distintos (Granovetter, 1973). Aspectos relacionados à estrutura das redes, como, por exemplo, sua densidade, influenciam diretamente a estruturação de sistemas compartilhados de normas e referências, que incidem, por sua vez, de diferentes maneiras, sobre as atividades econômicas.

Mas, o papel atribuído às redes na sociologia econômica de Granovetter abre caminho para uma série de interrogações, sinalizadas por diferentes autores engajados nesse debate. A metáfora da imbricação foi criticada, por exemplo, por Callon, a partir de um enfoque referenciado na ANT (1999). O caráter impreciso do conceito de imbricação foi também criticado por Fliegstein, quando discute a criação de mercados estáveis como um processo político (Fliegstein, 1996). Emerge, nesse diálogo, a tensão entre a rede tomada como um tipo de estrutura social, subjacente à ação econômica, e as redes (incluindo, aí, os mercados) como cadeia de associações estruturadas a partir de relações de poder e processos de agenciamento. Na crítica de Callon, aparece, mais uma vez, a importância das associações entre "humanos" e "não-humanos" na constituição dos mercados como dispositivos de cálculo (Callon, 1999).

A influência dos debates sobre redes sociais, mercados e formas de organização econômica, tanto na perspectiva proposta por Granovetter como através de outros referenciais de interpretação, encontra-se presente, de diferentes maneiras, nos estudos sobre o desenvolvimento

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

rural. As relações de parentesco, amizade e proximidade, bem como as características do ambiente cultural em que se estruturam as atividades econômicas, foram constituídas como objetos de investigação, informando diferentes estudos sobre o desenvolvimento local ou territorial, bem como análises centradas em cadeias específicas de produção[13]. Em oposição a uma visão unidirecional dos processos de mercantilização da vida social, presente, ainda que de forma distinta, nos clássicos da questão agrária, emerge um olhar sensível, de um lado, à diversidade de formas econômicas, arranjos institucionais e interconexões entre o rural e o urbano constitutivas dos territórios; de outro, às oportunidades ensejadas pelas redes no que tange à mobilização de recursos e de capacidades locais, com frequentes referências ao conceito de capital social.

Da mesma forma, verifica-se um crescente interesse em relação às novas possibilidades de imbricação entre redes, valores, produtos e territórios, surgidas no contexto de uma economia de qualidade, em que as preferências dos consumidores em relação a alimentos saudáveis, seguros ou ecologicamente produzidos abrem novas potencialidades na construção de mercados diferenciados, através de redes com capacidade de operação à longa distância (como o comércio justo) ou dos chamados circuitos curtos de comercialização[14].

As redes na construção de uma abordagem integrada do desenvolvimento das regiões rurais

Como já foi sinalizado anteriormente, um esforço importante de construção de um referencial integrado de análise do desenvolvimento

13 Influências dessa abordagem no estudo do rural brasileiro podem ser encontradas, por exemplo, em: Radomsky e Schneider (2007) e Abramovay (2007).

14 Para uma discussão desse tema no âmbito da sociologia econômica ver: Wilkinson, (2003/2008).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

rural, tendo como referência o contexto europeu, pode ser encontrado no trabalho de pesquisa e reflexão teórica desenvolvido no âmbito do programa ETUDE[15]. Os resultados gerados por essa iniciativa foram reunidos em duas publicações: *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development,*.livro organizado por Ploeg e Marsden (2008), e *Networking the rural: the future of green regions in Europe,* uma coletânea de artigos organizada por Milone e Ventura (2010). As atividades implementadas no âmbito desta proposta interdisciplinar de investigação envolveram pesquisadores de diferentes países da Europa, mobilizando um amplo universo de experiências de desenvolvimento rural (63 casos), ambientadas em diferentes regiões do continente.

Na formulação proposta pelos autores, as redes são incorporadas, simultaneamente, como um instrumento de análise, capaz de possibilitar o estudo das transformações do espaço rural na contemporaneidade, e como parte de um referencial teórico e metodológico voltado à implementação de políticas e capaz de orientar estratégias sustentáveis de desenvolvimento rural.

No marco de interpretação construído ao longo dos diferentes artigos/capítulos que compõe o trabalho, as redes que conformam as sociedades e as economias rurais surgem da combinação entre diferentes elementos (atores, setores, recursos, lugares e atividades) que, em sua articulação, dão origem a distintas trajetórias de desenvolvimento, bem como a formas extremamente diversificadas de configuração do espaço rural.

A região emerge, aqui, como um nível estratégico de análise, na construção de uma nova teoria do desenvolvimento rural, centrada não apenas nas atividades agrícolas mas na multifuncionalidade dos espaços

15 ETUDE significa Enlarging the understanding of rural development in Europe, em português, Ampliando a compreensão do desenvolvimento rural na Europa. Participaram dessa iniciativa pesquisadores provenientes de seis diferentes países da Europa.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

rurais. Os autores partem de uma definição positiva do espaço rural, baseada, fundamentalmente, em três elementos distintivos, a saber: (i) o rural, em suas diferentes configurações e atividades, é identificado como lugar de co-produção entre os seres humanos e a natureza; (ii) o rural é caracterizado, também, em termos relativos, como ambiente onde predominam pequenas e médias empresas; (iii) por fim, identifica-se, nas áreas rurais, uma presença mais forte de mecanismos não-mercantis de intercâmbio, o que contribui para que essas regiões consigam manter uma certa resiliência frente às oscilações do mercado.

No plano teórico, as redes podem ser analisadas com base na intersecção entre diferentes dimensões: endogeneidade, produção de novidades, sustentabilidade, capital social, arranjos institucionais e a governança dos mercados. A articulação existente entre esses diferentes elementos tem o potencial de se traduzir tanto na força como na fragilidade das regiões rurais. Redes, coerência[16] e capital territorial, em sua articulação com as dimensões anteriormente propostas (endogeneidade, sustentabilidade, entre outras), tornam-se componentes chave no fortalecimento da rede rural como conjunto mais ou menos coerente de recursos, atores, atividades, conexões e externalidades positivas, capaz de fortalecer e dar suporte a processos sustentáveis de desenvolvimento rural.

Segundo Horlings e Marsden (2010), as redes se constituem, no modelo analítico proposto pelos pesquisadores do programa ETUDE, como um recurso heurístico, que permite "fotografar" as distintas configurações assumidas pelas dimensões analíticas acima mencionadas, em processos regionalmente situados de desenvolvimento rural. O caminho de inves-

16 A coerência pode ser percebida como sendo o resultado das inter-relações estabelecidas entre o espaço vivenciado (domínio das práticas), o espaço percebido (o domínio do conhecimento) e o espaço concebido (o domínio dos valores e das ideologias), traduzindo-se em diferentes formas de ruralidade. Ventura et al (2008, p. 155-158).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

tigação proposto não se esgota, no entanto, em uma mera descrição da multiplicidade e da heterogeneidade das trajetórias de desenvolvimento: é preciso compreender, também, em profundidade, o modo como "fatores externos" - incluindo aí a contra-urbanização, as mudanças climáticas e a globalização - influenciam o desenvolvimento das regiões rurais (Horlings e Marsden, 2010, p. 240).

Nos termos propostos por Ploeg e Marsden (2008) e demais pesquisadores envolvidos nesse programa de investigação, o desenvolvimento rural tem como foco, essencialmente, *a revitalização e o fortalecimento do rural*, bem como seu reposicionamento na sociedade como um todo (Ploeg *et al*, 2008, p. 3), o que implica em uma rearticulação dos processos, das atividades e das redes que constituem o rural. Mas, como observam os autores, o rural é composto por múltiplas estruturas. A rede rural é, nesse sentido, uma das muitas, e, freqüentemente, contraditórias estruturas (ou modos de organização) que operam nas regiões rurais e urbanas, podendo ser vista, portanto, como uma contra-estrutura, que busca romper com outras estruturas presentes, em um rural em transição.

3. Possibilidades heurísticas da noção de rede no estudo das transformações do rural contemporâneo

O itinerário percorrido até o momento nesta reflexão foi marcado, sobretudo, pelo esforço por compreender as distintas formas como a idéia de rede tem sido mobilizada como ferramenta na análise e interpretação das configurações do rural contemporâneo, a partir de diferentes correntes de interpretação. Coloca-se, então, a pergunta, talvez excessivamente pragmática: afinal, para que servem "as redes"? Em que medida, o recurso a essa noção pode contribuir em um esforço reflexivo de leitura e interpretação dos processos sociais, voltado à construção de

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

futuros alternativos, em um ambiente em que a própria idéia de desenvolvimento vem sendo amplamente contestada? É possível encontrar um ponto de vista que permita superar o aparente impasse - estabelecido entre aqueles que acreditam na busca de um desenvolvimento alternativo, centrado nas pessoas e construído desde o local, e o esforço de desconstrução do desenvolvimento como narrativa, empreendido pelos pós-desenvolvimentistas em sua afirmação da singularidade e do local -, para a construção de um novo paradigma, em que a noção de desenvolvimento seja destituída de sua centralidade[17]?

Parte-se do pressuposto de que seria equivocado transformar "as redes" – seja como uma referência analítica seja como um conceito operacional – em um condensador de tantas promessas. Ao mesmo tempo, o exame das diferentes linhas de aproximação entre a noção de rede, os estudos agroalimentares e a análise dos processos de transformação do mundo rural, nos permite identificar uma série de potencialidades a serem exploradas, a partir de uma abordagem relacional dos atores, dos mercados, das políticas e dos processos sociais e ecológicos envolvidos na co-produção de distintas ruralidades. Mantendo o espírito inicial do texto, exploram-se, a seguir, alguns "núcleos de problematização", que foram identificados a partir desse esforço "transversal" de leitura dessas distintas vertentes de incorporação da noção de rede ao estudo das transformações do mundo rural na contemporaneidade.

Um primeiro elemento a ser destacado refere-se ao modo como os distintos enfoques anteriormente apresentadas abordam a questão da agência no âmbito das redes. A perspectiva de análise proposta pela ANT é, sem dúvida, a mais ousada nesse sentido, tendo como ponto de parti-

17 Um esforço consistente de crítica tanto ao desenvolvimento alternativo como às alternativas ao desenvolvimento, afirmadas pelos pós-desenvolvimentistas pode ser encontrado em Pieterse (1998).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

da uma percepção extremamente aberta tanto dos elementos como das conexões que constituem o Ator-Rede. Redes e atores só "ganham vida", de fato, através da reconstrução de determinadas cadeias de associações, bem como dos múltiplos processos de tradução que possibilitam a criação e, eventualmente, a estabilização, no tempo e no espaço, e sempre em caráter provisório, dos vínculos estabelecidos.

Essa definição performativa e semiótica do ator demarca diferenças importantes entre a ANT e outras abordagens relacionais que também buscam incorporar, como instrumento de análise, a noção de rede. Tanto na perspectiva orientada aos atores como na análise das redes sociais nos termos propostos por Granovetter, o social mantém o seu estatuto, ainda que de maneira distinta, como um campo específico de análise. Os vínculos estabelecidos no âmbito das redes constituem-se como interações entre indivíduos, famílias, comunidades ou organizações – os agentes não humanos operam fundamentalmente, aqui, como intermediários. No referencial de análise proposto por Granovetter, no entanto, parece existir uma ênfase muito grande na estrutura das redes, ou seja, no mapa dos vínculos estabelecidos, suas características (intensidade, freqüência, reciprocidade) e dinâmicas de transformação. Já, na perspectiva orientada ao ator, maior atenção é dada ao que Fuhse (2009) identifica como sendo as estruturas de sentido das redes sociais, consideradas como uma dimensão fundamental da análise, tendo em vista que as redes não são uma soma de relações sociais, mas, sim, uma estrutura (ou, talvez, uma configuração) de vínculos inter-relacionados (Fuhse, 2009, p. 62). A reflexividade das práticas, os processos de geração e intercâmbio de conhecimentos, bem como as distintas lógicas de apropriação e mobilização dos discursos em diferentes contextos de interação, são elementos fundamentais para que se possa melhor compreender as redes e os vários mundos que elas constituem.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

Um segundo núcleo de questionamentos diz respeito à articulação entre o material e o simbólico, o "humano" e o "não humano", no âmbito das redes, lembrando aqui que esses pares de elementos não são necessariamente equivalentes entre si. No caso da ANT, parte-se do princípio de simetria, ou seja, a natureza e a cultura, o social e o biológico, não se configuram, *a priori*, como níveis distintos de análise. Na abordagem integrada do desenvolvimento das regiões rurais, proposta por Ploeg, Marsden e demais pesquisadores integrados ao Programa ETUDE (Ploeg e Marsden, 2008; Horlings e Marsden, 2010), toma-se como ponto de partida a existência de um subsistema social e de um subsistema biológico (Ventura *et al*, 2008, p. 149-150), os quais, através de processos de co-produção e de co-evolução, interagem permanentemente na construção do "mundo rural". A própria idéia de sustentabilidade, referenciada por esses autores como dimensão teórica de análise, encontra-se ancorada em um reconhecimento da estreita imbricação existente entre processos ecológicos e processos sociais.

De modo geral, o que se identifica, nas distintas abordagens que buscam se utilizar da noção de rede no estudo dos processos de desenvolvimento rural, é uma crescente sensibilidade no que diz respeito às dimensões materiais (ecológicas, tecnológicas, corpóreas) envolvidas na configuração do rural. Refletindo, por exemplo, sobre o conceito de estrutura, Long (2007) propõe que a mesma seja conceituada como um amálgama heterogêneo de entidades "humanas", mas, também, "não humanas", as quais se tornam agentes "por delegação", reafirmando, ao mesmo tempo, as capacidades reflexivas e a criatividade dos atores sociais, em uma formulação capaz de permitir, ao que tudo indica, um diálogo bastante próximo com a perspectiva de redes própria da ANT, ainda que referenciada em uma visão distinta de agência.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

Um terceiro elemento de reflexão remete a uma análise das relações de poder que se estabelecem no âmbito das redes, suas dinâmicas de produção e reprodução e suas implicações na conformação e transformação das regiões rurais. Trata-se, nesse caso, de buscar compreender os distintos processos que possibilitam, de um lado, a imposição de determinados padrões e ordenamentos no âmbito das redes, e, de outro, a própria resistência a esses padrões.

Sugere-se, aqui, que o conceito de modos de organização, desenvolvido por Law (1994) e por outros autores, a partir da ANT (Murdoch, 1998), poderia contribuir, eventualmente, para uma melhor compreensão desses processos, captando os vários ordenamentos em disputa na produção e reprodução do mundo rural.

Segundo Law (1994, p. 94-114), os modos de organização não se confundem com o discurso e com os regimes de representação nos termos propostos por Foucault. Os ordenamentos em questão são recursivos e performativos, organizando material e simbolicamente a realidade, através de lógicas auto-reflexivas, que dão coerência ao mundo vivido pelos atores. Em muitas situações, como no laboratório estudado por Law, no livro 'Organizando a Modernidade' (*Organizing Modernity)* (Law, 1994), o que se impõe não é uma única forma de ordenamento, mas modos de organização em permanente interação. As dinâmicas inovadoras da *rede rural*, identificadas pelos pesquisadores do ETUDE como campos de relações capazes de ativar e fortalecer sinergias entre atores, recursos e práticas, numa perspectiva de sustentabilidade[18] e de valorização do rural, coexistem com outros modos de organização, mobilizando cadeias de conexões que se estendem muito além do "local" ou do "espaço rural".

18 Reforça-se, aqui, que esse conceito (ou dimensão de análise), por seu conteúdo até certo ponto normativo, precisaria ser claramente estabelecido em sua relação com os diferentes contextos analisados.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

As questões aqui colocadas dialogam, ao que tudo indica, com a trajetória de reflexão percorrida pelos autores de *Unfolding Webs* e *Networking the rural,* quando apresentam a rede rural como uma contra-estrutura, que busca estabelecer uma ruptura com ordenamentos já existentes, criando novos padrões de coerência entre atividades, redes, recursos e atores (Marsden e Ploeg, 2008). A exemplo do que acontece com os modos de organização dominantes, essa contra-estrutura, como um campo de relações, não se esgota em uma mera revalorização do endógeno (em oposição a modelos ou recursos "vindos de fora"), ou do local (numa perspectiva defensiva), mobilizando um conjunto complexo de estratégias que se desdobram em diferentes níveis, envolvendo um crescente engajamento no que Swyngedouw (2004) chama de políticas de escala, ou seja, no esforço de construção, pelos diferentes atores, de novas configurações escalares, de forma a alterar as relações de poder envolvidas na apropriação e controle do espaço ou de posições consideradas estratégicas em um determinado circuito de conexões. O resgate desses processos de construção de alternatividades e de sua interação com modos dominantes de organização configura-se, sem dúvida, como uma dimensão importante a ser explorada na construção de uma abordagem relacional das transformações e transições do rural na contemporaneidade.

Networks, actors and rural development: perspectives in the construction of a relational approach

Abstract

The construction of a relational approach to the study of the complex social dynamics configuring the contemporary rural world stands, particularly after the 1980's, as a challenge for the social sciences. In this direction, different lines of interpretation incorporated the notion of network, as an analytical tool connecting

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

actors, meanings, objects and practices, in the study of rural development processes. This article aims to explore some of these analytical frames of reference, identifying convergences and discontinuities among different perspectives.

Keywords: Rural development. Networks. Relational approach. Actor-Network Theory.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel:** parcerias entre grandes empresas e movimento sociais**.** Texto aprovado para apresentação na CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ECONOMIA ALIMENTAR E AGROINDUSTRIAL AIEA2, Londrina, jul. 2007). Disponível em: http://www.abramovay.pro.br/artigos_ cientificos/2007/Biodiesel_AIEA2_Portugues.pdf. Acesso em: jan. de 2011.

AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO. **La agonia de um mito¿Como reformular el desarollo?**.Quito, América Latina en Movimiento, Ano XXXIII, II época, jun. 2009, 33 f.

BARNES, John A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas*:* Métodos**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 171-204.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 318 f.

BOOTH, David (org.) .**Rethinking social develoment**. Harlow: Longman Group Limited, 1994. 319 f.

CALLON, Michel . Actor-Network Theory: the Market Test. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.) **Actor Network and After.** Oxford and Keele: Blackwell and the Sociological Review, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura - A sociedade em rede. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COOPER, Frederick; PACKER, Randall. The history and politics of development knowledge. In: EDELMAN, M; HAUGERUD, A. (ed.). **The Anthropology of development and globalization:** from classical political economy to contemporary neoliberalism. Malden-USA/Oxford-UK/Carlton-Australia: Blackwell Publishing Ltd, 2005. p. 126-139.

DICKENS, Peter *et al*. Chains and networks, territories and scales: towards a relational framework for analyzing the global economy. **Global Networks**, v. 1, n. 2, p. 89-112, 2001.

ELIAS, Norbert. **Sociología fundamental.** Barcelona: GEDISA, 1982. 216 p.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n.2, sept. 1997, p. 281-317.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development:** the making and unmaking of the Third World. Princeton / New Jersey: Princeton University Press, 1995. 275 p.

ESCOBAR, Arturo. Imagining a post-development era. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (ed.). **The Anthropology of development and globalization:** from classical political economy to contemporary neoliberalism. Malden-USA/Oxford-UK/Carlton-Australia: Blackwell Publishing Ltd, 2005. p. 341-351.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarollo:** lugar, medio ambiente y movimientos socials en las transformaciones globales. Lima: Programa Democracia y Transfomación Global / Univesidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010. 222 p.

FLIEGSTEIN, Neil. Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. **American Sociological Review**, v. 61, p. 656-676, Aug. 1996.

FUHSE, Jan A. The meaning structure of social networks. Washington, **Sociological Theory**, v. 27, n. 1, p. 51-73, March, 2009.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **The American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May, 1973.

GRANOVETTER, Mark. Economic institutions as social constructions. **Acta Sociologica**, n. 35, p., 3-11, 1992.

GRANOVETTER, Mark. The impact of social structures on economic outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 1, p. 33-50, winter, 2005.

HORLINGS, Ina; MARSDEN, Terry. The new rural paradigm and redefining the rural web. In: MILONE, Pierluigi; VENTURA, Flamínia. **Networking the rural: the future of green regions in Europe.** Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2010. p. 213-244.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social:** an introduction to Actor-Network-Theory. Oxford / New York: Oxford University Press, 2007. 301 f.

LAW, John. **Organizing modernity.** Oxford (UK) and Cambridge (USA): Blackwell, 1994. 219 f.

LETONTURIER, Éric. **Hermès – communication, cognition et politique**, Paris, n. 41, 2005, p. 41-50.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

LEYS, Colin. **The rise and fall of development theory.** Nairobi / London: EAEP / Jamer Currey, 1996. 205 p.

LONG, Norman. **Sociologia del desarollo:** una perspectiva centrada en el actor. San Luis de Potosí / México: El Colegio de San Luís / CIESAS, 2007a. 499 f.

LONG, Norman. Resistance, agency and counterwork: a theoretical positioning. In: WRIGHT, Wynne; MIDDENDORF, Gerard (eds). **The fight over food:** producers, consumers and activists challenge the global food system. Park-PA: The Pennsylvania State University Press, 2007.

LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of Knowledge:** the interlocking of thory and practice in social research and development. London and New York: Routledge, 1992.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 3-4, p. 226-249, Dec. 1989.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó, SC: ARGOS, 2005.

MILONE, Pierluigi; VENTURA, Flamínia. **Networking the rural:** the future of green regions in Europe**.** Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2010.

MITCHELL, J. Clyde. Social Networks. **Annual Review of Anthropology,** v. 3, p. 279-299, 1974.

MURDOCH, Jonathan. Towards a geography of heterogeneous associations. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 321-337, 1997.

MURDOCH, Jonathan. Networks – a new paradigm for rural development? **Journal of Rural Studies**, n. 16, p. 407-419, 2000.

PIETERSE, Jan Nederveen. Um paradigm or yours? Alternative Development, Post-Developmente, Reflexive Development. **Development and Change**, Oxford/UK, v. 29, p. 342-373, 1998.

PIMBERT, Michel. **Towards food sovereignty:** reclaiming autonomous food systems. London: IIED, 2008.

PINHEIRO, Patrícia dos S. **Saberes, plantas e caldas: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no Sul do Rio Grande do Sul**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Labor, markets and agricultural production**. Boulder-CO: Westview Press, 1990.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Dowe van der *et al*. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, Oct. 2000.

PLOEG, Jan Douwe van der; MARSDEN, Terry. **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development.** Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Da Estrutura Social. In*:* _____. **Estrutura e Função nas Sociedades Primitivas.** Lisboa: Edições 70, 1989, p.279-302. 336 p.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, mai.-agost. 2007.

SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura**: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. 2001. 395 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. **Journal of Peasant Studies,** London, v. 37, n. 2, 2010. p. 379-405.

SCOTT, John. **Social Network Analysis. A Handbook.** London/Newbury Park / New Delhi: Sage Publications, 2000.

SIMMEL, Georg. **Cuestiones fundamentales de sociologia.** Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2002. 155 p.

SWEDBERG, Richard; GRANOVETTER, Mark. Introduction. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDGERG, Richard (eds). **The sociology of economic life.** Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 1-26.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or 'Glocalisation'? Networks, Territories and Rescaling. Cambridge-MA/USA, **Cambridge Review of Internatinal Affairs**, v. 17, n. 1, April 2004, p. 25-48.

VENTURA, Flamínia *et al*. The rural web: a synthesis. In: PLOEG, Jan Douwe van der; MARSDEN, Terry. **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development.** Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2008. p. 149-174.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 82-112

WHATMORE, Sarah; THORNE, Lorraine. Nourishing networks: alternative geographies of food. In: GOODMAN, David; WATTS, Michael. **Globalising food:** agrarian questions and global restructuring. London and New York: Routledge, 1997. p. 287-303. p.287.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21.

WILKINSON, John. A teoria do Ator-Rede e economia política: do atrito à convergência via redes sociais, convenções, cadeias de valor global e redes de produção global. In: PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Tom. **Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 319-345.

WILKINSON, John. **Redes, mercados e valores.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WILKIS, Ariel; BERGER, Matías. La relación individuo-sociedad: una aproximación desde la sociología de Georg Simmel. **Athenea Digital – Revista de pensamiento y investigación social**, Bellaterra/España; n. 4, p. 77-86, primavera de 2005.

Recebido: 23/02/2011
Aceite final: 07/04/2011

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional

JAN DOUWE VAN DER PLOEG*

Resumo

Este artigo traz uma reflexão crítica sobre a análise comparativa dos processos de desenvolvimento rural no Brasil, na União Europeia e na China. Argumenta-se que os elementos contextuais e/ou as características do processo, em grande parte ignorados em abordagens do tipo estudo de caso (seja porque são mais ou menos invisíveis e/ou porque são mais ou menos autoevidentes), podem vir à tona através de uma abordagem comparativa. Ao mesmo tempo, a natureza específica dos processos singulares de desenvolvimento rural pode, do mesmo modo, ser explicitada por meio de comparações sistematicamente organizadas. Assim, os atuais processos de desenvolvimento rural são caracterizados como um conjunto de respostas às falhas de mercado – um conjunto de respostas que requer e envolve a construção ativa de novos mercados aninhados.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Brasil. China. União Europeia. Mercados aninhados. Análise comparativa.

1 Tradução de Regina Beatriz Vargas.

* Professor de Estudos de Transição, Universidade de Wageningen, Holanda e Professor Adjunto de Sociologia Rural na Universidade Agrícola de Beijing, China.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

Introdução

Um dos novos desafios que emergem atualmente no campo de estudos do desenvolvimento rural assenta-se na possibilidade de uma criteriosa comparação dos processos de desenvolvimento rural que estão surgindo em distintos países e continentes. Muitas dessas trajetórias de desenvolvimento estão agora amplamente documentadas; há informação abundante, embora um tanto dispersa, sobre objetivos, mecanismos, direcionadores, políticas e impacto. Entretanto, as dificuldades implicadas em tal exercício comparativo vão muito além dos recursos do manuseio de dados. Elas são, sobretudo, de natureza conceitual e metodológica. Isto se reflete em duas questões centrais: a primeira, o que é desenvolvimento rural? A segunda (supondo que uma resposta satisfatória tenha sido elaborada para a primeira questão): é possível a comparação direta entre processos de desenvolvimento rural de lugares eminentemente distintos, no que concerne às principais dimensões que possivelmente condicionam, ou mesmo ordenam, tais processos?

A noção de desenvolvimento rural é frequentemente entendida como sendo a síntese mais ou menos concisa do que ocorre no rural. Tal noção não é necessariamente errônea; e muitos estudos significativos se têm baseado neste, em geral implícito, ponto de partida. Ela permite incluir dimensões interessantes, bem como fazer comparações entre, por exemplo, diferentes regiões (Kagyama, 2008). Há, contudo, um duplo problema:

> (a) 'Aquilo que ocorre no espaço rural' quase nunca pode ser tomado como o simples resultado de atividades, práticas e subprocessos mais ou menos alinhados. O rural é, antes, um amálgama de práticas heterogêneas, estilos mutuamente contrastantes, tendências de desenvolvimento divergentes, posições hegemônicas e mudanças

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

quase subterrâneas que, a princípio, são praticamente imperceptíveis, mas que, por fim, podem mudar a paisagem. Há contradições em profusão neste mosaico, de modo que uma narrativa global e unidirecional pode tornar-se menos convincente (ou mesmo completamente míope). Isto ocorre, particularmente, quando existem processos de desenvolvimento que se contrapõem e que competem mutuamente no espaço rural.

(b) Além disso, a noção de 'desenvolvimento rural' é operada, nas múltiplas práticas que juntas constituem o rural, como um conceito normativo. Na prática, tal conceito não pretende simplesmente sintetizar e alinhar o que está em curso. Antes, busca marcar a diferença. E, embora não haja uma razão a priori para realizar a análise da intencionalidade que atores específicos (sejam eles estatais, movimentos rurais ou redes de agricultores e de consumidores etc.) atribuem aos ou investem nos processos de desenvolvimento rural, desconsiderar totalmente as diferentes posições e projetos também seria leviano - ainda mais, tendo em vista que estes últimos podem efetivamente conduzir, pelo menos em parte, o que está ocorrendo. Isto é especialmente verdadeiro quando, entre vários processos de desenvolvimento distintos, uma trajetória específica é rotulada de desenvolvimento rural.

Junto a este primeiro nível de complexidades, há um segundo, relativo ao papel do Estado. Embora o Estado e as instituições estatais desempenhem, indubitavelmente, um importante papel nos processos de desenvolvimento rural, estes últimos não podem ser conceptualizados e estudados como sendo o resultado geral da implementação de políticas de desenvolvimento rural. Aqui, uma vez mais, reside um duplo problema:

(c) No cerne dos processos de desenvolvimento rural há confluências complexas entre suas práticas, concebidas e propagadas no nível local, e suas políticas, que visam coordenar, regulamentar e/ou reorien-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

tar um sem número de práticas heterogêneas de desenvolvimento rural. Estas políticas podem desencadear novas práticas (ou fortalecer as existentes), assim como as práticas de desenvolvimento rural podem induzir novas políticas. A questão, então, é que seria absurdo pressupor a coincidência entre os objetivos das práticas e das políticas (assim como seria inadequado supor de saída que eles estarão em desacordo). O crucial é que haverá, nas distintas interfaces entre o Estado e os operadores do desenvolvimento rural, processos contínuos de interpretação, negociação, renegociação e tradução (Long, 2001). Consequentemente, as políticas serão transformadas: os resultados finais poderão diferir dos objetivos inicialmente planejados.

(d) Movimentos sociais, empresas e redes de atores operam paralelamente às instituições estatais na produção dos processos de desenvolvimento rural. A presença, o poder e a capacidade inovadora desses atores serão distintos de um lugar para outro, assim como as coalizões e/ou confrontos em que eles se engajam irão diferir consideravelmente. Isto afetará o impacto de seus esforços conjuntos. No entanto, este impacto (diferencial) poderá extrapolar os (ou diferir dos) diferentes objetivos que inspiram as várias ações individuais.

Os dois últimos pontos evidenciam que uma análise comparativa dos processos de desenvolvimento rural não pode, absolutamente, se restringir à implementação de políticas de desenvolvimento rural; sobretudo, porque estas são vistas como uma aplicação mais ou menos bem sucedida dos objetivos perseguidos pelo estado (como, em geral, se faz em práticas de avaliação), que podem não ser os mesmos dos atores sociais envolvidos.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

Sobre a abordagem comparativa

Aplicada corretamente, a abordagem comparativa poderá ajudar muito a lidar com as complexidades e dificuldades mencionadas[2]. Quando as descrições disponíveis dos processos de desenvolvimento rural estão fortemente associadas a localizações no espaço e no tempo, o método comparativo pode ser útil para 'extrair' a essência do desenvolvimento rural como uma categoria geral. Ademais, quando não há uma definição geral aceitável para desenvolvimento rural, a abordagem comparativa pode ajudar a avaliar o que é comum - bem como ajudar a identificar especificidades e dessemelhanças. A sociologia rural tem se debatido, desde seu surgimento, com a complexidade e a mudança. Assim, seus fundadores dedicaram considerável atenção ao método comparativo[3], e a aplicação sistemática deste ainda fundamenta vários dos melhores produtos que esta disciplina hoje proporciona.

Ao longo das últimas seis décadas, houve diferentes gerações de políticas de desenvolvimento rural. As gerações mudam (como demonstram de modo convincente Ellis e Biggs, em uma revisão da literatura publicada em 2001), como mudam também os mecanismos e práticas favoritos, característicos de cada geração. O rótulo geral, contudo, continuou o mesmo. Uma relação similar, algo confusa, entre o geral e o específico, entre rótulos singulares e práticas heterogêneas, se evidencia quando a di-

2 De um modo geral, uma análise comparativa pode desenrolar-se em duas direções. Pode encaminhar-se para o 'geral': neste caso, a análise é usada para avaliar as propriedades compartilhadas por todas as unidades que, juntas, compõem o conjunto de dados. A análise também pode encaminhar-se para o 'específico': ser usada para avaliar as principais diferenças existentes entre as unidades de análise. Muitas vezes estes dois movimentos estão combinados: um conjunto de características comuns é examinado, ao mesmo tempo em que as principais diferenças são especificadas. Aqui, apresentaremos, inicialmente, um movimento direcionado ao 'geral'. O movimento oposto, em direção ao 'específico', será discutido mais adiante neste artigo.

3 Ver, por exemplo, Hofstee (1985) sobre sociologia diferencial.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

versidade geográfica é considerada. Em constelações tão diferentes como China, Brasil e União Europeia, encontram-se hoje políticas de desenvolvimento rural fortemente institucionalizadas. Tais políticas existem paralelamente às políticas agrárias vigentes. A União Europeia possui um Eixo 1 que representa as políticas agrárias (em constante mudança) e, paralelamente a este, um Eixo 2 que visa ao desenvolvimento rural. Cada eixo possui seus próprios objetivos, modalidades, atores sociais e discurso.

Uma distinção similar é encontrada no Brasil, onde, juntamente com o Ministério da Agricultura, existe outro – o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O último visa explicitamente ao desenvolvimento rural. Na China, à primeira vista, a situação parece ser bem diferente. Existe um marco dominante de política: a 'construção de um meio rural socialista'. Contudo, este marco geral se apóia, e dá continuidade, à política anterior, a *san nong*, que objetiva tratar de forma integral os 'três problemas rurais'. Estes são: a necessidade de aumentar continuamente a produção agrícola (de modo a manter a soberania alimentar), a necessidade de ampliar a renda dos camponeses (para evitar grandes desequilíbrios entre a cidade e o campo e, cada vez mais, expandir o mercado interno) e a necessidade de criar um ambiente atrativo no campo (frequentemente ilustrado com a metáfora da 'aldeia limpa'). O primeiro 'problema' se refere, evidentemente, ao que alhures é considerado uma política agrícola. O terceiro é o domínio tradicional das políticas de desenvolvimento rural. Já, o segundo pode ser considerado um ponto comum: é visado e impactado tanto pelas políticas agrícolas como pelas rurais. Assim como no Brasil e na UE, estas políticas rurais estão recebendo uma parcela cada vez maior dos orçamentos destinados ao meio rural.

Exceto por estas semelhanças visíveis em um primeiro exame (nas três constelações há, independentemente de todas as diferenças, uma política rural alinhada com uma política agrícola), parece existir apenas

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

grandes diferenças. Cada política de desenvolvimento rural possui seu próprio discurso e seus próprios objetivos. A União Europeia busca salvaguardar, através de sua política de desenvolvimento rural, as muitas 'externalidades positivas' que sempre estiveram e ainda estão, embora parcialmente, associadas à agricultura: lindas paisagens, um meio rural ativo, biodiversidade e um ambiente limpo, isto é, não contaminado. No Brasil, em vez disso, a luta contra os desequilíbrios sociais e espaciais e o fortalecimento do altamente diverso, mas em contínuo crescimento, setor da agricultura familiar é que são centrais para o desenvolvimento rural. Já, na China, é ainda um outro discurso que define desenvolvimento rural, o qual poderia ser sintetizado, ainda que de forma pouco ortodoxa, como a integração dos camponeses como cidadãos na China moderna (ou, de modo ainda menos ortodoxo, como uma política para apaziguar seu imenso campesinato).

Quando a atenção científica está focada em uma única constelação (seja ela o Brasil, a China ou a UE), mostra-se muito difícil ir além do discurso político reinante. O risco é o de que a análise científica venha a reificar-se: que reitere os objetivos enunciados, os discuta, avalie o impacto dos programas associados. Ou, que 'desmistifique' estes objetivos e programas ao concluir (ou declarar) que eles pertencem, principalmente, ao domínio da retórica e da ineficiência. Seja como for, a análise segue confinada aos objetivos institucionalmente definidos – provavelmente se torna, até mesmo, parte deles (o que, afinal, não é em si um inconveniente para vários dos interesses envolvidos; embora, sem dúvida, esteja em desacordo com a boa ciência).

A única possibilidade de ultrapassar este efeito de aprisionamento (*lock-in*) é através de uma abordagem comparativa meticulosamente aplicada. Para tanto, é estratégica a noção de que objetivos socialmente construídos e limitados no tempo e no espaço podem referir-se a (assim como encobrir)

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

um conjunto (ou espaço) subjacente de aspectos comuns. Desvelar tal espaço de características comuns (e, portanto, contribuir para a melhor compreensão de um mundo aparentemente caótico) é o aporte que a boa ciência pode trazer através do método comparativo. Especialmente, porque a descrição dos aspectos comuns ajuda também a especificar as verdadeiras diferenças e a medir o que é único a cada constelação particular.

Neste sentido, é essencial ter questões orientadoras que, em nosso caso, poderiam ser as seguintes:

a) Porque, em diferentes épocas e em diferentes constelações espaciais (ou geopolíticas), de quando em quando, existem práticas, processos e políticas de desenvolvimento rural?

b) O que essas práticas, processos e/ou políticas têm em comum (se é que têm)?

c) Quando percebidas a partir dos efeitos produzidos (i.e., práticas alteradas, um impacto específico etc.), o que, então, se pode dizer sobre aspectos comuns e sobre diferenças?

d) Quais são as origens específicas das quais emergem estas práticas e políticas? Como elas estão evoluindo? Como estão operando no contexto mais amplo? Que coalizões e que tipos de arranjos institucionais estão emergindo? Quais os principais meios empregados?

Fica evidente que tal rol de questões orientadoras pode ser consideravelmente ampliado (e tem de ser adaptado às especificidades dos objetos estudados). O ponto crucial, no entanto, é que as comparações, construídas segundo o modo indicado, possibilitam *generalizações empiricamente fundamentadas* sobre a questão que é objeto da abordagem comparativa. A análise, portanto, pode ir *além* das diferenças historicamente produzidas e/ou socialmente construídas que, de outro modo, a condicionariam e limitariam (i.e. restringiriam). Esta pode, então, ser con-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

duzida sem ter de encaixar-se em uma gama de pressupostos *a priori* que, igualmente, iriam enviesá-la desde o princípio.

Brasil , China e a União Europeia

Ao longo dos últimos cinco anos, tenho tido o prazer de trabalhar em tal análise comparativa do desenvolvimento rural com um grupo internacional de pesquisadores acadêmicos da Europa, do Brasil e da China. O denominador comum (ou espaço de aspectos partilhados) que encontramos é, em primeiro lugar, o de que o desenvolvimento rural consiste, basicamente, em um conjunto de respostas mais ou menos coerentes às *falhas* de mercado. Em segundo lugar, o de que estas respostas, sobretudo, embora não exclusivamente, implicam a e evoluem através da construção de novos mercados e/ou novos padrões de *governança* para os mercados existentes (Ploeg, Ye & Schneider, 2011b).

Embora possa parecer paradoxal, esta aparente contradição reflete uma crescente dualidade que será observada em todas as três constelações. Por um lado, existem mercados de produtos básicos (*commodities*) globalizados e liberalizados para produtos agrícolas e os alimentos. Estes são os mercados que, cada vez mais, geram as já mencionadas falhas de mercado: desigualdades sociais e espaciais agudas (Brasil), a ameaça da marginalização do campesinato (China) e a destruição das paisagens, da biodiversidade e da qualidade de vida no campo (União Europeia). Por outro lado, há novos mercados emergindo[4]. Estes são mercados particu-

4 A conceptualização desses mercados emergentes é outro resultado da análise comparativa. Esta revelou que a análise de um conjunto mais amplo de tais mercados, que operam sob condições claramente diferentes, permite a especificação de uma gama de características (ver, por ex. Ventura & Ploeg, 2011 e Polman et al, 2011) que jamais poderiam derivar da análise de um único mercado. Outro exemplo da abordagem comparativa dos mercados de alimentos é trazido em Roep e Wiskerke,(2008).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

larmente diferentes dos mercados de *commodities*. Os novos mercados emergentes centram-se, muitas vezes, na demanda por e distribuição de produtos e serviços que portam um diferencial. Eles diferem dos demais que circulam nos mercados de *commodities*: a qualidade é superior; a origem é conhecida (se comparada aos produtos anônimos dos mercados de *commodities*); sua produção é diferente e incorpora características específicas no produto; incorporam relações diferentes entre produtores e consumidores; representam diversos graus de acessibilidade; etc. Além disso, em sua maior parte, os mercados emergentes implicam novos circuitos, novas (e muitas vezes radicalmente diferentes) infraestruturas físicas e arranjos sociais. Eles são governados de modos que contrastam radicalmente com os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares.

A estes mercados emergentes nos referimos como 'mercados aninhados' (*nested markets*)* (Ploeg, Ye & Schneider, 2011c; Polman, Poppe, Schans & Ploeg, 2011). Este termo busca fazer uma dupla descrição. Os novos e emergentes mercados aninhados diferem dos nichos de mercado, porque não são fechados. Ao contrário, eles possuem fronteiras permeáveis. Novos produtores podem entrar (não existe monopólio), assim como o mercado pode se expandir, contrair ou diferenciar-se internamente. Ao mesmo tempo, o mercado aninhado está integrado ao mercado amplo, mas como um segmento específico. É um segmento que possui diferentes inter-relações, distintas dinâmicas e um impacto diferenciado, bem como é governado de modo diverso. Em suma, é um mercado aninhado: consiste de um conjunto específico de transações, envolvendo produtos e serviços

* N.T.: A expressão *nested markets* não encontra em português uma tradução satisfatória, que dê conta do sentido do termo – mercados que estão inseridos um dentro do outro, ao modo das Matryoshkas, as populares bonecas russas, ou de tigelas ou caixas, de diferentes tamanhos, que se acomodam umas dentro de outras. Optou-se aqui pelo termo 'aninhado', que se aproxima desta idéia.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

específicos, entre fornecedores e compradores específicos, que obedecem normas específicas e produzem benefícios específicos. Esta especificidade socialmente construída define e reproduz o mercado aninhado. Juntas, as diversas e interconectadas linhas de especificidade criam o 'ninho': o 'invólucro' que protege o que acontece e cresce em seu interior.

Evidentemente, todos os mercados estão imersos em marcos institucionais, todos os mercados contêm e são regulados por modos de governança. A diferença básica, contudo, é que os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares são, cada vez mais, governados por impérios alimentares (que juntos compõem um regime imperial) (Ploeg, 2008 e 2010), ao passo que os mercados emergentes estão inseridos em (e pelo menos em parte governados por) novas redes sociotécnicas que visam a proteger espaços específicos contra o regime imperial e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de trajetórias de desenvolvimento que ultrapassem as limitações inerentes a este regime.

No Brasil, um exemplo *par excellence* deste emergente mercado aninhado é o mercado de merenda escolar, criado através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE especifica que pelo menos 30% dos alimentos distribuídos a escolas, hospitais, instituições de caridade, entre outras instituições, devem ser adquiridos localmente de camponeses e agricultores familiares. Em 2010, o PNAE possuía um orçamento de 1,7 bilhões de dólares. Assim, o programa criou um mercado aninhado que tanto sustenta a merenda escolar (um elemento essencial no combate à fome) como, simultaneamente, construiu um canal de distribuição para mais de 300.000 pequenos agricultores (Schneider e Márcia Triches, 2010). O Estado, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desempenhou um importante papel na construção deste novo mercado aninhado. O mesmo se aplica ao Programa de Aquisição de Alimentos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

(PAA) (Guareschi, 2010). Há, também, vários exemplos de novos mercados que foram criados e se têm desenvolvido sem maiores intervenções estatais. A experiência da ECOVIDA é uma expressão contundente destes últimos (Ploeg, Ye e Schneider, 2011a).

Junto à criação de novos mercados, há intervenções importantes nos mercados existentes. Como mostram em detalhes Schneider, Belik e Shiki (2011), a desmonopolização dos atuais mercados de terra, crédito e assistência técnica - fortemente conduzida pelos movimentos sociais - e o subsequente "reaninhamento" (*re-nesting*) desses mercados em novos padrões de governança são características centrais do desenvolvimento rural no Brasil. O mesmo vale para a desvinculação entre a agricultura e os grandes mercados de agroquímicos – uma mudança conduzida pelo movimento agroecológico (Petersen, 2009).

Na União Europeia, vários novos mercados aninhados desenvolveram-se nas últimas décadas[5]. Há mercados para (1) produtos regionais, (2) produtos de alta qualidade, (3) produtos orgânicos e (4) energia limpa, e para serviços como (5) a venda de alimentos através de cadeias curtas e localizadas, (6) agroturismo e (7) atividades de assistência, todos eles caracterizados por produtores e consumidores particulares. O único envolvimento do Estado nestes mercados é com o propósito de regulá-los. Apenas os mercados para (8) a manutenção de paisagens e (9) de recursos naturais valiosos e da biodiversidade são caracterizados por uma forte, embora não exclusiva, demanda por parte de estado. Mesmo nestes dois últimos casos, processos significativos de desmonopolização e de descentralização estão em curso, levando a "quase mercados". Iniciativas civis e organizações da sociedade civil têm se envolvido cada vez mais nesses

5 Estes novos mercados, suas estruturas e dinâmicas são exaustivamente discutidos em Oostindie et al, 2011.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

"quase mercados", e muitos agricultores buscam fontes alternativas de remuneração (por exemplo, vinculando a manutenção da paisagem ao agroturismo e venda local de produtos agrícolas. Embora possa ser um erro elementar afirmar que o desenvolvimento rural na Europa está essencialmente voltado ao mercado, parece que *ele ocorre, em sua maior parte, por meio de novos mercados criados a partir do próprio processo de desenvolvimento rural; ao mesmo tempo, ele representa um distanciamento dos grandes mercados de produtos primários, crescentemente controlados por diferentes impérios alimentares*.Em sua análise dos processos de desenvolvimento rural na China, Ye *et al* (2010) se referem aos seguintes novos mercados que emergiram no contexto do desenvolvimento rural:

(1) o mercado de alimentos orgânicos (que atualmente abarca mais de 500 variedades de produtos, em sua maioria, exportados; o valor de exportação é de cerca de 400 milhões de dólares americanos);

(2) o mercado de alimentos verdes (*Green Food*) que distribui alimentos certificados na China (vendas deste mercado totalizam hoje 19 bilhões de Euros/ano);

(3) o mercado da ecoagricultura que se apóia, em boa parte, nas antigas tradições agrícolas;

(4) os mercados associados ao programa "Uma Aldeia, Um Produto" (estes mercados estão focados principalmente em produtos típicos do local ou da região como, por exemplo, *tofu* de alta qualidade ou maçãs colhidas manualmente; fábricas de alimentícios e restaurantes locais são bases importantes para estes mercados);

(5) os mercados do agroturismo (há cinco tipos diferentes de agroturismo na China; juntos eles atenderam 335 milhões de turistas em 2007; geram uma renda de cerca de 5 bilhões de Euros/ano).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

Neste mesmo artigo, Ye *et al* (2010) se referem a algumas características comuns destes novos mercados aninhados. Primeiro, tais mercados são desenvolvidos de forma paulatina. Iniciam como experimentos, que muitas vezes são promovidos por camponeses, e acabam sendo integrados aos marcos das políticas. Em suma, estes novos mercados emergem de processos complexos e multifacetados de experimentação, aprendizagem, ajustamento e, por fim, institucionalização. Em segundo lugar, uma vez estabelecidos, tais mercados funcionam claramente como 'diques de proteção' *vis-à-vis* importações de baixo custo. As vantagens locais (relativas a recursos culturais e agrícolas locais) são, em geral, estratégicas neste sentido. Em terceiro lugar, os recursos *adicionais* exigidos são alocados através de apoio governamental. Esta é uma diferença importante em relação à Europa. Finalmente, a multifuncionalidade é, muitas vezes, central para estes novos mercados. Em síntese: tais novos mercados estão de fato *aninhados* em uma estrutura na qual recursos locais, desenvolvidos passo a passo, determinam culturalmente necessidades e expectativas que, juntas, têm um papel estratégico na assistência suplementar do Estado e na multifuncionalidade.

Novas formas de governança que induzem novas dinâmicas nos mercados existentes são igualmente importantes na China. Elas emergem, entre outras coisas, através da elaboração de novas e inteligentes formas de políticas rurais e agrícolas. Seu melhor resultado é que as relações de troca entre cidade e campo (entre agricultura e indústria) literalmente se reverteram ao longo dos últimos 6 anos, em benefício do campo e da agricultura. O princípio político de 'dar mais e tomar menos' (inicialmente formulado em setembro de 2002 e reafirmado nos *Documentos Centrais Nº 1* de 2004 e 2005) tiveram um papel crucial nesta reversão. A nova tendência foi reforçada recentemente, através da tentativa de ampliar o mercado interno chinês com o propósito de reduzir a dependência das exportações.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

O peixe e a água

Em retrospectiva, pode parecer surpreendente ter sido necessária uma análise *comparativa* ampliada para entender e representar os processos de desenvolvimento rural como *conjunto, multifacetado e relativamente harmônico de respostas às falhas de mercado – um conjunto de respostas que requer e envolve a criação de novos mercados aninhados* (Ventura & Ploeg, 2001, p. 2). Enfim, parece evidente que a produção de novos bens e serviços pressupõe, ao final, a construção de novos mercados (uma vez que sua comercialização através de amplos mercados de *commodities* seria impraticável ou implicaria uma grande expropriação do valor agregado encerrado nesses novos produtos e serviços). Seja como for, a pesquisa, aqui brevemente descrita, resultou na primeira análise científica a colocar a centralidade dos mercados no centro do debate.

Olhando para trás, pode-se concluir que os projetos de pesquisa que enfocam um único país tendem a enfatizar (e superdimensionar) o papel das *políticas* de desenvolvimento rural. Além disso, tendem a refletir a especificidade dos objetivos dessas políticas em sua análise das práticas, processos e resultados associados[6]. Isto parece ser quase inerente a estudos de um só país (que não estejam incorporados em um marco comparativo mais amplo). Também fica evidente, em boa parte do meu próprio trabalho anterior, assim como daquele de outros colegas que participaram da análise comparativa discutida aqui.

Há outras características que fortalecem esta tendência. O 'mercado' é facilmente tomado como uma categoria indiferenciada em estudos de um único país – sobretudo, porque há poucas conceptualizações ade-

6 Ainda mais, porque frequentemente baseiam-se em dados coletados e organizados por instituições governamentais envolvidas no monitoramento e na avaliação das políticas de desenvolvimento rural.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

quadas na teoria neoclássica. Como argumentam Huylenbroeck *et al.*: *tentativas de captar o quê, exatamente, é um mercado são surpreendentemente raras* (2009, p. 176). Neste sentido, eles fazem eco a Stigler que já afirmava, há mais de quatro décadas, que *é uma fonte de constrangimentos o fato de que tão pouca atenção tenha sido dada à teoria dos mercados* (1967, p. 29)[7]**.** As abordagens marxistas encontram a mesma dificuldade para centrar no mercado como uma arena de luta sociopolítica e para representar mercados aninhados, recém construídos, como um importante mecanismo de luta por emancipação[8].

Finalmente, há que fazer referência ao 'poder da autoevidência' (Zijderveld, 1982). União Europeia, Brasil e China são todos exemplos claros de economia de mercado. O mercado é uma característica autoevidente nessas sociedades. É como a água que circunda o peixe. Este último dificilmente estará consciente da importância crucial da água – simplesmente, porque ela sempre esteve lá. E, quando já não estiver, será tarde demais: o peixe estará morrendo. Portanto, conhecer a água é essencial para entender o peixe. Assim, parece evidente que novos bens e novos serviços (resultantes de novas práticas de desenvolvimento rural) sejam mercantilizados. Não parecia ser necessária qualquer outra investigação.

Foi só por meio da análise comparativa de distintas experiências de desenvolvimento rural (na China, no Brasil e na União Europeia) que ficou manifesta a necessidade de examinar aquilo que era 'autoevidente'. Novos bens e serviços eram e são criados, porque os principais mercados

7 Há algumas exceções eloquentes encontradas, principalmente, nos estudos antropológicos de mercados não ocidentais. A abordagem neoinstitucional em economia é outra exceção promissora (ver, especialmente, Saccomandi, 1998).

8 Aqui, mais uma vez, há algumas notáveis exceções: especialmente as noções teóricas de Shanin (1973) ainda se destacam. Exemplos mais recentes encontram-se nos trabalhos de Kervliet, 2009 e de O'Brien, 1996, sobre a política do cotidiano e resistência legítima, especialmente quando as análises focam as formas recentes de luta política no sudeste da Ásia. Para mais informações ver Ploeg, Ye e Schneider 2001a.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

para os produtos padronizados apresentam falhas sistemáticas (devidas, entre outras coisas, à posição central dos impérios alimentares na governança desses mercados). Portanto, a construção de novos mercados emerge como uma arena importante (assim como o distanciamento de outros mercados, como o de agroquímicos, e o desenvolvimento de novas formas de governança para os mercados existentes). Consequentemente, a análise comparativa induziu a necessidade de se fazer a distinção teórica entre diferentes mercados e diferentes formas de governança, bem como de avaliar com clareza os padrões em que se fundam tais diferenças (ver Ventura e Ploeg, 2011; Ploeg, Ye e Schneider, 2011c).

Rumo ao 'específico'

Os processos de desenvolvimento rural tanto remodelam as práticas de agricultura como são resultado de práticas mutantes nesta área. Uma vez que essas mudanças serão *parciais* (só ocorrerão em uma *parte* do setor agrícola), *desiguais* (algumas práticas de desenvolvimento rural serão mais desenvolvidas do que outras) e *diferenciadas* (práticas de desenvolvimento rural estão longe de ser uniformes; são, ao contrário, multidirecionais), o desenvolvimento rural certamente contribuirá para ampliar a heterogeneidade do setor agrícola, assim como é, em si, um processo heterogêneo. Ou seja, os estilos de agricultura vigentes serão afetados, tão logo surjam novos estilos de agricultura (enquanto outros poderão desaparecer).

Um estilo de agricultura consiste em um modo específico e internamente coerente de agricultura. É uma forma distinta e válida de produção agrícola compartilhada por um grande grupo de agricultores; neste sentido, representa um aspecto em comum (ainda que em um nível diferente daquele considerado central na comparação inter-países discutida acima). É agricultura estruturada (ou ordenada) de um modo

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

específico; uma forma particular de ordenamento (Law, 1994) que pode ser diferenciada de modelos antagônicos. Em nossa primeira publicação sobre estilos de agricultura, delimitamos a noção destes estilos referindo-nos às *diferentes opiniões sobre como a agricultura deveria ser organizada e às diferenças associadas à prática da agricultura* (van der Ploeg e Roep, 1990, p. 1). Portanto, desde o princípio, o conceito se referia tanto à dimensão normativa quanto àquela material da agricultura – entendendo a última, em certa medida, como uma expressão e uma reafirmação da primeira[9]. Em seu conjunto, diferentes estilos de agricultura conduzem a e explicam a grande heterogeneidade da agricultura que pode ser encontrada em determinados cenários.

Assim, um estilo de agricultura consiste em um certo padrão de vinculação entre terra, trabalho, gado, máquinas, redes, conhecimento, expectativas e atividades, feito de forma informada e coerente, orientada a objetivos. É um modo particular de combinar, utilizar e desenvolver os recursos agrícolas, tanto sociais como materiais. Em outras palavras, um estilo de agricultura é um modo particular de padronizar (no nível micro) os mundos social e material, de forma coerente e autossustentável. Em suma, é um fluxo de atividades organizado ao longo do tempo (como reafirmado recentemente na fascinante pesquisa agro-histórica de Garstenauer *et al*., 2010).

Enquanto as ciências agrícolas de hoje apresentam forte tendência para a definição de um único ótimo (mais comumente definido pelo uso

9 Na ocasião, este era um delineamento importante entre as então dominantes posições teóricas (fundamentalmente originadas da economia neoclássica) que focavam nos "tipos agrícolas" e no "comportamento empreendedor". Em Roep, van der Ploeg e Leeuwis (1991:3), explicamos que estilos de agricultura são "práticas sociais distintas" que são dinâmicas, parcialmente enraizadas na história e que integram as dimensões material e simbólica. Afirmamos explicitamente "que estilos de agricultura não dizem respeito a indivíduos" (op. cit., pág. 4). Em publicações posteriores colocamos muita ênfase no elemento 'autoclassificação' (ver, p.ex., Leeuwis, 1993).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

de parâmetros econômicos e tecnológicos), estilos de agricultura ilustram a construção social de um espectro mais amplo de distintos ótimos. Neste sentido, refletem a sabedoria da vida cotidiana (ou conhecimento tácito) de que "há mais caminhos que levam a Roma". Isto está ilustrado na Figura 1, que mostra como as fazendas holandesas de gado leiteiro se desenvolveram (no período 1969-1981), segundo dimensões de escala e intensidade.

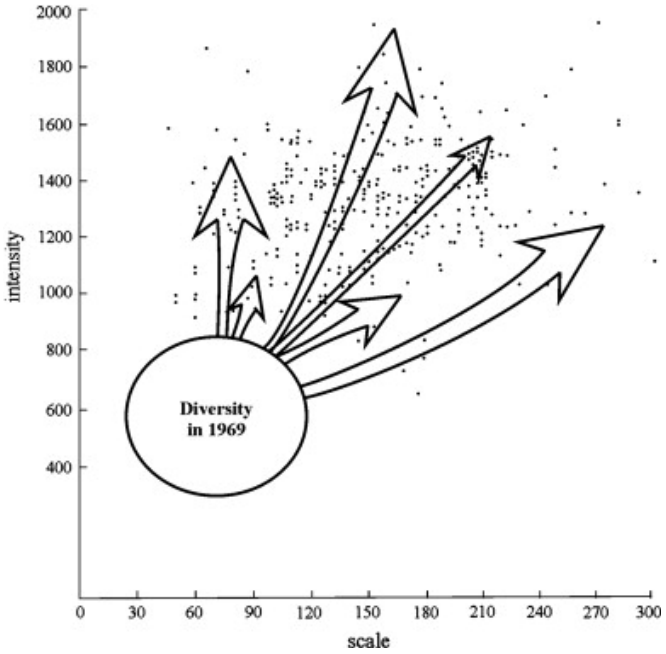


Figura. 1 Trajetórias empíricas de desenvolvimento agrícola no período 1969-1981.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

Os agricultores observam continuamente o contexto em que trabalham – ainda que o façam de formas, em geral, muito diversas. Especialmente quando se referem a períodos mais longos (abarcando um número maior de fenômenos mutuamente compatíveis), observações específicas podem ser traduzidas em novos cursos de ação, isto é, novas estratégias. Ao enfrentar continuamente restrições creditícias à agricultura, os agricultores podem decidir mudar para níveis consideravelmente menores de uso de crédito e insumos externos. Isto pode ocorrer, particularmente, quando novos aumentos de escala (destinados a reduzir preços de custo) parecem progressivamente contra-produtivos[10]. Deste modo, o *estilo de agricultura econômica* nasceu e se reproduziu na Europa. Isto também se aplica à agroecologia, no que concerne ao Brasil. Estes novos estilos auxiliam os agricultores a enfrentar em melhores condições as falhas de mercados vigentes.

O mesmo se pode dizer da (re)construção da multifuncionalidade (através de processos multifacetados de diversificação): esses processos resultam na emergência de novos estilos de agricultura (inseridos em novas relações com os mercados e a sociedade em geral) e/ou na readaptação dos estilos existentes. Daí, que a heterogeneidade assim ampliada da agricultura presta considerável auxílio para aumentar sua resiliência *vis-à-vis* o contexto turbulento (ver Minter, 2010, para uma abordagem geral e Wales Rural Observatory, 2010, para uma aplicação), ainda mais quando ocorre juntamente ao desenvolvimento de novos mercados aninhados que representam, no mínimo, uma mudança parcial de contexto. Esta característica (a resiliência ampliada)

10 Como é o que ocorre sob as atuais condições de crise. Por exemplo, na Holanda, os aumentos de escala se traduzem em aumentos nos níveis dos preços de custo e em fluxos de caixa negativos sempre que os preços de venda estão baixos.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

parece aplicar-se também às *agroindústrias familiares* em forte expansão no Brasil (ver, por exemplo, Schneider, 2006).

No arcabouço do desenvolvimento rural, destacam-se como decisivos, especialmente, os *equilíbrios* recém construídos entre atividades agrícolas 'tradicionais' (ligadas aos mercados de produtos básicos) e as novas formas de multifuncionalidade (frequentemente, embora nem sempre, ligadas aos mercados aninhados). Distintos equilíbrios se traduzem, progressivamente, em novos e distintos estilos de agricultura. Tais equilíbrios em transformação podem ser estudados, por exemplo, através da diversificação dos padrões de investimento. Oostindie *et al*. mostram (em pesquisa em curso)[11] que existe uma marcante diversidade entre empreendimentos agrícolas multifuncionais na Holanda. Alguns utilizam a recém desenvolvida diversificação das atividades para gerar poupanças que são posteriormente investidas na produção padrão de *commodities*. As primeiras fortalecem as últimas, enquanto as últimas tornam-se, em certa medida, dependentes da primeira. Isto se contrapõe a outros padrões em que a construção de sinergia é fundamental: antigas e novas atividades compõem um novo equilíbrio, através do qual, uma fortalece a outra e vice versa (este caso vem sendo teoricamente elaborado por Saccomandi, 1998). No outro extremo, existem casos em que os fatores (e quotas) de produção usados para a agricultura tradicional são vendidos para construir unidades agrícolas multifuncionais completamente novas.

O desenvolvimento destes novos estilos de agricultura pode induzir novas dinâmicas no setor. Isto é mostrado em recente estudo italiano que se centrou no equilíbrio mutante entre agricultura especializada e agri-

11 Este é o programa de pesquisa sobre a 'Dinâmica e Solidez da Agricultura Multifuncional', que está sendo realizada pela Universidade de Wageningen (Departamento de Sociologia Rural) e financiada pela Força Tarefa de Agricultura Multifuncional do Ministério da Agricultura.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

cultura multifuncional (Ventura, de Rooij e Milone, *no prelo*). A pesquisa incluiu um levantamento (*survey*) (n=1.600) entre um grande número de agricultores de dedicação exclusiva, que receberam mais de 15.000 Euros por ano de subsídios diretos. Em 2008 (ano em que a *survey* foi aplicada), 27% das unidades agrícolas deste subgrupo específico poderiam ser classificados (segundo os próprios agricultores) como empreendimentos multifuncionais que haviam adotado novas atividades juntamente com as 'tradicionais'. Os restantes 73% dos empreendimentos eram especializados somente em atividades agrícolas. Deste último grupo, 8% acreditavam que, dentro de cinco anos, o empreendimento seria fechado. No grupo multifuncional, só 1% tinha esta expectativa. Treze por cento dos agricultores especializados planejam integrar uma ou mais atividade de desenvolvimento rural em seu empreendimento nos próximos cinco anos. Em conjunto, estas mudanças implicariam que, ao longo dos cinco anos seguintes, a distribuição entre empreendimentos especializados e multifuncionais irá para 57% de especializados e 43% de multifuncionais. Quando se consideram os agricultores com menos de 40 anos de idade, a distribuição muda para 49% e 51%, respectivamente.

A mesma pesquisa também investigou os padrões de investimento. Dos agricultores especializados, 16% indicaram que haviam investido ativamente na produção de alimentos ao longo dos últimos cinco anos, menos da metade do número de agricultores multifuncionais que o fizeram (36%). Para os cinco anos seguintes, 27% dos agricultores especializados disseram que iriam investir na produção de alimentos, enquanto 44% entre os multifuncionais planejavam produzir alimentos.

Isto indica que a agricultura multifuncional definitivamente não representa um *adieu* à agricultura como tal. É, antes, o caminho oposto. Os ganhos obtidos com as novas atividades ajudam os agricultores a continuar e a investir nas atividades clássicas da agricultura. Isto é particu-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

larmente importante na época atual, em que a agricultura está enfrentando as consequências da crise econômica geral. As práticas de desenvolvimento rural se tornam importantes linhas de defesa pra a produção de alimentos (o que se confirma no Wales Rural Observatory, 2010).

Em resumo, a abordagem comparativa contribui para a exploração e identificação de novos padrões de coerência (novos estilos de agricultura) que emergem no e constituem o processo de desenvolvimento rural, e que se traduzem em uma expansão da heterogeneidade global. As novas formas de heterogeneidade são especialmente importantes, na medida em que contribuem para a re-localização da agricultura. Há uma tendência crescente da agricultura de reassentar-se em recursos localmente disponíveis, assim como de estar inserida nos padrões locais e regionais para processamento e distribuição de seus produtos e serviços. No âmbito deste marco emergente, novos parâmetros entram em cena, como, por exemplo, a qualidade do ambiente rural local, a qualidade do trabalho (incorporada, por ex., em trabalho manual, capacidade inovadora[12] e novas habilidades empresariais), a qualidade das novas redes e coalizões locais e a competência para 'afinar' os estilos de agricultura emergentes. Na medida em que tais qualidades tipicamente locais estejam disponíveis (e adequadamente combinadas), tanto mais efetivas serão as respostas às falhas globais de mercado.

Conclusões

Neste texto, discuti brevemente a dupla aplicação do método comparativo para os processos atuais de desenvolvimento rural. Este método

12 Na Europa, cada vez mais referimo-nos à produção de novidade (ao invés de capacidade inovadora). Esta última está fortemente associada à adaptação de artefatos prontos para uso e/ou de métodos desenvolvidos por agroindústrias e instituições científicas. O conceito de produção de novidade, por sua vez, está centrado na capacidade de agricultores para produzir, reconhecer, selecionar e utilizar variações que emergem localmente, e expandi-las. Ver Wiskerke e Ploeg, 2004.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

possibilita a determinação dos denominadores comuns. Sendo assim, ajuda a compreender os processos de desenvolvimento rural como respostas multifacetadas e de múltiplos níveis às falhas de mercado associadas às dinâmicas dos mercados globais de *commodities* para a produção agrícola e de alimentos. O método comparativo também permite avaliar os novos e distintos padrões de coerência que emergem tanto no âmbito desses processos de desenvolvimento rural como através deles. Portanto, a abordagem comparativa contribui significativamente para a compreensão dos atuais processos de desenvolvimento rural como fenômenos disseminados, persistentes e resilientes, que podem alterar parcelas consideráveis das realidades rurais – onde quer que estas estejam localizadas. Como sugere a análise comparativa, esta persistência, resiliência e ampla distribuição espacial do desenvolvimento rural (em constelações espaciais tão diversas como Europa, China e Brasil) se deve ao fato do desenvolvimento rural estar radicado tanto em problemas globais (falhas de mercado) como em respostas locais (novas práticas de desenvolvimento rural que se articulam através de novos mercados aninhados) altamente diferenciadas.

A mesma discussão mostra que o método comparativo depende significativamente da formulação adequada das questões de pesquisa, bem como da especificação adequada do nível de análise. Quando ambas as condições são atendidas, tornam-se possíveis *generalizações empiricamente fundamentadas* e uma especificação da *relevante heterogeneidade*. Por meio de etapas iterativas, as análises tanto do 'geral' como do 'específico' podem fortalecer-se mutuamente.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

Rural Development Trajectories: International Comparative Research

Abstract

This paper contains a critical reflection on a comparative analysis of rural development processes in Brazil, the European Union and China. It argues that those contextual elements and/or process characteristics that are mostly ignored by a case-study approach (for being more or less invisible and/or for being more or less self-evident) might come to the fore through a comparative approach. Simultaneously, the particular nature of single rural development processes might equally be specified through systematically organized comparisons. In this way, current rural development processes are characterized as a set of responses to market failures – a set of responses that requires and involves the active construction of new, nested markets.

Keywords: Rural development. Nested markets. Comparative analysis. Brazil. China. European Union.

Referências

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, 2001, 19 (4):437-448, 2001.

GARSTENAUER, R., KICKINGER, S.; LANGTHALER E. **The Agrosystemic Space of Farming:** analysis of farm records in two lower Austrian regions, 1945–1980s. Trabalho apresentado no workshop Historicising Farming Styles, Melk, October 22-23, 2010.

GUARESCHI, A. **A operacionalização da política de segurança alimentar:** o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Tenente Portela/RS. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

HOFSTEE, E. W. Differentiële sociologie in kort bestek: schets van de differentiële sociologie en haar functie in het concrete sociaal-wetenschappelijke onderzoek. In: HOFSTEE, E. W.; JOLLES, H. M.; GADOUREK, I. **Differentiële Sociologie in Discussie**. Amsterdam: VUGA, 1985.

HUYLENBROECK, G. van; VUYLSTEKE, A.; VERBEKE, W. Public Good Markets: the possible role of hybrid governance structures in institutions for sustainability.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

In: BECKMAN, V.; PADMANABHAN, M. (Eds.). **Institutions and Sustainability**. Frankfurt: Springer Science + Business Media B.V., 2009.

KAGYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

KERKVLIET, Ben. Everyday politics in peasant societies (and ours). **Journal of Peasant Studies**, 36: 1, p. 227-243, 2009.

LAW, J. **Organizing Modernity**. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

LEEUWIS, C. **Of Computers, Myths and Modeling:** the social construction of diversity, knowledge, information and communication technologies in Dutch horticulture and agricultural extension. PhD Thesis, Wageningen University, Wageningen, the Netherlands, 1993.

LONG, N. **Development Sociology:** actor perspectives. London: Routledge, 2001.

MINTER, T. **The Agta of the Northern Sierra Madre:** livelihood strategies and resilience among Philippine hunter-gatherers. Ph.D. Manuscript, Faculty of Social Sciences, Leiden University, Leiden, 2010.

O'BRIEN, K. J. Rightful resistance. **World Politics**, p. 31-56, oct. 1996.

OOSTINDIE, H. *et al*. The central role of nested markets in rural development in Europe. Artigo aceito por **Rivista di Economia Agraria**, 2011.

PETERSEN, P. Agriculturas ou Impérios Alimentares? Uma Encruzilhada no Caminho da Humanidade In: **PUC Viva**, publicação acadêmica e informativa quadrimestral dos professores da PUC-SP, São Paulo, 10-36:11-18, 2009.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

_____. The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 10, no, 1, January 2010, p. 98-106, 2010.

PLOEG, J.D. van der; ROEP, D. **Bedrijfsstijlen in de Zuidhollandse veenweidegebieden:** nieuwe perspectieven voor beleid en belangenbehartiging. Wageningen, Landbouwuniversiteit, 1990.

PLOEG, J. D. van der; JINGZHONG, Ye; SCHNEIDER, S. Rural development and the construction of new, nested markets (part 2): everyday life politics, common-pool resources and duality. Artigo submetido a **The Journal of Peasant Studies**, 2011a.

_____. Rural Development reconsidered: building on comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. Artigo aceito por **Rivista di Economia Agraria**, 2011b.

_____. Rural development and the construction of new, nested markets (part 1): comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. Artigo submetido a **The Journal of Peasant Studies**, 2011c.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 114-140

POLMAN, N. *et al*. Nested markets with common pool resources in multifunctional agriculture. Artigo aceito por **Rivista di Economia Agraria**, 2011.

ROEP, D; PLOEG, J.D. van der; LEEUWIS, C. **Zicht op Duurzaamheid en kontinuiteit:** Bedrijfsstijlen in de Acherhoek. Wageningen, Landbouwuniversiteit, 1991.

ROEP, D.; WISKERKE, H. Nourishing Networks: fourteen lessons about creating sustainable food supply chains. **Reed business information**, Doetinchem, 2008.

SACCOMANDI, V. **Agricultural Market Economics:** a neo-institutional analysis of exchange, circulation and distribution of agricultural products. Royal van Gorcum, Assen, the Netherlands, 1998.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

SCHNEIDER, S.; TRICHES, R. M. **Short Review of the Brazilian School Feeding Programme** – and an example of an innovative way of implementation. 2010. PGDR- UFRGS, Porto Alegre, 2010.

SCHNEIDER, S.; SHIKI, S.; BELIK, W. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. Artigo aceito por **Rivista di Economia Agraria**, 2011.

SHANIN, T. The nature and logic of the peasant economy 1: a generalization. **Journal of Peasant Studies**, 1 (1):63-80, 1973.

STIGLER, G. Imperfection in the capital market. **Journal of Political Economy**, 75, p. 287–292, 1967.

VENTURA, F.; PLOEG, J. D. van der. Rural Development: some tentative conclusions, **Rivista di Economia Agraria**, 2011. (no prelo)

VENTURA, F.; ROOIJ, S. J. G. de; MILONE, P. **Imprenditori agricoli ed il turno verso la multifunzionalitá**. Rome: Donzelli Editori (Forthcoming).

WALES RURAL OBSERVATORY (Arsyllfa Wledig Cymru). **A Survey of Farming Households in Wales**, Cardiff, Cardiff University, july 2010.

WISKERKE, H.; PLOEG, J.D. van der. **Seeds of Transition:** essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Royal Van Gorcum, Assen, 2004.

YE, J. Z.; RAO, J.; WU, H. F. 'Crossing the river by feeling the stones': rural development in China. Artigo aceito por **Rivista di Economia**, 2011.

ZIJDERVELD, A. C. **De tirannie van het cliché**. Samson, Deventer, 1982.

Recebido: 31/03/2011
Aceite final: 26/04/2011

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional

INA HORLINGS*
TERRY MARSDEN**

Resumo

O paradigma da bioeconomia pode ser descrito como o conjunto das atividades econômicas que captam o valor latente em processos biológicos e nos biorecursos renováveis, para produzir melhores condições de saúde, além de crescimento e desenvolvimento sustentáveis. Este artigo faz uma revisão crítica do impacto da bioeconomia emergente sobre o desenvolvimento rural. São descritas algumas das consequências do desenvolvimento rural bioeconômico, na esfera agroalimentar e da inovação regional baseada em uma definição específica - e, de nosso ponto de vista, fraca - de Modernização Ecológica. A questão central, então, é: quais são as bases conceituais, a força impulsora, as expressões empíricas e as implicações do desenvolvimento bioeconômico? Argumenta-se que, embora a bioeconomia faça duras cobranças em relação à sustentabilidade, também deixa lacunas, apresenta alguns efeitos secundários negativos, tanto ambientais como sociais, e corre o risco de ser uma economia parcial. Sustentamos, ainda, que a trajetória do desenvolvimento

1 Tradução de Regina Beatriz Vargas.

* Pesquisadora em desenvolvimento rural e regional, Grupo de Sociologia Rural, Universidade e Centro de Pesquisa de Wageningen, Holanda. E-mail: Lummina.Horlings@wur.nl

** Professor de Política e Planejamento Ambiental, Escola de Planejamento Urbano e Regional, Universidade de Cardiff. Diretor do Instituto de Pesquisa de Lugares Sustentáveis e Reitor de Pós-Graduação da Universidade de Cardiff E-mail: MarsdenTK@Cardiff.ac.uk

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

ecoeconômico pode constituir uma boa alternativa para localidades particularmente vulneráveis que queiram aumentar sua resiliência.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Modernização Ecológica. Bioeconomia. Ecoeconomia. Produção de alimentos.

1. Introdução: o desafio de desenvolvimento sustentável para a ciência social

O debate científico e governamental sobre desenvolvimento sustentável está entrando em uma nova fase. Durante muito tempo, as escolhas óbvias para as regiões foram trilhar o caminho do crescimento econômico e competir com outros lugares por trabalho e capital móveis, globais. Este desenvolvimento competitivo tem sido historicamente dominado por interesses econômicos tais como crescimento, renda e emprego (Armstrong e Taylor, 2000) – uma visão econômica ortodoxa, que segue sendo, em muitos lugares, o principal ponto de referência para as estratégias de desenvolvimento econômico. Também os conceitos de desenvolvimento regional que prevalecem no campo acadêmico (por ex. disparidades de crescimento regional e pólos de crescimento) provêm dos domínios da economia neoclássica (Pike *et al*., 2006).

Entretanto, desenvolvimento econômico e competitividade são, cada vez mais, considerados abordagens por demais limitadas para o tema do desenvolvimento regional, porque criam não só 'vencedores' como também 'perdedores'. Os 'vencedores' são geralmente encontrados em regiões ricas e valorizam os recursos naturais e os ativos locais. Os 'perdedores', por outro lado, tendem a concentrar-se em regiões vulneráveis, sofrendo o esgotamento de seus recursos naturais e ausência de ativos locais. Além disso, observam-se consequências sociais negativas que

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

incluem questões relacionadas à injustiça ambiental, à polarização social e à exclusão social (Meynen e Doornbos, 2004). Em sua busca por uma abordagem alternativa, Wells e Bristow (2007) afirmam criticamente que:

> *Localidades e regiões não são entidades econômicas limitadas, cujo desempenho possa ser reduzido às suas firmas e ambiente microeconômico no qual operam. Entendê-las assim é criar um discurso reduzido sobre os caminhos para o bem estar regional, no qual os lugares ficam encerrados em círculos de comportamento competitivo cada vez mais intenso, em áreas de atividade estreitamente definidas, para sobreviver em um mundo globalizado (Well e Bristow, 2007, p. 207).*

Tais noções se ajustam a uma consciência bem mais ampla de que, no longo prazo, os lugares deveriam adjudicar-se um desenvolvimento mais sustentável, para evitar concorrência desleal (OECD, 2006; Millennium Ecosystem Assessment, 2005). Desde a apresentação de *Nosso Futuro em Comum* (WCED, 1987), 'desenvolvimento sustentável' tornou-se um conceito chave em políticas relacionadas ao meio ambiente.

Também na área científica, intensificaram-se os esforços para promover e operacionalizar o novo campo da 'ciência da sustentabilidade'. Esta incorporou várias áreas das ciências, ganhando impulso diversificado a partir das ciências naturais, físicas e sociais. Ao mesmo tempo, a constante incorporação do ambientalismo às ciências sociais outorgou mais centralidade à operacionalização dos conceitos relacionados à sustentabilidade, tais como 'capacidade de suporte', pegada ecológica, técnicas de avaliação ambiental sustentável, equidade intergeracional e processos deliberativos e participativos. Desafios como mudanças climáticas e esgotamento de múltiplos recursos, ademais das demandas populacionais globais, irão criar rapidamente uma necessidade intelectual de novas explicações e de um paradigma científico que propugne novos (e verdadeiros) modelos de Modernização Ecológica (Horlings e Marsden, 2011).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

De que modo o desenvolvimento sustentável se manifestará nos lugares, não está claro. Não há um caminho único para a sustentabilidade. Na busca por novos modelos de desenvolvimento, diferentes paradigmas podem ser identificados: o paradigma da bioeconomia e o paradigma da ecoeconomia, por exemplo, cada qual sustentando modelos alternativos para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Ambos os paradigmas têm seus próprios argumentos para a sustentabilidade, como veremos neste artigo, e podem ser analisados no contexto abrangente da teoria do desenvolvimento chamada Modernização Ecológica.

A Modernização Ecológica é empiricamente relevante em lugares que estão buscando formas de explorar seus recursos sem colocar em risco as perspectivas futuras. Além do mais, a ME é também um esforço teórico para a ciência social. Discutiremos, aqui, que a agenda ecologicamente modernizante tem sido interpretada de forma limitada em muitos países em desenvolvimento e que ela deveria estar fundada sobre uma base teórica mais diversificada (Buttel, 2000; Gibbs, 2000; Murphy, 2000).

O presente artigo faz uma revisão crítica do impacto da bioeconomia emergente sobre o desenvolvimento rural. São descritas algumas das consequências do desenvolvimento rural bioeconômico na esfera agroalimentar e da inovação regional que se baseiam em uma definição específica - e, de nosso ponto de vista, fraca - de Modernização Ecológica. A questão central, então, é: quais são as bases conceituais, a força impulsora, as expressões empíricas e as implicações do desenvolvimento bioeconômico?

Faremos a crítica desta trajetória de desenvolvimento argumentando que, embora a bioeconomia faça duras cobranças em relação à sustentabilidade, também deixa lacunas, apresenta alguns efeitos secundários negativos, tanto ambientais como sociais, e corre o risco de ser uma economia unilateral/parcial. Sustentamos que a trajetória do desenvolvimento ecoeconômico pode constituir uma boa alternativa para localidades

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

particularmente vulneráveis que queiram aumentar sua resiliência. Isto se torna ainda mais relevante em um contexto de globalização e de crescentes fluxos internacionais de trabalho e capital.

Com o crescimento da bioeconomia em muitos locais, é oportuno, por diversas razões, que os cientistas sociais analisem suas consequências. Em primeiro lugar, a bioeconomia está relacionada a importantes debates envolvendo os tipos e estruturas de sustentabilidade que surgem nas políticas e nas práticas, bem como a capacidade desses modelos de enfrentar os principais desafios ambientais que aparecem. O imperativo do controle das emissões de carbono, em particular, tornou-se um novo conceito chave (Keil, 2007) e a gestão do carbono está sendo introduzida pelo estado como um modo de governança socioambiental (While *et al*., 2010). Os paradigmas da bioeconomia e da ecoeconomia suscitam questões relativas a quais vias – se estas houverem – se tornarão dominantes, de que modo e por que razão. Outras questões envolvem quem terá o controle dessas vias e sobre quais bases teóricas e conceituais tal controle se apoiará. Esta é uma questão pertinente em vista da tendência do conceito de sustentabilidade ser cooptado em modos de governança neoliberais (Drummond e Marsden, 1995; Hajer, 1995).

Em segundo lugar, existe um crescente debate envolvendo o impacto social e os efeitos dos avanços atuais da nova bioeconomia. Além do mais, ao passo que, do ponto de vista econômico, o modelo é apenas mais do mesmo – isto é, acumulação de capital a partir de trabalho intensivo e de processo de produção –, para alcançar este resultado, ele agora transforma a natureza 'a partir de dentro', o que suscita novas questões éticas, morais e sociais. Isto se torna ainda mais relevante, uma vez que a biotecnologia, por exemplo, é hoje uma grande impulsora e absorvedora de importantes gastos em P&D, tanto pelo setor público como pelo privado (Carlson, 2007).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

Neste artigo, vamos construir e explicitar algumas definições conceituais da bioeconomia e da ecoeconomia (seção 2). Estas definições serão colocadas no contexto da teoria geral da modernização ecológica e de suas diversas – sejam fortes ou fracas – manifestações (seção 3). Além disso, revisando várias correntes da literatura das ciências sociais, iremos descrever e criticar as forças impulsoras da bioeconomia (seção 4) e as expressões e implicações da nova bioeconomia em relação ao setor agroalimentar (seção 5), bem como à inovação regional (seção 6), incluindo exemplos da América Latina. A seção 7 apresenta uma trajetória alternativa de desenvolvimento: a resiliência como uma estratégia ecoeconômica para localidades vulneráveis. Na última seção (seção 8), iremos extrair algumas conclusões e levantar questões para orientar novas pesquisas.

2. Definições de bioeconomia e ecoeconomia

2.1 O paradigma da bioeconomia: uma definição

O paradigma da bioeconomia pode ser descrito como o conjunto das atividades econômicas que captam o valor latente em processos biológicos e nos biorrecursos renováveis para produzir melhores condições de saúde, além de crescimento e desenvolvimento sustentáveis. Ao invés de um fenômeno local, de agregação de valor, este paradigma opera em níveis econômicos mais globais, corporativos.

Às vezes, usa-se também o termo 'economia biofundamentada', que lida de forma mais restrita com aplicações industriais: é uma economia que utiliza biorrecursos renováveis, bioprocessos eficientes e aglomerações ecoindustriais para produzir bioprodutos, empregos e renda sustentáveis (OCDE, 2006). Ela cobre e, efetivamente, combina áreas como medicina, nutrição, agricultura, biotecnologia industrial, meio-ambiente

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

e segurança. E se expressa na produção (em geral controlada por grandes empresas) de biomassa e de biocombustíveis, bem como em outras atividades como biotecnologia, genômica, engenharia química e tecnologia enzimática (Juma e Konde, 2001; Comissão Europeia, 2005).

A OCDE considera que a bioeconomia poderá contribuir significativamente para a atividade econômica. A organização estima que, até 2030, o uso das biotecnologias contribuirá com até 35% da produção industrial de químicos e de outros produtos que podem ser fabricados por meio de biotecnologia; com até 80% dos produtos farmacêuticos e de diagnóstico; e com cerca de 50% da produção agrícola (OCDE, 2006).

2.2 O paradigma da ecoeconomia: uma definição

O modelo da ecoeconomia envolve o surgimento de redes complexas de empresas (muitas das quais pequenas e médias novas empresas) e atividades econômicas viáveis que se utilizam de recursos ecológicos de forma mais sustentável e ecologicamente eficiente (como por exemplo, novas empresas geradoras de energia renovável, empresas de agroturismo, de processamento e abastecimento de alimentos e empreendimentos sociais). O que é mais importante, elas não resultam em uma redução líquida dos recursos. Ao contrário, proporcionam benefícios cumulativos que agregam valor aos espaços rural e regional em termos tanto ecológicos quanto econômicos. Kitchen e Marsden (2009, p. 289) propõem uma definição [de ecoeconomia] que capta estas características:

> *a gestão social eficaz dos recursos ambientais (enquanto combinações dos capitais natural, social, econômico e territorial), de forma a integrar-se aos e aprimorar os ecossistemas local e regional, ao invés de desagregá-los e destruí-los. A ecoeconomia consiste, então, de 'redes', cumulativas e aninhadas, de empresas e atividades econômicas viáveis, que utilizam, de forma sustentável, os variados e distintos recursos ambientais de áreas rurais. Tais redes não resultam em uma diminuição*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

> *líquida de recursos; antes, proporcionam benefícios líquidos e agregam valor ao ambiente e à comunidade.*

A ecoeconomia expressa-se, por exemplo, em redes agroalimentares na forma de agricultura sustentável localmente incrustada e baseada no uso multifuncional da terra, em princípios agroecológicos e em novas redes de produção-consumo (Horlings e Marsden, 2011).

3. Modernização Ecológica: a teoria geral

3.1 Modernização Ecológica como uma teoria do desenvolvimento

O conceito teórico geral que funda tanto a bioeconomia como a ecoeconomia é o da Modernização Ecológica (ME). Tal conceito é central para ambos os paradigmas, porque tanto um como outro buscam e reivindicam o desenvolvimento sustentável defendendo diferentes trajetórias de desenvolvimento econômico.

A Modernização Ecológica é tanto um conceito teórico como um programa para política de desenvolvimento (Gibbs, 2000). A teoria da modernização ecológica emergiu de tentativas de lidar com os problemas identificados relativos à formulação e à implementação das primeiras políticas ambientais. Nos anos 1980, por exemplo, as práticas de controle da poluição no ponto de emissão (*end-of-pipe*), que apenas mudavam problemas relacionados ao processo industrial de um meio- ambiente para outro (Mol, 2000; Mol e Sonneveld, 2000).

As origens conceituais da modernização ecológica têm sido descritas, entre outros, por Anderson e Massa (2000), Christoff (1996), Gibbs (2000), Horlings e Marsden (2011) e Huttunen (2009). A noção de Modernização Ecológica surgiu de um debate ambiental na Alemanha, estando estreitamente relacionada a virtudes clássicas como *Vorsorge* (é melhor prevenir do

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

que curar) e *Vorsprung durch Technik* (progresso via tecnologia). Ela compõe uma mensagem sobre as vantagens da inovação e pressupõe que é possível, através do desenvolvimento de novas tecnologias integradas, reduzir o consumo de matérias primas básicas, bem como as emissões de vários poluentes e, ao mesmo tempo, criar produtos inovadores e competitivos. Os principais instrumentos neste processo são a ciência e a inovação tecnológica (Anderson e Massa, 2000, p. 337). Assim, 'a estratégia da modernização ecológica visa, simultaneamente, a melhoria da eficiência ecológica e da eficiência econômica' (Jänicke, 1988, p. 23).

Pode-se dizer que tanto a bioeconomia como a ecoeconomia servem de exemplos da Modernização Ecológica. No entanto, cada uma delas representa uma distinta variante da ME; a bioeconomia segue o caminho de uma ME fraca ou limitada, ao passo que a ecoeconomia segue a linha de uma forte ME (Christoff, 1996; Dryzek, 1997; Gibbs, 2000).

3.2 Modernização ecológica fraca ou limitada

As versões 'fracas', segundo Dryzek, são Modernização Ecológica para engenheiros ou contadores, caracterizados como elites científicas, econômicas e políticas que tratam problemas ambientais formulando políticas a partir de uma visão tecnocrática e corporativista. Para Dryzek, as análises da ME 'fraca' ou 'limitada' tendem a estar restritas a Estados desenvolvidos e a corporações, que têm condições de consolidar suas vantagens econômicas sobre os Estados em desenvolvimento (Kitchen e Marsden, 2009).

Segundo Gibbs, a ME fraca ou limitada, frequentemente, deixa de levar em conta os processos sociais em curso, pois se apóia em uma abordagem tecnocrática e instrumental restrita, em lugar de uma integrativa e comunicativa (Gibbs, 2000, p.17). Este autor afirma que as interpretações limitadas da modernização ecológica também têm um fraco potencial para a integração de políticas e têm pouco a dizer sobre

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

a forma de adaptação ou de mudança institucional exigidas para instituir o desenvolvimento sustentável. Além disso, não se enfrentam as barreiras à implementação da modernização ecológica, o que é visto como uma falha do estado, pela qual 'a política fica bloqueada a uma abordagem reativa e padronizada, mesmo que políticas mais proativas estejam disponíveis e ofereçam vantagens econômicas e ambientais' (Gouldson e Murphy, 1997, p. 80). A modernização ecológica tem pouco a dizer sobre as mudanças exigidas no nível do estado-nação e menos ainda em escala regional (Gibbs, 2000, p. 17):

> *este Estado facilitador irá propiciar a modernização ecológica através de relações de parceria entre governo e indústria, ainda que cooptando, quando necessário, movimentos de defesa do meio ambiente, ignorando questões de participação e reduzindo a sociedade em geral a meros consumidores a prover com informação suficiente para que façam escolhas informadas (embora, baseadas no mercado).*

Nos casos em que a ME aborda questões de escala, Spaargaren e Mol (1992) criticam explicitamente os trabalhos de teóricos da contraprodutividade (como Commonor, Illich, Gorz e Bahro), por sua ênfase na necessidade de maior autonomia local e de rompimento dos laços com o mercado mundial e com as relações políticas como pré-requisitos para uma resposta à crise ecológica:

> *A intensificação das relações sociais internacionais e o crescente nível de distanciamento tempo-espaço nas sociedades modernas tornam menos plausível e realista a realização desses objetivos no contexto dos experimentos locais, considerados isentos das relações de poder e das forças de mercado que operam em âmbito mundial (Spaargaren e Mol, 1992, p.331).*

A conexão entre bioeconomia e modernização ecológica (fraca) é relativamente clara. Vista como modernização ecológica (fraca), a bioecono-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

mia parece ser um caso de capitalismo que se utiliza da ciência ambiental na busca de vantagens econômicas; 'mais do mesmo', embora encoberto sob argumentos e referências ecológicas. Além disso, enquanto que, do ponto de vista ecológico, o modelo 'é mais do mesmo', ou seja, acumulação de capital a partir de processo de produção e de trabalho intensivos, ele agora transforma a natureza 'a partir de seu interior' (ver abaixo).

3.3 Modernização ecológica forte

A conexão entre ecoeconomia e modernização ecológica forte pode ser desenvolvida por associação com geografias rurais e desenvolvimento rural. Um componente importante do desenvolvimento rural é a multifuncionalidade. Como sugere McCarthy (2005), enquanto a modernização ecológica tem sido aplicada principalmente à industrialização (via ME fraca), seus elementos centrais se evidenciam na multifuncionalidade, conforme apontado por vários autores (por exemplo, Wilson, 2001; Evans *et al*, 2002; Marsden, 2004). Tais elementos centrais consistem na internalização de externalidades; na promoção da equidade intergeracional; na reflexividade entre atores da modernização ecológica; e num papel bem definido para o Estado.

Embora McCarthy (2006, p. 804) afirme que os espaços rurais foram e seguem sendo lugares primordiais, arquetípicos mesmo, do capitalismo, ele observa que as características das economias e das mercadorias alternativas tendem muitas vezes a entrecruzarem-se com as características dos espaços e produtos rurais: comunidades próximas e interativas; cadeias curtas de abastecimento; e imersão dos processos econômicos nas culturas e comunidades locais (Renting *et al*, 2003; Lamine, 2005; Kirwan, 2006).

Uma modernização ecológica 'forte' sugere processos reflexivos de aprendizagem social: tomada de decisão democrática, aberta; consideração das dimensões espaciais e de governança do desenvolvimento econô-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

mico e ambiental; uma abordagem equilibrada das questões econômicas, ambientais e sociais; e uma tendência a práticas deliberativas, discursivas e democráticas (Kitchen e Marsden, 2009). No entanto, para atingir tal condição seria necessária uma reestruturação das estruturas políticas capitalistas ou, como sugere Dryzek (1997, p. 65): *[...] reconfiguração consciente e ação previdente de modo que o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental possam caminhar lado a lado e reforçarem-se mutuamente.*

O neoliberalismo demonstrou uma capacidade contumaz e duradoura de reinventar-se, acomodando-se às críticas e cooptando-as à sua lógica. Neste sentido, segue em aberto a questão de se é possível uma modernização ecológica forte ou um capitalismo sustentável. Como sustenta Hudson (2005), ao passo que existem fortes razões para se acreditar na improbabilidade de qualquer forma de ecocapitalismo, as chances de uma alternativa não capitalista sistêmica parecem no mínimo igualmente distantes. Isto o leva a concluir que:

> *o impossível pode, de fato, ser necessário e o necessário impossível na busca por se criarem práticas, fluxos e espaços econômicos sustentáveis – pelo menos, na ausência de uma reavaliação radical de conceitos como 'a economia', 'produtividade' e 'desenvolvimento' e de consequentes mudanças em práticas relacionadas a uma transformação fundamental nas relações sociais que dominam a economia e definem práticas legítimas (Hudson, 2005, p. 250).*

É preciso nada menos que uma solução 'total' para as contradições e crises do capitalismo, por meio de um conjunto de relações sociais que produzam um acordo econômico, político e ambiental mais equitativo e sustentável (Harvey, 2000).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

4. Forças impulsoras do desenvolvimento bioeconômico

Como tratado acima, sustentamos que a bioeconomia é um exemplo de modernização ecológica fraca, mas que tem fortes implicações. Podemos identificar diversas forças impulsoras que estão promovendo a biotecnologia em alguns lugares – criação de 'espaços de terceira natureza', inovação técnica e ecologia industrial –, as quais são descritas abaixo.

4.1 Criação de 'espaços de terceira natureza'

Retrocedendo teoricamente, se poderia dizer que a bioeconomia é representativa dos processos capitalistas descritos por Smith (1984), através dos quais a natureza é transformada pelo capital em 'segunda' natureza ou natureza social. A segunda natureza está submetida às relações humanas, que resultaram em sua mercantilização e exploração econômica através do processo capitalista (Smith, 1984, p. 55). Contudo, sugerimos que o paradigma bioeconômico vai muito além e começa a estabelecer a 'terceira natureza'. Os processos bioeconômicos têm potencial para, e em alguns casos já conseguiram, transformar a natureza em um nível genético, fundamental. Para o paradigma bioeconômico, não é suficiente apenas mercantilizar a natureza enquanto 'primeira natureza'. Ao contrário, é preciso agora transformar os processos biológicos e reprodutivos da própria natureza, de modo a que esta obedeça a diferentes regras e parâmetros temporais e espaciais, e que reduza algumas das prévias externalidades ambientais. Esta é uma nova forma de controle corporativo e de patenteamento sobre as 'indisciplinadas' primeira e segunda naturezas; uma forma que, ao mesmo tempo, abre novos espaços de 'terceira natureza' a uma nova acumulação seletiva e criação de riqueza (Kitchen e Marsden, *sob revisão*).

Portanto, o cerne do paradigma bioeconômico é buscar um caminho para um 'desenvolvimento sustentável' mais amplo, através da

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

inovação científica, especialmente a manipulação genética, em áreas como de alimentos, combustíveis, energia e medicamentos. Este processo exige um significativo grau de manipulação e de controle dos processos reprodutivos naturais (de plantas e de animais) assim como um controle amplamente privatizado das técnicas e práticas que os possibilitam. Além disso, ele reconstitui as diferentes demandas dos fatores tradicionais de produção (terra, trabalho e capital), ao despojar ainda mais a produção de alimentos de suas características naturais distintivas, que por tanto tempo obstruíram a plena penetração capitalista no setor agroalimentar (Kautsky, 1899, Mann e Dickenson, 1978).

A bioeconomia, então, parece buscar separar-se da natureza e ter um maior controle sobre a mesma, através da ciência. Pode ser que esta tentação seja grande demais para que cientistas e o industrialismo capitalista – e mesmo os consumidores – consigam resistir. Como observa Carlson (2007, p. 116):

> *O trabalho em tecnologias biológicas continuará desenvolvendo-se, porque a possibilidade de melhores e mais frequentes colheitas, de abundância de biocombustíveis, e de melhores condições da saúde humana através de novas vacinas e da reposição de tecidos é cientifica, política e economicamente muito tentadora para que os seres humanos possam resistir.*

4.2 Inovação técnica

Uma segunda importante força impulsora da bioeconomia é a inovação técnica. A questão, aqui, é como funciona a inovação e como ela contribui para a transição da sociedade. Neste ponto, são úteis a teoria da transição (Rotmans *et al*, 2001a/b) e a perspectiva de múltiplos níveis de inovações/transições desenvolvida por Geels (Geels, 2004; Geels *et al*., 2008). A teoria da transição descreve como a busca do desenvolvimento

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

sustentável exige mudanças radicais no nível de regime – chamado de transições – e sustenta que, embora estas não possam ser controladas, podem, em alguma medida, ser governadas pela sociedade (Rotmans *et al*, 2001b). Os regimes representam formas institucionalizadas de colaboração horizontal. Quanto mais os nichos de inovação forem capazes de equilibrar ou de levar em conta os desenvolvimentos emergentes da paisagem, tanto mais eles terão sucesso em derrubar os regimes estabelecidos em favor de novos, produzindo, assim, a verdadeira transição. A abordagem da inovação/transição é relevante, aqui, em razão do modo como trata a interação entre o avanço dos nichos e as condições institucionais mais amplas, equilibrando, assim, os aspectos processo/ator e instituição/estrutura. Tal abordagem evita formas reducionistas de análise das dinâmicas dos processos de inovação – tanto as centradas no ator como as centradas na estrutura –, concentrando-se, em vez disso, em como ambos os níveis interagem, seja no sentido positivo ou no negativo.

4.3 Ecologia industrial

Outra importante força impulsora da bioeconomia é a ecologia industrial, um 'casamento entre a indústria e a biologia'. A ecologia industrial está baseada nas tecnologias biológicas que se desenvolveram de modo muito rápido, especialmente a partir do início deste século. Ela oferece uma via para a autonomia energética e para uma 'economia verde' aprimorada (Jordan *et al*., 2007, p. 1570). Esta é uma iniciativa orientada à empresa, que visa reduzir o impacto da empresa no ambiente promovendo a ecoeficiência do tipo 'ganha-ganha', isto é, que as economias ambientais (por exemplo, a redução do consumo de materiais e de energia) possam também gerar economias de custos (Deutz e Gibbs, 2008).

Podem-se identificar duas características principais da ecologia industrial. A primeira é o desacoplamento em curso entre os sistemas de

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

produção e o ambiente natural. Um exemplo é a utilização, em sistemas biológicos sintéticos, de componentes padronizados, com funcionalidades definidas e, portanto, previsíveis, os quais possibilitam projeto e montagem com base tão somente em especificações (Carlson, 2007). Aplicado à biologia, este desacoplamento fornece um modo de produzir um novo projeto, que é claramente distinto daquele de modificação ou combinação de processos que define evolução.

Uma segunda característica é a ecoeficiência. O Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development*) tem descrito ecoeficiência como uma estratégia para o aprimoramento da competitividade das empresas por meio de melhorias ambientais: criação de mais produtos e serviços com o uso de menos recursos, e redução de resíduos e de poluição (Nilsson *et al*, 2009, p. 4). A tendência em direção à ecoeficiência tem estimulado o agrupamento de empresas altamente eficientes em torno de ciclos fechados de energia, de água e de resíduos. A eficiência bioeconômica está se desenvolvendo paralelamente à aceleração dos ciclos dos produtos (Nilsson *et al* (2009). Embora os ciclos dos produtos na engenharia biológica sejam normalmente mais lentos (Carlson, 2007, p. 111), a modificação genética de plantas proporciona a alteração das culturas de modo muito mais rápido do que as técnicas tradicionais. Em outras palavras, a bioeconomia estrutura as noções de tempo, de velocidade dos ciclos de vida.

Como o paradigma da bioeconomia atua na prática? Que exemplos se têm do desenvolvimento econômico? Na próxima seção, faremos uma descrição e revisão crítica das implicações na esfera agroalimentar e na inovação regional.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

5. A bioeconomia no setor agroalimentar

5.1 Avanços na bioeconomia

O setor agroalimentar tem sido fortemente influenciado, nas últimas décadas, pelos avanços da bioeconomia, os quais podem ser caracterizados pela ênfase no desenvolvimento de tecnologias, na regulação governamental e em serviços de extensão. Podemos identificar diversas arenas para o desdobramento da bioeconomia no setor agroalimentar:

> A melhoria da eficiência através de técnicas tradicionais de cultivo e reprodução;
>
> A manipulação de condições ambientais, tais como da fertilidade do solo (com fertilizantes), da terra (drenagem, irrigação, mudanças no sistema de registro e de divisão de terras) e relações ecológicas (gestão química de pragas e de ervas daninhas);
>
> A desvinculação de produtos agrícolas de seus ambientes [naturais] (estufas e criação intensiva de animais de granja), a desvinculação entre produção e processamento em agronegócios, e a desvinculação entre a gestão da terra e a propriedade dos recursos (tais como de sementes e patentes);
>
> A construção (engenharia) biológica de características intrínsecas específicas da própria natureza e a industrialização de produtos alimentícios, baseadas na redução de produtos primários a segmentos padronizados e componíveis. A biotecnologia conduziu a novas espécies, novos impactos ecológicos e à produção industrial de produtos alimentícios como a carne artificial, por exemplo.

A ecologia industrial criou condições para a criação de muitos novos bioprodutos. O uso de produtos primários de base biológica para todos os tipos de aplicações recebeu forte apoio governamental em alguns países.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

A ciência biológica tem crescente influência sobre a produção agrícola na forma de análise genética e genômica, tecnologia de marcadores, modificação genética e análise de fenótipo.

5.2 Biotecnologia

A importância da biotecnologia cresce rapidamente. Genes ou combinação de genes que afetam a produção das plantações podem ser facilmente identificados com o uso da genômica. Nas estratégias de melhoramento genético, estes genes podem ser alvo de programas de cultivo ou podem ser transferidos para a lavoura através de manipulação genética (para uma descrição geral ver The Royal Society, 2009).

A biotecnologia é recomendada em razão dos benefícios que proporciona para a melhoria das lavouras, a proteção contra pragas, ervas daninhas e outras doenças, e o controle genético das perdas pós-colheita. A grande promessa das estratégias de manipulação genética é a de que elas também podem melhorar a resistência a doenças, os nutrientes minerais do plantio e aprimorar a qualidade nutricional das culturas em locais onde exista deficiência alimentar (The Royal Society, 2009).

No Brasil, a promulgação pelo Congresso brasileiro de uma nova lei sobre biossegurança, sancionada pelo Presidente da República, em 2005, superou o principal obstáculo ao desenvolvimento de atividades relacionadas à moderna biotecnologia no país. A comunidade científica ganhou reconhecimento mundial pelos resultados obtidos com a genômica e a engenharia genética (Da Silveira e De Carvalho Borges, 2005, p. 3).

A aplicação das técnicas de modificação genética a plantas cultivadas tem sido controversa. No Brasil, EUA, Argentina, Índia e Canadá as culturas transgênicas são amplamente cultivadas (125 milhões de hectares), enquanto na Europa e na África (com exceção da África do Sul), elas em geral estão ausentes (ISAAA, 2008). Os críticos acreditam que tais

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

novas biotecnologias não cumprirão suas promessas e que irão afetar a autonomia e o poder das comunidades de agricultores (ver por exemplo, Altier e Rosset, 1999). Uma das principais críticas à biotecnologia é que ela pode criar novas vulnerabilidades – problemas ambientais e riscos que ainda não podemos prever: *[a]o descerrar os segredos do genoma, a biotecnologia nos permitiu eludir alguns problemas ambientais e de recursos, mas pode também criar outros completamente novos*. (Anex, 2004, p. 2).

5.3 Produção de biocombustíveis

A inovação no processamento industrial da produção agrícola abriu caminho para a produção em larga escala de biomassa. As políticas e a pesquisa e desenvolvimento (P&D) têm privilegiado a maximização da produção de biomassa e a otimização de seu uso, com muito menos ênfase na avaliação de seu desempenho econômico, social e ambiental. Este desequilíbrio leva muitos grupos de interesse a se oporem ao crescimento desta bioeconomia agrícola (Jordan *et al*, 2007, p. 1570).

A produção de biocombustível é ainda um setor bioeconômico em desenvolvimento, especialmente em países como o Brasil. Como resposta à crise do petróleo, este país escolheu um caminho alternativo para o suprimento de energia. O Brasil esteve entre os primeiros países que almejaram tornar-se independentes das importações de petróleo e lançou, em 1975, o programa Proalcool que promove a substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis no setor de transportes (Mayer, 2009).

A tendência de uso de matérias primas de origem vegetal na produção industrial pode ter impactos sociais e ambientais complexos. O crescente comprometimento da agricultura como fonte de biocombustíveis entrará em conflito com a necessária ampliação da produção de alimentos no futuro e, provavelmente, terá impactos ambientais negativos na qualidade da água e do ar (Anex, 2004, p. 2). A concorrência pela

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

terra também tem crescido em decorrência das culturas destinadas a produção de biocombustíveis (Mol, 2007). O resultado disso vem sendo nova apropriação internacional de terras, com países em industrialização como a China, Japão, Coréia do Sul e Arábia Saudita buscando terras e recursos agrícolas em partes da África. Vemos esta concorrência por terras crescer particularmente no setor de produção de biocombustíveis.

A decisão de como abastecer nosso carro pode ter impactos na subsistência de famílias pobres em outra parte do mundo completamente diferente. Desmatar terras em favor de cultivos que produzem energia pode aumentar as emissões causadoras do efeito estufa relativas ao uso contínuo de combustíveis derivados de petróleo (Börjesson, 2009). A passagem para cultivos destinados à produção de energia, mesmo em terras aráveis já existentes, pode provocar efeitos de deslocamento com impactos similares, embora indiretos, sobre as emissões. Sem salvaguardas adequadas, a expansão dos biocombustíveis pode afetar negativamente a biodiversidade e os recursos hídricos (Nilsson *et al*, 2009, p. 22). A concorrência por matérias primas ou por terra pode provocar aumento de preços dos alimentos (RFA, 2008). Ros e colegas (2010, p. 3) fornecem um panorama dos impactos diretos e indiretos da produção de bioenergia e afirmam que ela tem potencial para reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE), mas que os *efeitos indiretos, tais como modificações indiretas no uso da terra que levam à intensificação da agricultura e de emissões de GEE, podem eliminar parcial ou completamente este benefício*.

Um avanço relativamente recente é a produção de combustíveis sintéticos a partir de micróbios produzidos por empresas como a Amyris Biotechnologies. Como resultado desses processos, quantidades crescentes da produção total dos compostos economicamente importantes serão, em breve, 'miniaturizadas' dentro de sistemas biológicos, internalizadas em organismos unicelulares (e eventualmente pluricelulares).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

5.4 Ecoeficiência na produção agrícola

A ecologia industrial conduziu a sistemas inovadores de agricultura, com mais ciclos fechados de energia, de minerais e de resíduos, também chamados parques agrícolas. Os parques agrícolas comportam culturas vegetais e criação de animais altamente produtivas, bem como processamento de caráter industrial, tudo combinado com a introdução de elevados níveis de conhecimento e tecnologia; os ciclos de água, minerais e gases são eficientemente fechados e o uso de energia fóssil é minimizado, particularmente através do processamento de vários resíduos e subprodutos dos fluxos de produção. Um parque agrícola pode, portanto, ser visto como a aplicação da ecologia industrial ao setor agrícola (Smeets, 2009). O conceito de parque agrícola está se desenvolvendo em várias partes do mundo; alguns projetos estão sendo desenvolvidos, por exemplo, na China (Parque de Greenport Sjanghai e o Parque WAZ-Holland, na província de Jiangsu) e na Índia (IFFCO-Greenport Nellore) (Smeets, 2009). Estes novos sistemas intensivos de agricultura suscitam novas questões; por exemplo, sobre sua 'adequação' à paisagem e sobre como um contato mais direto com os consumidores pode ser realizado. Os 'mega estábulos' também têm levantado consideráveis protestos da sociedade, como por exemplo, nos EUA e na Holanda.

5.5 Algumas dimensões perdidas da modernização ecológica fraca no setor agroalimentar

Os avanços da bioeconomia no setor agroalimentar podem ter levado a alguma redução nos problemas ambientais. No entanto, efeitos secundários negativos também foram observados. Estes efeitos ilustram a exclusão ou, no melhor dos casos, a subestimação de dimensões mais amplas e muito mais diversas da agricultura no projeto da modernização ecológica fraca – as dimensões social, cultural, política e espacial. Po-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

demos mencionar a falta de pelo menos quatro dimensões (Horlings e Marsden, 2011).

Socialmente, temos observado uma grande redução dos empregos na agricultura e uma perda de autonomia pelos agricultores, com sua maior dependência em relação a mercados globais autoregulados, aos varejistas, à pesquisa e às políticas (Van der Ploeg, 1991; Horlings, 1996). Produtores de insumos básicos, no final da cadeia, têm a responsabilidade pela qualidade dos produtos, mas são excluídos dos mercados geralmente mais lucrativos de alimentos com valor agregado destinados ao varejo. Para aqueles que conseguem ingressar nestes mercados, o grau de controle informal exercido sobre suas operações restringe sobremaneira seu 'espaço de manobra' (Marsden, 2004, p. 137). A modernização ecológica fraca pode, assim, levar à perda de autonomia no nível local.

Culturalmente, 'o ambiente' é reduzido a uma série de interesses fragmentados, ou 'encaixotados', sobre insumos, resíduos e emissões poluidoras. Como as necessidades culturais e os valores não antropocêntricos não podem ser expressos em termos monetários, tendem a marginalizar-se ou não ser levados em consideração (Christoff, 1996).

Politicamente, na agricultura, tornou-se dominante no setor agroalimentar um 'modo higiênico de regulação' através da proliferação de instrumentos e garantias ambientais remotas e burocráticas. Formas privadas e públicas de regulação levaram a uma esquematização que gera novas barreiras regulatórias à entrada no mercado para muitos pequenos agricultores e fabricantes. Propriedades rurais (e agricultores) têm suportado a pior parte desta estratégia científica de gestão de risco (ver Marsden, 2010).

Espacialmente, a produção agrícola intensiva foi fragmentada e desvinculada de seu espaço e lugar, o que fica evidente no modo flexível de produção, no transporte internacional de alimentos e na desconstrução dos alimentos em diferentes componentes alimentares de valor agregado.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

Isto confere ao produtor e ao processador industriais o poder de intercambiar recursos internacionalmente, tornando os agricultores mais vulneráveis aos mercados globais (Van der Ploeg, 1992).

Exemplos de modernização fraca podem ser testemunhados no contexto da modernização rural na América Latina. Por exemplo, o desenvolvimento rural baseado no conceito de Revolução Verde mudou a paisagem social e ecológica no Brasil, especialmente a partir do final da década de 1960. A expansão da pecuária extensiva e a mecanização da agricultura foram grandes forças impulsoras neste processo de transformação. No Centro-Oeste, uma das últimas regiões de fronteira no Brasil, grandes extensões de terras de planície foram desmatadas para plantio de pastagens e de cultivos comerciais. Após o deslocamento dos povos indígenas, durante os primeiros confrontos com os exploradores portugueses, no século XVIII, assistiu-se à expropriação das terras dos antigos pequenos agricultores que se haviam instalado na região, dois séculos atrás. As comunidades rurais continuaram marginalizadas e sem poder, em face das pressões e impacto dos recentes avanços no agronegócio e na pecuária. O sistema já não é sustentável. Em razão da expansão capitalista e da prevalência de condições de insegurança em relação à ocupação da terra, de falta de acesso a recursos básicos e de alta pressão populacional sobre recursos escassos, os camponeses tiveram de intensificar a produção. Este fato teve sérias consequências negativas, de natureza social, econômica e ambiental, nas comunidades rurais tradicionais (Gutberlet, 1999).

Até aqui, focamos a atenção no desenvolvimento econômico na esfera agroalimentar. Nas próximas seções, vamos ampliar nosso horizonte para examinar o contexto alargado da inovação regional.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

6. A bioeconomia na inovação regional

As idéias sobre desenvolvimento econômico regional nos últimos anos têm sido dominadas pelos mantras da globalização e da competitividade. Competitividade é normalmente definida em termos muito amplos e se refere à 'atratividade' de uma região, ou à sua capacidade de competir com outros lugares pelo capital transnacional e trabalho especializado, em um mundo crescentemente globalizado. Nestes termos, fornece um conjunto relativamente explícito de mensagens àqueles que concebem as estratégias e políticas regionais de desenvolvimento econômico, a saber: um imperativo de privilegiar a criação do tipo adequado de ambiente empresarial para a atração e retenção de agrupamentos de firmas inovadoras, de trabalho qualificado ou 'criativo', de investimento transnacional e de subsídios e fundos governamentais centrais e supranacionais. Um resultado que não surpreende é o de que as estratégias de desenvolvimento econômico regional estão repletas da linguagem do vencer, do ganhar alguma vantagem competitiva sobre as demais regiões, e da comparação do desempenho competitivo em relação a 'rivais', por meio de indicadores e classificações (Bristow, 2009).

A competitividade tornou-se, de fato, uma 'lei natural' para o desenvolvimento econômico e para as políticas e a busca por empresas globalmente competitivas, o imperativo resultante. As regiões tentam promover a competitividade regional através das aglomerações industriais. Novas aglomerações de empreendimentos 'verdes' estão surgindo, envolvendo empresas de biotecnologia, ecoinovação, fotônica e sistemas embutidos para mobilidade e navegação, através da transversalidade e da diversificação relacionada* (*related variety*), criando assim novas configurações

* NT: O termo 'related variety' aplica-se ao contexto das aglomerações industriais e se refere, mais do que a uma economia diversificada, a uma economia que abarque atividades relacionadas em termos de competências que induzam a difusão do conhecimento. O conhecimento só se transfere de um setor para outro quando estes são complementares em ter-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

espaciais de empresas 'verdes' nas regiões. Cooke (2008) se refere a este tipo de agrupamento como 'agrupamento mutante jacobino', um processo evolutivo em regiões inovadoras caracterizadas por rápidos fluxos de conhecimento entre empreendedores cooperativos e instituições geradoras de conhecimento. Exemplos podem ser encontrados no norte e no sul da Califórnia (EUA), no norte de Jutland (Dinamarca), na região central de Israel e no País de Gales (Reino Unido).

Este paradigma do desenvolvimento não se baseia apenas na cooperação entre empresas para benefício econômico mútuo, mas também em ciclos fechados de materiais, via reciclagem, recuperação e reutilização de resíduos, bem como da promoção da ecoeficiência através da troca de diferentes subprodutos. Centra-se com frequência no conceito de parque ecoindustrial (Bristow e Wells, 2005).

A noção subjacente à concentração espacial dos empreendimentos em um parque industrial é a de que a proximidade dos negócios fortalece a competitividade das empresas nele inseridas e, consequentemente, da localidade. No entanto, as vantagens desta concentração nem sempre ficam evidentes em situações em que as empresas não possuem vínculos diretos entre si. Alguns acadêmicos também argumentam que os parques ecoindustriais não estão imbricados no contexto sociocultural. Como afirmam Wells e Bristow (2007), desenvolvimento regional ecoindustrialista sem um radical conteúdo social está estruturalmente condicionado a repetir os erros de épocas anteriores das políticas econômicas espaciais.

---

mos de competências compartilhadas. Assim, a "diversificação relacionada" é necessária para possibilitar vínculos efetivos. A "diversificação relacionada" é definida por Boschma e Iammarino como o conjunto de "setores industriais interconectados em termos de competências compartilhadas ou complementares (definição de base cognitiva) (Boschma, R, Iammarino, S. Related variety and regional growth in Italy. Paper nº 162. SPRU Electronic Working Paper Series. University of Sussex. September, 2007. Disponível em: <citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.144>.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

Isto é especialmente pertinente com relação à emergência do capitalismo verde, que tem sido criticado por ser 'nada menos do que uma ampla estratégia para a comodificação, mercantilização e financialização da ecologia, que intensifica e aprofunda radicalmente a penetração da natureza pelo capital' (Smith, 2007, p. 17). Assim, suas várias manifestações, tais como créditos de carbono e parques ecoindustriais, são vistas muitas vezes como perpetuadoras da mesma lógica neoliberal e da mesma rota de desenvolvimento, as quais são simplesmente renovadas com um leve tom verde (Bristow and Wells, 2005).

7. Resiliência como uma alternativa ao conceito ecoeconômico no desenvolvimento rural

Os exemplos descritos do setor agroalimentar e da inovação regional correm o risco de seguir ou ser levados a uma trajetória unidirecional de desenvolvimento econômico. A recente restrição creditícia global e o consequente aumento da insegurança relacionada à subsistência têm, contudo, dado destaque às vantagens de economias locais e regionais que apresentam maior 'resiliência' em virtude de serem menos dependentes de atividades globalmente desenraizadas, de contarem com maior diversidade econômica e/ou de estarem determinadas a priorizar e efetivar mudanças estruturais mais significativas (Larkin e Cooper, 2009; Ashby *et al*, 2009). Neste sentido, o discurso da resiliência vem atraindo crescente interesse nos círculos relacionados ao desenvolvimento regional, embora, como observam Christopherson e colegas (2010), em seu cerne esteja manifesto o desejo de responder à velha questão de por que algumas regiões logram superar as adversidades, sejam de curto ou de longo prazo, e manter uma boa qualidade de vida para seus habitantes e outras não.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

A hipótese é de que a integração entre diferentes formas de capital contribua para regiões mais resilientes. Ashby e colegas (2009) vêem a resiliência como a capacidade das regiões de experimentar ganhos econômicos positivos, o que é socialmente inclusivo, e operar dentro dos limites ambientais que podem conduzir a impactos econômicos globais (Ashby *et al*, 2009). Como tal, a resiliência converge nitidamente com a literatura sobre sustentabilidade, localização e diversificação e com o crescente entendimento das regiões como entidades intrinsecamente distintas, com trajetórias evolutivas e de desenvolvimento com contextos específicos (Hayter, 2004).

O significado de resiliência deriva em boa parte da forma como a palavra é utilizada nas ciências ecológicas. A resiliência pode ser vista como a capacidade de um sistema de absorver os distúrbios e reorganizar-se no decorrer de um processo de mudança interna, de modo a reter essencialmente a mesma função, estrutura e respostas (Hopkins, 2008, p. 54; Hudson, 2008). Este é, pois, um conceito holístico que vincula a análise de povos, instituições e economias com o contexto específico dos recursos naturais dos quais eles dependem fundamentalmente (Adger, 2000). Ele também está imbuído da noção de fechar, sempre que possível, os ciclos econômicos, 'estando mais preparados para um futuro mais ajustado, mais autosuficiente, e priorizando o local sobre o importado' (Hopkins, 2008, p. 55).

Bristow afirma que a ecoeconomia se expressa no nível regional; por exemplo, através de desenvolvimento do discurso da resiliência, da emergência do biorregionalismo e do desenvolvimento de movimentos de transição que busquem estabelecer mais firmemente a atividade econômica, em seus ambientes social e ecológico, em consonância com suas capacidades (Bristow, 2010). Localidades resilientes exigem diversidade, modularidade e devem ser caracterizados por uma ênfase

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

na pequena escala, em atividades localizadas, que estejam embutidas nas capacidades do ambiente local, além de cientes dos seus limites e adaptadas aos mesmos (Bristow, 2010).

O discurso da resiliência se expressa na prática e evidencia suas características, por exemplo, no movimento de Comunidades de Transição. Este movimento busca estimular as comunidades a explorarem métodos para reduzir o uso de energia na era do pico do petróleo, bem como para ampliar sua autossuficiência econômica, política e social através de uma variedade de iniciativas locais.

Outro exemplo em que a resiliência se apresenta é no contexto do uso multifuncional da terra em iniciativas agroecológicas (ver, por exemplo, Van der Ploeg e Marsden, 2008). Muitas dessas iniciativas podem ser identificadas na América Latina, na África e na China. Estas expressões ecoeconômicas tratam os problemas ecológicos desenvolvendo práticas de agricultura que têm base local, portanto estão inseridas nas características do contexto local – físico, econômico e social –, utilizam recursos naturais de forma sustentável, estão enraizadas na experiência e na inovação dos agricultores e são mais resilientes por ampliarem suas bases de produção (Horlings e Marsden, 2011).

Se tais iniciativas podem ser disseminadas e, talvez o mais importante, se elas podem ser compatibilizadas com as relações sociais do capitalismo para efetivar um 'capitalismo verde' seguem sendo questões críticas.

8. Conclusões: rumo a uma nova teorização do desenvolvimento rural/regional que incorpore a ecoeconomia no contexto da bioeconomia?

Sustentamos, ao longo deste artigo, que tanto a bioeconomia como a ecoeconomia podem ser vistas como exemplos da teoria de moderni-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

zação ecológica; e que, aplicando o marco teórico da ME, podemos começar a desdobrar as diferenças radicais entre suas versões fraca (bioeconômica) e forte (ecoeconômica). Cada paradigma representa uma distinta variante da ME; a bioeconomia segue o caminho de uma ME fraca ou limitada, enquanto a ecoeconomia segue a linha forte da ME.

A bioeconomia como forma fraca de ME está enraizada em noções sobre a transformação da natureza pelo capital em 'segunda' natureza ou natureza social. Sugerimos que o paradigma bioeconômico vai muito além disto e começa a estabelecer uma 'terceira natureza'. Os processos bioeconômicos têm potencial para, e em alguns casos já conseguiram, transformar a natureza em um nível genético, fundamental. A bioeconomia tem uma posição firme nas grandes corporações agroalimentares; por exemplo, na produção de biocombustíveis, de biotecnologia e da genômica, no Brasil.

Estes novos avanços criam impactos, tais como apropriação internacional de terras, riscos imprevistos para as culturas resultantes de engenharia biológica e protestos sociais contra produção agrícola intensiva, em grande escala. Tanto o aumento da escala de produção como a miniaturização dos processos biológicos são uma expressão da desvinculação da produção agroalimentar de seu contexto ambiental e seus processos naturais. Apresentamos algumas dimensões perdidas - sociais, culturais, políticas e especiais - da ME fraca, neste contexto.

Os avanços da bioeconomia na inovação regional estão radicados nas noções de competitividade, de aglomerações de empresas e de fechamento dos ciclos de minerais, de água e de energia. Uma expressão para o nível regional é o parque ecoindustrial, que possibilita a inovação pela criação de redes interfirmas e de difusão de conhecimento. Estas expressões regionais da bioeconomia retratam as regiões primordialmente como parte de processos de globalização, como entidades econômicas competindo internacionalmente por trabalho e por recursos. Políticas ru-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

rais que favorecem expressões bioeconômicas enfatizam as variáveis chave de livre comércio, melhor estrutura para o transporte e a distribuição dos produtos e condições espaciais que estimulem a disseminação do conhecimento. Estas noções mostram, contudo, uma definição econômica demasiadamente limitada das regiões.

A bioeconomia é vista, cada vez mais, como uma panacéia multidimensional para a investida global da mudança climática, do crescimento populacional, da escassez de carbono e de alimentos (Horlings e Marsden, *no prelo*). Neste sentido, ainda que aqui possamos categorizar o paradigma como 'fraco ou forte', em termos de modernização ecológica ele tem influência política e econômica crescentes e detém potencial para um desenvolvimento espacial mais significativo, tanto no contexto rural como no urbano. Efetivamente, à medida que a concretização do pico do petróleo e do pico de alimentos se torna mais provável, ele adquire um maior impacto sobre os sistemas regionais de desenvolvimento. No entanto, a oposição ao mesmo também poderia crescer tanto que, talvez ironicamente, iria promover a coevolução da ecoeconomia. Como uma alternativa para a ME fraca, introduzimos o conceito mais abrangente de resiliência, que significa seguir 'a lógica dos lugares mais do que a lógica dos fluxos', que está incrustada nos recursos locais e nas redes sociais e que contribui para as iniciativas ecoeconômicas de base local. Exemplos desta são os vários modos de uso multifuncional da terra e as iniciativas agroecológicas, bem como o desenvolvimento de comunidades como no movimento 'Comunidades de Transição'.

A presente revisão crítica identificou alguns avanços emergentes relativos à modernização ecológica dos espaços rurais/regionais. Revisaram-se aqui as principais correntes da literatura que começaram a rastrear os processos concorrentes da bioeconomia e da ecoeconomia. Uma questão chave é como estas contingências concorrentes entre a bioeconomia e a

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

ecoeconomia irão se apresentar nos espaços rurais. Sustentamos que as discussões em curso precisam ser informadas pelos conceitos e debates contemplados neste artigo, especialmente, no que tange a como uma ecoeconomia de base rural mais vibrante pode ser estimulada por futuras políticas na América Latina.

Towards sustainable spatial development? Exploring the implications of the emerging bio-economy in agri-food and regional innovation

Abstract

The bio-economic paradigm can be described as those economic activities which capture the latent value in biological processes and renewable bio-resources to produce improved health and sustainable growth and development. This article is a critical review of the impact of the emerging bio-economy in rural development. It describes some of its consequences in the sphere of agri-food and regional innovation based on a specific -and in our opinion weak - definition of Ecological Modernization. The central question then is: what are the conceptual roots, driving forces, empirical expressions and implications of bio-economic development? We argue that although the bio-economy makes severe sustainability claims, it also shows some missing links, has some negative environmental and social side-effects and runs the risk of a one-sided economy. We plead that the alternative trajectory of eco-economic development can be a serious alternative for especially vulnerable places, who want to increase their resilience.

Keywords: Sustainable development. Ecological Modernization. Bioeconomy. Eco-economy. Food production.

Referências

ADGER, N. Social and ecological resilience: are they related? **Progress in Human Geography**, Vol. 24, p. 347 – 64, 2000.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

ALTIERI, M. A.; ROSSET, P. The reasons why biotechnology will not ensure food security, protest the environment and reduce poverty in the developing world, **AgBioForum**, Vol.2, No. 3 & 4, p. 155-162, 1999.

ANEX, R. Something new under the sun? The industrial ecology of biobased products. **Journal of Industrial Ecology**, Vol. 7, No. 3-4, p. 1-4, 2004.

ANDERSEN, M. S.; MASSA, I. Ecological modernization - Origins, dilemmas and future directions. **Journal of Environmental Policy and Planning**, Volume 2, Issue 4, 2000, p. 337-345, 2000.

ARMSTRONG, H.; TAYLOR, J. **Regional economics and policy**. 3rd Editon. London: Blackwell, 2000.

ASHBY, J. *et al*. **An International Perspective of Local Government as Steward of Local Economic Resilience**. Report by the Centre for Local Economic Strategies: Manchester, 2009.

BÖRJESSON, P. Good or bad bioethanol from a greenhouse gas perspective-what determines this? **Applied Energy**, 86, p. 589-594, 2009.

BRISTOW, G. Limits to regional competitiveness. In: TOMANEY, J. (ed.). **The Future of Regional Policy**. London: Smith Institute; Regional Studies Association, 2009.

BRISTOW, G. Resilient regions: re-'place'ing regional competitiveness. Cambridge Journal of Regions. **Economy and Society**, Vol. 3, No. 1, p. 153 – 167, 2010.

BRISTOW, G.; WELLS, P. Innovative discourse for sustainable local development: a critical analysis of eco-industrialism. **International Journal of Innovation and Sustainable Development**, Vol.1, No. 1/2, p. 168-179, 2005.

BUTTEL, F. H. **Ecological modernization as social theory**. Geoforum 31 (1), p. 57-65, 2000.

CARLSON, R. Laying the foundations for a bio-economy. **Syst. Synth. Biology**, Vol. 1, No. 3, p.109-117, August 2007.

CHRISTOFF, P. Ecological modernisation, ecological modernities. **Environmental Politics**, Vol. 5, Issue 3, p. 476 – 500, 1996.

CHRISTOPHERSON, S.; MICHIE, J.; TYLER, P. Regional resilience: theoretical and empirical perspectives. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, Vol. 3 (1), p. 3 – 10, 2010.

COOKE, P. Regional Innovation Systems, Clean Technology & Jacobian Cluster-Platform Policies. **Regional Science Policy & Practice**, Vol. 1., No.1, p. 23-45, 2008.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

DA SILVEIRA, J. M. F. J.; DE CARVALHO BORGES, I. **An Overview of the current state of agricultural biotechnology in Brazil**. University of Campinas, Paper presented at a workshop held at Bella Villagio, Bellagio, Italy, 2005.

DEUTZ, P.; GIBBS, D. Industrial Ecology and Regional Development: eco-Industrial development and cluster policy. **Regional Studies**, Vol. 42, No. 10, p. 1313-1328, 2008.

DRYZEK, J. S. **The Politics of the Earth:** environmental discourses. Oxford, UK: Oxford University Press, 1997.

DRUMMOND, I.; MARSDEN, T. K.; Regulating sustainable development. **Global Environmental Change**, 5, p. 51-64, 1995.

EUROPEAN COMMISSION (EC). **New perspectives on the knowledge-based bio-economy**. Science and Research Conference paper, EU, 2005.

EVANS, N. *et al*. Conceptualising agriculture: a critique of post-productivism as the new orthodoxy. **Progress in Human Geography**, 26, p. 313 -332, 2002.

GEELS, F. W. Understanding system innovations: a critical literature review and a conceptual synthesis. In: ELZEN, B.; GEELS, F. W.; GREEN, K. 2004 (eds.). **System Innovation and the Transition to Sustainability**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Ltd., 2004. p. 19–47.

GEELS, F. W. *et al*. **Historische en hedendaagse systeem-innovaties in de glastuinbouw en varkenshouderij:** een innovatie-sociologische analyse. Report, Zoetermeer: TransForum, 2008.

GIBBS, D. **Ecological modernisation, regional economic development and regional development agencies**, Vol., Issue 1, p. 9-19, 2000.

GOULDSON, A.; MURPHY, J. Ecological modernisation: restructuring industrial economies. In: JACOBS, M. (ed.). ***Greening the Millenium? The New Politics of the Environment***. Oxford: Blackwell, 1997. p. 74-86.

GUTBERLET, J. Rural Development and Social Exclusion: a case study of sustainability and distributive issues in Brazil. **Australian Geographer**, Vol. 30, No. 2, 1 July 1999, p. 221-237(17), 1999.

HAJER, M. **The politics of environmental discourse:** ecological modernisation and the policy process. Oxford: Clarendon Press, 1995.

HARVEY, D. **Spaces of Hope**. Edinburgh: University of Edinburgh Press, 2000.

HAYTER, R. Economic geography as dissenting institutionalism: the embeddedness, evolution and differentiation of regions. **Geografisker Annaler B**, Vol 86, No.2, p. 95-115, 2004.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

HOPKINS, R. **The Transition Handbook:** from oil dependancy to local resilience. Chelsea: Green Books, 2008.

HORLINGS, I. **Duurzaam boeren met beleid; innovatiegroepen in de Nederlandse landbouw**. Dissertation, KUN, Nijmegen. Also published in Studies van Landbouw en Platteland no 20, Landbouw Universiteit, Wageningen, The Netherlands, 1996.

HORLINGS, I.; MARSDEN, T. *(in press)*. Towards the real green revolution? Exploring the conceptual dimensions of a new ecological modernisation of agriculture that could 'feed the world'. **Global Environmental Change**. Disponível em: < doi:10.1016/j.gloenvcha.2011.01.004 >. Acesso em: 25 mai. 2011.

HUDSON, R. Towards sustainable economic practices, flows and spaces: or is the necessary impossible and the impossible necessary? **Sustainable Development**, Vol. 13, p. 239 – 252, 2005.

HUDSON, R. Material matters and the search for resilience: rethinking regional and urban development strategies in the context of global environmental change. **International Journal of Innovation and Sustainable Development**, Vol.3, No. 3/4, p. 166-184, 2008.

HUTTUNEN, S. Ecological modernisation and discourses on rural non-woord bioenergy production in Finland from 1980 to 2005. **Journal of Rural Studies**, 25, p. 239-247, 2009.

ISAAA. **Global status of commercialized biotech/GM crops: 2008**. ISAAA Briefs 39-2008. Disponível em:<http://www.isaaa.org>.

JÄNICKE, M. Ökologische Modernisierung. Optionen und Restriktionen Präventiver Umweltpolitik. In: SIMONIS, U. (ed.). **Präventive Umweltpolitik**. Frankfurt am Main: Campus, 1988. p.13-26.

JORDAN, N. *et al*. Sustainable development of the agricultural bio-economy. **Science**, Vol. 316, p. 1570-1571, 2007.

JUMA, C.; KONDE, V. **The new bioeconomy:** industrial and environmental biotechnology in developing countries. New York: United Nations Conference on Trade and Development, 2001.

KAUTSKY, K. Frederick Engels: his life, his work and his writings. **Library of Progress,** Kerr, No. 32, August 15, 1899.

KEIL, R. Sustaining modernity, modernizing nature: the environmental crisis and the survival of capitalism. In: KRUEGER, R.; GIBBS, D. (Eds.). **The sustainable development paradox**. London: Guilford, 2007. p. 41-65.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

KIRWAN, J. The interpersonal world of direct marketing: examining conventions of quality at UK farmers' markets. **Journal of Rural Studies,** Vol. 22, No. 3, p. 301-312, 2006.

KITCHEN, L.; MARSDEN, T. K. Creating sustainable rural development through stimulating the eco-economy: Beyond the eco-economic paradox? **Sociologia Ruralis**, Vol. 49, Issue 3, p. 273-294, 2009.

KITCHEN, L.; MARSDEN, T. K. (under review). **Exploring the bio-economy and the ecological economy in spatial development**.

LAMINE, C. Settling shared uncertainties: local partnerships between producers and consumers. **Sociologia Ruralis**, 45, p. 324-345, 2005.

LARKIN, K.; COOPER, M. **Into recession:** vulnerability and resilience in Leeds, Brighton, and Bristol. London: Centre for Cities, 2009.

MANN, S.; DICKENSON, J. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. **Journal of Peasant Studies**, Vol. 5. No.4, p. 446-481, 1978.

MAYER, A. **Material and energy use in Brazil 1970 - 2005**, paper for the 15th ISSRM conference, Vienna, July 2009.

MARSDEN, T. The quest for ecological modernisation: re-spacing rural development and agri-food studies. **Sociologia Ruralis**, 44, p. 129 – 146, 2004.

MARSDEN, T. Mobilising the regional eco-economy: evolving webs of agri-food and rural development in the UK. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, p. 225-244, 2010.

MARSDEN, T.; MILBOURNE, P.; KITCHEN, L.; BISHOP, K. Communities in nature: the construction and understanding of forest natures. **Sociologia Ruralis**, 43, p. 238 – 256, 2003.

MARSDEN, T. K. (in press). Sustainability Science and a new spatial imagination. In: BLYTON, P.; FRANKLIN, A. (eds). **Methodologies for Sustainability**. Earthscan.

MCCARTHY, J. Rural geography: multifunctional geographies – reactionary or radical? **Progress in Human Geography**, Vol. 29, No. 6, p. 773-782, 2005.

MCCARTHY, J. Rural geography: alternative rural economies – the search for alterity in forests, fisheries, food, and fair trade. **Progress in Human Geography**, Vol. 30, No. 6, p. 803-811, 2006.

MEYNEN, W.; DOORNBOS, M. Decentralising natural resource management: a recipe for sustainability and equity? **European Journal of Development Research**, Vol. 16, No. 1, p. 235-254, 2004.

MOL, A. P. J. The environmental movement in an era of ecological modernization. **Geoforum**, Vol. 31, No. 1, p. 45-56, 2000.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

MOL, A. P. J.; SONNENFELD, D. A. **Ecological Modernisation Around the World:** perspectives and critical debates. London: Frank Cass Publishers, 2000.

MOL, A .P. J. Boundless biofuels. Between environmental sustainability and vulnerability. **Sociologia Ruralis**, 47 (4), p. 296-315, 2007.

MOMMAAS, H.; EWEG, R. Organizing Innovations and Transitions; Towards a more sustainable fit between innovation strategies and the institutional environment. In: VAN LATESTEIJN, H.; ANDEWEG, K. **The TransForum Model: transforming agro innovation toward sustainable development**. Springer, Dordrecht, Heidelberg, London, New York, 2011. p. 41-58.

MURPHY, J. Ecological modernization. **Geoforum**, Vol. 31, No.1, p. 1-8, 2000.

NILSSON, M. A. *et al*. **A European Eco-Efficient Economy, Governing climate, energy and competitiveness**. Report for the 2009 Swedish presidency of the Council of the European Union, Stockholm Environment Institute, Stockholm, Sweden, 2009.

OECD. **The bioeconomy to 2030:** designing a policy agenda. Paris, 2006.

PIKE, A. *et al*. **Local and regional development**. London: Routledge, 2006.

RFA. **The Gallagher Review of the indirect effects of biofuels production**. St. Leonards-On-Sea, Renewable Fuels Agency, 2008.

RENTING, H. *et al*. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, 35, p. 393 – 411, 2003.

ROTMANS, J. *et al*. **Duurzame ontwikkeling, van concept naar uitvoering**. Maastricht: ICIS, Universiteit van Maastricht, 2001a.

ROTMANS, J. *et al*. More evolution than revolution: transition management in public policy. **Foresight**, 03 (01), p. 17, 2001b.

ROS, J. P. M. *et al*. **Identifying the indirect effects of bio-energy production**. Report of the Netherlands Environmental Assessment Agency, PBL, Bilthoven, 2010.

SMEETS, P. **Expeditie Agroparken; Ontwerpend onderzoek naar metropolitane landbouw en duurzame ontwikkeling**. Ph.D thesis Wageningen Universiteit, Wageningen, 2009.

SMITH, N. **Uneven Development:** nature, capital and the production of space. Oxford: Blackwell, 1984.

SMITH, N. Nature as Accumulation Strategy. **Socialist Register**, Vol. 43, 2007.

SPAARGAREN, G.; MOL, A. Sociology, environment and modernity: ecological modernization as a theory of social change. **Society and Natural Resources**, 5, p. 323-344, 1992.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142-178

THE ROYAL SOCIETY. **Reaping the benefits; Science and the sustainable intensification of global agriculture**. London: The Royal Society, 2009.

VAN DER PLOEG, J.D.; MARSDEN, T. (eds.). **Unfolding Webs; The Dynamics of regional rural development**. Assen, The Netherlands: Royal van Gorcum, 2008.

WCED. **Our Common Future**. World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WELLS, P.; BRISTOW, G. Embedding eco-industrialism into local economies: the search for sustainable business and policy paradigms. **Progress in Industrial Ecology-An International Journal**, Vol. 4, No. 3-4, p. 205-218, 2007.

WHILE, A. *et al*. From sustainable development to carbon control: eco-state restructuring and the politics of urban and regional development. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 35, p. 76–93, 2010.

WILSON, G. From productivism to post-productivism… and back again? Exploring the (un)changed natural and mental landscapes of European agriculture. **Transactions of the Institute of British Geographers NS**, 26, p. 77 – 102, 2001.

Recebido: 23/02/2011

Aceite final: 18/05/2011

DOSSIÊ

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural

SERGIO SCHNEIDER*
FABIANO ESCHER**

Resumo

O ensaio aborda a importância da redescoberta do pensamento de Karl Polanyi e de sua crítica à "sociedade de mercado" na retomada dos estudos e debates sobre o desenvolvimento (rural). Após uma apresentação geral do quadro teórico e analítico de Polanyi, buscamos utilizar seus conceitos para interpretar a dinâmica da mercantilização dos meios de vida e das formas sociais de trabalho e produção no espaço rural, bem como dos sistemas agroalimentares no capitalismo contemporâneo. Com base nestas proposições, refletimos sobre o papel dos atores sociais e das instituições nos processos de mudança social em geral e os de desenvolvimento rural em particular. Finalizamos, propondo algumas potencialidades dessa abordagem para os estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil.

Palavras-chave: Karl Polanyi. Mercantilização. Instituições. Atores sociais. Desenvolvimento rural.

* Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: schneide@ufrgs.br

** Economista, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: escher_fab@hotmail.com

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

1. Introdução

No este início de século XXI, o tema do desenvolvimento voltou a ocupar espaço nas agendas de pesquisa dos cientistas sociais e a atrair considerável atenção dos formuladores de políticas. São várias as raízes desse interesse pelo tema. Inicialmente, vale lembrar que a retomada do interesse pelo desenvolvimento está relacionada aos efeitos de alguns eventos econômicos, sociais e políticos de grande alcance, ocorridos no último quarto do século passado. Entre estes, está o fim da guerra fria, o esgotamento dos modelos econômicos inspirados no keynesianismo e nas políticas de *welfare state*, a queda do Muro de Berlim e o subsequente esgotamento do regime estatista conhecido como "socialismo real". O atual esgotamento relativo da ideologia e das políticas neoliberais também inspira este interesse pela retomada do desenvolvimento.[1] De certa forma, é possível sustentar que a partir do final dos anos 1990, aqui e acolá, surgem reações, críticas e contestações às promessas não cumpridas pelo neoliberalismo (Chang, 2009; Dupas, 2006; Harvey, 2005; Stiglitz, 2002).

Em contraponto a estes eventos e crises, estudiosos, instituições e *policy makers* passaram a indicar a necessidade de retomar alguns dos

1 Os governos de Reagan nos EUA e de Thatcher na Inglaterra, bem como as resoluções definidas no chamado "Consenso de Washington" representam marcos históricos para o "neoliberalismo" (HARVEY, 2005). As principais instituições e políticas neoliberais são: (i) o dólar como moeda internacional e o Federal Reserve Bank dos EUA como gerenciador do sistema monetário internacional; (ii) a expansão do comércio internacional sob a tutela do FMI, Banco Mundial e OMC; (iii) as privatizações e a liberalização dos mercados nacionais; (iv) a adoção de estratégias nacionais baseadas na abertura da conta capital e no crescimento com poupança externa; (v) a hegemonia do poder Norte Americano sobre o sistema mundial. Partindo dessas premissas os países ricos buscaram induzir os países em desenvolvimento a adotar uma agenda de reformas econômicas assentada na redução da intervenção do Estado, na manutenção da taxas de juros altas, no câmbio flexível, no equilíbrio fiscal e nas medidas de "ajuste estrutural" (BRESSER-PEREIRA, 2006; CHANG, 2009).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

velhos ensinamentos sobre o lugar do planejamento e o papel do Estado nos processos de desenvolvimento. Mas este momento difere significativamente do desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960 (Bresser-Pereira, 2006). Há algo de novo, que se refere, entre outras características e aspectos, ao consenso em torno da importância do papel das organizações e dos atores da sociedade civil na regulação dos mercados e do próprio Estado (Jessop, 2007). Isto ocorre, por exemplo, em relação aos temas ligados à questão ambiental e à sustentabilidade (Almeida & Navarro, 2009) ou àqueles ligados à crise financeira e econômica mundial, que tem suas raízes na desregulamentação das finanças globais, devida largamente à ausência de regulação do Estado e à conduta especulativa dos agentes que atuam nos mercados financeiros (Associação Keynesiana Brasileira, 2008, 2010). É sabido e reconhecido que se trata de problemas cujas soluções passam pela presença direta e proativa do Estado, mas também é igualmente consensual que as organizações não governamentais e os atores da sociedade civil organizada, assim como o próprio setor privado, não podem ser deixados de fora dos processos de discussão, decisão e execução de medidas práticas.

É neste contexto que volta à cena o debate sobre o desenvolvimento, não sem adjetivações e qualificações que muitas vezes pouco ajudam em seu entendimento (Rist, 2007). Entretanto, mais importante do que achar adjetivos para ressignificar o desenvolvimento, a questão fundamental reside em saber qual seu conteúdo e quais são seus sentidos; ou seja, o que ele traz como proposta e a quem está endereçado. Para o cientista político Alan Thomas (2005, p.777), no contexto contemporâneo do capitalismo globalizado, é possível distinguir três sentidos interconectados do termo desenvolvimento: (1) como uma *visão, descrição ou medida* do que deve ser a sociedade desejada; (2) como um *processo histórico de mudança social* em que as sociedades são transformadas

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

no decorrer de longos períodos; (3) como *práticas* e *esforços deliberados que visam à promoção de melhorias,* partindo de diversos atores sociais e de agências, incluindo governos, todos os tipos de organizações e movimentos sociais. Em suma, o desenvolvimento é uma construção social legitimada no campo político-ideológico como algo supostamente positivo, cuja arbitrariedade intrínseca é historicamente significada pelos atores sociais. Assim sendo, além de desvendar os processos econômicos, sociais e políticos por detrás da arbitrariedade inerente à idéia positiva de desenvolvimento, importa mostrar a quem se dirige e quem se beneficia deste discurso interpretativo (Escobar, 2000).

Neste sentido, é possível afirmar que existe um relativo consenso entre economistas e cientistas sociais de que o tema do desenvolvimento mobiliza as agendas de pesquisa em diferentes "blocos" de pensamento. Há os que argumentam que o livre-mercado, representado pela ideologia neoliberal, é incapaz de resolver os problemas do não-desenvolvimento, quais sejam, a desigualdade, a pobreza e a fome, a questão ambiental e os desafios da sustentabilidade, a crise financeira, a recessão econômica e o desemprego, etc. Há também os que argumentam que, através de "boas instituições", as organizações da sociedade civil podem exercer um papel propositivo e regulador na correção das falhas de mercado, via geração de confiança e de capital social, redução de custos de transação e ambiente favorável à inovação. Porém, também é possível se argumentar que, através da organização contra-hegemônica articulada em diversos níveis (social, político, econômico) e escalas (do local ao global), bem como da ativação e enraizamento de instituições democráticas, os próprios atores sociais podem estabelecer mecanismos de regulação e controle – tanto do risco da exacerbação do mercado (a ideologia neoliberal) quanto do poder do Estado (o autoritarismo) – capazes de promover processos de mudança social, democratização econômica e transformação estrutural das sociedades.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

Assim posto, o debate atual sobre o desenvolvimento recupera a agenda de questões formuladas por Karl Polanyi durante e após a segunda guerra mundial. O que revela a atualidade e a importância da redescoberta de seu pensamento. A esperança de Polanyi em uma transformação política radical não se confirmou, na medida em que, num "duplo movimento", o liberalismo foi apenas remediado com doses de intervenção estatal sem que, contudo, o sistema de mercados tenha deixado de ser o centro gravitacional da economia política mundial nos "30 anos gloriosos" (Lacher, 2007). Todavia, seus *insights* e muitos de seus conceitos mantêm-se atuais para uma crítica à teoria econômica *mainstream* e às instituições de uma sociedade cuja economia é (des) regulada por um sistema globalizado de mercados.

A principal obra de Polanyi, *A Grande Transformação*, foi publicada em 1944, mesmo ano da publicação de *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, e oferece uma poderosa análise institucional da "utopia liberal" do século XIX. Ambos os livros tratavam da busca por relações simbióticas entre as esferas política e econômica a fim de obter a liberdade na vida em sociedade. Contudo, a análise histórica e o diagnóstico encontrados nas duas obras parecem ser polarmente opostos (Sachs, 1992). Enquanto, para Hayek (1987), o sistema capitalista de "livre-mercado" seria o único sistema social compatível com a prosperidade econômica, a dignidade humana e a liberdade pessoal, para Polanyi (2000), este sistema seria justamente a causa da alienação dos seres humanos e de sua natureza externa, da sua subordinação a uma racionalidade individualista, da instituição de valores predominantemente mercantis (como o consumismo), da reificação das relações humanas e da própria desumanização da sociedade. Mais do que gerar instabilidade econômica, o sistema capitalista de produção e a interação social via intercâmbio mercantil seriam responsáveis pela própria degeneração moral e crise sociocultural

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

da humanidade. A subordinação da sociedade humana e a sua alienação à "lógica do mercado" – minando a capacidade de moldar a economia de acordo com os objetivos sociais por meio da política – constituem o problema central para a perspectiva Polanyiana. O seu pensamento embasa uma crítica consistente ao fundamentalismo de mercado e aponta para a necessidade da construção de instituições democráticas que tenham a "sociedade ativa" como categoria fundante (Burawoy, 2003).

Por esta razão, consideramos que as proposições centrais de Polanyi continuam oportunas e pertinentes à discussão e análise das principais questões debatidas no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento em geral e desenvolvimento rural em particular. Primeiro, porque suas idéias expressam a importância central da regulação social sobre a economia e do papel das instituições, enquanto instâncias mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos, como atores sociais. Segundo, porque, no contexto atual, a hipótese de que as empresas transnacionais e suas articulações de expansão constituem a força hegemônica no controle dos sistemas agroalimentares e representam o equivalente ao "moinho satânico" do capitalismo "auto-regulado" e destrutivo descrito por Polanyi é retomada na ideia de que as mesmas operam como verdadeiros "Impérios Alimentares".[2] Por fim, porque no meio rural, especialmente do Brasil (mas não só) existe uma miríade de formas de ordenamento e interação social e econômica, assentadas sobre princípios estudados por Polanyi, como a reciprocidade e a redistribuição, e em geral subalternas e pouco conhecidas, que representam a base a partir da qual se poderia constituir uma "outra" forma de desenvolvimento rural.

2 Ploeg (2008) utiliza a noção de Impérios Alimentares como um dispositivo heurístico para caracterizar a nova "superestrutura" dos mercados globais. Trata-se de um modo de ordenamento que reorganiza progressivamente grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a formas institucionalizadas de controle na governança, apropriação e expansão dos fluxos de capital envolvidos na produção e distribuição agroalimentar.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

Mas, quando nos referimos à dimensão rural do desenvolvimento, também referimo-nos a um recorte metodológico, na medida em que o interesse da análise é compreender os processos de mudança social que ocorrem no espaço rural, sem desconsiderar suas interfaces com as outras dimensões. Segundo essa percepção, o desenvolvimento rural diz respeito tanto aos processos e ações que influem na melhoria das condições objetivas de reprodução social das populações rurais quanto às relações das populações e do espaço rural com os demais processos de mudança econômico-ambiental, técnico-tecnológico, sócio-cultural, político-institucional, ético-moral, em uma gama mais ampla de relações com toda a sociedade (Bebbington, 2001; Schneider, 2010). Neste sentido, entendemos o desenvolvimento rural enquanto um "processo instituído" por meio de "contramovimentos" dos atores sociais no contexto das contradições características do capitalismo contemporâneo.

O objetivo principal deste ensaio é fazer um resgate dos conceitos e formulações centrais presentes na obra de Karl Polanyi, cotejando-os com a realidade atual. Nossa pretensão consiste em mostrar que o arcabouço analítico (*framework*) de Polanyi é adequado para o estudo de alguns processos e questões relacionadas ao desenvolvimento rural, tais como: a mercantilização dos meios de vida e sua interface com aquilo que Ploeg (2009) chama de "Impérios Alimentares"; a natureza dos mercados e sua relação com a noção de *embeddedness*; a coexistência das três "formas de integração" nas sociedades capitalistas contemporâneas e sua relação com o papel do Estado e das políticas públicas; o papel dos atores da sociedade civil e das instituições nos processos de mudança social.

O texto está estruturado em cinco seções, além dessa introdução. Na segunda seção, fazemos uma apresentação do quadro teórico e analítico de Karl Polanyi. Na terceira seção, problematizamos as transformações decorrentes da mercantilização da agricultura, do espaço rural e dos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

sistemas agroalimentares. Na quarta seção, refletimos sobre o papel dos atores sociais no desenvolvimento rural, compreendendo-o como um "processo instituído" de mudança social. Por fim, na quinta seção, fazemos algumas considerações finais.

2. O quadro teórico da "análise institucional" de Karl Polanyi

Karl Polanyi (Áustria, 1886 – Canadá, 1964) pode ser considerado um dos grandes pensadores do século XX, mas é um autor ainda pouco conhecido no Brasil, não obstante o crescimento considerável do interesse pela sua obra. Pode-se dizer que, talvez, o período mais importante da vida acadêmica de Polanyi tenha se passado nos Estados Unidos e no Canadá, enquanto trabalhou na Universidade de Columbia. O que, todavia, não desautoriza afirmar que ele seja um dos mais importantes autores ligados a tradição institucionalista européia. Mas também é verdade que seu pensamento converge sobremaneira com o institucionalismo norte-americano, cuja referência principal é Thorstein B. Veblen (Machado, 2009).

Por causa deste relativo desconhecimento e deste crescente interesse, buscamos resumir as principais contribuições teóricas de Karl Polanyi (1976, 1977a, 1977b, 2000) nesta seção. O conteúdo das reflexões expostas em sua obra pode ser agrupado em duas frentes. A primeira propõe explicar as mudanças nas estruturas institucionais e no imaginário social, a partir do século XIX, que resultam na relativa desvinculação e autonomização (*disembeddedness*) da esfera econômica frente à esfera política e no processo de formação e crise da "sociedade de mercado". Este é o tema do seu livro *The Great Transformation*, de 1944. A segunda apresenta uma interpretação histórica e antropológica do desenvolvimento das economias nas sociedades "primitivas, arcaicas e modernas". Este é o tema em especial da obra conjunta *Trade and markets in early empires*, de 1957. Nestas obras, Polanyi

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

e seus colaboradores lançam mão de um ferramental interdisciplinar para pôr em evidência as condições institucionais de produção, circulação e repartição dos bens nessas diferentes sociedades e períodos históricos. "Daí a utilização frequente do termo 'análise institucional' para designar seu empreendimento." (Maucourant, 2005, p.15; tradução nossa).

Segundo Sanchéz (2008), a obra de Polanyi constitui uma crítica epistemológica e ontológica dos fundamentos do pensamento econômico clássico e neoclássico, e seu método de análise institucional permitiu-lhe considerar a esfera econômica como parte da totalidade social, cultural e política em que se inscreve historicamente. Deste modo, Polanyi conseguiu rastrear "a construção histórica da economia de mercado como um imenso e violento processo social artificial, que não obedeceu às supostas características da natureza humana, mas uma aposta ideológica, axiológica e política radicalmente diferente das formas anteriores em que os grupos humanos haviam organizado e integrado os recursos materiais e seu sustento." (Sanchéz, 2008, p.1; tradução nossa).

A "falácia economicista" e os dois significados da economia

A força da crítica de Polanyi à teoria econômica ortodoxa e ao liberalismo econômico reside justamente no fato de que sua análise mantém a história econômica ligada à história das idéias sobre economia. O que ele chama de "falácia economicista" refere-se à estreiteza da concepção filosófica e ao limite dos princípios metodológicos da teoria econômica ortodoxa – construída sobre axiomas irrealistas, que não correspondem aos processos substantivos da economia humana – a qual identifica o conteúdo da noção de *economia* com o da noção de *mercado*.[3] A partir de certos postulados

3 Uma crítica aos princípios metodológicos da economia neoclássica pode ser encontrada em Arnsperger & Varoufakis (2006). E para uma análise da crítica de Polanyi à economia ortodoxa convencional, bem como dos próprios limites de sua abordagem para uma teoria da economia política, ver Lopes (1971).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

axiomáticos, a economia é definida como a ciência cujo objeto é a alocação eficiente de recursos escassos objetivando a maximização da utilidade individual – a "otimização". Para a teoria, é como se a economia humana em geral fosse equalizada a uma única forma, qual seja, o "mercado", o lugar de encontro entre "oferta e demanda", onde se formam os "preços de equilíbrio". Uma interpretação idealista e equivocada, na medida em que a economia é um processo dinâmico e histórico e não uma sucessão de situações de equilíbrios agrupadas por meio de "estática comparativa".

Polanyi (1977b) explica que a mentalidade dos homens e sua própria racionalidade são informadas pelas instituições vigentes e que os mercados são complexos institucionais historicamente constituídos e, não, construtos teóricos abstratos, como pretende a teoria neoclássica. Explica também que os preços são produto do comércio – enquanto resultado da troca dos bens por uma expressão do poder de compra (dinheiro) – independente da existência de um sistema de mercados auto-regulado. Quer dizer, os preços existem, na medida em que existe troca entre os seres humanos em uma sociedade complexa, mas não necessariamente de maneira a constituir um sistema abstrato de "oferta-demanda-preços-equilíbrio". Ocorre que, com a mercantilização instituída de elementos substantivos da economia humana, cria-se um mecanismo de preços flutuantes, consubstanciando a apropriação do excedente como mera projeção do padrão de mercado na economia, na forma de remuneração dos "fatores de produção". Mas, a explicação para isso não deve ser buscada nas diferentes combinações de fatores em funções de produção ou no equilíbrio entre oferta e demanda, e sim nas relações sociais historicamente instituídas para garantir o sustento das coletividades humanas.

De modo a desmistificar a "falácia economicista" e a obsessão intelectual pelo mercado, Polanyi deu o pontapé inicial de um debate da

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

antropologia econômica, entre formalistas e substantivistas, ao explicitar a distinção entre os dois significados da economia (Lopes, 1971; Molina, 2007). O primeiro significado, o "formal", que "deriva do caráter lógico da relação entre meios e fins", se refere à escolha racional entre usos alternativos de recursos escassos em busca de maximização. O segundo significado, o "substantivo", que "deriva da dependência em que se encontra o homem em relação à natureza e a seus semelhantes para conseguir seu sustento", se refere ao intercâmbio com o meio natural e social, através do qual os seres humanos conseguem satisfazer suas necessidades materiais.

O que acontece, segundo Polanyi (1976, 1977b), é que a economia convencional funde a noção de subsistência com a de escassez, incorrendo num equívoco metodológico. Pois, tal fusão só é possível em um caso específico e aistórico – o sistema teórico de "oferta-demanda-preços-equilíbrio". Mas, como a atividade econômica não se reduz ao caso formal da teoria neoclássica, apenas o significado substantivo da economia pode proporcionar às ciências sociais os conceitos adequados ao estudo de "todas as economias que existiram e existem", na medida em que se fundamenta nos fatos sociais e naturais empíricos, concretos, e não em abstrações, lógicas, mas destituídas de fundamento e de conteúdo histórico.

A economia como "processo instituído" e as "formas de integração"

Para Polanyi (1976; 1977b), a economia substantiva deve ser compreendida enquanto um processo instituído de interação entre os seres humanos, com o objetivo de satisfazer suas necessidades materiais, através dos meios de vida socialmente disponíveis. Assim, o *processo econômico* se dá em dois níveis: o da atividade interativa entre os seres humanos e seu entorno; e o da institucionalização deste processo. A *atividade de interação econômica* é, ao mesmo tempo, um fenômeno material e social. E, para a satisfação das necessidades humanas, os elementos ecológicos, tecnológicos e culturais podem mudar de posição, seja *material-*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

mente, através de *movimentos situacionais* (mudando de lugar ou de estado), seja *socialmente,* através de *movimentos apropriacionais* (mudando de "mãos" ou de propriedade).[4] Os movimentos apropriacionais, por sua vez, dizem respeito às relações sociais de troca, distribuição e propriedade historicamente instituídas, ao passo que os movimentos situacionais dizem respeito às relações sociotécnicas de trabalho e produção. Quanto à *institucionalização do processo econômico,* Pearson (1977, p. xxxii. tradução nossa), um íntimo colaborador de Polanyi, assevera que:

> *A organização social do poder apropriacional é a chave para qualquer consideração da economia como um sistema social. Isso localiza a matriz institucional, que ordena as relações econômicas entre os homens, e define o lugar da economia na sociedade no sentido que localiza a fonte dos direitos e obrigações que sancionam os movimentos de bens e pessoas para, através e fora do processo econômico.*

Para Polanyi, os modos de organização social do processo econômico – em suas palavras, as "formas de integração" – devem sua existência às interações culturalmente institucionalizadas por meio de específicas e correspondentes "estruturas de suporte". As principais formas empíricas trans-historicamente identificadas por Polanyi são três[5]:

4 Segundo Polanyi, os movimentos situacionais implicam em deslocamento espacial (transporte) ou em transformação dos elementos materiais (produção). De acordo com a utilidade que tem para o consumidor, os produtos são classificados como: de ordem superior (bens de consumo), na medida em que satisfazem as necessidades de consumo direto; ou de ordem inferior (bens de produção), na medida em que satisfazem as necessidades de consumo indireto, intermediário, combinando-se com outros elementos no processo produtivo. Os movimentos apropriacionais, por sua vez, implicam nas relações entre os seres humanos na aquisição, administração e dotação dos bens de produção e de consumo, através de transações, tributações, direitos legais, convenções, etc.; e dependem das formas como a força de trabalho, o conhecimento e a tecnologia são postos em movimento no processo de produção e de como o produto dessa atividade é distribuído entre os membros da sociedade. (POLANYI, 1976, p.293-294; 1977b, p.31-32).

5 Polanyi também inclui uma quarta forma, contudo menos importante em sociedades complexas: Domesticidade e autarquia - pode ter características de todas as outras três formas, dentro de uma unidade autônoma de produção e consumo. Um exemplo seriam as economias/sociedades camponesas.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

(1) *Reciprocidade e simetria*: descreve os movimentos de bens e de serviços entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico. Ou seja, a disposição dos elementos e as sanções que determinam o uso produtivo e distributivo destes recursos derivam de normas comportamentais ou de expectativas impostas por sistemas não-econômicos, como os de parentesco, amizade, envolvimento associativo ou cooperação;

(2) *redistribuição e centralidade*: descreve o movimento de bens e serviços em direção a um centro e seu retorno aos consumidores, seja por meio de deslocamento físico ou apenas de disposição. Aí, os padrões de distribuição determinam os direitos e obrigações, localizados em um centro identificável, de onde os recursos serão redistribuídos, através de regras e mecanismos de controle, por alguma autoridade que ordena essa disposição. Estes padrões de organização econômica estão intrinsecamente ligados ao ordenamento político das sociedades. Os sistemas de tributação, impostos e taxação, organizados em diferentes instâncias administrativas dos Estados modernos, são exemplos de formas de integração redistributiva;

(3) *intercâmbio e mercado*: descreve o movimento de bens e serviços entre diferentes, dispersos e aleatórios pontos no sistema. É um padrão transacional, caracterizado por motivos de autointeresse. Nesta forma de integração, onde o padrão de alocação dos recursos é o mercado, a característica essencial da troca diz respeito à maneira como são disponibilizados os direitos e as obrigações apropriacionais. A disposição é determinada pelos direitos de propriedade e pela relação com os meios materiais daí derivados; o sistema é sancionado pela relação de propriedade privada e pelo livre-contrato; e a distribuição é feita através de compra e venda, utilizando-se do mecanismo de preços e do dinheiro como expressão do poder de compra.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

Estas "formas de integração" institucionalizam-se por meio da socialização de práticas baseadas em dispositivos de ação coletiva e em sistemas de regras, como parte reguladora do ordenamento da vida social, econômica e política das pessoas, com seus valores e lógicas de operação específicas. Para Polanyi, são as instituições culturais de integração que moldam o comportamento "econômico" dos indivíduos numa sociedade complexa, e não tendências psicológico-comportamentais inatas, como as do *homo oeconomicus* neoclássico. As motivações que desencadeiam o comportamento econômico dos indivíduos só têm sentido dentro do ambiente institucional e das relações sociais em que eles estão inseridos. Então, para explicar a natureza da economia de mercado, Polanyi (2000) reconstrói os processos materiais e culturais que levaram ao seu surgimento como consequência da construção deliberada das instituições pelos seres humanos. Ao contrário de Hayek (1987), que acreditava na economia de mercado como resultado "não intencional e espontâneo" das interações individuais. Portanto, *as diferentes formas de integração não só dão lugar a mobilização, produção e consumo de bens, como são também 'produtoras de sujeitos', ao ficarem cunhados nestes os comportamentos baseados nos valores contidos nas instituições que regulam a organização da ordem social*. (Sanchéz, 2008, p.10; tradução nossa).

Capitalismo e "mercadorias fictícias": trabalho, terra e dinheiro

As formas de integração e suas estruturas institucionais de suporte são dependentes das relações sociais, da divisão do trabalho, das relações de propriedade, da separação entre consumidores e produtores e da forma de atuação do Estado. Elas constituem sistemas de troca e distribuição dos elementos materiais necessários à satisfação das necessidades humanas. Neste sentido, para Polanyi (2000), a economia de mercado é produto da sociedade industrial, na medida em que as instituições que regulamentaram e

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

propiciaram o desenvolvimento industrial cresceram concomitantemente ao sistema de mercados. Na passagem a seguir, ele descreve o processo que pavimenta a emergência da economia de mercado.

> O passo crucial foi o seguinte: trabalho e terra foram transformados em mercadorias, foram tratados *como se* tivessem sido produzidos para a venda. Evidentemente que, na realidade, não eram mercadorias, uma vez que não eram sequer produzidos (como a terra) ou, quando o eram, não o eram para a venda (como o trabalho). E, no entanto, nunca houve uma ficção tão completamente eficaz como esta. Com a compra e venda livre do trabalho e da terra, o mecanismo do mercado tornava-se aplicável a estes. Havia agora oferta e procura de trabalho; havia oferta e procura de terra. Havia, por conseguinte um preço de mercado para o uso da força de trabalho, chamado salário, e um preço de mercado para o uso da terra, chamado renda. Ao trabalho e à terra foram agora atribuídos mercados próprios, tal como acontecia com as mercadorias que eram produzidas por seu intermédio. O verdadeiro alcance de um tal passo pode ser entendido se nos lembrarmos que trabalho é apenas um outro nome para o homem e terra para a natureza. (Polanyi, 1977a, p. 9). Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (*idem*, 2000, p.94).

Segundo Polanyi, numa sociedade em que a economia substantiva é regulada por um sistema de mercados, não apenas os bens e serviços, mas as próprias pessoas (enquanto força de trabalho) e seus meios de vida são convertidos em mercadoria e sujeitos à precificação. Ou seja, são alienados na forma de mercadorias (fictícias) e, assim, podem ser comprados e vendidos a preços de mercado. Os preços em si existem, desde que existe troca e comércio, mas a crescente determinação dos preços pelos custos de produção e a apropriação do excedente através de compra e venda na

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

busca do lucro apenas se desenvolvem completamente numa sociedade integrada por um sistema de mercados. Uma mercadoria fictícia não tem seu preço determinado pelo custo de produção, na medida em que não é uma mercadoria produzida, mas uma mercadoria instituída, através de mecanismos como a lei, o costume, a ideologia, ou mesmo a violência.

Assim sendo, o capitalismo pode ser conceituado como uma "sociedade de mercado", pois não apenas os produtos, mas a própria produção destes e a reprodução social dos indivíduos – que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver – dependem de tal mecanismo. Para que a produção seja movida em uma sociedade cuja economia é regulada por um sistema de mercados, supõe-se que os meios de produção – incluindo a terra, o trabalho e o dinheiro – sejam mercadorias. Numa tal sociedade, a troca e a distribuição (circulação) tendem a ser estabelecidas por meio de igualdades formais entre oferta e demanda, dando origem aos preços nominais. Assim, a provisão dos meios de vida dos seres humanos torna-se dependente do mecanismo de mercado, submetendo a própria reprodução do tecido social à reprodução do capital. Reconhecido isto, podemos concluir que, no capitalismo, os motivos "econômicos" do comportamento social – entre eles a busca competitiva pelo ganho e o medo da fome por exclusão do mercado de trabalho – envolvem a crescente dominância das atividades "orientadas ao lucro" e "mediadas pelo mercado".[6]

"O problema do embeddedness": economia de mercado como projeto político

A análise da natureza das mercadorias fictícias nos permite a apreensão de um ponto central da contribuição teórica de Karl Polanyi – a

6 Apesar de tirarem diferentes conclusões e propostas de encaminhamento político, autores de correntes teóricas tão diversas como Jessop (2007) e Sen (2000), concordam com essa constatação.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

noção de *embeddedness*.[7] O termo não tem um correlato em português, portanto, ora usaremos 'imersão', ora 'enraizamento'. O conceito se refere à formação de significado para as ações dos atores inseridos num contexto ou ambiente institucional historicamente determinado, e expressa a ideia de que as estruturas sociais, estabelecidas e enraizadas em regras, normas, convenções, hábitos, etc. condicionam o comportamento social dos indivíduos. Para o autor, até a emergência da sociedade industrial regulada pela economia de mercado, o *sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social* (Polanyi, 2000, p. 88). Porém, com a expansão desse padrão societal de integração mercantil-capitalista, ocorre uma pretensa separação institucional das esferas econômica e política da sociedade.

> *Entretanto, isto não implica na existência de instituições econômicas separadas. Normalmente a ordem econômica é apenas uma função social, na qual ela está inserida. Um tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que a sociedade fosse subordinada, de alguma forma, às suas exigências. Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado. A extrema artificialidade da economia de mercado está enraizada no fato de o próprio processo de produção ser aqui gozado sob a forma de compra e venda. (2000, p. 92-95).*

A partir da instituição do sistema de preços e da restrição monetária, a escassez estrutural é produzida e o medo da fome e a busca pelo

7 Desde a publicação do já clássico artigo de Granovetter (1985), o conceito de embeddedness tem sido amplamente utilizado e ressignificado, na maior parte das vezes de forma contraditória, pelos autores da Nova Sociologia Econômica (NSE). Apenas registrarmos nossa discordância às críticas que Granovetter (1985) dirige a Polanyi, pois na NSE o conceito de embeddedness é esvaziado do conteúdo eminentemente político que apresenta na obra deste autor. Em suma, o conceito não ocupa o mesmo lugar teórico e não possui o mesmo sentido nas diferentes abordagens. Para uma discussão pormenorizada ver Beckert (2007) e Machado (2009).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

lucro aparecem como motivos econômicos quase naturalizados. Assim, a economia formal é convertida em sociedade de mercado, desenraizando a economia substantiva das instituições sociais. Deste modo, segundo Polanyi (2000), *em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas* [embedded] *no sistema econômico* (p.77). *Seguindo este raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico* (p.97). Ou seja, a esfera econômica parece se desvincular e se autonomizar em relação à esfera social.

Contudo, para que os meios de produção tornem-se capital, devem estar enraizados em uma série de instituições – normas legais, regras e convenções sociais, organizações, costumes, hábitos mentais compartilhados – que permitam sua utilização como forma de acumulação privada de riqueza por quem tem acesso aos mesmos. Assim, na perspectiva de Polanyi, a economia de mercado não é um fenômeno espontâneo e natural, mas um projeto político, realizado através da mudança institucional cuja dinâmica decorre do processo de mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. Portanto, para Polanyi, esta desvinculação e autonomização (*disembeddedness*) da economia são, ao mesmo tempo, uma realidade sociológica objetiva e um projeto político orientado por interesses de atores, grupos e classes sociais específicas. Projeto este concretizado por meio de mudanças institucionais, introduzidas através da violência e da ação legislativa, e legitimado através de uma ofensiva ideológica, na qual a teoria econômica ortodoxa assume papel crucial, ao contribuir para a criação de uma "crença liberal": a de que a economia não pode (e não deveria) ser modificada pelas práticas dos atores sociais, através da intervenção deliberada da sociedade ativa sobre os mercados valendo-se do Estado. Pois isto possibilitaria a emergência de processos de mudança social e de re-enraizamento, que não interessam ao projeto dessas classes dominantes (Bugra & Agartan, 2007; Burawoy, 2003; Maucourant, 2005).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

O "duplo movimento": a dinâmica entre estado, mercados e sociedade

Para Polanyi (2000, p.93), mercantilizar o trabalho e a terra – que *nada mais são do que os próprios seres humanos, dos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem* – significa *subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado*. Da mesma forma, deixar *a administração do poder de compra para o por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas*. Este desenraizamento da economia substantiva em relação às instituições sociais e políticas, especialmente em relação ao Estado, faz parte da ordem instituída em uma sociedade de mercado.

> *Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que sua substância humana natural, assim como a organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico.(...) Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. (Polanyi, 2000, p.94).*

A partir dessa conclusão, Polanyi (2000) identifica uma contradição interna fundamental do sistema de mercado como regulador das atividades econômicas da sociedade: um "duplo movimento". Por um lado, um movimento de expansão da sociabilidade capitalista, imprimido pela habituação ao intercâmbio mercantil, e, por outro, um contramovimento contestatório de autoproteção da sociedade contra os assaltos deste "moinho satânico".

O conceito de "duplo movimento" é introduzido na análise de Polanyi para apreender a dinâmica histórica do século XIX e das primeiras décadas do século XX. O "contramovimento" para a proteção da socie-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

dade, da natureza e da própria organização produtiva é vital para o desenvolvimento da economia humana, mas incompatível com o sistema autorregulado de mercados. Nas interpretações de Block (2003) e Bugra (2007), a tese Polanyiana é a de que uma "sociedade de mercado", objetivamente, não passa de uma ideologia, impossível de ser institucionalizada como uma realidade social sem destruir a atividade industrial, a natureza externa ao homem e a própria sociedade humana, com seus valores e sua cultura. Isto, porque a liberdade individual numa sociedade complexa só seria protegida pela intervenção política deliberada na vida social e econômica, pela ação dos atores sociais, através de inovações, adaptações e mudanças nas instituições vigentes.

Para Polanyi (2000), por um lado, o desenraizamento da economia, expresso na institucionalização das mercadorias fictícias, não é compatível com a sociabilidade humana; por outro, as ações legislativas tomadas para proteger o tecido social ou a natureza externa ao homem não são compatíveis com os princípios da economia de mercado. A constituição ontológica de uma sociedade cuja economia seja organizada sob um sistema auto-regulável de mercados é, então, impraticável, na medida em que a própria intervenção estatal, as restrições ao comércio e os instrumentos de regulação são manifestações dessa ontologia expressa nas políticas e nas instituições de uma sociedade em que opera uma economia de mercado.

Neste sentido, o conceito de "duplo movimento" possui uma importância heurística para a apreensão da atual dinâmica da relação entre Estado, Mercados e Sociedade Civil. Para autores como Bugra (2007), a crise do "*welfare state*" e a globalização da economia mundial cada vez mais têm diluído as responsabilidades redistributivas do Estado entre uma série de organizações não governamentais e entidades do setor privado. Segundo este autor, para Polanyi, os "contramovimentos" estavam diretamente ligados a medidas legislativas de proteção do tecido social, que deslocavam as mer-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

cadorias fictícias para fora da órbita do mecanismo de mercado. De maneira diversa, na atualidade, a liberalização, a privatização e a desregulamentação dos mercados financeiros, de trabalho, de terras, de alimentos, têm tido um papel central nas novas formas – ditas "flexíveis" – de acumulação de capital em escala global. É fato que, apesar de inumeráveis manifestações de resistência e contestação, estes valores continuam a ser hegemônicos e a produzirem consequências sociais desastrosas.

Contudo, apesar de estarmos vivenciando um período histórico diverso do analisado por Polanyi, seus *insights* e sua ontologia são elementos importantes para a análise dos complexos "regimes de governança" do atual capitalismo globalizado. A corrente dinâmica do duplo movimento é engendrada em meio a tensões envolvidas nas relações entre o Estado, com suas diversas instâncias administrativas, e as organizações da sociedade civil, os sindicatos, os movimentos sociais, as corporações capitalistas e conglomerados empresariais, em níveis que vão do local ao global, diante dos processos econômicos, sociais e políticos (Adaman & Madra, 2002). Nas contradições desta dinâmica é que emergem as possibilidades e se manifestam os limites para a institucionalização de organizações, de regras e de práticas que rompam com a lógica (neoliberal) da economia mundial e que promovam a descentralização das estruturas de ação do Estado e a democratização econômica substantiva, com base na "sociedade ativa" (Burawoy, 2003).

3. Os assaltos do "moinho satânico" nos campos e a expansão dos "Impérios Alimentares"

A atualidade das reflexões de Polanyi, como referências para pensar as questões ligadas ao desenvolvimento na contemporaneidade, fica evidente com o exposto nas seções anteriores. Não obstante, em face

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

das grandes transformações sociais ocorridas, a sua abordagem necessita de uma atualização e contextualização à realidade do século XXI. Neste sentido, a seguir argumenta-se que a "análise institucional" de Karl Polanyi é oportuna e pertinente para tratar dos processos de mudança social e desenvolvimento rural.

N'*A Grande Transformação,* Polanyi atentara sobremaneira para as mudanças sociais que ocorreram com os meios de vida das populações e com o espaço rural da Inglaterra em virtude da Revolução Industrial e do nascimento dos mercados de trabalho, de terras e de dinheiro. *A terra*, escreveu Polanyi (2000, p.214), *é um elemento da natureza [...] entrelaçado com as instituições do homem... Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado.* Mas a instituição das mercadorias fictícias desencadeou processos sociais e políticos que tentaram desagregar as "formas orgânicas de existência", pavimentando o caminho da industrialização e subordinando o homem e a natureza à expansão da economia de mercado. Tomando o exemplo clássico da Inglaterra, Polanyi descreve o caso dos cerceamentos dos campos, bem como o estabelecimento de leis de proteção social, como a *Speenhamland Law,* instituída para impedir a morte em massa da população, por inanição. Posteriormente a *Poor Law Reform* aboliu o "direito de sobreviver" instituído pela *Speenhamland Law*, pavimentando a formação dos mercados de trabalho e de terras, bem como a transferência de recursos destinados aos pobres rurais para financiar o investimento industrial.

Através destas narrativas, Polanyi (2000) demonstra que os mercados de trabalho e de terra foram formados a partir da separação entre as condições objetivas de produção e seus produtores diretos, da expulsão dos camponeses das terras comunais e da instituição da propriedade privada. Deste modo, além da separação entre as atividades manuais

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

e intelectuais dos produtores diretos, ocorre uma separação entre as atividades urbanas e rurais, gerando uma oposição fictícia entre campo e cidade. O que era anteriormente produzido com base em condições naturais, passa a ser produzido sob condições artificiais, fabricadas, adaptadas e subordinadas à expansão da economia de mercado. Assim, a agricultura passa a ser vista como mera fornecedora de matéria-prima para a indústria e de alimentos para a população urbana. Da mesma forma, o espaço rural é visto como um resíduo da urbanização (esta sim, signo da modernidade), como um lugar de atraso.

Com a mundialização do capitalismo, a subordinação da agricultura à indústria e aos mercados foi exacerbada ao longo de todo o século XX, e continua a sê-lo, enquanto um processo contínuo e inacabado (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990). Neste sentido, a mercantilização da agricultura ocorre por meio de disputas, entre frações do capital, o Estado e os agricultores, pelo controle dos recursos produtivos e, assim, pelo controle dos próprios mercados em que interagem (como de insumos, de trabalho, de produtos, de crédito, de terras, etc.). Então, podemos compreender a mercantilização da agricultura como um processo de "incorporação institucional" (Long, 2001), por meio da interação – não raramente conflituosa – entre os atores sociais, através de distintas "formas de integração".

A exemplo da chamada "modernização da agricultura", a mercantilização é institucionalizada por meio de um conjunto de processos interconectados. Primeiro, temos a "externalização" crescente das etapas do processo de produção, através da transferência do controle de tarefas, recursos e processos produtivos, até então exercido pelos próprios agricultores, para atores externos – de tal maneira que os processos não podem se reproduzir fora do alcance do capital. Cresce o número de tarefas que são separadas no processo de trabalho e passam a ser coordenadas exogenamente, através da multiplicação das relações

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

de intercâmbio mercantil e por meio de um sistema de relações técnico-administrativo-informacionais. Assim, é gerada uma oposição entre trabalho mental e trabalho manual dos produtores diretos, alterando sua autonomia relativa e transformando as condições objetivas de sua reprodução socioeconômica. (Ploeg, 1992).

Dois outros processos vêm a reboque da externalização, complementando a mercantilização da agricultura. Um é a "cientifização" dos processos de produção, através da incorporação de tecnologias que aumentam o controle do processo de trabalho agrícola e da natureza por atores externos (empresas, bancos, Estado, agências). Outro é uma "centralização estatal" da agricultura, por meio da incorporação das interrelações entre várias instituições e atores por parte do Estado, para a coordenação de conflitos de interesse e decisões coletivas concernentes ao setor e à reprodução econômica destes grupos sociais (Ploeg, 1992).

A modernização capitalista da agricultura teve como elemento dinamizador o processo de "incorporação institucional", baseado nas mudanças tecnológicas gestadas nos países desenvolvidos e difundido aos países subdesenvolvidos através do que ficou conhecido como "Revolução Verde" (adoção de novas técnicas agronômicas e tecnologias, como tratores e mecanização, uso de sementes modificadas, adubos e fertilizantes industriais, agroquímicos em geral e biotecnologias). Profundas alterações nas estruturas sociais rurais dos países periféricos ocorreram em consequência destas mudanças tecnológicas e mercantis.

Nos países "subdesenvolvidos", como no caso do Brasil, a chamada "modernização da agricultura" teve início no período desenvolvimentista do segundo pós-guerra, chegando ao seu auge na década de 1970. Neste período, a dinâmica tecnológica e a expansão dos mercados agrícolas foram institucionalmente induzidas através de políticas de intervenção do Estado, como investimentos na pesquisa aplicada, na assistência técnica e

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

extensão rural, e no fornecimento seletivo de crédito subsidiado. Os principais beneficiários, além das indústrias – especialmente as estrangeiras –, foram os grandes agricultores "mais eficientes" e produtivos, excluindo os "ineficientes" – basicamente a chamada "pequena agricultura", de "baixa renda" ou "de subsistência". Dado o caráter intensivo em capital de tal modelo de agricultura, muitas regiões e grande parte dos agricultores, sobretudo os familiares, foram alijados do processo de modernização tecnológica. Apesar do relativo sucesso nos quesitos produção e produtividade, este modelo reproduziu as desigualdades distributivas na propriedade e na renda, gerou êxodo rural, desemprego nos campos e nas cidades, marginalização urbana, exclusão social e econômica, e desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico.

Já nos países "desenvolvidos", que tiveram seu desenvolvimento agrário em maior ou menor grau – dependendo das especificidades de cada contexto histórico – baseado na agricultura familiar absorvedora de inovação e de progresso técnico (vista como eficiente e competitiva, nesses casos), o problema veio mais tarde, sob a forma de *cost-price squeeze* e *treadmill* tecnológico na agricultura[8]. Posteriormente, esses problemas também começaram a emergir nos países "em desenvolvimento", juntando-se aos problemas de saúde dos agricultores e consumidores e aos problemas ambientais, decorrentes do uso de agroquímicos e de técnicas insustentáveis do ponto de vista ecológico. O que veio a contribuir para a geração de uma verdadeira "falha metabólica" na relação sociedade-na-

8 Os conceitos de *treadmill* (Cochrane, 1979, apud Veiga, 2007) e de *squeeze* (Ploeg, 2008 e 2006) demonstram que os agricultores modernizados se vêem obrigados a incorporar progresso técnico para se manterem competitivos, ou seja, encontram-se constantemente presos a uma esteira rolante (*treadmill*) de inovação tecnológica. Isso significa uma necessidade crescente de adição de insumos externos para manter economias de escala, tornando seus custos de produção cada vez mais elevados. Consequentemente, à medida que o progresso técnico é incorporado, e que aumentam as escalas de produção, são reduzidos os preços pagos ao produtor, ou seja, ocorre um estrangulamento (*squeeze*) na relação custo-preço.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

tureza, jamais vista em tamanha proporção na história da humanidade[9]. Como já alertava Polanyi, na "Idade da Máquina", com seu industrialismo modernizante e a mercantilização dos elementos substantivos da vida, a economia se desenvolve em contradição com a humanidade, com o ambiente natural e com a própria organização produtiva.

Esse paradigma produtivista de dinâmica tecnológica e de inserção concorrencial nos mercados não decorre de um processo espontâneo, mas de um sistema de políticas para a regulação setorial organizado através da intervenção do Estado, das organizações profissionais dos agricultores e das instituições e políticas econômicas. O que veio a conformar novas dinâmicas produtivas ao longo do século XX, baseadas em monoculturas e especialização produtiva, sobretudo a partir do período "fordista" pós-segunda guerra, em que a agricultura foi praticamente "socializada" com o objetivo de se rebaixar o valor da força de trabalho, através da redução do custo de alimentação dos trabalhadores urbanos, permitindo um padrão de acumulação baseado em produção e consumo de massa (Abramovay, 2007).

Hodiernamente, os principais produtos agrícolas têm seus mercados organizados por diversos elos intermediários em cadeias globais de valor, dominadas por capitais agroindustriais e comerciais cada vez mais integrados através das finanças. Essa integração financeira dos capitais também se reflete na crescente concentração dos canais de distribuição varejistas, a exemplo das grandes redes de supermercados (Reardon *et al*., 2003), constituindo verdadeiros "Impérios Alimentares" (Ploeg, 2008). A questão, todavia, conforme argumenta Steiner (2007), é que os mercados são, ao mesmo tempo, um dispositivo político e uma construção social,

9 Sobre o conceito de "falha metabólica" na relação entre natureza e sociedade humana, derivado originalmente de Marx, ver os desenvolvimentos elaborados por John Bellamy Foster (2005) e Joan Martinez-Alier (2005).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

sendo um de seus fins e justificações o de conduzir as pessoas à satisfação de suas necessidades materiais – no caso, sua própria segurança alimentar. Portanto, os mercados alimentares podem ser considerados "mercados especiais", na medida em que os alimentos – elemento substancial do sustento do homem – também são mercadorias fictícias. A inclusão dos alimentos no mercado capitalista é mais uma expressão de risco à sociedade e à natureza, *porque isso inverte a ordem de prioridade entre o meio (o mercado) e o fim (os seres humanos)* (Steiner, 2007, p.5; tradução nossa). Ou seja, *porque os mercados criam, ao mesmo tempo, as condições estruturais – o alinhamento cognitivo e prático – da produção e da difusão dos medos alimentares* (Steiner, 2007, p.14; tradução nossa)[10]. Condições estas coerentes com o projeto político de uma sociedade de mercado, mas não com a liberdade individual numa sociedade complexa, tampouco com a face rural do desenvolvimento.

Por outro lado, olhando o desenvolvimento enquanto processo histórico de mudança social ao longo do tempo, é possível observarmos que a mercantilização – tanto dos bens de produção e consumo como dos mais diversos aspectos materiais e simbólicos da vida social, política e cultural, bem como da relação humana com a natureza – provoca "metamorfoses" no ser social e modifica suas dinâmicas de reprodução. Isto também é evidente na vida rural. De modo que o resultado da integração das populações e do espaço rural ao sistema de mercados no desenvolvimento do capitalismo não implica necessariamente na "desagregação do campesinato" ou na "urbanização total", mas numa série de transformações através de

10 Essa afirmação pode ser respaldada em uma leitura de Polanyi, quando ele define o medo da fome como um motivo econômico apenas na moderna sociedade de mercado: "Pois, em regra, o indivíduo numa sociedade primitiva", ou "nas sociedades que vivem à margem da subsistência", (...) "não se vê ameaçado de inanição, a menos que a comunidade como um todo também não esteja em situação semelhante." (Polanyi, 2000, p.198).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

processos complexos de diferenciação e estratificação socioeconômica, as quais vão modificando suas características tradicionais. Isso se expressa na diversidade e na heterogeneidade das formas sociais rurais, bem como das relações de produção, circulação e consumo instituídas, enquanto processos imersos nas contradições das economias de mercado.[11]

4. Atores sociais, instituições e desenvolvimento rural: um "duplo movimento" em curso

Estão em curso expressivas mudanças nas referências analíticas e nas formas de atuação dos estudiosos, dos *policy makers* e dos atores sociais no que concerne ao desenvolvimento rural. Temas como território, ruralidade e desenvolvimento têm passado por constantes tentativas de atualização e renovação. Isto ocorre não apenas no campo acadêmico, mas também no campo político e nas práticas de diferentes grupos sociais. Schneider (2009, p.26) aponta para o fato de que um número crescente de programas governamentais e de agências e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, vêm operando a partir de referências que tem em comum ideias como: (a) a ruralidade é heterogênea e não circunscrita às atividades agrícolas; (b) os territórios são espaços adequados para se pensar a articulação entre escalas regionais e locais e a globalização; (c) o desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, tecnológicas e produtivas, mas também culturais e ambientais; (d) a mudança é um processo lento, que precisa trazer efeitos práticos como melhorar a renda e a qualidade de vida, mas também incidir sobre a mentalidade das pessoas envolvidas e ser capaz de ser assimilado pelas instituições.

11 A propósito das "metamorfoses" da agricultura familiar, ver Plein e Schneider (2003) e Schneider e Niederle (2008); e, a propósito do debate em torno da controvérsia da "urbanização total" (Henri Lefebvre) e do "renascimento do rural" (Bernard Kayser), ver Veiga (2006).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

O processo de globalização, que consolida o "mercado mundial" e aprofunda a reestruturação capitalista, gera um processo combinado de distanciamento e compressão na relação espaço-tempo. Como resultado, promove uma nova divisão internacional e territorial do trabalho, que altera as formas organizacionais das firmas e os processos de produção e circulação de mercadorias em escala global. De tal forma que a reestruturação capitalista também causa impactos nas áreas rurais, tornando-as cada vez mais abertas e interconectadas com as dinâmicas tecnológicas, mercantis e político-institucionais do capitalismo contemporâneo. Isto faz ampliar a dependência do rural em relação a forças externas e paulatinamente reduz a autonomia que historicamente era mantida em relação à sociedade abrangente, promovendo uma notável heterogeneidade social e espacial nas áreas rurais (Marsden, 1999). Quer dizer, o "moinho satânico" toma de assalto todas as esferas da vida social e, o mundo rural, de forma alguma se isenta desta influência. Mas, se é verdade que há um "movimento" de aprofundamento da sociabilidade capitalista e do intercâmbio mercantil na agricultura e no espaço rural, também é certo que isso não ocorre sem contestações e "contramovimentos".

Toda essa complexidade evidencia o fato de que *fazer desenvolvimento rural* não consiste apenas em *adicionar coisas novas a velhas situações estabelecidas* (Ploeg *et al.*, 2000). Portanto, não devemos pensar o desenvolvimento apenas como resultado das leis da economia política, da lógica da mercantilização e dos padrões de acumulação de capital, ou mesmo das políticas dos Estados nacionais e das agências multilaterais, mas sim como resultado destes processos em interface com as circunstâncias particulares dos territórios. Neste sentido, podemos afirmar que o desenvolvimento rural – nos (e para além dos) limites da economia de mercado capitalista – é o devir de um projeto político, a ser instituído através da ação deliberada dos atores sociais e das organizações envolvidas, bem como de toda a sociedade.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

Se é verdade que as metamorfoses da ruralidade resultam da reestruturação capitalista e de ações e políticas do Estado e das grandes corporações, também é certo que os atores locais não acatam essas mudanças passivamente. A interação dialética entre os agricultores e os modelos de agricultura e de estrutura econômica hegemônicos produz padrões diferenciados e heterogêneos de reprodução social e de dinâmicas territoriais. Essa heterogeneidade resulta, sobretudo, da capacidade que os atores têm de processar a experiência social e influenciar a mudança institucional nos territórios. Na visão de Long e Ploeg (2009), isso ocorre porque, embora os processos externos de intervenção sejam muitas vezes instituídos fora dos campos imediatos de interação dos agricultores, nas práticas cotidianas esses processos são ressignificados pelos atores e mediados pelas instituições locais. Ao exercerem sua capacidade de agência, os atores *participam ativamente (embora nem sempre no nível de consciência discursiva) na construção de seus próprios mundos sociais, ainda que, como Marx (1962, p. 252) nos previne, as circunstâncias que eles encontram não sejam simplesmente fruto de sua própria escolha*. (Long & Ploeg, 2009, p.7).

A chave para a compreensão dessa relação dialética entre os atores e as estruturas em uma interação complexa, que está na origem dos processos de desenvolvimento, é a noção de "agência".[12] As mudanças estruturais são resultado justamente das interações entre os atores sociais. Os atores são socialmente constituídos e, assim sendo, são também agentes da mudança social. Os indivíduos não são simplesmente constrangidos, passivamen-

12 O problema entre estrutura e agência nas ciências sociais é um assunto bastante complexo, que tem sido amplamente discutido pela literatura. No que concerne a este trabalho, vale destacar que a concepção desposada por Long e Ploeg (2009) é diretamente tributária da "Teoria da Estruturação" do sociólogo Anthony Giddens. Críticas a essa perspectiva podem ser encontradas em Hodgson (2004), que propõe uma análise alternativa da questão através do conceito de "reconstitutive downward causation". Este conceito está ligado ao papel de mediação exercido pelas instituições e pelos hábitos mentais na relação entre estruturas e indivíduos. É uma perspectiva mais condizente com a análise institucional de Polanyi, autor diretamente ligado ao "velho institucionalismo" de Veblen, no qual também se inscreve o institucionalismo-evolucionário de Hodgson.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

te, por estruturas institucionais insensíveis a mudanças no curso da história: eles também são capazes de alterá-las. Do complexo e contínuo processo de interação entre os atores e as estruturas em que estão imersos, resulta, portanto, uma diversidade de inovações sociotécnicas e institucionais; ou seja, de práticas locais de trabalho e produção e de arranjos sociopolíticos territorialmente institucionalizados, adaptados pelos agricultores às suas possibilidades de reprodução socioeconômica. De acordo com as experiências dos atores envolvidos, suas perspectivas, valores, interesses e procedimentos, eles podem resistir às tendências tecnológicas e institucionais hegemônicas, intervindo e alterando diretamente os processos de trabalho e produção e, assim, os próprios espaços de produção e vida. Para Ploeg (2007), esses fenômenos de *resistência* são "mais comuns do que nós normalmente assumimos, percebemos, ou estamos dispostos a admitir". Eles estão imersos nas práticas diversas e heterogêneas dos agricultores familiares e camponeses, os quais buscam defender e criar autonomia e melhores condições de vida como respostas locais para problemas globais. Tais fenômenos efetivamente representam aquilo que Polanyi (2000) chama de "contramovimentos".

Neste sentido, é necessário desconstruir tanto a ideia do agricultor como um empresário rural especializado e integrado aos mercados de *commodities*, como ideal a ser seguido e copiado, quanto aquela do camponês autárquico, que vive e produz apenas para a subsistência. O desafio consiste em (re)construir processos que promovam diversificação produtiva e tecnológica, economias de escopo, bem como mecanismos de troca e distribuição enraizados em relações sociais baseadas em princípios de reciprocidade e redistribuição (Polanyi, 2000). Diante de tal quadro, na medida em que a ação dos agricultores desencadeia formas de resistência à dependência imposta pelos "Impérios Alimentares", além da criação de autonomia, esta ação tem potencial para dinamizar processos de produção e de trabalho mais sustentáveis ecologicamente na agricultura, em termos de coprodução (encontro, interação e transformação mútua do homem com a natureza) (Ploeg, 2006).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

Neste processo, outros mecanismos podem ser acionados. Quando confrontados com os mercados, os agricultores podem criar "espaços de manobra", que deslocam a atividade econômica da relação de *treadmill* tecnológico e de *cost-price squeeze*, aumentando a agregação de valor, ou seja, os ganhos substantivos, bem como a competitividade territorial ligada ao dinamismo do espaço rural (Ploeg, 2006, 2007, 2008). Um exemplo proeminente são as iniciativas de agregação de valor e enraizamento das relações sociais, onde as economias dos territórios são integradas por meio de iniciativas como: "cadeias alimentares curtas", agroindústrias familiares, redes de associação e cooperação (comércio justo, certificação solidária, redes de cooperativas locais) e mecanismos de redistribuição (Gutmann, 2007). Outro aspecto importante que pode ser considerado através da análise de Polanyi, diz respeito às relações entre produtores e consumidores e ao papel das políticas públicas e da atuação do Estado. Segundo Polanyi, distintas "formas de integração" podem coexistir, mesmo em uma sociedade de mercado, em uma economia capitalista. Através de processos politicamente orientados, é possível a criação de padrões de troca e distribuição mais autônomos, constituídos sobre relações de reciprocidade, de troca socialmente regulada e de redistribuição, através do movimento de bens e serviços em direção a centros determinados, e de seu retorno aos consumidores por meio de mecanismos institucionalizados em dispositivos coletivos e públicos, articulados entre instâncias do estado e da sociedade civil.[13]

13 Para além das políticas agrícolas tradicionais (crédito, preços, seguros, etc.), temos no Brasil exemplos de uma nova geração de políticas relacionadas ao desenvolvimento rural, como a criação de "mercados institucionais" para a agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.959, de 15 de setembro de 2009. O PNAE foi criado em 1955 pelo decreto n.37.106, e em 2009, através da Lei 11.947/2009, ficou instituído que pelo menos 30% dos alimentos devem ser adquiridos da agricultura familiar organizada em associações, cooperativas, ou grupos informais. No Brasil já contamos com estudos influenciados pela perspectiva de Polanyi que analisam a relação entre o Estado e os atores e organizações da sociedade civil na construção e operacionalização desse tipo de política pública e avaliam preliminarmente alguns de seus resultados. Ver Guareschi (2010), Müller (2007) e Triches (2010).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

A efetividade dessas possibilidades não ocorrerá apenas através de mecanismos de mercado. Ela resulta de processos de mudança das estruturas econômicas e políticas que estão na base do ordenamento social. Estes processos dizem respeito às formas como são organizadas as relações sociais de troca e distribuição, a divisão do trabalho, as relações de propriedade, a separação entre consumidores e produtores e o modo de atuação do Estado. Nos termos de Polanyi (1977), tais processos dizem respeito à organização social do poder apropriacional, a qual localiza a matriz institucional que ordena tanto as relações econômicas entre os homens como os direitos e obrigações que sancionam os movimentos situacionais de bens e pessoas articulados com os meios natural e social. Em outras palavras, o desenvolvimento rural precisa ser construído através da ação coletiva, expressa por meio da política. De acordo com o institucionalismo de Polanyi (2000), nas economias mercantil-capitalistas, a institucionalização deste tipo de processo depende da capacidade dos atores sociais de produzirem "contramovimentos" para a autoproteção do tecido humano, da natureza externa ao homem e da própria organização do processo econômico.

5. Considerações finais

Neste texto, propusemos uma recuperação das principais contribuições de Karl Polanyi, cotejando-as com o tema do desenvolvimento nos dias atuais. A fim de explorar as potencialidades dessas proposições para os debates mais específicos sobre desenvolvimento rural no caso do Brasil, alguns comentários finais são necessários.

Conforme já indicado em outro trabalho (Schneider, 2010), a discussão corrente sobre o tema do desenvolvimento rural no Brasil desde os anos 1990 vem sendo fortemente influenciada por ações de caráter

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

normativo, pois é tributária das políticas públicas e da intervenção do Estado. Este fato reflete as novas concepções e aportes adotados pelos *policy makers*, juntamente com intelectuais acadêmicos e mediadores, que elaboram propostas e acabam influenciando e conduzindo os rumos dessas ações e debates, mais do que as demandas dos próprios atores e organizações ligadas ao meio rural. Outros fatores também influem nos rumos da discussão, como a legitimação política da categoria agricultura familiar e as dificuldades em torno da realização da reforma agrária; a forma como as questões ambientais e as relacionadas à sustentabilidade foram incorporadas ao tema mais amplo do desenvolvimento rural; e a legitimidade, mas também as tensões, de natureza política e ideológica expressas na polarização (ou mesmo maniqueísmo) entre os defensores da agricultura familiar *vs*. os do agronegócio. O que se manifesta institucionalmente na existência de dois ministérios ligados à agricultura no Brasil (MAPA e MDA), cujos projetos políticos e as formas de atuação são marcados por uma relação de constante tensão.

Neste mesmo trabalho supracitado, também foram mapeadas e comparadas, ainda que de maneira deveras resumida, as principais referências teóricas mobilizadas pelos estudiosos do desenvolvimento rural no Brasil. Foram mencionadas algumas convergências entre elas, mas o que ficou constatado é que há pouca coincidência, tanto em relação às perspectivas e tendências para o meio rural quanto no que se refere às estratégias a serem seguidas. Daí se esbarra em uma grande dificuldade na elaboração de referências teóricas, metodológicas e empíricas comuns, dificuldade esta relacionada justamente ao fato de não haver uma agenda temática própria, que não seja tributária das formulações do Estado, mediadores e outros organismos.

É neste aspecto que a abordagem de Polanyi, com a característica plural e interdisciplinar das abordagens institucionalistas (Conceição, 2002),

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

pode oferecer grande contribuição e pavimentar caminhos promissores. Conforme tentamos demonstrar ao longo deste trabalho, sua abordagem é muito oportuna e adequada para uma perspectiva analítica orientada ao papel dos atores e das instituições nos processos de mudança social, como aqueles caracterizáveis como de "desenvolvimento rural". Isto porque possui uma visão que rompe com o problema entre estrutura e agência e apresenta um esquema de análise que integra elementos tecnológicos, ecológicos e culturais, num *framework* capaz de apreender de maneira dinâmica e histórica as interrelações entre estado, mercados e sociedade civil.

The Contribution of Karl Polanyi for the rural development sociology

Abstract

The essay deals with the importance of the rediscovery of Karl Polanyi's thinking and of his criticism of the "market society" in resuming (rural) development studies and debates. Following an overall presentation of Polanyi's theoretical and analytical framework, we look for using his concepts to interpret the commoditization dynamics of the rural livelihoods and the social forms of labor and production in the rural space, as well as the commoditization of the agri-food systems in the contemporary capitalism. Based on these statements, we reflect about the role of social actors and institutions in the processes of social change at large and of rural development in particular. And, finally, we propose some potentialities of this approach for the rural development studies in Brazil.

Key-words: Karl Polanyi. Commoditization. Institutions. Social actors. Rural development.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ed. São Paulo: Edusp, 2007.ADAMAN, Fikret; MADRA, Yahya M. Theorizing the

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

"Third Sphere": a critique of the persistence of the "Economistic Fallacy". **Journal of Economic Issues**, v.36, no.4, dec., 2002.

ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis. What is Neoclassical Economics? The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power. **Post-austistic Economics Review**, n.38, p.2-12, 2006.

ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. Dossiê da Crise. Novembro de 2008. Disponível em: http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf. Acesso em: 25/12/2009.

_____. Dossiê da Crise II. Agosto de 2010. Disponível em: http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise-II.pdf. Acesso em 12/10/2010.

BEBBINGTON, Anthony. Development: rural development strategies. In: SMELSER, N.L.; BALTES, P.B. (Eds). **International Encyclopedia of Social & Behavioral Sciences**. Oxford: Elsevier, 2001. p. 3578-3583.

BECKERT, Jens. **The Great Transformation of Embeddedness**. Karl Polanyi and the New Economic Sociology. Max Planck Institute for the Studies of Societies, Discussion Paper, 2007.

BLOCK, Fred. Karl Polanyi and the writing of The Great Transformation. **Theory and Society**, n.00. p. 1-32, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.3, p.5-24, jul.-set. 2006.

BUGRA, Ayse; AGARTAN, Kaan. (org.) **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century:** Market Economy as a Political Project. Oxford: Palgrave Macmillan, 2007.

BUGRA, Ayse. Polanyi's concept of double movement and politics in the contemporary market society. In: BUGRA, A.; AGARTAN, K. (org.). **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century:** Market Economy as a Political Project. Oxford: Palgrave Macmillan, 2007.

BURAWOY, Michael. For a sociological marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. **Politics Society**, v.31, p. 93-168, 2003.

CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos:** o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. A Contribuição das Abordagens Institucionalistas para a Constituição de uma Teoria Econômica das Instituições. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.23, n.1, p.77-106, 2002.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

ESCOBAR, Arturo. Beyond the search for a paradigm? Post-development and beyond. **Development**, v.43, n.4, pp.11-14, 2000.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx:** materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: a global crisis. In: Harriss-White, Barbara (ed.). **Food.** Oxford: Basil Blackwell, 1993.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias.** Agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v.91, n.3, pp.481-510, 1985.

GUARESCHI, Amanda. **A operacionalização da Política de Segurança Alimentar:** O caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela, RS. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2010. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural).

GUTMANN, Julie. The Polanyian Way? Voluntary Food Labels as Neoliberal Governance. **Antipode**, v.39, n.3, pp.456-478, jun.2007.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. 4ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

HODGSON, Geoffrey M. **The Evolution of Institutional Economics**. Agency, structure and Darwinism in American Institutionalism. London and New York: Routledge, 2004.

JESSOP, Bob. Knowledge as a fictitious commodity: insights and limits of a Polanyian perspective. In: BUGRA, A.; AGARTAN, K. (org.). **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century:** Market Economy as a Political Project. Oxford: Palgrave Macmillan, 2007.

JESSOP, Bob. **State Power**. A Strategic-Relational Approach. Cambridge: Polity Press, 2007b.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LACHER, Hannes. The slight transformation: contesting the legacy of Karl Polanyi. In: BUGRA, A.; AGARTAN, K. (org.). **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century:** Market Economy as a Political Project. Oxford: Palgrave Macmillan, 2007.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

LONG, Norman; PLOEG, Jan Douwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: BOOTH, D. (ed.) **Rethinking Social Development:** theory, research and practice. England, Longman, 1994, p. 62-90. PGDR/UFRGS: Porto Alegre, 2009. (Versão para circulação interna).

LONG, Norman. **Sociología del Desarollo:** Una Perspectiva Centrada en el Actor. México: CIESA, 2007.

LOPES, José Sergio Leite. Sobre um debate da antropologia econômica: a economia política de Karl Polanyi. **Revista do Centro Latino Americano de Ciências Sociais**, ano 14, n.3-4, julho-dezembro, Rio de Janeiro, 1971.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. **Sociedade vs. Mercado – Notas sobre o Pensamento Económico de Karl Polanyi.** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2009. 204p. (Tese de Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações).

MARSDEN, Terry. Rural futures: the consumption countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**, vol.39, n.4, pp.501-520, 1999.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **Social metabolism and ecological distribution conflicts**. Australian New Zealand Society for Ecological Economics, Massey University, Palmerston North, 11-13 Dec. 2005.

MAUCOURANT, Jérôme. **Avez-vous lu Polanyi?** Paris: La Dispute, 2005.

McMICHAEL, Philip. The power of food. **Agriculture and Human Values**, n.17, p.21–33, 2000.

MENDELL, Marguerite. **Karl Polanyi and instituted process of economic democratization**. Paper presented for "Polanyian Perspectives on Instituted Economic Processes, Development and Transformation" Conference. ESRC, Center for Research on Innovation and Competition. University of Manchester: Oct. 23-25, 2003.

MOLINA, José Luis. **Manual de antropología económica**. Bogotá: UAB, 2004.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil:** o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – PGDR/UFRGS, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor:** a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEARSON, Harry. Editor's Introduction. In: POLANYI, Karl. **The livelihood of man**. London: Academic Press, 1977.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

PLEIN, Clério; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, Mara Lucy; RAMOS, José Maria (Ed.). **Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2003.

PLOEG, J.D Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Estudos Rurais).

PLOEG, J.D Van der. **Resistance of the third kind and the construction of susteintability**. Paper presented to ESRS Conference, Wageningen, 23 of August, 2007. Disponível em: www.jandouwevanderploeg.com. Acesso em: 21 dez. 2008.

PLOEG, J.D Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares.** Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

PLOEG, J.D Van der *et al*. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, pp.391-408, october 2000.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, K. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. **Revista Trimestral de História das Idéias**, n.1, pp.7-20. Porto (Portugal), 1977a.

POLANYI, K. **The livelihood of man**. London: Academic Press, 1977b.

POLANYI, K. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Ed.). **Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos**. Capítulo XIII, p.289-316. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.

REARDON, T., TIMMER, C. P., BARRETT, C. B.; BERDEGUE, J. A. The rise of supermarkets in Africa, Asia, and Latin America. **American Journal of Agricultural Economics**, 85(5), 1140–1146, 2003.

RIST, Gilbert. Development as a buzzword. **Development in practice**, v.17, n.4-5, August 2007.

SACHS, Ignacy. Entre Polanyi e Von Hayek**. Revista de Economia Política**, v.12, n.2 (46), abr.-jun., 1992.

SANCHÉZ, A. L. La crítica de la economía de mercado en Karl Polanyi: el análisis institucional como pensamiento para la acción. **REIS**, 86/99, p. 27-54, 2008.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, a.6, n.11, p.88-125, jan-jun, 2004.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.3, p.511-531, Jul-Set/2010.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS***:* desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P. E. M. (Org.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais)

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STEINER, Philippe. **Les marchés agroalimentaires sont-ils des "marchés spéciaux"?** Première version présenté au colloque "Les marchés agroalimentaires", mars 2006, organisé par Fabrice Dreyfus à l'INRA: Montpellier, 2007.

STGLITZ, Joseph E. Globalization and its Discontents. New York: W.W. Norton & Co., 2002.

THOMAS, Alain. Development as a practice in a liberal capitalist world. **Journal of International Development**, n.12, p.773-787, 2000.

TRICHES, Rozane M. **Reconectando a produção ao consumo:** a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2010. 296 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – PGDR/UFRGS, Porto Alegre.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, v.20, n.57, p. 333-353, 2006.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**. Uma abordagem histórica. 3ed. São Paulo: Edusp, 2007.

Recebido: 16/02/2011
Aceite final: 05/05/2011

DOSSIÊ

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?

SÔNIA M. DRAIBE*
MANUEL RIESCO**

Resumo

Os objetivos deste ensaio são principalmente metodológicos. Ele aponta princípios, parâmetros e um arcabouço analítico que consideramos interessante para os estudos de políticas sociais e de desenvolvimento na América Latina – particularmente, sobre as distintas estratégias de desenvolvimento e a evolução do Estado de Bem Estar Social na região.

A América Latina está emergindo de um século de transformação – de uma economia tradicional agrária para uma urbano-industrial – em que os países assumiram diferentes trajetórias históricas. A transição conduzida pelo Estado seguiu duas estratégias sucessivas de desenvolvimento. Dos anos 1920 até a década de 1980, o desenvolvimentismo estatal assumiu, em geral com sucesso, o duplo desafio do progresso social e econômico. Nas duas últimas décadas do século, os estados latino-americanos adotaram as políticas do Consenso de Washington, que enfatizavam a importância das empresas no marco da globalização e beneficiavam aquelas poucas exitosas. Quais eram as características e funções do Estado de Bem Estar Social nas duas estratégias de desenvolvimento?

* Professora Adjunta do Instituto de Economia da UNICAMP.
** Vice-Diretor de CENDA, Chile.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

O artigo sugere que, para reduzir as condições sociais e econômicas extremamente heterogêneas na região, é indispensável fixar os distintos pontos de partida e as diferentes trajetórias de desenvolvimento perseguidas por grupos de países em busca da modernidade. Sugere, também, que as duas estratégias de desenvolvimento, longe de anularem-se, constituem uma base para a emergência da próxima. Assim, o esgotamento da estratégia liberal abre caminho, não para o retorno à estratégia desenvolvimentista, mas, antes, para a emergência de outra, que irá estabelecer novas bases para o desenvolvimento, as políticas sociais e a democracia.

Palavras-chave: Estado de Bem-Estar Social. Sistemas de proteção social. América Latina. Desenvolvimento econômico. Análise integrada.

O declínio da hegemonia neoliberal e o retorno da perspectiva do desenvolvimento econômico, dentro e fora da academia, reabriram o espaço para que florescessem análises integradas da economia e das políticas sociais, em perspectiva histórica e comparada. No caso do *Welfare State* na região latino-americana, isto é decisivo.

Com que conceitos e quadros analíticos apreender as mudanças recentes das economias e políticas sociais da região? São conhecidas, a complexidade e a heterogeneidade sócio-econômica da região, refletidas nos sistemas de bem-estar social aqui construídos. O que já faz, do seu conhecimento, um desafio intelectual de monta. Mas o quadro é ainda mais complexo quando estão em jogo, como é o caso, processos simultâneos e cruzados de mudanças: a consolidação das instituições democráticas, movimento não-linear ainda em curso em muitos países latino-americanos; as reformas e mudanças recentes dos Estados de Bem-Estar Social, levadas a cabo sob a égide do paradigma liberal; o declínio deste último e a gestação de padrões alternativos de desenvolvimento econômico-social e de inserção internacional.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

Ou seja, para além dos desafios clássicos, os estudos latino-americanos enfrentam as dificuldades próprias do conhecimento comparado de processos de mudança cujos desfechos e resultados não se deram ainda por conhecer. Estudos desta natureza serão tanto mais confiáveis, quanto mais bem apoiados em boas escolhas teóricas, pertinentes parâmetros de comparação e, ainda, adequados cortes temporais.

Resumindo ensaios mais extensos (Draibe e Riesco, 2007; Draibe e Riesco, 2008), tratamos de indicar, aqui, o movimento de emergência, auge e crise do Estado de Bem-Estar Social latino-americano, ressaltando suas peculiaridades e, sobretudo, as formas ou tipos com que se manifestou – variações que expressaram, a seu modo, a forte heterogeneidade sócio-econômica da região, assim como as trajetórias de modernização percorridas pelos países e grupos e países.

Desde logo, é importante ressaltar que o texto tem objetivos preponderantemente metodológicos. Expõe parte de um trabalho de investigação ainda em curso e visa, sobretudo, propor pautas de pesquisa e determinados pressupostos, que julgamos importantes para o estudo comparado da emergente agenda social latino-americana, na sua relação com padrões diferenciados de desenvolvimento econômico.

Estudos comparados de processos históricos complexos e diferenciados, ademais de sólidos conceitos e boas estratégias de comparação, devem atender ainda a dois requisitos incontornáveis: a fixação de pontos de partida históricos, adequados ao objeto e aos objetivos, e a elaboração de constructos analíticos capazes de reduzir significativamente a diversidade e a heterogeneidade do objeto de estudo, permitindo, assim, a comparação pretendida. Tais requerimentos metodológicos gerais ganham especial importância em casos de estudos como o que motiva este trabalho, quais sejam, os diferentes padrões de desenvolvimento e as transformações recentes dos Estados Latino-Americanos de Proteção Social, na sua relação com a economia e com a sociedade.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

1. Perspectivas teórico-metodológicas

A análise integrada da economia e da política social e a perspectiva histórica de longa duração constituem dois eixos analíticos e metodológicos que orientam o estudo aqui apresentado; este, diga-se de passagem, nos seus esboços iniciais.

1.1 A análise integrada da economia e da política social[1]

É longa a tradição da análise integrada da economia e da política social. Constituiu o eixo analítico das grandes vertentes da moderna sociologia histórica e dos estudos do desenvolvimento econômico, de Marx a Weber, a Durkheim e a Polanyi. No campo da teoria econômica, ela pode ser identificada nos postulados do pensamento neoclássico, que relaciona a política social a seus efeitos redistributivos e de inversão em capital humano. Provavelmente, sua formulação mais sofisticada se encontra no pensamento keynesiano, que captou com precisão o círculo virtuoso com que o econômico e o social se inscrevem na dinâmica de crescimento econômico e desenvolvimento social, visível no capitalismo regulado do pós-guerra. Por distintas que sejam, correntes intelectuais como as referidas, além de apontar a questão da equidade, não perderam de vista a relação entre as modernas instituições da política social e o processo de desenvolvimento e modernização capitalistas.

Diferentemente, durante as últimas décadas, assistimos ao predomínio do tratamento dissociado da economia e da política social, com claro prejuízo de uma e de outra, mais ainda quando orientado, como o foi, pelas correntes formalistas e abstratas, de forte viés quantitativo[2]. Ora, o ressurgimento dos estudos sobre desenvolvimento econômico abriu um

1 As seções 1.1 e 1.2, em versão aproximada, foram publicadas em Draibe, 2007.

2 Entre os fatores que podem explicar tal evolução, além daquele predomínio, tem sido também forte a fragmentação e a especialização das disciplinas. No caso da política social, verifica-se uma predominância das análises administrativas e organizacionais de programas sociais in-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

novo e valioso curso de investigações, no qual a política social é pensada no quadro mais amplo de relação *Estado — desenvolvimento econômico – sistemas de proteção social*. Mais ainda, pensa-se a dinâmica, a partir dos efeitos dos sistemas de políticas sociais sobre o crescimento econômico, e não somente ao contrário, como tradicionalmente se postulou (Mkandawire, 2001). Mais do que as bases materiais do progresso social, enfatizam-se as capacidades dos sistemas de política social em promover e facilitar o crescimento econômico, simultaneamente ao desenvolvimento social. Aqui, também, como seria de esperar, variam muito as vertentes e perspectivas analíticas. Para os objetivos deste trabalho, mais que realizar exegeses de conceitos e autores, é interessante registrar a evolução recente desta tendência de estudos, resgatando certos conceitos e relações que se incorporaram ao debate e à linguagem das políticas sociais.

Coube ao sistema das Nações Unidas e suas agências o crédito maior de retomar, re-conceituar e disseminar ativamente tal enfoque, sob a conhecida tese de que a política social constitui condição do desenvolvimento econômico. Formulada, há mais de quarenta anos, sob o conceito de *desenvolvimento social*, ganhou amplitude e complexidade, impregnada mais recentemente pelos princípios dos direitos sociais e dos direitos humanos, fertilizada também pelos novos conceitos de *desenvolvimento humano*, *inversão nas pessoas, inclusão social* e, de modo mais amplo, *coesão social*[3].

No plano conceitual, o enfoque integrado ganhou centralidade em outras matrizes analíticas: o *produtivismo* ou a *inserção produtiva* como alterna-

dividuais, mais do que dos sistemas de políticas sociais, e quase sempre sob o prisma unilateral da eficácia econômica e da avaliação de resultados.

3 Foi Gunnar Myrdall quem explicitou originalmente tal conceito de desenvolvimento social, quando coordenou, em 1966, junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o grupo de especialistas encarregado de elaborar o estudo sobre a estratégia unificada de desenvolvimento social e econômico. (Kwon, 2003). Desde então, tal perspectiva evoluiu com êxito, transformando-se em referência estratégica de outras agências multilaterais, como o demonstra a sucessão de eventos internacionais tais como: a Declaração Mundial sobre a Proteção das Crianças (1990); a Cúpula de Desenvolvimento Social de Copenhague (1995), as Metas do Milênio, a Carta de Lisboa da União Européia, a Carta Social de Islamabad (2004) (Midgley, 2003; Draibe, 2004).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

tiva ótima de desenho dos programas sociais e, por outra parte, o *desenvolvimentismo* como atributo de certos tipos de Estado de Bem-Estar. Em torno a um suposto comum - as relações mutuamente dinâmicas entre políticas sociais e econômicas – confluem aqui concepções bem distintas, desde as que pensam a política social como subordinada à política econômica, até as comprometidas com o desenvolvimento efetivo e centrado nas pessoas; desde posturas que valorizam políticas macro-econômicas promotoras do emprego e da renda, até as que preferem programas sociais que promovam a incorporação econômica das pessoas e, ao mesmo tempo, gerem taxas positivas de retorno à economia (Midgley, 2003; Midgley y Sherraden, 2000)[4].

Tal como outras correntes, esta concepção valoriza o tipo de política social que contribui para ampliar a participação econômica e o crescimento. Entretanto, as várias versões do *workfare state* têm sido fortemente criticadas por reduzirem a política social a pouco mais do que algumas regras morais e normas de conduta, com forte desprezo às questões de justiça social, universalidade e igualdade, com o quê, em última instância, encobririam sob roupagens da pós-modernidade um real ataque ao Estado de Bem-Estar[5] (Sabel y Zeitlin, 2003). É de se notar que, mesmo não tendo alcançado objetivos tão ambiciosos, a perspectiva disseminou-se

4 A concepção do bem-estar mediante a inserção produtiva apresenta-se sob as mais diferentes versões, manifestas, por exemplo, em lemas tais como bem-estar produtivo ou bem-estar pelo trabalho ou, ainda, o novo bem-estar social (Productivist Welfare, Workfare or Welfare to Work, New Welfarism) (Taylor-Gooby, 1998 y 2001), o bem-estar social positivo (Positive Welfare) (Giddens, 1998) ou bem-estar social ativo (Active Welfare) (Vandenbroucke, 2005). E tem sido, frequentemente, associada aos partidos social-democratas europeus dos anos noventa, em especial à "terceira via" e a suas propostas de um Estado de Bem-Estar Ativo (Active Welfare State), entendido como aquele que enfatiza a redução dos riscos sociais mediante a educação e a capacitação, com o objetivo de transformar os cidadãos de meros receptores passivos de benefícios sociais em pessoas independentes, ativas, co-produtoras da sua própria proteção social.

5 Exemplos de tal orientação podem ser encontrados em conhecidos slogans, utilizados por Blair, Clinton, Giddens e outros, tais como: "Não mais direitos sem responsabilidades!"; "Que o trabalho pague!"; "Trabalho para os que podem; proteção para os que não podem!"; "Acabar com o bem-estar social tal como o conhecemos!"; "Menos para os pais, mais para os filhos!" etc.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

amplamente, orientando reformas ou inovações de programas sociais no mundo todo e sob governos de orientações muito diferentes.

No plano conceitual, é de ampla difusão e de não menor influência a contribuição de Amartya Sen. Concebido também no campo da teoria do capital humano, mas em clara divergência com concepções pouco críticas do crescimento e de seus efeitos sociais e ambientais, o enfoque integrado, em Sen, concebe a política social como inversão em capital humano, em capital social ou nas capacidades humanas, mediante programas sociais orientados a ampliar as capacidades das pessoas para participar com liberdade do processo produtivo (Sen, 1999; Taylor-Gooby, 1998; 2001; Holliday, 2000; Giddens, 1998). Nesse plano, aproxima-se e, mesmo, fundamenta a perspectiva dos direitos humanos.

A análise integrada, em suas recentes e variadas versões, avançou e amadureceu através de amplo debate sobre as relações entre a economia e a política social, especialmente sobre os aspectos cambiantes e desafiantes do crescimento econômico, nas condições atuais da globalização, confrontados com as potencialidades e limites da política social (Esping-Andersen, 2002). Além das incontestáveis virtudes da articulação e integração propriamente ditas, aquela perspectiva recolocou, e com legitimidade, o *tema do desenvolvimento econômico* no próprio domínio da política social. Por outro lado, revalorizou a *dimensão sistêmica da política social*. Ou seja, são os sistemas de políticas sociais ou, mais especificamente, o Estado de Bem-Estar, que constituem o foco da análise, sempre e quando se trata de pensar articuladamente o desenvolvimento econômico e a política social. Isto porque, muito mais do que a fragmentada visão de um ou outro programa social, é a perspectiva do sistema de proteção social como um todo que permite examinar, no tempo, os efeitos dinâmicos da política social, inclusive sobre a economia.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

1.2 A perspectiva histórica de longo prazo

Por tudo isso, e quiçá com maior importância, o enfoque integrado envolve um ineludível chamado à *perspectiva histórica de longo prazo*. Ao relacionar sistemas de política social e desenvolvimento econômico, imediatamente se impõem questões a respeito do crescimento econômico, de suas fases, de suas qualidades, de seus requisitos e efeitos no emprego e no bem-estar das pessoas, seus êxitos passados, suas perspectivas futuras etc.

Como se sabe, a perspectiva histórica e de longa duração é indispensável, tanto por permitir fixar o ponto de partida, o momento *ex-ante*, base real das alternativas posteriormente seguidas, quanto por possibilitar, no seu decurso, a identificação mais clara do comum e do diverso, do geral e do específico, entre nossos tão heterogêneos países. Em outros termos, é a perspectiva histórica que torna a análise sensível, não apenas às, assim ditas, diferenças regionais, mas às diferentes histórias propriamente ditas; melhor dizendo, às diferenças de trajetórias e às alternativas de futuro que se impõem.

O ressurgimento contemporâneo da problemática da modernidade tem estimulado interessantes explorações na investigação histórica sobre o Estado de Bem-Estar, incentivando-a a identificar, desde as origens, as variadas rotas seguidas por grupos de países na sua transição à modernidade.

Apelar à análise histórica e de longa duração, perspectiva já presente no enfoque integrado e na retomada da temática do desenvolvimento, ressurge aqui, para analisar a historicidade e as funções do Estado de Bem-Estar Social; ou seja, a conformação das instituições da política social, em seu vínculo com a constituição mais ampla das modernas sociedades urbanas, fundadas no trabalho assalariado. Trata-se de compreender o processo de emergência e desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar. Mais ainda, de capturar as diferentes situações históricas em que ocorre tal processo, sem cair nos conhecidos desvios e generalizações mecanicistas

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

da clássica teoria da modernização, nas várias versões que dominaram a explicação sociológica, aproximadamente, entre 1950 e 1970.

Retomemos rapidamente os argumentos centrais da teoria da modernização. A mudança social, segundo esta teoria, diz respeito ao processo, mediante o qual, *sociedades agrícolas tradicionais* — de estrutura social pouco complexa e praticamente inalterada no tempo, na qual predominam a família extensa e relações primárias entre as pessoas — se transformam em *sociedades urbano-industriais*, de estrutura social diversificada e complexa, na qual predominam a família nuclear e relações secundárias, mediadas por instituições.

As sociedades 'modernas" – segue o argumento – são sistematicamente submetidas a inovações e mudanças que expressam os processos gerais de urbanização, de aumento da mobilidade social e dos níveis educacionais; a substituição de valores religiosos e conservadores por valores laicos e de aceitação da inovação permanente; a substituição do poder oligárquico por sistemas políticos fundados na circulação das elites e na intermediação de instituições e burocracias.

Ora, com base em tais supostos "gerais", pareceria natural medir as diferenças de níveis de desenvolvimento entre países mediante umas poucas variáveis sócio-econômicas e com o "metro" do *contínuo tradicional-moderno*, *rural-urbano* ou outros. É o caso da teoria da modernização.

Tal como outras teorias do desenvolvimento, a teoria da modernização trata a mudança social de acordo com postulados lineares, que afirmam a uniformidade de sequências, a unilateralidade, as convergências dos estágios e do sentido dos processos. Assim, distingue e opõe, como excludentes e não intercambiáveis, os atributos "próprios" da sociedade tradicional e da sociedade moderna, que evoluiriam inevitavelmente de uma direção a outra, segundo um modelo único de processo de transição ou de caminho em direção à modernidade. Assim, sob a "lógica do in-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

dustrialismo" e dos imperativos da tecnologia, as sociedades tenderiam a convergir e a se tornarem similares (Amenta, 2003).

De forma coerente com tais postulados, o Estado de Bem-Estar tem sido analisado segundo a "lógica da convergência". Supondo características gerais e únicas, entende-se seu surgimento e desenvolvimento como mantendo relações quase automáticas com os processos sociais maiores: a urbanização, a industrialização, a transição demográfica, a estrutura social de classes, o regime salarial e a nova institucionalidade do Estado que os acompanha (Rimlinger, 1971; Wilenski, 1975).

Exatamente por estes supostos, desde o fim dos anos 1970, a teoria da modernização, nas suas diferentes versões, vem sendo severamente criticada por parte de várias e sucessivas correntes de pensamento, desde o pluralismo funcionalista, passando pelo institucionalismo de base weberiana, o neo-institucionalismo e, contemporaneamente, pelo culturalismo, o pós-modernismo e os assim chamados estudos pós-coloniais (Skocpol, 2003; Amenta, 2003; Costa, 2005). Algumas dessas críticas são relevantes para os objetivos deste trabalho.

Em termos gerais, a crítica tem como foco aquela compreensão do processo e do modelo de modernização, como algo "único" – uma espécie de estrutura geral e abstrata que se repetiria inexoravelmente, uma e outra vez, da mesma maneira e na mesma direção. As diversas correntes críticas apontaram como lacuna, ou como compreensão inadequada, vários aspectos, tais como: a relevância, tanto dos fatores endógenos não-estruturais como dos fatores exógenos, na origem e no desenvolvimento do processo de industrialização; as variações de tal processo, segundo os grupos sociais que os dirigem; o impacto da urbanização, educação e comunicação na modernização das sociedades, mesmo na ausência, ou frente a um pequeno avanço, da industrialização; os possíveis intercâmbios e composições, mais que oposição ou ruptura, entre as sociedades

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

tradicionais e modernas ao longo do processo de modernização; a não consideração das lutas sociais, das contradições, das diferenças e desigualdades como características "normais", tanto do processo como dos resultados da modernização.

No núcleo deste debate está a questão da dinâmica histórica e sua compreensão. Entretanto, mesmo abandonando os postulados mecanicistas da teoria clássica da modernização, caberia perguntar: existe algo como uma história geral da modernização capitalista, que se manifestaria em situações concretas variadas, mantendo, entretanto, e de modo simultâneo, os atributos gerais do processo? Ou, pelo contrário, o processo de modernização seria nada mais que a soma de histórias particulares, de idiossincrasias nacionais?

A questão não é nova; foi e tem sido objeto de clássico debate. Não seria o caso de voltar ao tema, não fosse pelo relativismo radical com que se apresentam certas versões do culturalismo e dos estudos pós-coloniais no debate contemporâneo. Sem pretensão de esgotar a discussão, vale a pena destacar dois aspectos, nos estudos comparados sobre o Estado de Bem-Estar, que tangenciam aquele debate.

O primeiro se refere ao poder explicativo das variáveis culturais nos distintos processos de emergência, desenvolvimento e transformações do Estado de Bem-Estar. Estruturas de valores, visões de mundo, regras e princípios religiosos, concepções predominantes sobre a família e o papel da mulher são todas dimensões fundamentais do Estado de Bem-Estar. Subestimadas como o foram em várias matrizes analíticas, é também certo que hoje recebem atenção crescente por parte dos analistas, como já se enfatizou em relação aos estudos sobre o Estado de Bem-Estar do Leste asiático, ou como revela a fecunda literatura sobre gênero e família neste campo (Draibe e Riesco, 2006).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

Não obstante, as categorias culturais não são únicas, nem se comprovou a hipótese de sua precedência sobre todas as outras características e processos da modernização capitalista, tais como os processos estruturais de urbanização e industrialização, as mudanças demográficas e as transformações da estrutura social.

O segundo aspecto é o entendimento da história, presente em concepções pós-coloniais contemporâneas[6]. A modernidade, ensinam alguns pós-colonialistas, nada mais é que o modo ocidental de conceber a história moderna, a qual se vê reduzida, em tal narrativa, *[…] a uma ocidentalização paulatina e heróica do mundo oriental* (COSTA, 2005, p. 5). Ora, se a história moderna não é – e não deve ser – entendida mediante o essencialismo de uma história geral, única, que vai "do ocidente ao oriente"; se há historias e temporalidades distintas; se a do ocidente e a "do resto do mundo", na época moderna, *[...] foram irreversível e violentamente juntadas* (Hall, 1997, p. 233, citado por Costa, 2005, p. 5), então, como pensar e sob quais categorias, esta outra história, estas *histórias compartilhadas*, estas *modernidades entrelaçadas* (Costa, 2005, p. 7)?

O desafio intelectual tem sido enfrentado mediante o conceito de "história global" (Chakrabarty, 2000; Therborn, 2004a, 2004b; Costa, 2005). Therborn (2002) resume assim a ideia central, compartilhada por autores pós-colonialistas e outros:

> *A história global não é universal, não apresenta tendências universais, nem, tampouco, é uma soma de histórias nacionais. Uma análise global, enquanto oposta à universal, signi-*

6 Costa, a quem aqui seguimos de perto, enfatiza que, mais que uma matriz teórica, os diversificados estudos pós-coloniais compartilham o objetivo de elaborar, "[…] através do método da construção dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade" (Costa, 2005: 1). O autor faz uma interessante discussão do caráter da crítica pós-colonial com respeito às ciências sociais e, particularmente, à teoria da modernidade, de fato, o centro de sua crítica.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

> *fica pôr atenção nos agregados de trajetórias nacionais ou locais. Uma análise global distingue-se, tanto do evolucionismo universal como da comparação entre países e entre culturas, por una tríplice consideração das variações, da conectividade e da intercomunicação (Therborn, 2004b, p. 12).*

A temática do desenvolvimento e da construção da modernidade registra importantes desdobramentos para o campo dos estudos comparados sobre o Estado de Bem-Estar. Parece promissora a linha de investigação que trata de identificar, desde suas origens, as variadas e típicas *rotas* seguidas por grupos de países na sua transição à modernidade. Assim é que Göran Therborn, em seu ambicioso estudo *La Modernidad Europea y más allá - la trayectoria de las Sociedades Europeas 1945-2000* (Therborn, 1995), postula que se examinem as origens das características regionais contemporâneas, em termos de quatro diferentes rotas para a modernidade, observadas nas distintas regiões do mundo, segundo as condições e temporalidades com que se incorporaram ao processo geral de modernização capitalista (Therborn, 1995; 2004b).

Elaboradas segundo critérios próprios da dinâmica histórica[7], as rotas ou padrões remetem às configurações histórico-institucionais presentes no ponto de partida do processo de modernização, que definem, ainda que de maneira não exclusiva, os distintos caminhos percorridos em direção à modernidade. As rotas ou *paths* se revelam instrumentais metodológicos potentes, úteis para caracterizar as condições sociais e culturais das quais emergem as modernas instituições do sistema de proteção social, ao longo do processo de mudança social modernizante. De particular utilidade, é a sugestão contida no conceito de rota, do entrelaçamento de instituições modernas em construção com as instituições sociais pré-existentes, entre elas, as de proteção social, apoiadas nos tradicionais sistemas de regula-

7 Os critérios utilizados pelo autor são os seguintes: o corte endógeno/exógeno das forças da modernização; o embate entre forças pró e anti modernidade, e as variadas formas de conjunção das culturas externa e local, ou seja, do entrelaçamento de histórias.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

ção familiar e demográfica, próprios tanto das populações indígenas locais como das que trazem consigo as primeiras ondas de colonizadores.

As potencialidades analíticas do instrumental elaborado por Therborn foram empregadas com relativo êxito por Ian Gough (1999, 2000), que buscou estabelecer relações entre os padrões de modernização e as configurações atuais do Estado de Bem-Estar dos países em desenvolvimento. De especial interesse, é sua observação de que, seja nas sociedades de colonos (América Latina, África do Sul), seja nos países da Zona Colonial (Índia e a maior parte do Sul e Sudeste da Ásia, ademais da África),

> *[…] the social welfare systems inherited from the colonial/ settler power will be of importance (though in many African countries these were destroyed or undermined in the 1970s and 1980s). The colonial legacies of Britain, France, Holland, Spain, Portugal and others establish significantly different settings for the emergence of welfare regimes. The creation of dualist systems of provision is another important distinguishing feature within settler nations (Gough, 1999).*

Indubitavelmente, a elaboração das distintas rotas da transição à modernidade auxilia a ampliar a "historicidade" das categorias de regimes de bem-estar, ao identificar as raízes sociais históricas das modernas estruturas e políticas da política social.

Todo o anterior constituiu um conjunto estimulante de temas e sugestões metodológicas de inegável utilidade para análises futuras dos Estados de Bem-Estar Social, inclusive para a América Latina. Partindo das potencialidades do enfoque de regimes, podem-se verificar os importantes passos de avanço teórico dados pelos estudos regionais comparados, referidos aos países europeus mediterrâneos e aos países do Leste Asiático. Também as rotas de modernização constituem sugestivo instrumental analítico, podendo contribuir para a ampliação da "historicidade" das categorias de regimes de bem-estar, ao identificar as raízes das modernas estruturas da política social.

Longe de sugerir qualquer inadequada "aplicação" de conceitos, o objetivo deste estado-das-artes foi o de explorar as potencialidades

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

abertas pela literatura contemporânea, tratando de identificar conceitos e matrizes analíticas que venham a permitir uma profícua releitura dos variados sistemas latino-americanos de bem-estar.

2. O Estado Latino-Americano Desenvolvimentista de Bem-Estar (ELADBES): um conceito nuclear

Tal como aqui é entendido, o Estado de Bem-Estar é um fenômeno histórico moderno; melhor dito, corresponde às modernas instituições da política social que acompanharam o processo de desenvolvimento e modernização capitalistas e em um sentido preciso. Sabidamente, as ondas de migração de grandes massas humanas do campo para a cidade tendem a introduzir, ou ser acompanhadas, por fortes desequilíbrios sociais, envolvendo muitas vezes a destruição das comunidades locais, de seus sistemas culturais e familiares. Mas trazem consigo, também, formas institucionais novas que, no longo prazo, evitam ou reduzem a anomia nas sociedades que se modernizam. Típicas da segunda metade do século passado, as instituições do moderno sistema de proteção social constituem, em países de desenvolvimento tardio, juntamente com o assalariamento, um dos principais "instrumentos" de compensação ou reequilíbrio, no sentido em que, mediante seus sistemas de seguridade social, educação e outros serviços sociais, viabilizam o trânsito e a incorporação social das massas rurais à vida urbana e à condição salarial. Tal processo, por parcial que tenha sido até, não foi distinto, em substância, na América Latina.

Com efeito, a região logrou construir uma das mais típicas e notáveis estruturas de proteção social, o *Estado Desenvolvimentista,* destacado pelo inédito ativismo com que presidiu as primeiras e decisivas etapas da transição à modernidade, em seus países. Por outro lado, paralelamente a esse processo e não por acaso, gerou-se também aqui um original corpo conceitual explicativo do processo de industrialização, expresso de forma

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

exemplar na produção da CEPAL e de destacados autores como Prebish (1949), Furtado (1964; 1965), Cardoso e Falleto (1973) e outros.

Os papéis econômicos do *Estado Desenvolvimentista* foram, desde então, bem enfatizados (Cardoso de Mello, 1982). Do mesmo modo, chamou-se a atenção para seu protagonismo no enfrentamento da questão social do desenvolvimento (Draibe, 1985), ao cumprir funções decisivas na transformação da estrutura social e na construção das modernas instituições da política social (Riesco, 2006; Draibe e Riesco, 2007).

Que tipo de Estado de Bem-Estar foi o Estado Desenvolvimentista latino-americano? Já as tipologias de regimes de bem-estar, especialmente a de Esping-Andersen (1990), permitiram as primeiras abordagens classificatórias dos sistemas de proteção social de países da América Latina (Draibe,1989;1995). Mas foram, sobretudo, os estudos comparados sobre os países mediterrâneos – mediante os conceitos de *modelo de bem-estar do sul europeu* (Ferrera, 1996, 1997, 2000), *Estado de bem-estar mediterrâneo* (Ferrera, 1996, 1997; Moreno, 2000a) ou *'via média' de desenvolvimento do bem-estar* (Moreno e Sarasa, 1992; Moreno, 2000b) – e sobre os países do leste asiático – mediante os conceitos de *Estado Produtivista de Bem-Estar* (Holliday, 2000) ou *Estado Desenvolvimentista do Leste Asiático* (Gough, 1999, 2000; Kwon, 2002) - que, mais recentemente, estimularam a investigação sobre as peculiaridades históricas dos sistemas latino-americanos de proteção social e suas variações nacionais (Draibe e Riesco, 2007).

Produto do diálogo com tal literatura, o conceito nuclear aqui apresentado é o de *Estado Latino Americano Desenvolvimentista de Bem-Estar* (ELADBES), um tipo peculiar de Estado de Bem-Estar Desenvolvimentista que moldou, em bom número de países da região, a emergência dos seus modernos sistemas nacionais de proteção social, no período 1930-1980. Como captar a conhecida heterogeneidade dos países latino-americanos ou, mais precisamente, como reduzir e simplificar a riqueza e diversidade da região, capturando os denominadores comuns, identificando as similaridades e as diferenças que separam e aproximam os países e os grupos de países?

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

2.1 As raízes históricas dos distintos tipos de ELADBES: diferentes 'paths' de modernização

Os ELADBES não foram homogêneos; muito menos, se organizaram segundo um modelo ou tipo único. Ao contrario, construídos sobre terrenos sociais diversos, e em sociedades que avançaram por caminhos distintos em direção à modernidade capitalista, os ELADBES guardaram, na sua institucionalidade, as marcas das trajetórias de modernização em que se originaram.

A análise histórica comparada, sob as perspectivas das histórias cruzadas e das teorias da modernização (Chakrabarty, 2000; Costa, 2005) e de suas rotas (*paths*) (Therborn, 1995; Gough, 1999), assim como os desenvolvimentos recentes dos estudos comparados sobre os *Welfare States*, especialmente do sul europeu e do leste asiático, constituíram estimulantes veios analíticos para as elaborações que, a título de sugestão, fazemos a seguir.

Assim, é possível distinguir, na história social da região, pelo menos quatro padrões de desenvolvimento social, ou de *rotas à modernidade*. Diferenças que, supomos, estão na base da diferenciação dos tipos de Estados de Bem-Estar que emergiram posteriormente na região, já da metade do Século XX em diante. São eles:

padrão colonial clássico sobre os antigos impérios;

padrão de modernidade precoce em base à imigração tardia;

padrão dos colonos pobres à margens dos antigos impérios e

padrão das sociedades escravistas e de *plantations*.

Os principais traços distintivos de cada um destes padrões e os países a que correspondem estão resumidos no quadro seguinte:

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

Quadro 1. Raízes históricas dos distintos ELADBES. Principais traços dos padrões de modernização dos países da AL e Caribe

Padrões de modernização	Alguns países e regiões[8]
Padrão I. Colonial clássico sobre os antigos impérios Regiões de secularmente alta produtividade agrícola Populações indígenas numerosas. Grandes senhorios em todas as épocas pré -modernas (pré-hispânicas, coloniais e oligárquica pós-independência). Culturas e sociedades de grande riqueza e complexidade em todos os períodos históricos pré-modernos. Baixa incidência de imigração tardia (fins séc. XIX, princípios séc. XX) Níveis muito distintos de avanço no processo de transição à modernidade entre países e regiões interiores	México, Peru, alguns países da América Central
Padrão II. Modernidade precoce com base na imigração tardia. Regiões de baixa produtividade agrícola pré-moderna. Populações indígenas pouco significativas, exterminadas em fins do séc. XIX Escasso ou inexistente desenvolvimento senhorial pré-moderno. Manifestação relativamente débil de culturas e sociedades pré-modernas. Predomínio de imigrantes tardios (fins séc. XIX, princípios séc. XX), especialmente europeus. Urbanização precoce (fins do séc. XIX, princípios do séc. XX). Desenvolvimento capitalista precoce (fins séc. XIX, princípios séc. XX). Desenvolvimento republicano precoce	Argentina, Uruguai, regiões como São Paulo, Patagônia chilena
Padrão III. Colonos pobres às margens dos antigos impérios. Regiões de baixa produtividade agrícola de exploração pré-moderna Populações indígenas medianamente significativas Presença do campesinato independente, mais ou menos significativa, em todas as épocas. Predomínio da pequena propriedade senhorial pré-moderna Manifestação relativamente débil de culturas e sociedades pré-modernas Baixa incidência de imigração tardia Desenvolvimento republicano precoce	Costa Rica, Chile, regiões dos países maiores
Padrão IV. Sociedades escravistas e de *plantations* Regiões de baixa produtividade agrícola de exploração pré-moderna Relativamente escassa presença ou extermínio precoce de populações indígenas Manifestação relativamente débil de culturas pré-hispânicas Grande indústria de exportação colonial (açúcar, café, tabaco, borracha, minérios etc.). Importação massiva de escravos africanos, para a exploração das riquezas referidas; Presença da grande propriedade senhorial colonial e pós-colonial Forte incidência da imigração tardia Emergência tardia de repúblicas modernas	Brasil, Cuba e outros países do Caribe

Fonte: Draibe e Riesco, 2007

8 Vale lembrar que o enquadramento dos países enfrenta as dificuldades próprias das tipologias e que um mesmo país pode abrigar distintos padrões, especialmente países grandes e heterogêneos como o México e o Brasil.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

Os futuros Estados de Bem-Estar Social da América Latina encontrarão nestes distintos padrões históricos de transição o terreno social diferenciado de suas origens. Ao largo do processo de transição, outros fatores decisivos certamente atuarão na diferenciação daqueles Estados. Contudo, eles guardarão, como "marcas de nascimento", a forte relação com as distintas estruturas sociais em que se originaram, e sobre as quais também incidirão seus efeitos[9].

2.2 Ascensão e Auge do Estado Latino-Americano Desenvolvimentista de Bem-Estar

Ao longo do último século, os Estados latino-americanos dirigiram o processo de transição econômica através de duas sucessivas estratégias de desenvolvimento, a Desenvolvimentista e a Liberal. Embora conflitivas, tais estratégias formam parte, entretanto, de um mesmo processo, tendo como pano de fundo a rápida transformação sócio-econômica da região.

Desde os anos 1920, mas especialmente depois da Grande Depressão de 1929, numerosos Estados assumiram explicitamente o duplo desafio de trazer o desenvolvimento econômico e o progresso social a sociedades até então predominantemente agrárias. Desde logo, não se tratava – nem poderia ser – de replicar processos tais como se deram nos países já desenvolvidos, até porque estavam ausentes do cenário latino-americano os atores primordiais, líderes daqueles processos originários, as massas de trabalhadores assalariados e o empresariado. Aqui, coube ao Estado substituir aqueles atores, ao mesmo tempo em que os "criava" e nutria.

9 Tome-se, por exemplo, o caso dos países de modernidade precoce, como a Argentina e o Uruguai. Com base em uma forte imigração europeia, que se instalou em territórios já "depurados" das populações indígenas autóctones, ali se construíram avançados sistemas de proteção social, apoiados em uma distribuição da renda aceitável, ou mesmo bastante igualitária, como no caso do Uruguai.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

O Estado Desenvolvimentista latino-americano cumpriu os mesmos papéis e funções que a literatura mais recente tem atribuído aos Estados Desenvolvimentistas do leste asiático, em especial o Japão, a Tailândia e a Coréia do Sul[10]. Sob o desenvolvimentismo, o ativismo e a regulação estatal foram notáveis, indicando a importância e o profundo grau de atuação do Estado na constituição do capitalismo em muitos países da região[11]. E seus resultados foram significativos, tanto no plano econômico quanto no plano social. Por volta de 1980, muitos países, sob a liderança estatal, tinham já construído instituições básicas da regulação capitalista, infra-estrutura e as bases da acumulação industrial, deixando para trás o passado exclusivamente exportador das suas economias. Mais importante ainda, os Estados Desenvolvimentistas foram especialmente ativos na transformação das estruturas sócio-econômicas da região. Sob sua égide, o empresariado e os trabalhadores assalariados urbanos, juntamente com as novas classes médias, emergiram e passaram a ocupar lugar proeminente na nova etapa de desenvolvimento. Massas camponesas foram conduzidas às cidades, tornaram-se letradas e experimentaram melhoras na sua saúde.

O fato de que as políticas sociais cumpriram essencial papel nestes processos costuma ser ignorado. Diferentemente, aqui é reforçado, sob o conceito de desenvolvimentismo de bem-estar (Kwon, 2003; Draibe e Riesco, 2007). Mas é certo, também, que o sistema de políticas sociais erigido sob a liderança desenvolvimentista trouxe consigo o viés "industrialista" do seu objetivo primeiro, qual seja, a prioridade de proteção aos traba-

10 É clássica a definição do Estado Desenvolvimentista com que Chalmers Johnson (1982) qualifica os Estados do leste e sudeste asiáticos, especialmente o Japão. Desenvolvimentista é aquele Estado no qual predominam as funções de orientação do desenvolvimento, mais que as de regulação, no tocante às atividades privadas. Em economias de desenvolvimento tardio, o Estado conduziu, ele próprio, o processo de industrialização. Chang (1999) chama a atenção para as características de autonomia, capacidade institucional, organização e planejamento daqueles Estados.

11 Para a descrição das funções desenvolvimentistas do Estado Brasileiro, ver Draibe, 1985, p.20.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

lhadores assalariados que ingressavam na nascente indústria e nos setores comerciais correlatos (Draibe, 2007). O regime de bem-estar aqui erigido enquadra-se no tipo meritocrático ou conservador, ou ainda bismarkiano, na classificação de Esping-Andersen. Ou seja, foram, desde o início, referidos ao homem-provedor, legitimado por sua inserção no mercado de trabalho, e à mulher-cuidadora, esta última característica reforçada, mais ainda, pelo viés "familista" que imperou desde as origens (Draibe, 2007).

Sistemas públicos de educação e, em menor grau, de saúde, foram estabelecidos, embora, por muito tempo, com coberturas limitadas. A educação básica, diga-se de passagem, ocupou quase sempre lugar central nas ex-colônias espanholas e, em quase todos os países, a universidade precedeu mesmo a expansão da educação básica. Contrariamente, em países de tradição e legado escravistas como o Brasil, a educação básica e a média foram sistematicamente relegadas às margens da política social, em geral restrita ao atendimento da elite e de setores médios.

Mas, os graus de exclusão social tenderam a permanecer em patamar elevado. De fato, embora com variações, pode-se dizer que, em geral, a população rural, os pobres urbanos e a massa de integrantes do crescente mercado informal de trabalho permaneceram às margens dos modernos sistemas de proteção social e mesmo dos programas básicos universais de educação e saúde. Ao final do ciclo desenvolvimentista, a "dívida social" acumulada na região mostrava dimensões significativas, o seu resgate constituindo um dos temas centrais da agenda social regional dos anos 1980.

O desenvolvimentismo manifestou-se sob diversas formas e desenvolveu-se em tempos diversos. Em alguns casos, a estratégia não foi implementada, senão dos anos 1960 em diante. Em muitos países, teve início com golpes militares, enquanto em outros foi conduzida por governos democráticos ou quase-democráticos. Alguns alcançaram seu apogeu sob regimes militares, como foi o caso do Brasil, ou sob governos de esquerda,

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

como o Chile de Allende, ou mesmo revolucionários, como Cuba. Mas, em geral, o bloco no poder tendeu a ser conduzido pelas novas burocracias, de extração média, com apoio das emergentes camadas burguesas e de trabalhadores, dos pobres urbanos e, ainda, em muitos casos, do campesinato (Cardoso e Falleto, 1973; Draibe e Riesco, 2009; Draibe, 1985).

Seguramente, nenhum fator individual, isoladamente, logra explicar as diferenças nos avanços e resultados do período desenvolvimentista. Já no Quadro 1, alinhávamos as características diferenciadoras dos quatro padrões históricos ou rotas da modernização dos países latino-americanos. Ali, foram considerados fatores econômicos, sociais e políticos que estariam na origem remota daquelas trajetórias. Mais próximos à crise dos anos 1930, é possível, indicar ainda fatores e condições que, com muita probabilidade, tenham influenciado o desempenho da estratégia desenvolvimentista, nos vários países da região: o tipo de economia exportadora e o grau de avanço mercantil com que evoluiu até a crise de 1929[12]; o grau de diferenciação social alcançado, em especial a presença de setores médios urbanos com capacidade de mobilização e expressão das demandas; o destino e posição das antigas elites dominantes na nova configuração de poder pós-1930 etc.

2.3 Crise dos ELADBES: vítimas do próprio sucesso?

O outro passo intelectual indispensável é o de entender a crise dos ELADBES, após seus quase cinquenta anos de expansão e desenvolvimento, no período 1930-1980.

12 Já, o seminal ensaio de Cardoso e Falleto (1973) indicava diferenças no ponto de partida, quais sejam: as naturezas diversas das economias exportadoras dos tipos enclave, plantation e hacienda; as diferenças de estrutura social que geraram; assim como suas distintas relações com o exterior. Cardoso de Mello (1982) chamou a atenção para o desenvolvimento de economias mercantis exportadoras, como a economia cafeeira brasileira, que apresentavam, já às vésperas da crise, potencialidade virtual para a reordenação do padrão de acumulação capitalista.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

Muitos e conhecidos, têm sido os argumentos mobilizados na literatura dedicada a analisar a crise do desenvolvimentismo e dos sistemas de proteção social erigidos sob a sua égide: a estagnação econômica, o protecionismo, o "populismo", o corporativismo, o clientelismo, a patronagem e a corrupção, entre outros. Não se trata, aqui, de discutir e/ou negar cada um deles, até porque algum grão de verdade sempre pode ser encontrado no vasto material histórico e empírico mobilizado nessas argumentações.

Interessa-nos, antes, sugerir - ainda com objetivos metodológicos - que a explicação da crise dos ELADBES deve ser buscada (também) no seu próprio sucesso. Em outras palavras, talvez se possa pensar que tenha sido o êxito do paradigma desenvolvimentista em transformar a estrutura social latino-americana o que, finalmente, tenha provocado a sua obsolescência. Afinal, sob seus estímulos foram criadas as bases sociais e econômicas que, no momento posterior, passaram a sustentar o paradigma neoliberal de crescimento. A rápida urbanização e a massificação da educação básica, desde logo, ampliaram a consciência popular e a opinião pública acerca das limitações do crescimento, estimulando a crítica e novas demandas por menos pobreza, mais igualdade etc.

Mas, também a industrialização, a expansão dos serviços e a modernização agrícola soldaram as bases para a emergência de novos atores. De um lado, um moderno empresariado, cada vez mais assertivo e disposto a "concorrer" com o Estado, assumindo áreas de atividades produtivas antes distantes de suas possibilidades de investimento[13]. De outro, as novas classes médias assalariadas, afluentes, cada vez mais demandantes de produtos

13 As campanhas pela desestatização e privatização das grandes empresas estatais começaram, em alguns países, bem antes da implementação do paradigma neoliberal, como foi o caso do Brasil.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

e serviços diferenciados e de qualidade – bem além do que dispunham sob a política de substituição de importações e serviços públicos universais[14].

Não é difícil entender estarem aí criadas as bases sociais que apoiariam, posteriormente, as novas estratégias de desenvolvimento, implementadas sob o signo do Consenso de Washington, da metade dos anos 80 em diante. A nós interessa, aqui, identificar, nos seus grandes traços, as novas características dos sistemas de proteção social da região, sob aquele novo paradigma.

2.4 A hegemonia liberal: duas ondas de reformas dos ELADBES

Ampla e disseminada literatura já registrou, suficientemente, os resultados socialmente adversos da globalização e da forte experimentação neoliberal que, desde os anos 1980, vêm alterando a fisionomia sócio-econômica e institucional da região. Apontando para as significativas mudanças da estrutura produtiva[15] e para as baixas taxas de crescimento, os estudos chamam a atenção, sistematicamente, para o crescente "mal estar social" instaurado na região, em especial o aumento dos níveis de pobreza e o crescimento da desigualdade, juntamente com o crescimento do desemprego e da informalização do trabalho[16].

Os sistemas latino-americanos de políticas sociais também passaram por mudanças profundas, na maior parte dos países da região. Seguindo

14 Em muitos países, como o Brasil, por exemplo, a produção privada de serviços sociais de qualidade, especialmente em educação e saúde, começou sob os governos militares, ainda no período desenvolvimentista, e bastante estimulada pelo seu modelo de desenvolvimento.

15 Além das mudanças demográficas e da aceleração da urbanização, a literatura se refere especialmente aos movimentos de desindustrialização, do crescimento dos serviços e do setor primário de exportação (mineração e agroindústria).

16 Embora reconhecendo que, em situações internacionais favoráveis, como a que preponderou entre 2000 e 2008, as taxas de crescimento, desemprego, pobreza e desigualdade apresentem comportamentos mais positivos, os estudos não deixam também de assinalar a incapacidade da região em retomar seus padrões históricos de crescimento (com exceção, talvez, do Chile), assim como a sua falência em extirpar a pobreza e reduzir substantivamente a desigualdade e o desemprego.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

as tendências gerais e, em boa medida, a agenda das instituições internacionais, especialmente as de Bretton Woods, dois eixos haveriam de reestruturar aqueles sistemas: a provisão mercantil dos bens e serviços sociais e o reforço e a expansão de programas sociais focalizados em grupos pobres vis-à-vis os programas sociais universais. Na agenda social latino-americana propugnada pela regulação liberal, ganharam centralidade o tema da pobreza, as redes sociais de proteção mínima e os programas de transferência monetária apoiados em testes de renda. Ao mesmo modo, as ONGs e o setor privado ocuparam espaços crescentes na provisão social.

Qual o sentido dessas mudanças? Teriam sido os ELADBES absolutamente eliminados e substituídos por um outro padrão ou regime de bem-estar? Dito de outro modo, o novo paradigma teria trazido consigo e implementado, na América Latina, um outro tipo de Estado de Bem-Estar, mais coerente com os princípios e valores do radicalismo neoliberal?

Na perspectiva da metodologia da análise comparativa que interessa a este trabalho, é importante observar que as (intermináveis) reformas dos programas sociais, implementadas sob o neoliberalismo, não obedeceram a um padrão único, na América Latina, nem afetaram de modo homogêneo os países. E nem poderiam, dadas, não só as características originais distintas daqueles sistemas, como também as distintas orientações políticas sob as quais se implementaram.

Por outro lado, é conveniente, também, entender que as reformas foram implementadas em duas ondas de significados diferentes:.uma primeira, nos anos 80 (encabeçada pela reforma radical do Chile) e, uma segunda, implementada nos anos 90, após as fases mais agudas dos ajustamentos fiscais e com gastos sociais crescentes, sob regimes democráticos e a expansão dos direitos políticos e sociais (Draibe, 2002). Entre a primeira e a segunda, para além de mudanças de ênfases e modelos, também se estabeleceram relações de *path dependency*, variando segundo os países

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

e sistemas de proteção social. O quadro se mostra mais complexo, quando se considera, também, na segunda onda de reformas, certas mudanças de orientações por parte das agências multilaterais, além do aumento e explicitação de suas estratégias conflitivas em relação às reformas dos programas sociais na região.

3. Os ELADBES e o legado da regulação liberal

Que resultados podem ser imputados à condução liberal no campo das políticas sociais? A resposta não é simples e a literatura é ainda pouco conclusiva a respeito. Não se pode negar a importância das mudanças ocorridas, as tendências de fragilização dos programas sociais e de *retrenchment* do Estado de Bem-Estar nem, ainda, o fato de que, aparentemente, sob a orientação liberal, romperam-se as relações virtuosas entre crescimento econômico e política social. (Draibe, 1995). Ainda assim, é difícil afirmar que as estruturas prévias dos sistemas latino-americanos de proteção social tenham sido eliminadas ou mudadas na sua substância.

Mas tais resultados, além de controversos, não esgotam o conjunto dos processos de transformações experimentados pelos países latino-americanos, muito menos seus significados estruturais e históricos. Para os objetivos deste trabalho, é conveniente registrar, ainda que brevemente, alguns dos principais vetores de mudanças e seus possíveis significados. Pode-se, assim, entender que:

> o novo paradigma promoveu o declínio do Estado Desenvolvimentista e do tipo de desenvolvimento sócio-econômico por ele liderado, assim como implementou alterações substanciais nas estruturas das economias e dos Estados. Mas, em boa medida, reforçou tendências de modernização já em curso no padrão desenvolvimentista anterior;

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

ou seja, sob a direção neoliberal, a transformação da estrutura social, não apenas seguiu como, em muitos países, acelerou-se. Manifestações desse movimento podem ser encontradas na aceleração da urbanização e da transição demográfica; na consolidação de elites empresariais modernas e no desenvolvimento e transformação massivos dos assalariados urbanos[17]; na elevação do patamar de escolaridade da população e melhora dos indicadores de saúde.

sob o *Washington Consensus*, gerou-se na região um ambiente fortemente favorável às empresas e especialmente aos investidores estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, introduziu-se uma sorte de instabilidade intrínseca nas economias, relacionada aos altos índices de endividamento, à maior dependência de fluxos financeiros externos e aos sistematicamente modestos níveis de crescimento;

modernos padrões de vida foram introduzidos e/ou expandidos na região, incluindo-se aí serviços sociais diferenciados, voltados, entretanto, para o consumo quase exclusivo dos setores altos e médios afluentes;

nos planos dos valores, as mudanças são significativas, assinalando a emergência de novos mapas cognitivos e valorativos referentes ao Estado, à economia, à liberdade, à justiça social, aos papéis e às relações desejáveis entre o Estado, a economia e os indivíduos. São também significativas as mudanças de mentalidade das massas populares latino-americanas, cada vez mais afastadas dos modos de ver e pensar conservadores, próprios do comunitarismo de base agrária, em direção a valores liberais, cosmopolitas, mas sobretudo

17 Através de processos como a entrada massiva das mulheres na força de trabalho; a redução de postos de trabalho industriais e das empresas estatais e o crescimento dos serviços, da subcontratação e do outsourcing; o aumento da precarização e informalização do trabalho.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

individualistas e competitivos. Ainda assim, novas formas de solidariedade vêm se desenvolvendo na região.

ainda nesse plano, espraiaram-se entre as elites e as classes médias valores anti-estatistas relativamente fortes, contaminando a legitimidade de instituições públicas decisivas para a manutenção e expansão da coesão social;

É sobre o conjunto destas transformações e, em parte, reagindo a elas, que se vem definindo a nova agenda social regional.

4. Notas finais: um neo-Desenvolvimentismo em formação?

Mudanças recentes nas economias, na vida política e nos modos de pensar autorizam o analista a acreditar estar próximo o esgotamento do ciclo de hegemonia neoliberal na América Latina. E muitos o têm feito. Na verdade, a região parece encontrar-se, outra vez, frente a escolhas de novos paradigmas de crescimento econômico e de desenvolvimento social. A crescente recusa do modelo neoliberal enraíza-se em movimentos sociais e políticos de grande amplitude, expressos em resultados eleitorais da última década assim como na ampliação do debate sobre as possibilidades de retomada do crescimento, sob padrões socialmente mais igualitários.

Estaria emergindo, na região, um novo círculo virtuoso entre crescimento econômico, *Welfare State* e democracia, uma nova onda de política desenvolvimentista progressista, enfim, um neo-desenvolvimentismo presidido por um Estado Neo-Desenvolvimentista de Bem-Estar?

Desde logo, a relação com o passado longe está de ser regressista. Isto é, tal como vem se delineando presentemente, a nova estratégia não parece ser nem o mero retorno aos termos da economia política do desenvolvimentismo, nem a simples reinvocação dos princípios e orientações que pautaram a estratégia neoliberal. Provavelmente, como ademais

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

é comum nos desenvolvimentos históricos e nas conjunturas de mudanças, desenvolve-se, antes, na trajetória aberta por aquela dupla experiência histórica, eliminados os extremismos, radicalismos ou lacunas de uma e outra. No caso da política social, sempre, é claro, de acordo com as características e tradições dos sistemas de proteção social existentes e, principalmente, segundo os estágios de desenvolvimento sócio-econômico dos respectivos países.

Resta lembrar, que o avanço da América Latina na sua nascente estratégia desenvolvimentista do século XXI se determinará, principalmente, no espaço da política, na medida em que seja possível compor, de modo estável, uma aliança social e política como a que impulsionou o desenvolvimentismo do século XX. Isto, de um lado. De outro, a possibilidade de um novo padrão desenvolvimentista dependerá, também, do avanço da integração regional. Na economia globalizada, as chances de êxito da América Latina repousam fortemente na sua capacidade de aglutinação de recursos, vantagens relativas e forças políticas, que aumentem seu protagonismo no jogo global. Será provavelmente no marco da integração, que a América Latina poderá projetar-se como potência competitiva do século XXI, apoiada nas dimensões favoráveis da sua população, dos seus indicadores sociais, nas emergentes modernas burguesias e setores assalariados, nas estratégias de desenvolvimento integrado da infraestrutura moderna, de indústrias de ponta, de ciência e tecnologia, entre outros aspectos.

A argamassa fundamental de um projeto desta magnitude conformaria, sem dúvida, um novo contrato social, baseado em um moderno Estado de Bem-Estar, capaz de impulsionar a coesão social regional e estabelecer as bases de uma cidadania além-fronteiras. Aqui, talvez, estivessem delineadas as bases de um *Estado Neo-Desenvolvimentista de Bem-Estar Latino Americano*.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

Welfare State and development strategies in Latin America. A new developmentalism in gestation?

Abstract

This essay has objectives mainly methodological. It indicates principles, parameters and an analytical frame we consider interesting to the studies on social policy and development in Latin America region. Specially on the different strategies of development and the evolution of Welfare State in it.

Latin America is emerging from a century of transformation—from a traditional agrarian economy to an urban industrial one—in which countries have taken diverse historical paths. State-led transition has followed two successive development strategies. From the 1920s up to the 1980s, state developmentalism has mostly successfully assumed the twin challenges of economic and social progress. In the last two decades of the century, Latin American states adopted the policies of the Washington consensus, which emphasized the importance of business in the framework of globalization and benefited the affluent few. What were the characteristics and functions of the Welfare State in both development strategies?

The article suggests that in order to reduce the extremely heterogeneous social and economic conditions in the region, it is indispensable to fix the different starting point and the various paths of development pursued by group of countries towards modernity. It also suggests that the two development strategies, far from annulling itself, constitute a basis for the emergence of the next. Thus, the exhaustion of the liberal strategy opens the way not to return to the developmental strategy, but rather to the emergence of another one that will reset in new foundations for the development, social policy and democracy

Keywords: Welfare State. Social protection systems. Latin America. Economic development. Integrated analysis.

Referências

AMENTA, Edwin. What we know about the development of social policies. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYR, Dietrich (Eds.). **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. New York: Cambridge Univ. Press, 2003.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

CARDOSO, F. Henrique; FOXLEY, Alejandro. **América Latina**: desafios da democracia e do desenvolvimento. São Paulo: Elsevier Editora, 2009.

CARDOSO, F. Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependency and Development in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1973.

CASTLES, Francis. Welfare State Development in Southern Europe. **West European Politics**, 18 (2), p. 291-313, 1995.

_____. (Ed.). **Families of Nations**: patterns of public policy in western democracies. Aldershot: Dartmouth, 1993.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. (Princeton Studies in Culture/Power/History.) Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHANG, Ha-Joon.. The Economic Theory of the Development State. In: WOO-CUMMINGS, Meredith (Ed.). **The Development State.** Ithaca, NY: Cornall University Press, 1999. p. 182-199.

_____.**The Role of Social Policy in Economic Development: some theorethical reflections and lessons from east Asia**. Background paper for the UNRISD Proyect Social Policy in a Development Context. Genève: UNRISD, 2002.

COSTA, Sergio. 2005. **Muito além da diferença: (im)possibilidades de uma teoria social pós- colonial**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/poscolonialismomana-Sérgio%20Costa.pdf.>. Acesso em: 08 mar. 2005.

DRAIBE, Sônia M. **Rumos e Metamorfoses**. Paz e Terra: São Paulo, 1985.

_____. An Overview of Social Development in Brazil. **CEPAL Review**, Santiago, Chile, nº 39, p. 47-61, 1989.

_____. América Latina: o sistema de proteção social na década da crise e das reformas. **Cadernos de Pesquisa nº 30**, Campinas, NEPP/UNICAMP,1995.

_____. Brasil, 1980-2000. Proteção e insegurança sociais em tempos difíceis. **Cadernos NEPP nº 65**, Campinas, NEPP-UNICAMP, 2002.

_____. Virtudes y Límites de la Cooperación Descentralizada en Pro de la Cohesion Social y del Combate a la Pobreza: reflexiones y recomendaciones. In: GODINEZ ZUÑIGA, V. M.; ROMERO, M. H. **Tejiendo Lazos entre Territorios. La cooperacion descentralizada local Union Europea - America Latina**. URB-AL, Diputacion de Barcelona. Municipalidad Valparaizo: Valparaizo, 2004.

DRAIBE, Sônia; RIESCO, Manuel. Estado de bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea. **Serie estudios y Perspectivas n. 55**, México, CEPAL de México, División de Desarrollo Social, ago. 2006.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

DRAIBE, Sônia; RIESCO, Manuel. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e cidadanía: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

_____. Introduction and Chapter 1. In: RIESCO, Manuel (Ed.). **Latin America: a new developmental welfare state model in the making?** London: Palgrave MacMillan, 2007.

_____. Latin America: a new social agenda in the making? **Italian Journal of Social Policy**, nº 1, Gennaio/Marzo, 2008.

_____. Social Policy and Development in Latin America: the long view. **Social Policy & Administration**, vol. 43, nº 4, p. 328–346, aug. 2009.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Three Worlds of Welfare Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1990.

_____. Hybrid or Unique? The distinctiveness of the Japanese welfare state. **Journal of European Social Policy**, 7(3), 1997.

_____. **Social Foundations of Postindustrial Economies**. New York: Oxford, 1999.

_____. **Why We Need a New Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FERRERA, Maurizio. **Il Welfare State in Italia**: sviluppo e crisi in prospettiva comparata. Bologna: Il Mulino, 1984.

_____. The Southern Model of Welfare in Social Europe. **Journal of European Social Policy**, 6, 1, p. 17-37, 1996.

_____.General Introduction in MIRE. In: ASCOLI, U. et al. (Coords.). **Comparer les systémes de protection sociale en Europe du SUD** – vol.3 – Rencontres de Florence. Paris: MIRE, 1997.

_____. Reconstructing the Welfare State in Southern Europe. In: KUHNLE, S. (Ed.). **Survival of European Welfare State**. London: Routledge, 2000.

_____. **Democratisation and Social Policy in Southern Europe**: from expansion to "recalibration". Draft Working Document UNRISD Project on Social Policy and Democratization. Genebra: UNRISD, 2005.

GIDDENS, Antony. **The Third Way**: the renewal of social democracy. Cambridge: Polity Press, 1998.

GOODMAN, Roger; WHITE, Gordon. Welfare Orientalism and the Search for an East Asian Welfare Model. In: GOODMAN, R.; WHITE, G.; KWON, H. J. (Eds.). **The East Asian Welfare Model**: welfare orientalism and the State. London: Routledge, 1998.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

GOODMAN, Roger; WHITE, Gordon; KWON, Huck-Ju (Eds.). **The East Asian Welfare Model:** welfare orientalism and the State. London: Routledge, 1998.

GOUGH, Ian. 2000. **Welfare State in East Asia and Europe**, 2000. Paper presented at the session Toward the new social policy agenda, Annual World Bank Conference on Development Economics Europe, Paris, 27 jun. 2000.

_____. Welfare regimes: on adapting the framework to developing countries. **Global Social Policy Program**. Working Paper 1. Univ. Bath, 1999.

_____. **The Political Economy of the Welfare State**. London: McMillan, 1979.

HOLLIDAY, Ian. Productivist welfare capitalism: Social policy in East Asia. **Political Studies**, vol. 48 (4): 706-23, 2000.

JONES, Catherine. The Pacific challenge: confuncion welfare state. In: JONES, Catherine. **New perspectives on the Welfare State in Europe**. London: Routledge, 1993.

JOHNSON, Chalmers. **MITI and the Japanese Miracle**. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1982.

KWON, Huck-Ju. **The Economic Crisis and the Politics of Welfare Reform in Korea**. Background paper for the UNRISD Project Social Policy in a Development Context, Genève, 2002.

_____. **Transforming the developmental welfare states in East Asian**: a comparative study of the East Asian countries. Background paper for the UNRISD Project Social Policy in a Development Context. Paper. Genève: UNRISD, 2003.

_____. **The Welfare State in Korea**: the politics of legitimation. London: St. Martin's Press, 1999.

_____. Beyond European Welfare Regimes: comparative perspectives on East Asian Welfare systems. **Journal of Social Policy**, 26, p. 467-484, 1997

MKANDAWIRE, Tandika. **Social policy in a development context**. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2001.

MAHONEY, James; RUESCHMEYER, Dietrich (Ed.). **Comparative historical analysis in the social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MIDGLEY, James. **Assets in the Context of Welfare Theory**: a developmentalist interpretation center for social development Washington University in St. Louis. Washington: Working Paper Nº 03-10, 2003.

_____. **Social development**: the developmental perspective in social welfare. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

MIDGLEY, James; SHERRADEN, Michael. The social development perspective in social policy. In: MIDGLEY, James, TRACY, Martin B.; LIVERMORE, Michelle (Eds.). **Handbook of social policy**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. p. 435-446.

MORENO, Luis. Spanish development of Southern European welfare. In: KUHNLE, Stein (Ed.). **Survival of the European Welfare State**. London: Routledge, 2000a. p. 146-65.

_____. **Spain, a via media of welfare development**. Paper presented at the Canterbury Conference on the Future of Welfare in Europe, July, 2000, 2000b.

_____. The Spanish development of Southern welfare. **Instituto de Estudios Sociales Avanzados (CSIC)**, Working Paper, p. 97-04, 2001.

MORENO, Luis; SARASA, Sebastiá. The Spanish 'Via Media' to the Development of the Welfare State, **IESA-CSIC**, Working Paper, p. 92-13, Madrid, 1992.

PREBISCH, Raul. **El Desarrollo Económico de América Latina y algunos de sus Principales Problemas**. Santiago: Cepal, 1949.

RIESCO, Manuel (Ed). **Latin America - a new developmental welfare state in the making?** UNRISD Series Social Policy und A Development Context. London: Palgrave, 2005. (forthcoming).

RIMLINGER, Gaston V. **Welfare Policy and Industrialisation in Europe, America, and Russia**. New York: John Wiley and Sons,1971

SABEL, Charles; ZEITLIN, Jonathan. **Active Welfare, Experimental Governance, Pragmatic Constitutionalism**: the new transformation of Europe. Draft prepared for the International Conference of the Hellenic Presidency of the European Union The Modernisation of the European Social Model & EU Policies and Instruments, Ioannina, Greece, 21-22 May, 2003.

SARACENO, C. Familismo ambivalente y clientelismo categórico en el Estado del Bienestar italiano. In: SARASA, S.; MORENO, L. (Eds.). **El Estado del Bienestar en la Europa del Sur**. Madrid: CSIC, 1995. p. 261-288.

SEN, Amartya **Development as freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SKOCPOL, Theda. Conclusion. In: MAHONEY, James; RUESCHMEYER, Dietrich. **Comparative historical analysis in the social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. **Protecting Soldiers and Mothers**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1992.

SHERRADEN, Michael. **Assets and the poor**: a new American welfare policy. Armonk, NY: M. E. Sharpe, 1991.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 220-254

TAYLOR-GOOBY, Peter. **The Silver Age of the Welfare State**: resilience and contingency, 2001. Presented at Hellenic Social Policy Association Inaugural Conference, Democritus University of Thrace, May 10-13, 2001. Disponível em: <http://www.bath.ac.uk/~hsstp/elepekp/Paper_Taylor_Gooby.doc>.

_____. Convergence and Divergence in European Welfare States. In: JOWELL, R. et al. (Eds.). **European Social Attitudes**: the 3rd ISSP report. Aldershot: SCPR/ Ashgate, 1998.

THERBORN, Göran. **European Modernity and Beyond**: the trajectory of european societies 1945-2000. London: Sage Publications Ltd., 1995.

_____. **Between Sex and Power. The family in the world of the 20th Century**. Paper presented at the Yale Colloquium on Comparative Social Research, 24 oct., 2002.

_____. **Between Sex and Power**: family in the world, 1900-2000. Routledge, London, (2004a).

_____. **Familias en el mundo historia y futuro en el umbral del Siglo XXI** . Paper presentado en la Reunión de Expertos Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces. CEPAL, Santiago, 28-29 octubre de 2004, 2004b.

VANDENBROUCKE, Frank. **The Active Welfare State**, 2005. Paper presented the 1st International Research Conference on Social Security, Antuerpia, 5-7 May, 2005 Disponível em: <http://www.issa.int/engl/publ/2contanvers.htm>. Acesso em 07 mar. 2005.

WILENSKI, Harold. **The Welfare State and Equality - Structural and Ideological Roots of Public Expenditures**. Berkeley: University of California Press, 1975.

Recebido: 16/02/2011
Aceite final: 13/05/2011

ARTIGO

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

Fungos, fazendeiros e cientistas em luta contra a vassoura-de-bruxa

CARLOS HENRIQUE FIORAVANTI*
LÉA VELHO**

Resumo

Este artigo descreve as interações entre produtores de cacau e pesquisadores acadêmicos, agências de financiamento à pesquisa e atores não-humanos, como fungos em meio à propagação e tentativas de contenção da vassoura-de-bruxa, doença que abateu a lavoura cacaueira da Bahia. A análise deste caso, usando uma abordagem construtivista em sociologia da ciência, procura ilustrar como a produção de conhecimento é multifacetada, ocorre na interface de diferentes espaços institucionais e passa por momentos de resistência e conflitos à medida que incorpora novos atores e transita por tais espaços. Uma lista de discussão pela internet emergiu como meio capaz de aproximar diversos grupos de interessados e de promover a produção coletiva de conhecimento.

Palavras-chave: Vassoura-de-bruxa. Cacauicultura. Teoria Ator-Rede (TAR). Sociologia da Ciência.

* Doutor pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências (IGE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

** Professora Titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências (IGE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

Introdução

Os estudos sobre redes de produção de conhecimento normalmente apresentam os integrantes das instituições formais de pesquisa como protagonistas e atores exclusivos das descobertas científicas ou tecnológicas, com baixa interação e acentuada assimetria de poder com outros grupos de atores; sob essa abordagem, os usuários do conhecimento são normalmente vistos como seres passivos, desprovidos de qualquer criatividade, meros receptores dos resultados de pesquisa. Essa abordagem implica o predomínio do modelo linear de difusão de conhecimento (Latour, 2000, p. 258), segundo o qual, apenas os cientistas produzem conhecimento, em seus laboratórios de pesquisa acadêmica e, em seguida, o transferem para outros grupos sociais, que o incorporam aparentemente sem questionamentos, conflitos ou resistências.

Diferentemente, a percepção de que a produção de conhecimento científico e de artefatos tecnológicos se dá de forma não linear, ou seja, não necessariamente se inicia na academia e chega aos usuários, é central nas abordagens construtivistas sobre ciência e tecnologia[1]. Apesar de suas diferenças, essas abordagens argumentam que o conhecimento é produzido por meio de interações e negociações entre grupos ou atores sociais distintos, que configuram redes e exercem sua influência no produto final. Não existem atores e nem configurações pré-determinadas para a

1 As abordagens construtivistas sobre a produção de conhecimento científico e tecnológico surgiram em meados da década de 70, e hoje se manifestam em muitas variantes. Todas elas partilham o princípio de que o conhecimento científico e os artefa-tos tecnológicos são produtos sociais e não meros resultados da aplicação do método científico e das escolhas técnicas racio-nais. Para uma visão dos princípios norteadores das principais tendências, ver Knorr-Cetina & Mulkay (1985). A multiplici-dade de referenciais analíticos que hoje compõem os estudos sociais da ciência e da tecnologia pode ser percebida pela leitura dos artigos publicados no principal periódico da comunidade de praticantes - Social Studies of Science (London: Sage).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

constituição dessas redes. Elas se compõem dependendo do evento e a força de cada componente depende de sua capacidade de negociação, de sua habilidade de recrutar aliados e de convencer os outros, dos recursos de cada um (incluindo habilidades e recursos materiais), assim como de estruturas de poder. Durante o trajeto até o conhecimento, a rede não é estável: ela se modifica, agregando ou perdendo atores, assim como se modifica a intensidade das relações entre os atores que a compõem. Portanto, não existem redes estáticas, mas processos contínuos de formação de redes. Para uma dessas abordagens, a Teoria Ator-Rede (ANT), que inspirou esse estudo, os atores que constituem as redes não são, necessariamente, humanos; o que define um ator é sua capacidade de atuar, ou de fazer outras entidades atuarem, na produção do resultado. Assim, um texto, um aparelho que gera inscrições, um microrganismo, assim como as habilidades incorporadas nos pesquisadores, técnicos e gestores do laboratório podem se constituir em elementos da rede, na medida em que interferem no conhecimento ou artefato produzido (Latour, 2005).[2]

Este artigo descreve a interação entre produtores de cacau, pesquisadores acadêmicos, fungos e agências financiadoras de pesquisa, em meio à propagação da vassoura-de-bruxa, doença que prejudicou seriamente a principal região produtora de cacau no Brasil. Ao longo do relato, procura-se mostrar que a produção de conhecimento não é linear, pode emergir em ambientes não-acadêmicos, passando por momentos de resistência e conflitos à medida que incorpora novos atores e transita por espaços diferentes do acadêmico. Evidências como essa são fundamentais para informar a tomada de decisão em política científica e tecnológica, por chamarem a atenção para a importância da participação dos usuários

2 A Teoria Ator-Rede (ANT) desenvolveu-se a partir de um conjunto de estudos empíricos e reflexões teóricas sobre a dinâ-mica de produção de conhecimento científico e de artefatos tecnológicos, sob a liderança de Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Latour (2005) faz uma síntese primorosa de toda essa produção.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

nos processos de produção de conhecimento, conforme proposto por Gibbons *et al*. (2000).

A descrição e análise deste caso se apóiam nos conceitos e nos procedimentos metodológicos propostos pela Teoria Ator-Rede, apresentados de maneira sucinta na seção seguinte.

Difusão e translação de conhecimento

Em *Ciência em Ação*, Latour explorou dois conceitos-chave que expressam formas distintas de produção e circulação de conhecimento: os modelos de difusão e de translação. O modelo de difusão, linear e unidirecional, separa ciência e técnica de um lado e sociedade de outro; o sucesso ou fracasso de fatos e artefatos depende da aceitação, indiferença ou resistência de grupos sociais. Há uma cisão entre conteúdo e contexto: os cientistas permanecem no laboratório, do lado de dentro, enquanto do lado de fora estão políticos, investidores, advogados, jornalistas, colegas acadêmicos e usuários do trabalho científico (Latour, 2000: 258-62). O modelo de translação implica uma visão mais ampla e participativa de ciência e tecnologia: a ciência não é mais feita apenas por cientistas, nem a tecnologia apenas por tecnólogos, mas sim por eles e por uma multidão de anônimos que lhes dá reconhecimento social e recursos necessários ao trabalho. Não há mais distinção entre ciência, tecnologia e sociedade, mas apenas *cadeias heterogêneas de associações que, de tempos em tempos, criam pontos de passagem obrigatórios* (Latour, 2000: 233-4). Há uma constante retroalimentação entre o *lado de dentro* e o *lado de fora* do laboratório, de modo que as competências se complementem.

O processo de translação apresenta quatro momentos em que a identidade dos atores, a possibilidade de interação e a margem de manobras são negociadas e delimitadas (Callon, 1996). O primeiro é a *problematiza-*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

ção: quando emergem o desafio a ser enfrentado e os elementos naturais e sociais indispensáveis para o enredo se abrir. Essa etapa revela os movimentos, interesses e obstáculos que devem ser reconhecidos e as alianças (ou associações) que devem ser feitas entre os grupos de atores. O segundo é o *interessamento*: um conjunto de ações por meio das quais um dos atores tenta impor seus interesses a outros atores, cuja identidade tenta controlar por meio das estratégias de enfrentamento do problema comum. O terceiro é o de *recrutamento de aliados e de definição de papéis*, marcado por um jogo de resultados incertos, já que os dispositivos de interessamento não levam necessariamente a alianças, e o sucesso nunca é assegurado. O quarto momento da translação refere-se à *mobilização e às dissidências dos atores* em situações que expõem publicamente os representantes dos grupos. Essas etapas não só descrevem um processo que combina elementos sociais e naturais, a serem tratados de modo simétrico para que a análise seja precisa e justa. Também mostram como um grupo de poucos elementos – ou mesmo de um só – obtém o direito de expressar e de representar os muitos atores silenciosos que mobilizaram (Callon, 1986).

Em busca de uma descrição minuciosa deste caso, de acordo com os preceitos da teoria ator-rede (Latour, 2005), identificamos cada uma das etapas do processo de translação de produção de conhecimento por meio de várias estratégias – leitura e análise de documentos e reportagens; entrevistas com produtores de cacau e pesquisadores acadêmicos; e acompanhamento da lista de discussão na internet. As seções seguintes correspondem a cada uma das etapas do modelo de translação aqui apresentado. Convém lembrar que, de acordo com a TAR, referencial utilizado neste estudo, não se faz análise de dados no sentido convencional, mas uma descrição de eventos, atores e procedimentos. A TAR, em vez de apresentar um método de análise de dados, indica como seguir os atores (Latour, 2005: 10-11, 21-25; 52, 55, 68).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

Primeira etapa: o declínio dos cacaueiros

Os primeiros relatos de sintomas da vassoura-de-bruxa, uma das doenças dos cacaueiros, aparecem nos diários do explorador português Alexandre Rodrigues Ferreira, que a detectou, em 1785 e 1787, em cacaueiros da Amazônia. Causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*, deixa os ramos do cacaueiro secos como uma vassoura de bruxa, reduzindo a produção em 50% a 90%. Detectada na Bahia em 1989, disseminou-se rapidamente e fez o Brasil sair da posição de terceiro maior produtor de cacau para a de importador (Meinhardt *et al*., 2008). A produção caiu de 387.662 toneladas, em 1986/87, para 96.038 toneladas em 1999/2000, causando uma perda estimada de 200 mil postos de trabalho ligados à colheita de cacau (Zubaib *et al*, s/d).

Os procedimentos agrícolas que haviam sido propostos pelo Centro de Pesquisas (Cepec) da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), a partir dos anos 90, para deter o avanço da vassoura-de-bruxa – rebaixamento da copa das árvores, aplicação de fungicidas e implantação de clones (variedades supostamente resistentes à doença) nas árvores mais antigas – não funcionaram. Produtores entrevistados para a realização deste artigo comentaram que as medidas propostas só pioraram a situação e fizeram a doença se espalhar ainda mais, já que o fungo se alojava exatamente nos ramos que cresciam após a poda. Por estarem atrelados a empréstimos bancários, esses procedimentos aumentaram a dívida dos produtores, que já haviam perdido as principais fontes de renda ao cortarem as árvores produtivas e implantarem clones que demorariam anos até frutificarem. Muitas variedades de clones não se mostraram efetivamente resistentes no campo e outras não frutificaram, por serem sexualmente incompatíveis e, portanto, incapazes de polinizar a própria variedade. A produtividade caía e as dívidas cresciam, em meio à desconfiança e ao ceticismo dos fazendeiros.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

Um ator não-humano, o fungo, havia desestabilizado uma rede de atores constituída em torno do cacau, unindo produtores, Ceplac, bancos, empresas processadoras de cacau e consumidores. O modo linear de produção de conhecimento, que partia da Ceplac e seguia para os produtores, não havia funcionado. A incapacidade dos pesquisadores da Ceplac em resolver o problema e a gravidade da situação, medida em termos de queda de produtividade e de empregos, motivaram outros atores a agirem por si, em busca de novas formas de deter a vassoura-de-bruxa. O produtor de cacau Edvaldo Magalhães Sampaio começou, em 1999, a testar novas formas de combater a vassoura-de-bruxa que chegava a suas fazendas no interior da Bahia. Paralelamente, um pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Gonçalo Amarante Guimarães Pereira, organizou em 2000 uma rede de pesquisa para estudar o genoma (conjunto de genes) do fungo causador da doença. Ambos se encontraram em 2005, com visões complementares sobre as possibilidades efetivas de combate à doença dos cacaueiros.

Segunda etapa: o empirismo de um produtor de cacau

Residente em Gandu, município próximo a Ilhéus, o centro produtor de cacau no Brasil, Edvaldo Sampaio havia trabalhado como agrônomo na Ceplac antes de ser produtor de cacau (Sampaio, 2008: 18-34). Ele cultivava cacau em quatro fazendas que havia comprado no sul da Bahia quando começou a ser acossado pela vassoura-de-bruxa, como os outros produtores da região. Em busca de resultados melhores, Sampaio fez adaptações nas medidas de controle da doença propostas pela Ceplac, selecionando e cultivando a seu modo as variedades de clones resistentes ao fungo, mas não foi o bastante para deter a queda de produção.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

Disposto a enfrentar o problema com base em seus próprios conhecimentos de agronomia, Sampaio começou em 1999 a testar e a adotar gradativamente em suas fazendas uma série de medidas agronômicas que, a seu ver, poderiam proteger os cacaueiros do ataque do fungo: ele induzia o florescimento do cacaueiro por meio de cortes superficiais no caule, reforçava a adubação e antecipava a poda, de modo a colher os frutos ainda no primeiro semestre de cada ano, antes do ataque dos fungos, mais intenso no segundo semestre. Como resultado desse conjunto de medidas, a produtividade das fazendas de Sampaio começou a se recuperar, à medida que o fungo deixava de contaminar os cacaueiros.

Sampaio não conseguiu expandir de imediato o uso de suas técnicas, como pretendia. Não tinha credibilidade entre outros produtores, que o acusavam de "fazer tudo errado" na medida em que ele modificava as regras da Ceplac sem obter benefícios dos ajustes que fazia (Fioravanti, 2006). Seus argumentos eram puramente empíricos – o método que havia desenvolvido funcionava e seus cacaueiros estavam livres da doença que ainda era comum na região – e não bastaram para atrair o interesse de outros produtores de cacau. Como não haviam sido monitorados, os resultados que obtinha, mesmo que pudessem ser vistos, poderiam ser atribuídos a circunstâncias como a qualidade das terras ou a localização das fazendas de Sampaio, um pouco afastadas do centro de produção e de maior disseminação da doença. Mesmo se quisessem, os outros fazendeiros teriam dificuldade para adotar as novas técnicas, porque a maioria deles estava endividada com os bancos e suas plantações encontravam-se bastante degradadas, muitas já abandonadas. Sampaio, mesmo colhendo bons frutos em suas fazendas, permaneceu isolado por muitos anos, incapaz de estabelecer novas conexões que expandissem o uso do método que havia criado.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

Só alguns anos depois é que as conclusões de uma rede de pesquisa do genoma que emergiu em Campinas, no estado de São Paulo, lhe dariam credibilidade e permitiriam a disseminação das técnicas de combate ao fungo que ele havia desenvolvido._

Terceira etapa: o fungo no laboratório

As redes de pesquisa científica ganharam visibilidade no Brasil a partir de 1997, por meio de projetos de seqüenciamento do genoma de microrganismos, animais e plantas. O primeiro deles, concluído em 1999, reuniu 34 laboratórios do estado de São Paulo com o propósito de seqüenciar o genoma da bactéria *Xylella fastidiosa*, a causadora de uma doença que então atacava severamente as plantações de citros principalmente no estado de São Paulo (Simpson *et al*.). Nos seis anos seguintes, emergiram 22 outros projetos de pesquisa de genomas, de abrangência estadual, regional ou nacional, com a participação marginal de laboratórios de empresas (Camargo e Simpson, 2003). O modelo linear de produção de conhecimento predominou nestas redes de pesquisa, privilegiando as instituições de pesquisa, com escassa interação entre os potenciais beneficiários do conhecimento.

Em 2000, um dos quase 200 pesquisadores que haviam participado do sequenciamento do genoma da *Xylella fastidiosa*, Gonçalo Pereira, se preparou para ajudar no controle da vassoura-de-bruxa. Seu plano era organizar uma equipe de pesquisadores acadêmicos e estudar o genoma do fungo causador da vassoura-de-bruxa. Como coordenador do Laboratório de Genômica e Expressão (LGE) do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp, Pereira argumentava que o conhecimento a ser obtido sobre o fungo e a doença poderia embasar o desenvolvimento de estratégias de combate à doença mais eficientes do que as adotadas até então, com base apenas

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

na experimentação e sem resultados efetivos (ele ainda não conhecia o trabalho de Edvaldo Sampaio). O governo do estado da Bahia aceitou sua proposta de trabalho e liberou R$ 1,2 milhão para o Projeto Genoma da Vassoura-de-Bruxa, que no ano seguinte recebeu mais RS$ 1,3 milhão do governo federal, reunindo a equipe da Unicamp e de laboratórios de universidades e centros de pesquisa da Bahia (Pereira, 2006).

Enquanto Sampaio lutava contra o fungo em suas fazendas, Pereira fez de seu laboratório na Unicamp um centro da pesquisa contra a vassoura-de-bruxa no Brasil. Trouxe o fungo *Moniliophthora perniciosa* do campo para o laboratório e o domesticou, descobrindo como poderia ser cultivado em condições controladas (Meinhardt *et al*, 2006). As equipes da Unicamp e as dos outros laboratórios da rede trataram de investigar em detalhes o comportamento e o desenvolvimento do fungo e da doença. A identificação dos genes do fungo e de suas respectivas funções, aos poucos elucidou os mecanismos bioquímicos pelos quais o fungo atacava e a planta se defendia antes de começar a morrer. Essas informações serviram para construir uma espécie de mapa da doença, mostrando como o fungo agia e que reações acionava desde a contaminação da planta. Esse mapa indicou rotas bioquímicas na forma de genes, enzimas ou proteínas que poderiam ser bloqueadas para impedir o desenvolvimento do fungo na planta (Scarpari, 2005).

Como a Ceplac havia silenciado, sem outras propostas de ação contra a vassoura-de-bruxa, e Sampaio era ainda muito pouco conhecido, o laboratório da Unicamp tornou-se o primeiro ponto de passagem obrigatório da rede de inovação que começava a se formar.

Pereira saiu em busca de aliados que ajudassem a testar as estratégias de ação contra o fungo que emergissem de seu grupo de pesquisa. A partir de 2000, quando obteve o primeiro financiamento para levar adiante a pesquisa sobre o fungo, ele começou a comparecer a palestras, reuniões e

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

debates com produtores de cacau, expondo-lhes seu plano de desenvolver formas logicamente fundamentadas – e não apenas empíricas, como até então – de combate à doença dos cacaueiros (Pereira, 2006).

Como Pasteur ao longo da pesquisa e do desenvolvimento da vacina contra o antraz na França (Latour, 1983), Pereira teve de capturar interesses, vencer resistências, fazer-se indispensável e estabelecer alianças para que seu trabalho vencesse as paredes do laboratório e chegasse aos usuários. As conversas evidenciaram o descrédito das instituições de pesquisa, já que a Ceplac não havia conseguido resolver a disseminação da vassoura-de-bruxa, e a desconfiança dos fazendeiros, que viam Pereira como um cientista de uma universidade paulista que não conhecia os problemas reais da cacauicultura na Bahia. Ele não era, porém, tão forasteiro quanto parecia. Nascido em Salvador, capital da Bahia, e formado em 1987 em engenharia agronômica pela Universidade Federal da Bahia (UFBa), Pereira havia testemunhado o auge da cultura cacaueira. Sua motivação para entrar na luta contra o fungo, que a muitos fazendeiros parecia perdida, tamanha a dimensão das perdas, resultava de uma visita recente à Bahia, em que havia se impressionado com a devastação e o impacto econômico causados pela vassoura-de-bruxa.

Pereira integrou-se efetivamente ao grupo que procurava conquistar, tornando-se, ele próprio, um fazendeiro. Em dezembro de 2001, ele e dois sócios compraram uma fazenda de 900 hectares, em Ilhéus, por um preço 40 vezes menor do que o mínimo que seria exigido duas décadas antes. Desse modo, ele pretendia provar que as plantações de cacau poderiam realmente se recuperar, desde que bem cuidadas e bem administradas, e, ao mesmo tempo, ter à mão plantações de cacau em que ele próprio pudesse testar, com autonomia, as novas formas de combater o fungo, caso nenhum outro fazendeiro se interessasse em por em campo as estratégias de ação que pretendia elaborar. A fazenda em Ilhéus seria assim uma extensão do laboratório da Unicamp (Pereira, 2006).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

Valorizando a interação com os produtores de cacau, de quem precisava para seguir adiante com seu propósito de pôr em campo novas formas de combater a vassoura-de-bruxa, Pereira procurou afastar-se do modelo linear de difusão de conhecimento, em que os especialistas de instituições de pesquisa como a Ceplac apresentavam aos fazendeiros soluções prontas e incontestáveis. Desse modo, ele tentava evitar que a rede de pesquisa sobre o fungo causador da vassoura-de-bruxa fosse apenas mais uma rede de pesquisa acadêmica, com escassos resultados concretos.

Pereira ampliou a rede de pesquisa e as perspectivas de diálogo com os fazendeiros trazendo para a Unicamp em 2003 uma lista de discussão pela Internet e integrando-a à rede de pesquisadores acadêmicos. Chamada simplesmente de lista do cacau, essa lista estava por ser extinta porque o produtor de cacau que a havia criado em 1999 não tinha como cobrir sozinho o custo de manutenção. A transferência da lista para um computador da Unicamp eliminou os custos e permitiu a expansão da lista, que passou de 100 integrantes no início de 2000 para 720 em agosto de 2006. Aos produtores que formavam o núcleo inicial, integraram-se outros atores ligados à pesquisa, à produção ou à comercialização de cacau: especialistas de instituições de pesquisa, professores universitários, ambientalistas, processadores, exportadores, empresários, políticos, funcionários do Ministério da Agricultura e do Senado, jornalistas e fabricantes de equipamentos ou de chocolate.

Por meio da lista de discussão, os produtores de cacau ofereciam o conhecimento prático que haviam acumulado e colaboraram com os pesquisadores acadêmicos, orientando a descoberta e o reconhecimento de propostas concretas contra essa doença dos cacaueiros. A lista transformou a rede de pesquisa, puramente acadêmica, em uma rede de inovação, voltada à resolução de um problema comum, a vassoura-de-bruxa. A rede de inovação quebrou as barreiras de comunicação entre grupos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

de atores habitualmente distantes e facilitou o afloramento, o debate, a seleção e a disseminação de propostas concretas para proteger as plantações de cacau do Brasil contra a doença mais devastadora que já haviam enfrentado. Essa forma de trabalho integrado expressa um arranjo possível do modelo de translação, em que não há mais distinção entre ciência, tecnologia e sociedade, como no modelo de difusão, e outros atores, não só os cientistas profissionais, são essenciais para novos conhecimentos emergirem (Latour, 2000, p. 233-4).

A lista do cacau facilitou a busca de respostas contra a vassoura-de-bruxa. Em primeiro lugar, por ter ampliado o corpo de produtores de conhecimento, na medida em que acolheu e valorizou os relatos dos produtores sobre o desempenho dos clones ou de novas técnicas de manejo do solo ou dos cacaueiros. Antes distantes, os agricultores passavam a contar com uma forma de comunicação direta e instantânea, por meio da qual podiam trocar experiências – o malogro das estratégias iniciais motivou-os a testar soluções próprias. Em segundo lugar, por ter fortalecido os compromissos dos pesquisadores com a busca de soluções contra a vassoura-de-bruxa; os *feedbacks* contínuos explicitaram a demanda, direcionaram a pesquisa de laboratório e facilitaram a substituição da visão linear e hierárquica de produção de conhecimento por uma estrutura horizontal. Como resultado, fazendeiros e pesquisadores começaram a interagir, motivados pela crise econômica e social decorrente da queda da produção de cacau. A lista do cacau funcionou como ator no processo, na medida em que teve papel fundamental na interação entre cientistas profissionais nos laboratórios e produtores no campo.

O espaço para os usuários participarem da busca de alternativas contra a vassoura-de-bruxa estava aberto – e foi aproveitado. Em agosto de 2005, Sampaio enviou para a lista uma série de fotos de cacaueiros de suas fazendas, todos repletos de frutos e sem sinais da doença. Ele pre-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

tendia apresentar os resultados a que havia chegado por meio de técnicas que ele próprio havia adotado e que até então não haviam atraído o interesse de outros produtores de cacau.

Pereira, como coordenador da lista de discussão, leu a mensagem, viu as fotos e pediu mais explicações a Sampaio. Em seguida, Pereira viu no trabalho de Sampaio o resultado já pronto de uma estratégia de ação que havia apenas imaginado. Com base no mapa sobre o desenvolvimento da doença, elaborado a partir das informações sobre genes e proteínas que o fungo acionava para crescer nos cacaueiros, Pereira havia concluído que uma forma de antecipar a colheita e escapar do fungo era justamente induzir o florescimento das árvores produtoras de cacau – como Sampaio havia feito. Meses antes, Pereira havia testado essa técnica, mas aplicando hormônios vegetais nos cacaueiros de sua própria fazenda, em um experimento que mobilizara cerca de 100 pessoas, mas que não deu certo.

Ao ler a mensagem e ver as fotos das árvores, Pereira soube ver, com base no que já conhecia sobre o fungo, que Sampaio havia encontrado – e já testado, com resultados positivos – uma saída contra a vassoura-de-bruxa. Sampaio (2008, p. 51) descreve:

> *Na mesma época, Edno [Edno Querino Câmara, integrante da lista] colocou algumas imagens na lista do cacau, nem assinante da lista eu era quando recebi um telefonema de Gonçalo, exclamando: "Rapaz, eu vi um risco no pé de cacau, o que é isso?" Um roletamento. "Quem mandou você fazer?" Ninguém. Fiz para aumentar minha produção. "Não é possível! Se você fez o que estou pensando, você fez uma descoberta para a ciência, o mundo inteiro queria fazer e não sabia como!"*

Pereira disparou uma mensagem na lista apresentando essa conclusão, com base no conhecimento que havia adquirido ao longo do estudo do genoma do fungo. Ele pediu mais detalhes sobre como Sampaio tratava os cacaueiros e em seguida o visitou. Sampaio (2008, p. 51) descreve: *Afir-*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

mei [para Pereira]: *Minhas plantas são educadas; produzem como eu quero*. [Pereira comentou:] *Não. Você faz a sincronização da produção*. Sampaio ganhava reconhecimento e tornava-se o protagonista da rede de inovação contra a vassoura-de-bruxa. Sampaio ganhava explicações científicas para a eficácia de suas técnicas e Pereira, uma demonstração de que o conhecimento sobre o desenvolvimento do fungo poderia efetivamente ser útil. As duas linhas de trabalho convergiram e se complementaram.

As mensagens que circularam na lista de discussão nessa época indicam que Pereira não hesitou em reconhecer que Sampaio havia encontrado uma alternativa consistente e de baixo custo contra a vassoura-de-bruxa, nem em *aprender* com o agricultor – agrônomo como ele, mas sem o status e o reconhecimento de professor e pesquisador universitário. Rapidamente se fez um espaço de troca de conhecimentos que facilitou o debate e a translação das descobertas entre os produtores de cacau.

Quarta etapa: os movimentos da rede

Pereira, ao verificar que os testes empíricos de Sampaio guardavam uma lógica científica, desloca o centro de ação – o ponto de passagem obrigatório – da rede de inovação contra a vassoura-de-bruxa, do laboratório da Unicamp para as fazendas de Sampaio, convertidas em campo de demonstração das possibilidades de controle efetivo do fungo (Santos e Oliveira, 2005; Fioravanti, 2006). Se num primeiro momento Pereira representava os cientistas e falava aos produtores, num segundo Sampaio representava os produtores e então ele é que falava aos cientistas. O sentido da ação se inverteu, consolidando a interação e a perspectiva de produção coletiva de conhecimento, que até então havia corrido em paralelo – pesquisadores nos laboratórios e produtores em suas fazendas, com enfoques distintos, embora complementares.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

Convertido em protagonista da produção de conhecimento, Sampaio começou a disseminar suas técnicas e conclusões para os produtores que ainda lutavam contra a doença. Foi então sua vez de capturar interesses, vencer resistências, fazer-se indispensável e estabelecer novas alianças. A despeito dos resultados exibidos nas fotografias das árvores saudáveis de suas fazendas, Sampaio teve de apresentar, por solicitação dos integrantes da lista do cacau, longas explicações com os detalhes – enfim, a lógica – dos procedimentos que havia adotado. Suas fazendas começaram a ser visitadas por outros produtores e por pesquisadores interessados em observar *in loco* o que ele havia feito. Seus experimentos empíricos começaram a reger as pesquisas coordenadas pela Unicamp, que procuravam interpretar, ajustar ou complementar as técnicas adotadas em campo. Pereira foi o primeiro a solicitar a Sampaio permissão para que uma de suas alunas acompanhasse o desenvolvimento dos cacaueiros tratados com o conjunto de medidas que se tornava público. Em agosto de 2006, uma equipe do Centro de Pesquisas da Ceplac anunciou que iniciaria em uma fazenda próxima a Ilhéus, com a consultoria de Sampaio, uma série de experimentos controlados com o objetivo de testar, separadamente, cada uma das técnicas propostas para deter a vassoura-de-bruxa (Fioravanti, 2006).

As medidas testadas por Sampaio ainda ganhavam adesões um ano depois de terem sido anunciadas publicamente: a lista do cacau é fértil em relatos de produtores que visitaram as fazendas de Sampaio e se impressionaram com os resultados, a ponto de escreverem que pretendem aplicar os mesmos cuidados em suas próprias terras. Mas também enfrentavam resistência de produtores que argumentavam que essas técnicas apresentavam custos elevados e só poderiam ser aplicadas em condições de solo e de clima específicas, diferentemente do que Sampaio assegurava. Segundo ele, o fato de essas medidas funcionarem em suas quatro fazendas – duas sob um clima úmido como o de Ilhéus, a principal região

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

produtora de cacau, e duas sob um clima mais seco, mais ao norte – demonstrava que as medidas funcionariam sob diferentes ambientes.

Sampaio conseguia mais visibilidade. Em 15 de março de 2007 o suplemento agrícola do jornal *O Estado de São Paulo* contava que a Bahia havia vencido "a pior doença do cacau" e que Sampaio, no ano anterior, havia recebido 700 visitantes em uma de suas fazendas para mostrar o que havia feito (Melo, 2007). Em 22 de julho de 2007, o *Globo Rural*, o principal programa sobre agricultura na televisão brasileira, contou de suas descobertas, de seu trabalho com a Unicamp e de outros produtores que haviam seguido suas recomendações e reduzido a vassoura-de-bruxa.

O terceiro deslocamento – do campo para os laboratórios – encontra resistências, derivadas das próprias características da cacauicultura baiana desde que a vassoura-de-bruxa se manifestou, como o desinteresse dos produtores em investir nas plantações, a baixa produtividade e o elevado endividamento bancário (Dias, 2006). Hartmann (2008) atribui à "falta de tratos culturais e investimentos nas lavouras, resultante da descapitalização profunda dos cacauicultores, aliada a condições climáticas desfavoráveis" a queda na produção de cacau na Bahia, pelo segundo ano seguido, de 114.705 toneladas em 2006 para 102.973 toneladas em 2007; o resultado de 2007 aproximou-se ao de 1999, auge da vassoura-de-bruxa, quando a Bahia apresentou a menor produção dos 45 anos anteriores, com apenas 101.234 toneladas. As propostas para renegociação das dívidas e retomada da produção, que o governo federal havia anunciado em setembro de 2007, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Agricultura, continuavam incertas. De 2006 para 2007, a produção da Bahia havia passado de 81,10% para 74,67%, enquanto a do Pará crescera de 15,04% para 20,55% e a de Rondônia, de 0,61% para 1,37% (Hartmann, 2008).

A equipe da Unicamp, ao validar em campo a abordagem proposta por Sampaio, ajudou a consolidar uma solução técnico-científica que mo-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

bilizou outros produtores e serviu de argumento para a renegociação da dívida dos fazendeiros com o banco. A rede de inovação mobilizou também a rede inicial, centrada na Ceplac, que, por fim, reagiu. Em 17 de março de 2008, o jornal *A Tarde* noticiou uma nova técnica contra a doença, chamada indução de resistência sistêmica para o controle da vassoura-de-bruxa em cacaueiros, que vinha sendo estudada havia 12 anos por um agrônomo da Ceplac, Deraldo Ramos Vieira (Oliveira, 2008). Vieira começou a dar palestras seguidas para disseminar essa técnica, que consiste na ativação das defesas da planta por meio de uma única injeção de 2,5 mililitros de sacarose (açúcar) no tronco de cada cacaueiro infectado e teria reduzido em 80% a infecção pelo fungo causador da vassoura-de-bruxa (Bahia Já, 2008; Brito, 2008). Promovida intensamente pela Ceplac (2008a), essa técnica rapidamente ganhou mais espaço no noticiário dos jornais da Bahia e de estados vizinhos como o Espírito Santo, onde a vassoura-de-bruxa também é um grave problema agrícola (Coimbra, 2008). A despeito dos resultados alardeados, os autores deste trabalho não encontraram na base Scielo nenhum artigo científico atestando os resultados apresentados nem o currículo acadêmico de Vieira na base Lattes.

Uma página da Ceplac na internet remetia a três resumos de trabalhos apresentados em congressos científicos em 2000, 2001 e 2006.[3] O trabalho de 2006, que chegou à lista de cacau em março de 2008, reconhecia que

3 VIEIRA, Deroaldo et al. Efeito de doses crescentes de glicose nos teores de amido e açúcares redutores dos clones de Theo-broma cacao L. SCA 6 e UF 613, inoculados com Crinipellis perniciosa e possíveis interações com mecanismos de resistên-cia. 13º Congresso Internacional de Pesquisas em Cacau, Kota Kinabalu, Malásia, 2000; VIEIRA, Deroaldo et al. Efeito de doses crescentes de glicose nos teores de açúcares solúveis totais dos clones de Theobroma cacao L. SCA 6 e UF 613, inocu-lados com Crinipellis perniciosa e possíveis interações com mecanismos de resistência. VIII Congresso Brasileiro de Fisiolo-gia Vegetal, Ilhéus, Bahia, Brasil, 2001; VIEIRA, Deroaldo et al. Indução de resistência sistêmica para o controle da vassoura-de-bruxa Crinipellis perniciosa(Stahel) Singer em cacaueiros (Theobroma cacao L.) dos clones ICS 1 e CCN 51. 15º Confe-rência Internacional de Pesquisas em Cacau, São José, Costa Rica, 2006. Disponíveis em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/inducao>. Acesso em: 9 dez. 2008.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

> *Apesar da eficiência dos agroquímicos no controle de doenças de plantas, o surgimento de populações de patógenos resistentes a defensivos agrícolas, além de dificultar o controle, propicia grandes prejuízos tanto à industria daquelas substâncias quanto ao produtor. Outro aspecto referente à utilização desses defensivos em larga escala no controle de enfermidades de plantas, é o desequilíbrio ecológico que provoca no meio ambiente, afetando outros organismos não envolvidos nos patossistemas*.

Uma das conclusões do trabalho de 14 páginas era:

> *Açúcares além de regularem a expressão de genes do metabolismo primário, também regulam a expressão de genes específicos de ferimentos, como inibidores de proteinase e lipoxigenase, proteínas relacionadas com patogênese.*

Em uma mensagem enviada à lista no dia 11 de março de 2008, Pereira considerava supérfluo o uso da injeção de sacarose, que, segundo um dos produtores de cacau, havia sido eficiente, mas fora utilizada em conjunto com as técnicas preconizadas por Sampaio. Em seguida, Pereira lembrava que medicamentos em geral tinham de passar por testes rigorosos antes de ser aprovados para uso amplo:

> *Informo aos colegas menos familiarizados com esse processo de geração de tecnologia, que o caminho normal para novas técnicas é a experimentação, a redação de artigos científicos, a avaliação pelos pares e só então a liberação. Nada disso tem sido feito e toda a questão tem sido tratada de forma alegórica, completamente inadequada. [...] O ideal seria estabelecer um diálogo na lista, sem medo e com total transparência. A politização dessas questões tem gerado um nítido constrangimento em diversos colegas de conversar livremente sobre esses assuntos, sendo preferível tratar no particular. [...] Sugiro que perguntem, duvidem, lembrem-se que estão tratando de negócios e de uma cultura permanente, cujos erros são cobrados por muito tempo.*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

Na mesma mensagem, Pereira analisava o trabalho de Vieira e Valle de 2006, argumentando que os dados apresentados não eram suficientes para mostrar que a sacarose tem efeitos contra o fungo causador da vassoura-de-bruxa: *E seria importantíssimo que esses resultados fossem publicados em uma revista científica, com julgamento entre os pares. Ou seja, para ser julgado entre especialistas e não entre produtores, que por mais qualificados que sejam, não têm o treinamento necessário para perceber o que é ou não um resultado/conclusão qualificada*.

A lista abrigou continuamente mensagens de produtores relatando a eficácia das injeções de sacarose em suas próprias fazendas e de outros que se mantinham céticos. Enquanto essa técnica de combate ao fungo carecia de estudos experimentais controlados que atestassem sua eficácia, as medidas de Sampaio ganhavam o respaldo tanto de outros produtores que conseguiam reproduzir os mesmos resultados, quanto dos estudos feitos nos laboratórios da rede de pesquisa coordenada pela Unicamp e publicados em revistas científicas internacionais; o genoma do fungo causador da vassoura-de-bruxa, publicado em 2008, detalhou os mecanismos de sobrevivência do fungo (Mondego *et al*., 2008; Meinhardt *et al*., 2008). Em 12 de março de 2008, uma das integrantes da lista propunha:

> *Vamos apoiar os dois e pressionar a CEPLAC para que faça o seu trabalho, DESENVOLVA A PESQUISA, TESTE. Por falar em pesquisa, a CEPLAC tem o TRICOVAB, que também funciona. GOSTARIA DE SABER COMO É QUE ELE VAI SER PRODUZIDO E COMERCIALIZADO. Para que é que serve a pesquisa se não temos acesso aos resultados?*

Outros participantes da lista viam nessa disputa entre as duas técnicas agronômicas uma tentativa de manchar a imagem da Ceplac, ressaltando apenas os erros da instituição e deixando de lado os acertos. Em novembro de 2008, a Direção da Ceplac distribuiu uma Nota à Imprensa (Ceplac, 2008b) motivada por entrevistas de Pereira, ressaltando que a técnica de

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

indução sistêmica *é uma linha de pesquisa bastante estudada, com resultados amplamente conhecidos na literatura científica, em diversas espécies, tendo revelado diversos agentes indutores, dentre os quais a sacarose*. A Nota destaca também que essa técnica representava uma linha de pesquisa de Vieira, *há cerca de oito anos na Ceplac, fazendo parte, inclusive, de seu trabalho de tese de mestrado*. Os dois últimos itens da Nota:

> *7. A pesquisa participativa, com o envolvimento de técnicos e produtores, freqüentemente questionada pela Academia, é uma experiência estimulada pela CEPLAC, por acreditar que não podemos abrir mão da experiência e capacidade crítica de todos, principalmente dos produtores de cacau, cujo maior testemunho tem sido dado pelo produtor/agrônomo Edivaldo Sampaio, como reconhece o próprio Dr. Gonçalo Pereira;*
>
> *8. A CEPLAC não alimenta discórdias técnicas por ter como valor o debate construtivo e acreditar que a construção do conhecimento deve ser um processo crítico, democrático e transparente. Assim sempre estará aberta à contribuição de todos quantos possam contribuir e se legitimar nessa construção, de forma isenta e sem personificações desnecessárias.*

O comunicado tentava fechar o debate sobre a eficácia da técnica de indução à resistência. Em 3 de dezembro de 2008, respondendo a uma dúvida de um produtor, Pereira comentava que as injeções de sacarose, com base nos dados à mão, não apresentavam efeito claro e que ainda se encontrava *em uma etapa muito preliminar de testes, assim como o roletamento*, uma das técnicas adotadas por Sampaio. Por fim, ele concluía que a indução de resistência:

> *Não é, de forma alguma, um divisor de águas no combate a vassoura de bruxa e não se justifica, de jeito algum, os recursos aplicados na divulgação da técnica. Esse movimento, quando vindo de cacauicultores, pode ser encarado como algo político, com motivações diversas. Mas vindo de um orgão oficial, isso é uma irresponsabilidade, passível de punição. [...] Infelizmente não existe mágica. Já sabemos o que fazer,*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

> *mas trata-se de trabalho árduo e com custos. Entretanto, os princípios são facilmente aplicáveis e compreendendo-os podemos com facilidade adaptar o que já fazemos.*

Conclusões

Esse relato indica que a resistência a propostas de ação protagonizadas por quem não participa dos grupos habituais de produção de conhecimento pode ser maior quanto maiores as possibilidades de mudança trazidas pelas novas abordagens, quanto maior a distância entre amadores e profissionais, e quanto maior o risco de novos personagens emergirem como produtores de conhecimento. As propostas de Edvaldo Sampaio, embora avalizadas pela equipe da Unicamp, representavam outra forma, mais trabalhosa, de lidar com os cacaueiros e outros papéis, mais pró-ativos, para os proprietários rurais, além de exibirem os limites das instituições formais de pesquisa. As reações da Ceplac sugerem que propostas levantadas por atores marginais aos circuitos previamente estabelecidos de produção de conhecimento podem gerar resistências e oposições de resultados incertos.

A Ceplac, instituição tradicional de pesquisa cacaueira cuja atuação se mostrou evidente no início e no final deste relato, mostrou-se interessada em manter o monopólio do conhecimento, a partir do qual os produtores poderiam agir para tratar suas plantações e obter financiamentos bancários. Durante todo o tempo, a Ceplac adotou o modelo de difusão de conhecimento, sem permitir questionamentos, interações ou negociações: os produtores deveriam apenas fazer o que seus técnicos determinassem como a melhor forma para evitar a vassoura-de-bruxa. Diferentemente, a equipe da Unicamp adotou o modelo de translação do conhecimento, reconhecendo o conhecimento dos produtores e interagindo com eles.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

A divergência entre as duas abordagens de produção e uso do conhecimento acentuou-se no final, quando a Ceplac reconheceu, mas não validou, o trabalho da Unicamp e, evitando controvérsias, propôs algo mais simples e prático que as medidas desenvolvidas por Sampaio e Pereira. As reações publicadas na lista do cacau indicaram que ao menos parte dos produtores preferiu adotar as medidas que apresentavam menor embasamento científico, mas facilitavam o acesso ao crédito bancário de que necessitavam para quitar suas dívidas. A esmerada argumentação científica do grupo da Unicamp não conseguiu se sobrepor ao apego dos produtores de cacau a uma instituição tradicional e detentora de poder econômico, que intermediava o acesso aos bancos. A multiplicidade de formas de combate à vassoura-de-bruxa não implicou liberdade de ação, porque assentava-se tacitamente no receio dos produtores – ou ao menos dos mais tradicionais – de aceitar novas autoridades, novas fontes de conhecimento ou novas abordagens de trabalho.

Mesmo que os procedimentos adotados por Sampaio não sejam validados pela Ceplac, nem adotados como padrão pelos outros produtores de cacau, fizeram emergir um espaço de produção coletiva e de disseminação de conhecimento: a lista do cacau. Os pesquisadores da rede de pesquisa do genoma da vassoura-de-bruxa acolheram o conhecimento dos habitualmente vistos como passivos usuários das descobertas científicas, que neste caso contribuíram decisivamente para a construção coletiva de alternativas de combate a uma doença das plantações de cacau. Uma vez estabelecido o canal de comunicação, pesquisadores de instituições acadêmicas reconheceram e se dispuseram a examinar práticas agrícolas que se mostraram eficazes contra a doença, vencendo assim o abismo entre produtores e consumidores de conhecimento, e economizando pelo menos quatro anos de trabalho até chegarem a propostas semelhantes (Pereira, 2006).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

A lista expôs dúvidas, divergências e desconfianças que a autoridade tradicional, a Ceplac, por meio de abordagens unilaterais de comunicação, tentava evitar, mas que afloraram em 2008. Diferentemente da abordagem anterior, em que a Ceplac decidia pelos produtores o que fazer e os produtores apenas obedeciam, a lista ofereceu um mecanismo mais refinado de fluxo de informações, por meio do qual os produtores de cacau podiam reconhecer e expressar suas dúvidas e interesses, participar do debate e da produção de conhecimento e eles próprios decidirem o que fazer, com autonomia. O fato de um pesquisador acadêmico de uma universidade paulista ter coordenado os debates serviu para dar mais consistência e direção aos debates, ao mesmo tempo em que alimentava a desconfiança em relação a abordagens incomuns de manejo agrícola.

A busca por novas formas de combate à vassoura-de-bruxa indica que as instituições de pesquisa podem não ser protagonistas o tempo todo. Ao mesmo tempo, expõe os benefícios que os coordenadores de grupos de pesquisa podem obter quando decidem correr riscos e interagir com os grupos que lidam diretamente com os problemas que constituem o objeto de investigação científica. Essa experiência sugere que modelos horizontais e integrados de organização podem ser mais eficazes na formulação de respostas do que aqueles hierárquicos e lineares.

A convergência de interesses, já que todos desejavam encontrar saídas para a crise da cacauicultura, ajudou a canalizar os esforços em uma só direção e a evitar conflitos, como os que impediram as instituições de pesquisa de chegar a um consenso com os órgãos públicos, a respeito da importação de um vírus que permitiria o início dos estudos para deter uma doença que abatia o gado na Austrália nos anos 90 (Scott, 1991). Foi a busca de objetivos comuns que levou à incorporação da lista do cacau, que não deve necessariamente se tornar um elemento indispensável das redes de pesquisa. Certamente há outros meios de agregação, como os Clubes

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

de Amigos da Terra (CATs), mas o que ela representa – um ambiente aberto de debate e apresentação de idéias e demandas – pode ser valioso para as descobertas andarem mais depressa e com mais firmeza e chegarem logo aos seus usuários. É estratégica, também, por ter estabelecido alianças, uma linguagem comum e o diálogo entre grupos distintos de atores distintos, mas com interesses em comum, facilitando a busca de soluções para a crise da cacauicultura. Sem a lista, as medidas de Sampaio chegariam aos outros produtores mais lentamente e possivelmente sem tanta credibilidade.

O acompanhamento das mensagens trocadas entre os participantes da lista do cacau entre agosto e outubro de 2006 indica que a lista do cacau se tornou um meio de comunicação multipropósito. Além de expor soluções técnicas, distribui as notícias sobre cacau veiculadas em jornais, revistas e *websites*, debate as perspectivas de novos negócios, a exemplo do cacau fino e do turismo nas fazendas de cacau, coordena ações de apoio ou repúdio a novas leis sobre o cacau e acompanha os movimentos mais importantes ligados a essa atividade econômica, como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga os detalhes da introdução do fungo da vassoura-de-bruxa no sul da Bahia, e a Câmara Setorial criada no Ministério da Agricultura para examinar a possibilidade de refinanciamento da dívida dos cacauicultores.

Fungi, farmers and scientists fighting witch's broom disease

Abstract

This article describes the interaction between producers of cocoa and academic researchers, research funding agencies and non-human actors such as fungi along the spread and the attempts to contain the witch's broom disease in Bahia state, Brazil. The analysis of this case, using a constructivist approach in sociology of science, seeks to illustrate how the production of knowledge is multifaceted, occurs at the interface of different institutional spaces and passes through moments

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

of resistance and conflict as it incorporates new actors and transits such spaces. A discussion list by internet emerged as a medium able to bring together diverse groups of stakeholders and promote the collective production of knowledge.

Keywords: Witch's broom disease. Cacao. Actor-Network Theory (ART). Sociology of Science.

Referências

BAHIAJÁ. Nova tecnologia para combater a vassoura de bruxa é disseminada. **Bahia Já**, Ilhéus, 28 fev. 2008. Disponível em: <http://www.bahiaja.com.br/noticia.php?idNoticia=6854>. Acesso em: 5 dez. 2008.

BRITO, Ronildo. Sindicato Patronal Rural de Itamaraju realiza com sucesso o 1º encontro para erradicação da vassoura-de-bruxa. **Rádio Extremo Sul**, Itamaraju, 25 abr. 2008. Disponível em: <http://www.extremosulam.com.br/news/index.php?id=1506&sess=0>. Acesso em: 5 dez. 2008.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and fishermen of St. Brieuc Bay. In: LAW, John (Org.). **Power, Action and Belief:** a new sociology of knowledge? London: Routledge, 1986. p. 196-233.

CAMARGO, Anamaria; SIMPSON, Andrew. Collaborative research networks work. **Journal of Clinical Investigation**, Nova York, v. 112, n. 4, p. 468-471, ago. 2003.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA, 2008a. **Resistência Induzida – Método prático**. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/Noticias/200804/not00821.htm>. Acesso em: 05 dez. 2008.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA, 2008b. **Nota à Imprensa:** acerca da indução de resistência de cacaueiros à vassoura-de-bruxa pela aplicação de sacarose. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1292>. Acesso em: 05 dez. 2008.

COIMBRA, Ubervalter. Nova técnica para tratar cacau protegerá mata nativa no ES. **Século**, Vitória, 2 jun. 2008. Disponível em: <http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2008/junho/02/noticiario/meio_ambiente/02_06_06.asp>. Acesso em: 05 dez. 2008.

COLLINS, Peters. Brazilian Science Fruits of Co-operation. **The Economist**, Londres, 22 jul. 2000.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

DIAS, Elaine. **Redes de Pesquisa em Genômica no Brasil:** políticas públicas e estratégias privadas frente a programas de seqüenciamento genético. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Campinas, 2006.

EKBOIR, Javier. Developing No-Till Packages for Small-Scale Farmers. In: EKBOIR, Javier (Org.). **World Wheat Overview and Outlook 2000-2001**. Cidade do México: CIMMYT, 2002. p. 1.

EKBOIR, Javier. Innovation Systems and Technology Policy: Zero Tillage in Brazil. **Research Policy**, Amsterdan, v. 32, n. 4, p. 573-586, abr. 2003.

FIORAVANTI, Carlos. A vassoura varrida. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, out. 2006.

GIBBONS, Michael *et al*. **The new production of knowledge:** the dynamics of science and research in contemporary societies. London, England: Sage Publications, 2000.

GOMES, Aimberê. Itamaraju: Ceplac ensina o método da indução. **Sul Bahia News**, Itamaraju, 3 jun, 2008. Disponível em: <http://www.sulbahianews.com.br/ler.php?doc=295.> Acesso em: 05 dez. 2008.

HARTMANN, Thomas. O setor produtor de cacau no Brasil em 2007. **Boletim da Associação dos Produtores de Cacau**, Ilhéus, 13 abr. 2008. Disponível em: < http://www.apcacau.com/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=2.> Acesso em: 09 dez. 2008.

KNORR-CETINA, Karen; MULKAY, Michael. **Science Observed. Perspectives on the Social Study of Science**. London: Sage, 1985.

LATOUR, Bruno. Give me a Laboratory and I will Raise the World. In: KNORR-CETINA, Karen; MULKAY, Michael (Orgs.). **Science Observed. Perspectives on the Social Study of Science**. London: Sage, 1985, p. 141-170.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social:** an introduction to Actor-Network-Theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MEINHARDT, Lyndel *et al*. Moniliophthora perniciosa, the causal agent of witches' broom disease of cacao: what's new from this old foe? **Molecular Plant Pathology**, Londres, v. 9, n. 5, p. 577-588, set. 2008.

MEINHARDT, Lyndel *et al*. In vitro production of biotrophic-like cultures of *Crinipellis perniciosa*, the causal agente of witches's broom disease of *Theobroma cacao*. **Current Microbiology**, Nova York, v. 52, n. 3, p. 191-196, mar. 2006.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 256-283

MELO, Beth. Bahia vence pior doença do cacau. **Estado de São Paulo**, suplemento agrícola, São Paulo, 15 mar. 2007. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&notid=9466.> Acesso em: 09 dez. 2008.

MONDEGO, Jorge *et al*. A genome survey of *Moniliophthora perniciosa* gives new insights into Witches' Broom Disease of cacao. **BMC Genomics**, Londres, v. 9, n. 549, nov. 2008.

OLIVEIRA, Ana. Técnica induz o cacaueiro a resistir mais contra fungo. **A Tarde**, Salvador, 17 fev. 2008. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&notid=13711>. Acesso em: 05 dez. 2008.

PEREIRA, Gonçalo. Comunicação pessoal, 2006.

ROHTER, Larry. Model for Research Rises in a Third World. **The New York Times**, Nova York, 24 abr. 2001.

SAMPAIO, Edvaldo. **O sonho de um cacauicultor**. Salvador: Editora do autor, 2008.

SCARPARI, Leandra *et al*. Biochemical changes during the development of witches' broom: the most important disease of cocoa in Brazil caused by *Crinipellis perniciosa*. **Journal of Experimental Botany**, Oxford, v. 56, n. 413, p. 865-877, mar. 2005.

SANTOS, Cristina; OLIVEIRA, Ana. Técnica dribla vassoura-de-bruxa. **A Tarde**, Salvador, 30 set. 2005. Disponível em: < http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=515661>. Acesso em: 08 mar. 2010.

SCOTT, Pam. Levers and Counterweights: a laboratory that failed to raise the world. **Social Studies of Science**, Londres , v. 21, n. 1, p. 7-35, fev. 1991.

SIMPSON, Andrew *et al*. The genome sequence of the plant pathogen *Xylella fastidiosa*. **Nature** , Londres, v. 406, n. 6792, p. 151-157, 2000.

ZUGAIB, Antonio et al. **Mercado de Cacau**. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/mercado_cacau.htm>. Acesso em: 27 set. 2007.

Recebido: 25/03/2010

Aceite final: 25/11/2010

ARTIGO

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

Olhares sociológicos sobre a ciência no século vinte: mudanças e continuidades

MARCELO FETZ*
FABRÍCIO ANTÔNIO DEFACCI**
LERISSON NASCIMENTO***

Resumo

O artigo examina, em dois momentos distintos, as principais abordagens sociológicas sobre a ciência no século vinte: a Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Ciência e a Sociologia do Conhecimento Científico. No primeiro tópico são recapitulados os argumentos sociológicos de Karl Mannheim e de Robert King Merton. Defende-se a interpretação de que a obra de Mannheim seja reconhecida enquanto pressuposto epistemológico para o desenvolvimento da Sociologia da Ciência de Merton. Adaptada por Merton, a metateoria sociológica de Mannheim surge através de uma abordagem estrutural funcionalista associada a uma teoria de médio alcance. No segundo momento, são retomados os argumentos de Thomas Kuhn para, logo após, ser analisada a Sociologia do Conhecimento Científico enquanto apreciação construtiva da tradição de pensamento mertoniana. O estudo dos princípios lógicos da Sociologia do Conhecimento Científico de David Bloor e a investigação acerca da tradição de pensamento iniciada na Universi-

* Cientista Social e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

** Cientista Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara).

*** Cientista Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

dade de Edimburgo, na Escócia, foram o foco elementar dessa etapa do artigo. Finalmente, as principais características de cada uma das tradições são ressaltadas, buscando-se por mudanças e continuidades que viabilizaram o desenvolvimento da abordagem sociológica sobre a atividade científica desde sua gênese clássica até os estudos contemporâneos.

Palavras-chave: Epistemologia. Teoria sociológica. Sociologia do conhecimento. Sociologia da ciência. Sociologia do conhecimento científico.

Introdução

As inúmeras abordagens sobre a ciência através do horizonte sociológico revelam, em níveis distintos, a contribuição da sociologia para a consolidação de um campo investigativo capaz de descrever a atividade científica e o seu conhecimento de maneira mais específica e, ao mesmo tempo, questionar os direcionamentos da ciência em um cenário mais abrangente: a esfera social. Em um primeiro momento, encontramos uma tendência de aperfeiçoar cada vez mais os instrumentais metodológicos responsáveis pela apreensão direta da produção científica, em paralelo com as práticas estritas dos cientistas; num segundo momento, a Sociologia da Ciência se mostra interessada em pensar a relação entre a ciência e a sociedade, tanto no âmbito macro/global quanto na dimensão micro/local. Em linhas gerais, a Sociologia da Ciência é uma tentativa fecunda de abarcar a ciência não mais de maneira isolada, mas em sua necessária relação com os eventos externos que a circunscreve e que, em grande medida, condiciona as suas descobertas.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

O que hoje é concebido como um campo de atuação da Sociologia da Ciência é, também, o resultado de um desenrolar teórico lato que, sem dúvida, tem a sua base de fundamentação construída em aproximadamente um século de reflexões e de investigações distribuídas em diferentes propósitos e matrizes. Este fato transfigura-se em um elemento complicador para se pensar a área enquanto um campo unívoco de abordagens, mas, por outro lado, a tentativa de caracterizar uma continuidade no longo percurso das reflexões produzidas pode fornecer um norte para se entender, com maior clareza e profundidade, a sua situação atual. E é essa a tarefa que nos propomos a desenvolver neste artigo.

Pretende-se avaliar a Sociologia da Ciência em correspondência com os trabalhos desenvolvidos por Karl Mannheim, responsável pela confecção da Sociologia do Conhecimento na primeira metade do século XX. Seguido a isso, outro movimento teórico é indispensável para se perceber a sua constituição: trata-se da denúncia de que os condicionantes externos ao âmbito racional da produção científica têm um lugar privilegiado na configuração da lógica da descoberta científica, bem como na validação dos produtos da ciência. Esse ponto pode ser observado nos trabalhos de Thomas S. Kuhn e Robert K. Merton.[1] Vale ressaltar que Merton pretendia desvendar o *ethos* social da atividade científica, colocando em segundo plano a lógica da descoberta de leis, axiomas e conceitos. No entanto, qualifica esse elemento como uma norma cognitiva. Diante deste quadro mais geral, acreditamos ser viável a avaliação das condições

1 Se para o primeiro a atividade científica corresponde inicialmente a um processo que lhe é alheio, caracterizado pela demarcação de um horizonte referencial prévio (paradigma), que permanece ou sofre alterações radicais em conformidade com os propósitos extra-teóricos dos agentes envolvidos na produção do conhecimento (comunidades científicas), em Merton a denúncia aparece com maior profundidade à medida que procura colocar a ciência em uma moldura social anteriormente estabelecida e, simultaneamente, responsável por encaixá-la nas determinações de uma instituição social.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

que possibilitaram o surgimento da Sociologia da Ciência, bem como a sua atual articulação no debate sociológico contemporâneo.

O caminho metodológico escolhido se justifica, pois a Sociologia do Conhecimento sistematizada por Mannheim, na dimensão teórica e metodológica, fornece, ainda hoje, o ponto de apoio para se investigar a ciência através do arcabouço conceitual da sociologia. Isto se deve, significativamente, ao fato de que Mannheim pretendia aprofundar o pressuposto a partir do qual a realidade social pode ser entendida como a esfera primeira de constituição do pensamento e, por conseguinte, de toda a atividade humana, que é, essencialmente, uma atividade socialmente condicionada. Não obstante, o esforço empreendido por Merton tornou a ciência um fenômeno palpável do ponto de vista sociológico ao desvendar as determinações de seu movimento como idênticas às demais instituições sociais, demonstrando em definitivo um processo de sociologização da ciência, desde sempre em construção. Acompanhando estes dois movimentos teóricos, o contexto histórico caracterizado pela desconfiança no conhecimento científico-tecnológico viabilizou a legitimação de um discurso sociológico sobre a ciência, o qual alterou substancialmente o domínio exercido por outras áreas do saber, em especial a Filosofia.

Deste percurso resultam reflexões teóricas e investigações empíricas com diferentes sentidos, que assumem a denominação de Sociologia da Ciência. Com uma pretensão distinta das abordagens anteriores, este novo modelo de investigação da ciência, pelo viés sociológico, tem sua origem no primeiro quartel do século XX e, apesar de hoje estar pulverizado em diferentes direções, há um elemento comum que atravessa as concepções iniciais: a radicalização da desconfiança tanto em relação à ciência como na emancipação humana através da razão. Da potencialização dessa desconfiança, gradativamente nascerá o interesse comum em desvendar a lógica que rege a atividade científica e, portanto, a ciência

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

como um todo. A procura pela lógica da descoberta científica enquanto reflexo da sociedade, aparecerá em dois níveis, a saber, (1) focalizando o conhecimento científico por meio das técnicas e dos procedimentos utilizados em sua construção e (2) na sua articulação com outros sistemas discursivos que revestem a ciência das tendências sociais mais abrangentes e que, ao mesmo tempo, delimita o seu movimento dentro de um sistema regulatório, fornecido pela lógica do Mercado e do Estado.

Diante disso, o debate será iniciado com a análise da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim, considerando-se os pressupostos fundamentais apresentados pelo autor, em especial a concepção de condicionamento do pensamento à esfera social. Tal pressuposto será aperfeiçoado por Robert Merton através de uma empreitada empírica que demonstrará, através da Sociologia da Ciência estrutural-funcionalista, a via de apreensão da ciência associada às regras que orientam as instituições sociais. O primeiro ponto deste trabalho, portanto, dedicar-se-á a pensar a ciência sob a ótica do universo social que a envolve e que a determina. Seguido a isso, no segundo ponto apresentaremos as transformações do discurso sociológico sobre a ciência a partir da segunda metade do século XX, tendo em vista o debate proposto pela nova sociologia da ciência, a Sociologia do Conhecimento Científico, caracterizada pela crítica ao pensamento de Robert K. Merton, pela radicalização da abordagem histórica de Thomas S. Kuhn e pela disseminação das concepções teórico-epistemológicas que norteiam esta área.

A ciência sob o olhar sociológico: Karl Mannheim e Robert K. Merton

A primeira forma de análise sistematizada sobre a ciência através da sociologia aparece no início do século XX, com a Sociologia do Conheci-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

mento desenvolvida por Karl Mannheim. Além de uma análise, esta área procura também repensar a própria epistemologia desenvolvida pela Teoria do Conhecimento na Modernidade Iluminista, tendo em vista a superação das demarcações rígidas impostas pela via das Ciências Naturais. Assim, se de um modo a Sociologia do Conhecimento contribui, no século XX, para a formação de um campo peculiar de abordagem da ciência, por outro lado, é também responsável pelo profundo afastamento dos referenciais positivistas desenvolvidos por Auguste Comte e por Émile Durkheim.

Partindo dessa constatação primeira, algumas indicações prévias são necessárias antes de vincularmos a Sociologia do Conhecimento ao surgimento da Sociologia da Ciência e as implicações destas duas áreas para a formação de uma nova forma de discurso sobre a ciência. Em primeiro lugar, a sistematização feita por Mannheim corresponde ao desdobramento de dois grandes referenciais teóricos construídos no século XIX: o marxismo e o historicismo hermenêutico. Em segundo lugar, a Sociologia do Conhecimento precisa ser entendida em conformidade com o anseio de orientação das transformações sociais, o que implica na formulação de uma epistemologia comprometida com a sociedade, ou, de modo conceitual, que apresente uma função social para a ciência.

Em se tratando do horizonte de referência retirado por Mannheim do marxismo, o pressuposto da Sociologia do Conhecimento é preenchido pela afirmação do condicionamento social do pensamento. O pensamento se dá, em especial no caso do pensamento científico, determinado pelo contorno social, inerente a uma temporalidade e a uma espacialidade delimitadas. Tal pressuposto é importado da noção de ideologia apresentada por Marx e Engels (2007a). Segundo Mannheim (1976), a noção de ideologia significa, antes mesmo de suas conseqüências políticas, o fato de que o pensamento aparece sempre pré-determinado pelos interesses de um grupo dentro da esfera social. Mannheim descarta a possibilidade de existir uma verdade histórica capaz de se sobrepor às manifestações

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

ideacionais que emergem do jogo de interesses que forma na sociedade um campo de disputa. Toda forma de pensamento que emana do tecido social fragmentado pelas disputas dos grupos é, em parte, desde sempre ideológico, pois tenta impor sua condição social através da expansão dos seus respectivos interesses.

Diante da estratificação social apresentada pelo marxismo, que entende a sociedade como constituída por duas classes em conflito – no caso da modernidade, burgueses e proletários (MARX e ENGELS, 2007b) –, a perspectiva teórica que funda a Sociologia do Conhecimento concebe a sociedade como o resultado da combinação de inúmeros grupos sociais, os quais apresentam um pensamento diferenciado, de acordo com o lugar ocupado na própria sociedade. Entretanto, um véu de universalidade recobre a pluralidade social em termos do pensamento socialmente condicionado, sendo este o ponto de acesso às determinações de uma época como um todo (*Weltanschauung*).

Distanciando-se do marxismo, Mannheim vai buscar no historicismo hermenêutico fundado por Dilthey um modo de interpretar a formação da sociedade e, ao mesmo tempo, um suporte para a elaboração da Sociologia do Conhecimento. O norte do pensamento de Dilthey (1986) é idéia de que a história não possui um fio condutor inexorável; sem um elemento teleológico, base para a defesa do proletariado como portador de uma "verdade histórica", no caso do marxismo, resta pensar a história em constante construção. O homem, por sua vez, está inserido no fluxo histórico e é, simultaneamente, seu construtor e produto dele, caracterizando-se neste processo como uma unidade psicofísica de vida. Por conseguinte, a primeira derivação desta concepção de Dilthey é a de que não se pode mais conceber a história em seu sentido universal, mas nem por isso o horizonte histórico se dá completamente pulverizado. No meio do caminho entre o máximo de universalidade e o máximo de particularidade, a história é pensada como um movimento orientado por um

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

elemento abrangente que é submetido ao seu próprio processo, sendo, portanto, reordenada entre uma época e outra.

Tanto o marxismo, ao fornecer uma base material/social para o pensamento, quanto o historicismo, ao retirar a possibilidade de determinismo da história, tornam-se influências centrais para a Sociologia do Conhecimento. Em seu desenvolvimento posterior, tal área passa a entender a realidade social como a expressão do pensamento, ao passo que este pensamento é expressão dos contornos sociais, demarcando assim seu viés hermenêutico pela negação de qualquer causalidade possível e a consequente afirmação da realidade multideterminada. Este ponto de partida é enfatizado por Mannheim em Ideologia e Utopia, texto de 1929, onde o autor se propõe a tarefa de entender como os grupos sociais se comportam em função do pensamento enquanto cosmovisão que nortearia a sua atuação no mundo. Em vista disso, o pensamento socialmente condicionado pode se apresentar de dois modos fortemente distintos e, por vezes, altamente antagônicos: (1) uma representação ideológica da realidade social que tem por finalidade a manutenção da situação vigente ou (2) uma inadequação com as condições sociais vigentes que produz, no âmbito do pensamento, uma textura utópica/desiderativa como caminho para a superação e, por certo, para o aniquilamento das formas ideológicas. Em resumo, para Mannheim o conflito social, apreendido por meio da Sociologia do Conhecimento, é também seu próprio ponto de sustentação, onde a expressão da cultura se faz presente como uma forma delimitada de pensamento (ideológico ou utópico), mesmo que nem sempre seja fácil separar com total segurança uma de outra dentro do movimento social.

Decorre deste percurso inicial o fato de que a Sociologia do Conhecimento, ao se aproximar do movimento social na sua forma de representações ideacionais (mentalidades), é também expressão da cultura. Em outras palavras, a fundamentação epistemológica das Ciências Sociais, a partir da perspectiva mannheimiana, acontece quando a cientificidade é

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

balizada pelo movimento social, distanciando-se, assim, da postura positivista envolvida na pretensão de "isolacionismo" da realidade social: ciência e realidade, no caso da Sociologia do Conhecimento, permanecem na mesma dimensão; e considerando as alterações significativas no modo como o pensamento se dispõe na sociedade, a ciência sofre também mudanças em seu posicionamento.

Em vista desta aproximação da ciência com as formas de pensamento constituídas dentro da esfera social, a Sociologia do Conhecimento assume outro desdobramento: a função social. Podemos, diante destes dois processos que fundam a Sociologia do Conhecimento (espaço epistemológico e capacidade de atuação social), pensá-la como essencialmente normativa. Tal normatividade, que procura regular o movimento social através do Planejamento Democrático, é o ponto de validação da cientificidade desta área, a qual, conforme insiste Mannheim, não poderia alcançar legitimidade se permanecesse alheia às transformações sociais. No entanto, é possível afirmar que este segundo aspecto apresenta uma separação cronológica em relação ao primeiro.[2]

Em termos do contexto do período, a proposta mannheimiana torna-se mais compreensível. O ambiente tenso na Alemanha, ocasionado em grande parte pela esperança do povo alemão na chegada do III Reich e, com ele, o fim das turbulências e crises, demonstrou, em sua realização, a fragilidade do projeto republicano moderno diante do problema das massas e da violência desmedida, mediada pelo descontrole do poder político nas mãos do Esta-

2 Na década de 1920, Mannheim estava vinculado ao debate filosófico do período e, com isso, sua principal preocupação foi a de estabelecer um campo epistemológico de apreensão da realidade social distante do modelo "naturalizante" do pensamento moderno. O texto de 1929 (Ideologia e Utopia) marca a passagem da perspectiva do autor, no sentido de aplicar os produtos da reflexão anterior na forma de intervenção social. Apesar de colocar como subtítulo da obra "uma introdução a Sociologia do Conhecimento", seu alcance é muito maior: pela primeira vez o autor tenta sistematizar a noção de intelligentsia e sua possibilidade de intervenção social, o que implica em considerar a atuação normativa da Sociologia do Conhecimento como sendo parte de sua fundamentação.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

do/Nação. A confiança e a responsabilidade depositada por Mannheim no intelectual é uma resposta ao seu tempo; uma resposta que assume a via do controle social, priorizando a propaganda e a educação como mecanismos para contornar a incerteza em uma sociedade que vivencia o esvaziamento dos valores e da cultura inerentes ao processo civilizatório.

É em vista disso que a Sociologia do Conhecimento se diferencia substancialmente da Sociologia da Ciência na contemporaneidade: a busca pela normatização do processo social, mesmo sem uma teleologia definida *a priori*. O planejamento democrático tem, neste caso, um vínculo indispensável com o projeto mais amplo da Sociologia do Conhecimento, na sua fundamentação elaborada por Mannheim. Trata-se de desenvolver mecanismos de controle/intervenção sob um processo social descontrolado; mas, para isso, o primeiro passo é a compreensão do processo social. Assim, na primeira formulação (antes de *Ideologia e Utopia*), a Sociologia do Conhecimento tem um compromisso epistemológico, norteado pelo anseio de sustentar as Ciências Sociais diante do modelo das Ciências Naturais. Com a composição de *Ideologia e Utopia*, a concepção mannheimiana passa para o aspecto político e militante.

A pretensão de abordar a gênese da Sociologia da Ciência através da Sociologia do Conhecimento é uma inserção na fase epistemológica desta última, uma vez que nela está o pressuposto da determinação social do pensamento. No entanto, este pressuposto foi depurado por outras reflexões, antes de caracterizar a Sociologia da Ciência como se apresenta na contemporaneidade[3]. Entre tais reflexões, destaca-se o trabalho do sociólogo Robert K. Merton, que procurou avaliar o *ethos* social da ciência,

3 Antes de que seja iniciada a segunda etapa desse debate, faz-se necessário recordar ao leitor um importante elemento, uma ressalva metodológica que, apesar de curta, é de significativa relevância. É irreal pensarmos de uma maneira linear a passagem da sociologia do conhecimento à sociologia da ciência. No entanto, esse caminho apresenta-se como uma abordagem viável para a organização de nosso raciocínio. Pretende-se deixar claro ao leitor, portanto, de que se trata de um tratamento analítico arbitrário, porém necessário.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

tomando como ponto de partida o fato de que a instituição científica possui regras e normas socialmente convencionadas e responde à dinâmica social como qualquer outra instituição social.

A origem da Sociologia da Ciência é circunscrita ao ambiente intelectual norte-americano da década de 1930, quando poucos trabalhos foram redigidos. Entre as pesquisas com maior impacto no campo acadêmico, podemos citar a tese de doutorado de Merton (1970a), originalmente publicada no ano de 1938. Esquecida por quase dez anos (na década de 1940), ela voltou a ganhar força nos anos cinquenta, fortalecendo-se no período seguinte. Seu desenvolvimento está diretamente associado à figura intelectual de Merton. Merton soube empregar, como poucos o fizeram, as mais diferentes abordagens da sociologia clássica para lidar com o estudo da realidade empírica. De qualquer forma, podemos falar em circunstâncias singulares norte-americanas, nas quais foi possível o desenvolvimento de um estilo de pensamento coerente com o espírito da época, ou seja, a sociologia, historicamente contextualizada, trará em seu bojo as singularidades de seu tempo.[4] Recapitular o ambiente intelectual norte americano talvez possa nos auxiliar no processo de compreensão das mudanças sociais pelas quais a sociologia do conhecimento passou, ligando-se à sociologia da cultura de massas e, no pensamento de Merton, dando origem à sociologia da ciência, interpenetrada pelo funcional estruturalismo.

Paralelo aos pilares teóricos da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim, a Sociologia da Ciência obteve elementos novos e essenciais para o seu desenvolvimento no círculo acadêmico norte americano. Merton não foi o primeiro a empregá-la, tendo-a recebido de seus mes-

4 Utilizamos a concepção teórico-epistemológica de Karl Mannheim para o estudo da sociologia da ciência de Robert Merton – nesse sentido, o estudo da estrutura interna de seu pensamento correlacionar-se-á com o universo sócio-histórico de sua época. A coerência interna da obra, portanto, deverá ser historicamente situada.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

tres e do ambiente acadêmico com um todo. Muito da sua recepção por esse intelectual deve-se à sua trajetória teórica de pensamento. Embora esse fato seja de suma importância para estudarmos o pensamento de Merton enquanto unidade individual, dever-se-á refletir sobre o pessimismo que pairava sobre o ambiente intelectual local, assim como ocorrido com o ambiente alemão[5]. Nas palavras de Merton:

> *O pensamento norte-americano se revelou receptivo para a sociologia do conhecimento, em grande parte porque esta disciplina trata de problemas, conceitos e teorias que são cada vez mais pertinentes à situação social contemporânea dos Estados Unidos, porque a sociedade norte-americana chegou a ter certas características das sociedades européias nas quais surgiu inicialmente a disciplina (MERTON, 1970b, p. 554).*

Embora seja o pensamento de Karl Mannheim de vital importância, quando Merton se refere à sociologia do conhecimento ele não o faz restritamente à tradição da *Wissenssoziologie*, mas a partir de um leque mais amplo de autores. Além do próprio Mannheim, Merton ventila as concepções teóricas de Karl Marx, Max Scheler, Émile Durkheim e Pitirim Sorokin. Além desses, diretamente citados em sua obra, podemos acrescentar ainda as concepções de Max Weber, Georges Gurvitch e Talcott Parsons, sendo este último seu mestre durante o doutorado na Universida-

5 Se o contexto alemão era marcado pelo desastre da primeira guerra, pelas restrições do tratado de Versalhes e pela ascensão do nazi-fascismo na Alemanha, trazendo à tona todos os fantasmas históricos daquela sociedade, o ambiente americano não era diferente. Apesar da euforia do capitalismo de massas dos anos de 1910 e 1920, a guerra marcaria parte de seu ambiente intelectual, não de fato mas, principalmente, pela imigração de inúmeros pensadores europeus que a vivenciaram pessoalmente. É o caso do próprio Mannheim e de outros como Theodor Adorno, cujas relações pessoais com Paul Lazarsfeld, sociólogo vienense, demonstraram o choque entre duas diferentes tradições de pensamento (JAY, 1986). Assim como o ambiente intelectual europeu, berço da sociologia do conhecimento, a academia norte-americana também vivenciava um pouco de seu pessimismo. Na realidade, grande parte do pessimismo europeu somente se realizou no interior da academia norte-americana.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

de de Harvard. Apesar das contribuições de alguns desses autores serem esparsas, Merton dá a seguinte definição à sociologia do conhecimento: *um ponto central de concordância em todos os enfoques da sociologia do conhecimento é a tese de que o pensamento tem uma base existencial na medida em que não é determinado imanentemente e enquanto um ou outro de seus aspectos pode ser derivado de fatores extracognoscitivos* (MERTON, 1970b, p. 559). É dessa premissa teórica que derivará a Sociologia da Ciência, subdisciplina da Sociologia do Conhecimento. Ao ser sistematizada por Merton, essa nova subdisciplina ganha uma modelação diferenciada se comparada unicamente aos preceitos teóricos da Sociologia do Conhecimento de Mannheim. E isso se deve, em grande parte, ao fato de que Merton não foi somente um bom analista da realidade empírica, mas também um importante teórico das Ciências Sociais. Seu pensamento é classificado como representante da tradição funcional-estruturalista. Sua ligação com a tradição durkheiminiana é, portanto, clara. Mas, como relata Piotr Sztompka (1996), Merton apresentava uma forte personalidade, o que o tornava um intelectual singular, sobretudo por sua capacidade de saber relacionar diferentes pressupostos teóricos.

O debate teórico proposto por Merton revela uma importante oposição para refletirmos a passagem da Sociologia do Conhecimento para a Sociologia da Ciência. Sua concepção acerca das Ciências Sociais é muito clara: a Sociologia é uma ciência jovem e, como tal, não goza de um discurso que possa ser generalizado para todos os fenômenos sociais. Em vista disso, as ciências sociais devem ser sustentadas por uma teoria de médio alcance, opondo-se ao chamado sistema total de teoria sociológica – a referência máxima para esse discurso meta-teórico, ao qual se opõe Merton, era por ele muito conhecido: os procedimentos adotados por Talcott Parsons (1951).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

De outro modo, Teoria sociológica *se refere a conjuntos de oposições logicamente entrelaçados dos quais se podem derivar umas quantas uniformidades empíricas* (MERTON, 1970b, p.51). Enquanto que a teoria de médio alcance é caracterizada por meio de

> *hipóteses necessárias de trabalho que surgem em abundância durante a rotina de pesquisas diárias e amplos esforços para desenvolver uma teoria unificada capaz de explicar todas as uniformidades observadas de comportamento, organização e mudanças sociais. [...] A teoria de médio alcance é usada principalmente para servir de guia às pesquisas empíricas. Ocupa uma situação intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, as quais estão muito afastadas das espécies particulares de comportamento, organização e mudança sociais para explicar o que é observado, e as minuciosas ordenadas descrições de pormenores que não estão de modo algum generalizados. [...] As teorias de médio alcance tratam de aspectos limitados dos fenômenos sociais, conforme o próprio nome indica. Fala-se de uma teoria de grupos de referência, de mobilidade social, de conflitos de desempenho de papéis e de formação de normas sociais, exatamente como se se falasse de uma teoria de preços, uma teoria dos germes das doenças ou uma teoria cinética dos gases (MERTON, 1970b, p. 51-2).*

Com relação aos sistemas totais, Merton afirma que: *o primeiro equívoco é o de pensar que os sistemas de pensamento possam desenvolver-se eficazmente, antes que uma quantidade de observações básicas tenha sido acumulada.* Dando continuidade a sua argumentação, lembra Merton que *a segunda concepção errônea* [...] *repousa numa falsa suposição de contemporaneidade histórica, segundo a qual todos os produtos culturais existentes no mesmo momento histórico possuem o mesmo grau de maturidade* (MERTON, 1970b, p.59). Ao tratar do complexo teórico de autores imbuídos do *sprit de système*, como Comte e Spencer, surge à tona a distinção entre Ciências Naturais e Ciências Sociais e a ques-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

tão da adaptação direta do sistema de análise positivo para um universo histórico-cultural. Nesse ponto, observa-se que a obra de Merton não toma a estática dos fenômenos sociais como um elemento fundamental. O estrutural-funcionalismo mertoniano, portanto, é atravessado por certo dinamismo, o que desmente as teses críticas que afirmam a incapacidade do funcionalismo de Merton para explicar a mudança social; a mudança seria possível e poderá ser explicada, mas sob o canon da noção de função social. Nesse contexto, não é a explicação que conta, mas, sim, como ela é trabalhada teórica e epistemologicamente pelo intelectual.

A oposição entre metateoria e teoria de médio alcance fomenta uma importante oposição analítica na obra de Merton. É a partir desse enfoque que os fundamentos teóricos da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim são ressemantizados por Merton, dando origem a uma Sociologia da Ciência pouco interessada em responder algumas das questões canônicas entre os aspectos sócioexistenciais da indeterminação imanente e dos aspectos extra-cognoscitivos que interpenetrariam a relação entre ciência e sociedade. Merton, diferentemente dos intelectuais do século XIX e do próprio Mannheim, em grande medida, não se preocupa com tais questões, não porque elas não existam, mas porque não se possui, ainda, um rol de conhecimentos sociológicos que possa servir de base para a reflexão acerca de elementos tão gerais, do ponto de vista da teoria social.

A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, assim, é um importante pilar para o pensamento social que toma a ciência enquanto um objeto socialmente condicionado. No entanto, essa passagem do pensamento socialmente condicionado ao condicionamento empírico dos fenômenos científicos, para Merton, é de extrema complicação. Antes de poder elaborar uma teoria total, que fundamente teoricamente o condicionamento social do pensamento, é necessária a criação de uma teoria de médio alcance que canalize o estudo de variáveis que, por sua

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

vez, fundamentem empiricamente a relação entre ciência e sociedade. Sendo assim, Merton, próximo da tradição de pensamento funcionalista das Ciências Sociais, volta-se para o estudo de problemas básicos, dando solução ao primeiro equívoco dos tratados metateóricos. O primeiro objetivo seria acumular uma quantidade de observações básicas de caráter empírico acerca da estrutura da ciência enquanto uma instituição social para, então, futuramente talvez, possibilitar o desenvolvimento de estudos de caráter macro-social com alto grau de generalização.

Se, para Mannheim, os condicionantes sociais do pensamento são entendidos enquanto pressupostos da análise sobre a epistemologia, Merton busca operacionalizá-la empiricamente. Em outras palavras, Merton reduz o escopo do enfoque teórico proposto por Mannheim, subdividindo-o em elementos de pequeno porte, passíveis de tratamento particular. O pensamento em geral, dessa forma, encontrar-se-ia no plano metateórico da *gnosis* – impossível, ou pelo menos pouco mensurável a ponto de ser abordado por uma ciência tão jovem, como é o caso da sociologia. Merton, portanto, opera um recorte sob a concepção totalizante de Mannheim, deslocando a esfera da *gnosis* para a da epistême da ciência, tomando-a enquanto *locus* elementar de elaboração de conhecimentos. Embora o recorte elaborado por Merton privilegie a interpenetração do universo social com o científico (e esse é o fundamento teórico que possibilita o tratamento da ciência enquanto um fenômeno sociológico), o desenvolvimento analítico de sua obra contemplou o *ethos* da atividade, deixando de lado a pretensão sistêmica de relacionar diretamente um mundo objetivo e neutro a outro, subjetivo e historicamente contingenciado.

Diante disso, podemos concluir que a unidade empírica da Sociologia da Ciência estrutural-funcionalista é a ciência enquanto instituição social – ou uma subdivisão da categoria pensamento, empiricamente operacionalizada. Seu fundamento teórico é revelado através do fato de que

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

o pensamento possuiria uma base existencial que, depurada pela construção teórica de Merton, atingiria a estrutura da organização científica enquanto um elemento sociológico. Logo, do mesmo modo que as teorias de médio alcance tratam de aspectos limitados dos fenômenos sociais, analisa-se a instituição científica a partir de suas formas organizacionais, como que se essa estivesse, inicialmente, deslocada do ambiente social exterior. De outra forma, a Sociologia da Ciência trata dos fenômenos sociais empíricos característicos da organização interna da instituição científica. Se o condicionamento social do pensamento é algo importante, mas difícil de ser demonstrado, a Sociologia da Ciência funcional-estruturalista circunscreve os aspectos limitados da porosidade entre sociedade e ciência que poderiam ser empiricamente demonstrados, mas que correriam o risco de ser sociologicamente irrelevantes. Esse foi o principal risco enfrentado, de maneira consciente, por Merton durante toda a sua obra.

A ciência, portanto, tende a apresentar um ordenamento objetivo de funcionamento, cujos padrões de reprodução são compreendidos como normas sociais de regulação das atividades e de comportamentos. Logo, é possível elaborar um tipo ideal de ciência, cujo funcionamento pleno fundamenta e caracteriza as relações de oposição e de conflito entre norma, função, anomia e desvio (MANNHEIM; MERTON; MILLS, 1974). Pensa-se na noção de equilíbrio interno entre os fenômenos sociais. A categoria equilíbrio liga-se diretamente à noção de igualdade entre os participantes, em que todos apresentariam as mesmas condições de trabalho. O desvio, portanto, acarretaria em uma forma indesejada de desequilíbrio funcional, cuja correção levará, necessariamente, a um novo estado de equilíbrio entre as formas estruturais e particulares. Dada essa concepção de organização institucional, foi possível para Merton caracterizar os elementos que trabalham para a manutenção funcional da organização institucional e aqueles que trabalham para a ruptura dos padrões sociais

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

de normalidade, vistos como maléficos à boa produção de conhecimentos universais.[6] Se a norma padrão de comportamento interno implica na realização da função da instituição científica, a principal questão a ser respondida pela tradição de pensamento estrutural-funcionalista é de como essa instituição se organiza com o objetivo de cumprir a sua função de produção de um tipo singular de conhecimento.

Finalmente, a metáfora aqui utilizada é a de um organismo biológico, onde as partes se relacionam com o todo em prol de sua manutenção sistêmica, isto é, a ciência composta por elementos que tenderiam a um estado normal de equilíbrio, onde o prestígio social e a qualidade do trabalho se interpenetrariam ao mesmo tempo em que forneceriam ao cientista a motivação para que produção científica seja elaborada, respeitando-se as normas sociais e as normas cognitivas, fundamental para que as pesquisas obtenham o reconhecimento por seus pares.[7] Disso deriva o fato de que a ciência pôde se tornar um objeto de pesquisa sociológico por apresentar, de maneira geral, quatro imperativos: (1) o comunismo; (2) o universalismo; (3) o desinteresse e (4) o ceticismo. Tais imperativos demonstrariam a sociologização da ciência sob o molde de uma instituição social, respondendo aos valores e normas padrões de uma comunidade científica.

6 De maneira geral, trata-se do mesmo sentido de ideologia e utopia. O léxico é modificado, mas o sentido é o mesmo, circunscrito ao ambiente da instituição científica e de uma comunidade de cientistas.

7 Prestígio social e reconhecimento pelos pares compõem o léxico analítico de outro importante viés sociológico. Estamos falando de Pierre Bourdieu (2001), que apesar das desavenças intelectuais com Merton, reconheceu em um de seus trabalhos sobre a dinâmica social do campo científico a importância da contribuição das pesquisas empíricas de Merton para o desenvolvimento da sociologia da ciência.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

Entre a Sociologia da Ciência e a Sociologia do Conhecimento Científico

O olhar sociológico sobre a ciência apresenta, atualmente, alterações significativas. Podemos defender a tese de que os estudos sociológicos sobre a ciência passaram por um processo de pulverização, sob o qual a tradição de pensamento que surgiu, em grande medida, com Karl Mannheim, e que inspirou fortemente os trabalhos de Robert K. Merton disseminou-se pela academia de forma assaz distinta. Não é possível, atualmente, visualizar uma unidade epistemológica elementar, dado que o núcleo teórico da disciplina, amiúde, está cada vez mais próximo da multidisciplinaridade. Do ponto de vista histórico, três tradições teoricamente diferenciadas podem ser identificadas, sendo que as duas primeiras linhas de pensamento possuem fundamentos claramente observáveis, como já foi demonstrado no ponto anterior. Com relação àquilo que aqui chamamos de terceira tradição, encontramos apenas um esboço de orientação para o desenvolvimento de um pensamento analítico, compreensivo e explicativo.

Ademais, a terceira tradição de pensamento distingue-se qualitativamente das duas anteriores em vários sentidos, caracterizando-se, particularmente, por certo ecletismo teórico-metodológico, sendo difícil a sua qualificação sob um núcleo explicativo/compreensivo unívoco. Temos, assim, a seguinte trajetória: i) a Sociologia do Conhecimento (SCo); ii) a Sociologia da Ciência (SCi); iii) a Sociologia do Conhecimento Científico (SCCi). A SCCi apresenta outras denominações como, por exemplo, nova sociologia da ciência ou terceira onda dos estudos científicos. A passagem de uma tradição à outra, de certa forma, marca um processo de radicalização do pessimismo sobre a atividade científica e à razão. Mesmo o conceito de sujeito epistêmico, tanto nas Ciências Sociais quanto nas Ciências Naturais, vem sendo gradativamente destituído dos pressupostos clássicos de imparcialidade, objetividade e neutralidade. Assim, a noção

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

de verdade científica emerge associada cada vez mais à esfera do poder social e à ideologia política. A metáfora tomada para a representação da atividade científica é a guerra, enquanto atividade de caráter bélico. Outra forma empregada para a caracterização do universo científico é a noção de negociação, a partir da qual a compreensão da ciência realiza-se pela observação da organização em redes sociais – mesmo sob a forma de redes epistemológicas ou de arenas trans-epistêmicas.

Na SCCi, diferentemente da tradição estrutural-funcionalista, o conhecimento é o fenômeno fundamental a ser problematizado, sendo essa a principal crítica feita por essa tradição à anterior, justificando-se, assim, a adoção de um novo paradigma interpretativo para a atividade científica. O foco principal é a ciência em construção, e não apenas a dinâmica entre os pares no interior da comunidade científica, suas normas sociais e cognitivas, bem como os seus padrões de sociabilidade. Nesta perspectiva, o laboratório surge como espaço privilegiado para o estudo da dinâmica científica: é o local onde ocorre a produção do conhecimento, onde as caixas pretas encontrar-se-iam ainda abertas, ou em processo de fechamento. Para além do laboratório e de sua dinâmica social, analisam-se as controvérsias científicas, suas soluções. Nesse sentido, a distinção entre o falso e o verdadeiro se dá sob um viés estritamente social. Não se fala apenas nas formas de produção do conhecimento, mas no conhecimento científico enquanto uma construção contingencial da sociedade, como produto do tempo e do espaço sociais. O debate metodológico e teórico é colocado em segundo plano – e, por vezes, desconsiderado –, sendo que os elementos extracognitivos, nesse sentido, não seriam interpretados como fatores externos à atividade científica, mas, sim, enquanto elementos fundamentais que a compõem, que a configuram em sua forma constitucional, institucional e, sobretudo, epistemológica. Uma passagem, no entanto, é capital para a depuração da SCi em SCCi, a qual caracteriza a

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

transição entre as duas concepções. Falamos do importante trabalho de Thomas S. Kuhn sobre a estrutura das revoluções científicas.

A exposição feita por Kuhn (2006) trata de como o empreendimento científico pode ser compreendido sócio-historicamente, em contraposição a uma interpretação que vê a ciência como uma esfera que produz conhecimento apenas obedecendo às regras do método científico racional. No prefácio de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn afirma que foi bastante influenciado pelas idéias do médico polonês Ludwik Fleck (1986).[8] Assim como este, Kuhn não crê que a ciência apresenta um desenvolvimento de caráter contínuo e cumulativo. A ciência progrediria

8 Menção deve ser feita aqui ao trabalho de Ludwik Fleck (1986), médico polonês especializado em bacteriologia e sorologia. Fleck faz uma análise histórica do desenvolvimento da sífilis, tomando-a como um fato científico socialmente construído. Seus estudos no campo da medicina lhe proporcionaram o ponto de partida para a tese sobre como os mecanismos sociais "dirigem" e "constroem" os fatos científicos. Isso em muito se deve à singularidade da atividade médica que, de acordo com o autor, apresenta um empreendimento científico de caráter coletivo e voltado para o atendimento de necessidades sociais, sob a égide da instrumentação e da eficiência. Ludwik Fleck identificou duas particularidades nesse campo: a) o conhecimento na medicina não está direcionado para o que é regular, e sim para o anormal, o patológico (os estados de enfermidade), por isso analisa-se sempre cada caso, assim conceitualizações em medicina são de tipo menos "abstrato" e mais de tipo estatístico; b) não se desenvolve um conhecimento por si mesmo, este só ocorre mediante avaliações de êxito. Não há essência, portanto, em um fenômeno científico no campo da medicina, pois as noções de patológico e anormal apresentam contingências espaço-temporais que as circunscrevem em um plano subjetivo, socialmente determinado, atribuindo um valor extra-científico à produção de discursos classificatórios. Interessa-se pelas estruturas sociais (mecanismos "externos" à ciência) e de pensamento que levam às práticas de caráter científico. Por isso procura desenvolver uma teoria do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento. Coletivos de pensamento - unidade social da comunidade de cientistas de um determinado campo, como no caso dos profissionais de saúde, por exemplo – que possuem estilos de pensamento - pressuposições de estilo sobre os quais o coletivo constrói seu edifício teórico - isso variando conforme o grupo. Nesse sentido, o progresso do conhecimento significa um desenvolvimento coletivo incessante do estilo de pensamento. Este último possui três etapas: i) instauração do estilo de pensamento; ii) extensão do estilo de pensamento; ii) transformação do estilo de pensamento. O desenvolvimento do conhecimento científico não é cumulativo, é fruto de uma reorganização produzida no processo de investigação, pois as idéias surgem da circulação do pensamento em um ambiente coletivo de cientistas.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

nos momentos de crises paradigmáticas. O desenvolvimento da ciência apresentaria estágios pré-paradigmáticos, paradigmáticos (ciência normal) e períodos de crise/revolução onde o paradigma é colocado em cheque. O paradigma é um modelo ou um padrão socialmente aceito pelas comunidades científicas. Assim como uma decisão judicial é aceita no direito costumeiro, o paradigma é um objeto a ser melhor articulado e precisado em condições novas ou de maior rigor científico.

A existência de um paradigma coloca um problema a ser resolvido pelos demais cientistas na prática da ciência normal. O trabalho do cientista é o de montar quebra-cabeças; o resultado, já se sabe, é o paradigma, uma resposta, uma explicação para um determinado fenômeno científico. O fascínio do cientista na ciência normal, no período paradigmático, é o de descobrir melhores formas de se montar o mesmo quebra-cabeça. Nesse universo, a comunidade científica desempenha um papel de suma importância. Os paradigmas delimitam o que é passível de tratamento científico. Os paradigmas assumem, por vezes, a forma de tradições sociais inseridas no contexto de pesquisa, condicionando a prática científica. A ciência normal se constitui como um conjunto de procedimentos reconhecidamente aceitos. Às revoluções paradigmáticas, que se caracterizam pela quebra da unidade epistemológica reconhecida pelos pares, sucedem-se, quase simultaneamente, à passagem das gerações de cientistas.

A história das revoluções paradigmáticas é, portanto, a história dos homens que se encontram por detrás delas, bem como das características societárias que fundamentaram a possibilidade da mudança social. Somente o desenrolar histórico seria capaz de demonstrar a fundamentação social das leis científicas – haveria, assim, uma perfeita correspondência entre os fundamentos empíricos e teóricos da explicação científica e os fatores subjetivos e extra-cognitivos, condizentes com o universo social. Uma revolução científica que falsifique os fundamentos da ciência normal

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

somente é possível quando se encontra diretamente associada a algum tipo de mudança social. Finalmente, a produção dos fatos científicos não pode ser compreendida apenas a partir da relação sujeito – objeto, mas através da relação sujeito-sujeito. Em outras palavras, o olhar do observador é condicionado pelo olhar da comunidade científica, onde ambos são condicionados pelo paradigma, também chamado de matriz disciplinar.

A SCCi, nesse sentido, busca dar fundamentação epistemológica ao debate proposto por Kuhn. Ao viés histórico e processual de Kuhn, a SCCi tenta atribuir fixidez, através do acréscimo de um novo pressuposto teórico-normativo, capaz de re-orientar a interpretação da ciência e do tipo de conhecimento produzido em seu ambiente social. A neutralidade axiológica é deixada de lado, não sendo, portanto, mais do que um elemento representativo para que se faça a compreensão dos fatos científicos. A realidade, por sua vez, é totalmente vedada ao sujeito epistêmico. A relação entre sujeito e objeto se perde em prol de uma via de mão única, onde não há interpenetração do universo empírico sob os fatos científicos. De outra forma, a palavra possui plena autonomia frente a seu referente real – a ciência torna-se um ambiente exclusivamente discursivo, onde os jogos de palavras se traduzem em formas de vida, e essas, na prática científica (proferir discursos legitimamente reconhecidos pela sociedade e aceitos pelos pares acadêmicos). A ciência, nesse sentido, funde-se gradativamente com o mundo da vida, e a compreensão da sua dinâmica existencial é de fundamental importância para a explicação da origem dos fatos científicos, construídos pelos homens que vivem em um ambiente histórico e societário transitório. Trata-se, portanto, de uma forma de explicação influenciada por teses pós-estruturalistas, particularmente quando se observa a relação entre a palavra e o objeto, situados em pólos distintos e, às vezes, completamente isolados um do outro.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

A SCCi desdobra-se em pelo menos cinco correntes, as quais, de maneira conjunta, constituem a tradição sociológica que busca explicar e compreender a ciência e o seu pensamento enquanto uma prática socialmente construída. Uma das principais escolas desta tradição, fundamental para pensarmos na sua disseminação mundial, é o chamado *Programa Forte* em Sociologia do Conhecimento Científico. Associado ao *Science Studies Unit* da Universidade de Edimburgo, na Escócia, e ao *Science Studies Unit* da Universidade de Bath, o Programa Forte possui como principais referências os estudos de David Bloor, Harry Collins e Michael Collins.

A fundamentação epistemológica da SCCi, ou ao menos uma tentativa de realização de tal tarefa, está contida no trabalho de David Bloor (1991), *Knowledge and social imagery*. Quatro são os critérios que fundamentariam teoricamente o chamado Programa Forte: i) a causalidade, ii) a imparcialidade, iii) a simetria e iv) a reflexividade (Bloor, 1991). Esses quatro princípios buscam dar unidade à Nova Sociologia da Ciência (SCCi), ao mesmo tempo em que tentam negar e criticar os pressupostos teóricos que, de certa forma, fundamentavam os trabalhos anteriormente realizados. Trata-se de um aprofundamento da vertente kuhniana de pensamento, que aqui surge na forma de imperativos teóricos e epistemológicos.

Diferentemente da escola positivista e neo-positivista, a gênese dos fatos científicos não mais é buscada na lógica de reprodução do conhecimento científico, onde uma forma particular de seleção "darwinista" atuaria como meio de aperfeiçoamento do saber sobre os fenômenos físicos (um mecanismo imanente à própria ciência). Se, para Khun, a comunidade científica surge como protagonista dos processos de revolução científica, para a SCCi, a comunidade científica não somente é protagonista da produção dos fatos científicos, mas, antes, ela é a escultora de uma forma quase que fictícia de realidade empírica, vedada ao homem. A comunidade científica, portanto, seria responsável pela construção dos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

fatos científicos. A prática científica, desenvolvida por uma comunidade, ainda seria interpenetrada pelo universo social de sua época. As barreiras entre o científico e o não-científico são fundamentalmente superadas. Finalmente, a ciência ganha ares de atividade culturalmente determinada. Sob os quatro princípios, busca-se normatizar o raciocínio da nova sociologia da ciência, premissas que foram constantemente debatidas na escola de Edimburgo, e nos trabalhos de Harry Collins e Trevor Pinch (2003) e de Collins e Evans (2002).

O princípio da causalidade, como o seu objetivo central, canalizaria os olhares para o estudo dos fenômenos sócio-cognitivos extra-científicos (de ordem psicológica, psicossocial, cultural, econômica e social), que condicionariam o conhecimento científico, construído no interior da comunidade científica. O princípio de imparcialidade, por sua vez, buscaria aperfeiçoar o pressuposto da neutralidade axiológica sob a lógica de uma ciência construída através de fatores sócio-cognitivos diversos, localizados dentro e fora do mundo científico. O segundo princípio volta-se para o estudo da dinâmica científica, entendendo-a como um universo exclusivamente sociológico que abrangeria tanto a análise de teses científicas de sucesso quanto das teses científicas fracassadas (diferentemente dos estudos que somente tomam como objeto de pesquisa as teorias representativas da realidade). No princípio da simetria, tanto o erro quanto o sucesso passam a ter o mesmo fundamento empírico explicativo, dando complementaridade ao princípio de imparcialidade. Em outras palavras, tanto o erro quanto o sucesso de uma lei ou axioma seriam explicados por fatores sociais transcendentes, ou seja, o sucesso deve ser explicado tomando-se como unidade empírica o ambiente social e suas formas de organização, diferentemente do tradicionalmente proposto, onde somente o erro resultaria da interferência de fatores sociais. O princípio da reflexividade, finalmente, busca atribuir à ciência social os mesmos condicionantes transcendentes

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

observados nas ciências da natureza, ou seja, atribui a própria sociologia do conhecimento científico a lógica da causalidade, da imparcialidade e da simetria. De forma latente, esses quatro princípios já estariam presentes no trabalho de Thomas S. Kuhn sobre a origem das revoluções científicas. O intuito, realmente, é o de dar unidade aos pressupostos de Kuhn, colocando-os em tela de forma explícita e, de certa forma, objetivamente, sob a égide de um método estático e universal.

Embora possuam esses quatro princípios como uma espécie de núcleo teórico, outras variações podem ser encontradas na SCCi. Estas variações seriam tanto de cunho metodológico quanto de caráter teórico. Nesta perspectiva, podemos classificar os trabalhos desenvolvidos pelos autores ligados a esta tradição de pensamento de acordo com os principais critérios analíticos adotados para o estudo do conhecimento científico na SCCi. Sob tal critério classificatório, quatro vertentes ou subáreas podem ser facilmente identificadas: i) o construtivismo social, ii) o relativismo social, iii) a análise do discurso e iv) o modelo de interesse. Um mesmo autor, todavia, poderá associar-se a mais de uma subárea da SCCi, dificultando-se, assim, a sua classificação sob um critério único e objetivo. Embora essa múltipla associação possa ser um recurso adotado por certos autores, podemos compreendê-la como mero reflexo da carência teórica que caracterizaria a área (ZUCKERMAN, 1988).

Apesar da unidade epistemológica buscada pelo Programa Forte ter resultado na elaboração de quatro princípios que, de maneira geral, objetivam normatizar a vertente kuhniana de análise, ao atribuir um papel efetivo para a comunidade científica no que diz respeito à construção dos fatos científicos, os estudos desenvolvidos pela SCCi, quase que em sua totalidade, não demonstraram, objetiva e empiricamente, a ligação efetiva entre os contornos da sociedade e a morfologia dos fatos científicos desenvolvidos. Com isso, os trabalhos estão muito mais próximos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

de análises de caráter especulativo do que propriamente de trabalhos de demonstração e de confirmação dos quatro princípios que canalizam os estudos da SCCi. Em decorrência desses fatores, são várias as críticas direcionadas aos trabalhos da SCCi, especialmente àqueles que partem do estudo das chamadas controvérsias científicas, que desde a década de oitenta do século passado somam grande número de exemplares.

Dois extremos dividem a sociologia do conhecimento científico. De um lado, observam-se trabalhos voltados para o estudo e para a análise das influências sociais que condicionariam a esfera científica (de um ponto de vista macrossociológico); de outro, estudos dos fenômenos que influenciariam diretamente a construção social dos fatos científicos (sob um ponto de vista microssociológico). Em meio ao processo de institucionalização efetiva da área, observa-se o que pode ser qualificado como um período de transição entre a Sociologia da Ciência e a Sociologia do Conhecimento Científico. Nessa fase transitória, o objetivo das pesquisas era o de observar os elementos estruturais da atividade científica, como, por exemplo, os estudos que buscavam: i) compreender os processos de mudança de caráter teórico na ciência e de que maneira esses fatores se relacionavam com os modelos propostos por Thomas S. Khun, Imre Lakatos (1999) e Karl R. Popper (2002); ii) a análise das descontinuidades no desenvolvimento dos fatos e da instituição científica, incluindo as formas de resistência à inovação e à falsificação de teorias tradicionalmente aceitas pela comunidade científica; iii) o estudo das fontes sócio-culturais e cognitivas que estariam na base do reduzido interesse no desenvolvimento de pesquisas científicas em determinadas áreas e sobre determinados problemas; iv) a análise da estrutura cognitiva da ciência, incluindo-se os esforços para mensurar a extensão do consenso, da codificação teórica e dos seus efeitos sobre a esfera científica; v) a comparação entre a taxa de crescimento do conhecimento em determinadas áreas científicas e o aumento ou a redução das fontes de

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

financiamento e de capital investido; e vi) a expansão e o declínio de certas especialidades científicas (ZUCKERMAN, 1989).

As fronteiras analíticas entre os trabalhos desenvolvidos são assaz tênues, explicitando a porosidade entre as diferentes abordagens. Os construtivistas e os relativistas, por exemplo, estão muito próximos da chamada antropologia da ciência, particularmente quando o foco é a utilização do método de pesquisa, de caráter etnográfico e geralmente desenvolvido no interior de laboratórios de pesquisa científica. O construtivismo, ainda, teria outra subdivisão, denominada de antropologia simétrica, cujo principal expoente é o francês Bruno Latour (2001a e 2000). O construtivismo latouriano caracteriza-se pela radicalização do critério de simetria cunhado por David Bloor. Para Latour (2001b), não bastaria apenas aplicar o princípio da simetria sobre o erro e o sucesso acerca dos fatos científicos, sendo necessário expandi-lo para a relação entre sujeito/objeto, ou seja, para a relação entre humanos e não-humanos. Trata-se da chamada teoria do actante em rede (*Actant-Network Theory*), trabalhada pelo autor por vários anos.[9] O conhecimento científico, no entanto, seria localmente situado, ocasional e circunstancial.[10] Por sua vez, a análise do discurso possui fortes influências

9 Os estudos construtivistas tomam o laboratório como o espaço privilegiado para a análise. De acordo com os autores que seguem esta tradição, é no laboratório que se inicia a construção social dos fatos científicos, sendo possível, desta forma, apreendê-los ainda durante a sua fase de construção. Possui como principal característica a utilização do método etnográfico, a partir do qual busca-se observar não somente a construção do fato, mas também a sua construção interpretativa. Latour e Woolgar (1979) e Karin Knorr-Cetina (2000) são os principais expoentes desta tradição. Para os dois autores, a natureza e a realidade seriam dados secundários, sendo, portanto, produtos da construção realizada no ambiente de laboratório. Neste sentido, a natureza não se impõe sobre o trabalho no interior do laboratório, sendo produto do trabalho científico.

10 Knorr-Cetina (2000), em um de seus trabalhos, por exemplo, analisa a constituição de dois laboratórios distintos, um de física e o outro de biologia molecular. De acordo com a autora, apesar de ambos os espaços atenderem à prática científica, os dois laboratórios possuem finalidades diferentes: um produz a realidade e o outro a manipula. As diferentes interações entre os agentes científicos e não-científicos, bem como o processo de persuasão e de convencimen-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

da etnometodologia, desenvolvida nos Estados Unidos durante a década de 60 do último século. Fortemente influenciada pela sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (1983), parte do princípio de que a realidade é socialmente construída em meio à vida cotidiana, o chamado mundo da vida, sendo Harold Garfinkel (1967), professor de sociologia da Universidade da Califórnia, o seu principal expoente. Finalmente, os trabalhos elaborados a partir do modelo de interesse objetivavam estudar a influência de certas variáveis sociais sob a atividade científica e o seu conhecimento em particular, especialmente, i) classe social, ii) religião, iii) preferência política, entre outras. De maneira geral, trata-se de analisar a experimentação como um elemento contingente, ou seja, os efeitos dos interesses sócio-cognitivos sobre o conhecimento científico.[11]

---

to, a fim de disseminar a legitimidade de uma teoria, são tratados pela autora através do conceito de arena-transepistêmica. Para Latour e Woolgar (1979), há um procedimento similar de convencimento e de persuasão, em que os interesses controversos dos agentes são estabilizados e canalizados para um objetivo comum: o conceito de arena dá lugar ao conceito de translação. Independentemente do léxico e do sentido adotado, a noção de negociação é fundamental para a interpretação do trabalho de ambos os autores, pois a ciência também seria feita no plano do discurso, sendo que a realidade e a natureza derivam em grande parte deste discurso retórico que busca aliciar os agentes e convencê-los da relevância de determinados fatos.

11 Entre os trabalhos que seguiram esta abordagem de análise, podemos citar o estudo elaborado por Mackenzie (1981) sobre o desenvolvimento da estatística durante entre os séculos XIX e XX, na Inglaterra. De acordo com a argumentação deste autor, a eugenia e o controle das qualidades hereditárias eram debatidos no interior da classe média da época, não somente com vistas à criação de políticas públicas e à especialização profissional, mas também como um meio privilegiado para a legitimação da superioridade biológica de um determinado segmento da sociedade sobre outro. Nesta perspectiva, Mackenzie observa a influência exercida por esses fatores sobre a constituição da teoria estatística, desenvolvida por três pesquisadores da época, Galton, Pearson e Fisher, tomando-os como protagonistas do desenvolvimento da disciplina e, ao mesmo tempo, como uma forma para a justificação do interesse destes cientistas na comprovação da diferenciação eugênica. Outro importante expoente desta tradição é Pickering (1984), autor que elabora um estudo sobre os condicionantes sociais que atuariam sobre a interpretação dos fenômenos científicos na física, exercidos pelo interesse profissional. Analisa, para tal, as controvérsias sobre a chamada partícula "J-psi" e os interesses sociais que influenciaram a sua interpretação no ambiente de laboratório, partindo do estudo de uma controvérsia científica.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

Finalmente, apesar das inúmeras diferenças entre as abordagens analíticas, praticamente todas apresentam como aspecto comum o fato de que a ciência e a tecnociência são, realmente, construções sociais. Apresentadas enquanto reflexo de seu tempo e do local de pesquisa, a gênese dos fatos científicos, isto é, das leis e axiomas, encontra-se diretamente associada à sociedade. O pensamento socialmente condicionado do início de século é, assim, gradativamente substituído por objetos materiais e imateriais cuja construção é buscada através da realização de micro-análises sociológicas voltadas para a associação entre a ciência, o mundo cotidiano e a dinâmica social existente no interior de um laboratório, bem como todo o conhecimento tácito que possa transitar no interior desse ambiente.

Conclusão

Há aproximadamente um século que as Ciências Sociais, em especial a Sociologia, tem se dedicado ao estudo crítico da atividade científica, sobretudo no que se refere à sua dinâmica social, à sua estrutura e aos seus possíveis condicionantes extra-cognitivos. Em um mundo onde cada vez mais a racionalidade científica ocidental exerce papel fundamental, parece caber ao sociólogo desnaturalizá-la no que diz respeito à sua disseminação despolitizada, afirmando que, por detrás do pressuposto de neutralidade axiológica, há um belo universo sociológico, dotado de valores e de tradições, cujas faces demonstrariam a grande porosidade entre as fronteiras do científico e do não-científico, ou seja, entre o universal e o particular.

Florestan Fernandes (1976), ao refletir sobre a prática de pesquisa do cientista social e de seu protagonismo no mundo, afirmou que, além de cientista, o sociólogo também é um cidadão. Acreditamos que essa mesma afirmação sirva para sintetizar e para dar unidade ao debate proposto neste artigo, pois afinal, e independentemente de qual seja a tra-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

dição de pensamento (a SCo, SCi e a SCCi), parece existir a necessidade de que tanto a ciência quanto o cientista sejam compreendidos, respectivamente, como instituição social e como sujeito político, inseridos em determinados contextos sociais.

Embora existam importantes distinções entre as três tradições de pensamento aqui debatidas, podemos defender que há, sim, interpenetração entre os seus argumentos. Independentemente da tradição, observa-se um certo tom pessimista, particularmente quando buscava-se atribuir à ciência e à razão uma função cultural emancipatória, como se elas pudessem solucionar objetivamente todos os males do mundo moderno. A ciência, nesse universo, parece corresponder perfeitamente a interesses difusos, cuja variabilidade argumentativa não é, sob nenhum aspecto, de caráter aleatório. Tanto a Sociologia do Conhecimento quanto a Sociologia da Ciência e a Sociologia do Conhecimento Científico partem de um princípio geral, que é o do ceticismo sobre a possibilidade de que a ciência seja norteada de forma absolutamente neutra, pois, antes de tudo, ela responde às variações sociais de espaço e de tempo, categorias estas já condicionadas pelos aspectos sociais. Nem mesmo as leis científicas estariam livres de tal condicionamento. No entanto, a passagem de uma tradição a outra acarretou perdas quanto à originalidade dos fundamentos empíricos e, sobretudo, dos fundamentos teórico-epistemológicos. Isso é facilmente verificável quando se observa a perda de profundidade de algumas análises contemporâneas da SCCi, quase que automatizadas, pouco requintadas e com reduzido nível de erudição, voltadas para a comprovação empírica direta de que a gênese de todos os fatos científicos seriam, na verdade, construídos socialmente.

Por fim, a contribuição do pensamento sociológico, que tomou para si a ciência enquanto objeto de pesquisa, não somente consolidou um novo campo crítico de reflexões como, também, possibilitou a emergência

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

de novas maneiras de se compreender a ciência, tornando-a um produto do universo social. De Karl Mannheim a Robert K. Merton, de Thomas S. Kuhn à Nova Sociologia da Ciência de David Bloor, importantes lições foram aprendidas e, aos poucos, o debate modificou a forma de olharmos a atividade científica. O amor intelectual, do qual nos falava Albert Einstein, como um meio inteligente e quase que literário para explicar a lógica da descoberta científica, cada vez mais faz sentido frente ao olhar do sociólogo, de tal forma que, atualmente, nos deparamos com novas formas de se olhar o universo científico, suas dinâmicas, contradições e conflitos, considerando-se suas variações sociais e o estilo de pensamento de uma época. Mudanças essenciais essas que, portanto, serviram para romper com o senso comum acadêmico que mineralizava e naturalizava certos argumentos em meio ao fazer científico contemporâneo.

Sociological looks on Science in the twentieth century: changes and continuities

Abstract

The article examines, in two different moments, the major sociological approaches to science in the twentieth century: the Sociology of Knowledge, the Sociology of Science and the Sociology of Scientific Knowledge. In the first topic, Karl Mannheim's and Robert King Merton's sociological arguments are summarized. We support that the interpretation of Mannheim's work must be recognized as an epistemological prerequisite to the development of Merton's Sociology of Science. Adapted by Merton, Mannheim's sociological metatheory appears in Merton through a functional structuralism approach, associated with a middle range theory. In the second moment, we summarize Thomas Kuhn's arguments for, subsequently, examining the Sociology of Scientific Knowledge as a constructive appreciation to mertonian tradition of thought. The study of the logic principles of David Bloor's Sociology of Scientific Knowledge as well as the investigation of the tradition of thought started in University of Edinburgh, Scotland, was the ele-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

mentary focus of this topic. Finally, the major characteristics of each tradition are elucidated, searching for changes and continuities that enable the development of the sociological approach on scientific activity since its classical genesis until the contemporary studies.

Keywords: Epistemology. Sociological Theory. Sociology of Knowledge. Sociology of Science. Sociology of Scientific Knowledge.

Referências

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 5 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Science de la science et reflexivite**: cours du college de France. Paris: Raisons d'agir, 2001.

BLOOR, David. **Knowledge and social imagery**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. **O Golem**: o que você deveria saber sobre ciência. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. EVANS, Robert. The third wave of science studies: studies of expertise and experience. **Social Studies of Science**, 32/2, p. 235-296, april 2002.

DILTHEY, Wilhelm. **Crítica de la razón histórica**. Barcelona: Península, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FLECK, Ludwik. **La genesis y el desarollo de un hecho científico**. Madrid: Alianza Universidad, 1986.

GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. New Jersey: Prentice Hal, 1967.

JAY, Martin. **Permanent exiles**: essays on the intellectual migration from Germany to America. New York: Columbia University Press, 1986.

KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

KNORR-CETINA, Karin. **Epistemic cultures**: how the science make knowledge. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

LAKATOS, Imre. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação**. Portugal: Edições 70, 1999.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 284-317

LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora**. Bauru-SP: EDUSC, 2001a.

_____. **Nous n'avos jamais ete modernes**: essai d'anthropologie symetrique. Paris: Editions La Decouverte & Syros, 2001b.

_____. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. WOOLGAR, Steve. **Laboratory life**: the social construction of scientific facts. Bervely Hills: CA, Sage, 1979.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. MERTON, Robert K.; MILLS, Charles Wright. **Sociologia do conhecimento.** Antonio Carlos Bertelli; Moacir G. Soares Palmeira; Otavio Guilherme Velho (Orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1974.

MACKENZIE, Donald A. **Statistics in Britain, 1865-1930**: the social construction of scientific knowledge Edinburgh: University of edinburgh Press, 1981.

MERTON, Robert K. **Sociologia**: teoria e estrutura. Miguel Maillet (Trad.). São Paulo: Mestre Jou, 1970.

_____. **Science, technology and society in seventeenth century England**. New York: Howard Fertig, 1970.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2007b.

PARSONS, Talcott. **The social system**. London: Routledge and Kegan Paul, 1951.

PICKERING, Andrew. **Constructing Quarks**: a sociological history of particle physics. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

POPPER, Karl R. **A Lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.

SZTOMPKA, Piotr. Introduction. In: MERTON, Robert; SZTOMPKA, Piotr. **On social science and structure**. Chicago: Chicago University Press, 1996.

ZUCKERMAN, Harriet. The sociology of science. In: SMELSER, Neil J. (Ed.). **Handbook of sociology**. Califórnia: Sage Publications Inc., 1988.

Recebido: 06/04/2009

Aceite final: 19/06/2009

ARTIGO

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

Entre la autonomía y la dependencia. Interpelando las políticas de empleo desde una perspectiva de género

NORA GOREN*

Resumen

En un contexto en donde los marcos colectivos que estructuran la identidad social e individual de la población se fueron desistitucionalizando, nos vemos obligados a repensarlos en el marco de los nuevos procesos de socialización, donde el trabajo, mirado de manera tradicional, deja de ser el eje central de referencia. Aparecen nuevos espacios que dan lugar a esta construcción que se expresa en términos identitarios, en los cuales la política social, a través del poder simbólico que posee derivado de la capacidad que tiene el Estado de establecer clasificaciones, define identidades sociales al condicionar las prácticas cotidianas de los actores y actrices sociales. Las mujeres subjetivan su paso por los programas sociales, dándole un significado particular. En este sentido el trabajo presenta una tipología elaborada a partir de la lejanía o la proximidad en la que pueden encontrarse las mujeres, "beneficiarias" de programas de empleo, respecto a la posibilidad de construir su propia autonomía. Esta se propone aportar al momento de interpelar las acciones sociales desde una perspectiva de género, en tanto habilitantes, en mayor o en menor medida, de cambios en los repertorios subjetivos de las mujeres y de una forma diferente o no de hacer las cosas y de verse a si mismas y a

* Doctora en Sociología, UBA; Magister en Ciencias Sociales del Trabajo; Lic. en Sociología la Universidad Nacional de Buenos Aires –UBA-, Docente de la Universidad de Buenos Aires, de la Universidad Nacional de General San Martín –UNSAM- y de la Universidad Nacional Arturo Jaureche –UNAJ-.norgoren@gmail.com

Se agradece las observaciones efectuadas por los evaluadores.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

su futuro. La metodología utilizada para la elaboración de esta tipología basada en la exploración de las representaciones e imaginarios femeninos explícitos e implícitos, fue de tipo cualitativo, esta metodología tiene la peculiaridad de captar la perspectiva interna de los actores y actrices sociales por medio de la utilización de un lenguaje de conceptos (Glasser y Strauss, 1967; Denzin y Lincoln, 1994).

Palabras clave: Género. Políticas sociales. Identidades. Representaciones de género.

La producción de formas culturalmente apropiadas respecto al comportamiento de los varones y las mujeres es una función central de la autoridad social y está mediada por la compleja interacción de un amplio espectro de instituciones económicas, sociales, políticas y religiosas. Así como las instituciones económicas producen aquellas formas de conciencia y de comportamiento que asociamos con las mentalidades de clase, las instituciones que se encargan de la reproducción y la sexualidad también funcionan de manera similar (…) tampoco hay una coincidencia total entre las instituciones, (…) las instituciones no siempre tienen el mismo éxito en su tarea de inculcar conductas culturalmente aceptables o comportamientos convencionales. No parece que los individuos simplemente acepten o reflejen las designaciones normativas. Más bien, las ideas que tienen acerca de su propia identidad de género y su sexualidad se manifiestan en sus negativas, reinterpretaciones o aceptaciones parciales de los temas dominantes. Las fronteras del género, al igual que las de clase, se trazan para servir una gran variedad de funciones políticas, económicas y sociales. Estas fronteras son a menudo movibles y negociables. Operan no sólo en la base material de la cultura sino también en el mundo imaginario (Conway y Scott, 2000)

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

De este modo consideramos que las políticas sociales, a través del poder simbólico que poseen derivado de la capacidad que tiene el Estado de establecer clasificaciones sociales, define identidades sociales incidiendo en las prácticas cotidianas de los actores y actrices sociales involucrados e involucradas, siendo éstas subjetivadas a partir de un sin número de experiencias individuales y sociales. Nos encontramos, simultáneamente, con el contenido de género de las políticas, es decir, las representaciones subyacentes y las implicancias inmediatas o los efectos en el largo plazo de las acciones del Estado en el sistema de género. Las políticas sociales introducen tensiones particulares en la identidad de las mujeres, que se configuran por la forma en que se establece el entramado de las relaciones sociales que se expresa en el proceso de construcción identitaria, vinculado con el contenido de las representaciones y los usos de los espacios de lo público y de lo privado.

En este sentido, este trabajo da cuenta del significado que implica para el entorno inmediato y para la vida de las propias mujeres el transito por distintas acciones de políticas de empleo en tanto las aproxima o distancia de la posibilidad de reconocimiento de lo propio y cambia o perpetúa las dinámicas tradicionales de género[1].

Los programas contemplados se inscriben en las denominadas políticas activas y pasivas de empleo, implementadas en la Argentina en la década de los ´90. Consideramos por un lado programas que intentan disminuir la oferta de trabajo, descomprimiendo el exceso de personas que lo buscan con relación a los puestos que se demandan en el mercado y por el otro, programas que promueven la adquisición de habilidades para que las personas expulsadas o que no han logrado aún acceder a él,

1 Este trabajo sintetiza algunos de los resultados de mi Tesis Doctoral "Mujeres y programas de empleo en la década de l990: Tradición e innovación en los estereotipos de género", 2008, UBA.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

mejoren su situación por medio del aprendizaje o del perfeccionamiento de sus aptitudes en función de acercarse más a las necesidades del proceso productivo. En ambos casos la participación en estos programas implicó la percepción de una retribución económica.[2]

1. Abordaje metodológico y conceptual

Entender como mujeres y varones introyectan subjetividades y prácticas diferentes nos remite a la forma que asume la división sexual del trabajo en nuestra sociedad, pudiendo ser esta analizada de maneras diferentes. El análisis busca dar cuenta de la integración e interrelación y no en la separación y oposición de la vida individual y colectiva o privada y pública de las mujeres, en el que abogamos por un análisis que de cuenta de las relaciones sociales que esta implica, donde relación significa contradicción, antagonismo, lucha por el poder y resistencia.

En este sentido el trabajo presenta en un primer momento los casos encontrados en relación a como familiares y vecinos de las mujeres "beneficiarias"[3] significan el trabajo por ellas realizado, que tal como señala Weber (1922), nos aproxima a los significados con los que los actores y actrices interpretan su acción y la de otros en su propio contexto social. Presentamos dos situaciones diferentes, por un lado las representaciones vinculadas a la realización de una actividad *no tradicionalmente femenina*

2 Las actividades llevadas a cabo por parte de los/as "beneficiarios" de los programas estuvieron vinculadas al desarrollo de actividades comunitarias, algunas enmarcadas en las actividades típicamente femeninas, y en otras tareas típicamente masculinas. En igual sentido los programas de capacitación, por un lado enfatizaron los roles tradicionalmente asignados a las mujeres y por el otro, desdibujaron las diferencias genéricas, cómo se verá a lo largo del trabajo. Los programas contemplados en el análisis son el programa Servicios Comunitarios, Plan Trabajar, Proyecto Joven y Becas para la Formación Laboral.

3 En el marco de las políticas sociales el término beneficiaria/o fue uno de las primeras formas de asignarles una identidad diferente a los trabajadores/as.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

y un segundo caso que da cuenta de las representaciones en relación a una *actividad típicamente femenina*. En un segundo momento presentamos una tipología que da cuenta de los aspectos que habilitan o inhabilitan cambios y permanencias en las subjetividades de las mujeres que han transitado por programas tradicionales y no tradicionales según el género.

El estudio está abordado desde la concepción que señala que el investigador debe sumergirse en el contexto que analiza a fin de captar el sentido de la acción de los participantes, el cual supone la comprensión de las estructuras significativas de ese contexto, que facilitan los procesos de entendimiento (Vasilachis, 1996).

Dado que el criterio de selección de la muestra no fue probabilística sino intencional, seleccionamos casos en los que se produjera una variación de las características que fuimos considerando relevantes para nuestro estudio. Buscamos maximizar y minimizar las diferencias entre grupos comparativos (edad, situación conyugal, tenencia o no de hijos, trayectoria laboral previa) y contemplar tanto las diferencias como las similitudes en los datos, tanto en cuanto a propiedades como a interpelaciones (Strauss, 1967).

2. Representaciones del entorno inmediato[4]

Caso 1 - Acciones donde se desdibujan las diferencias de género

Denise Jodelet señala que las representaciones son sociales porque son inseparables tanto de los grupos como de los objetos de referencia.

> *Lo social interviene ahí de varias maneras: a través del contexto concreto en que se sitúan los individuos y los grupos;*

4 Este trabajo esta realizado en base a observaciones y entrevistas realizadas a mujeres que han participado en programas empleo y capacitación de la Argentina entre los años 1998 y 2002.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

> *a través de la comunicación que se establece entre ellos; a través de los marcos de aprehensión que proporciona su bagaje cultural; a través de los códigos, valores e ideologías relacionados con las posiciones y pertenencias sociales específicas (1986, p. 475).*

Podemos ver, en el marco de esta noción de representación social, cómo surgen entonces del discurso de familiares y vecinos, visiones valorativamente diferentes respecto del significado atribuido a las tareas desarrolladas en el marco del programa que desdibuja las diferencias de genero[5] que podríamos ordenar en una suerte de continuum: en uno de sus extremos aparecen testimonios que dan cuenta de las visiones estrechamente vinculadas a la "realización" de la actividad en sí misma; en el otro aparece otra mirada: la que da cuenta de las valorizaciones estrechamente vinculadas a la potencialidad que la realización de una actividad en el espacio público tiene.

En palabras de Moscovici (1984, p. 17) las representaciones sociales deben ser vistas como una forma específica de entender y comunicar lo que ya sabemos. Así podemos observar cómo, en el primer extremo del continuum, parecería que lo que "se sabe" es que si las mujeres hacen cosas "de hombres" se ve lesionada su feminidad. Se les asignan calificativos tales como *machonas, marimachas*, "poco femeninas", por el hecho de haberse aproximado a actividades habitualmente relacionadas con la masculinidad. En estos calificativos subyace la suposición de un orden natural en el que hay "acciones femeninas" y otras "masculinas"[6]. Así los discursos construyen, de alguna manera, una femineidad que se erige

5 Las actividades a las que hacemos referencia son proyectos de infraestructura sanitaria y social, proyectos de Gas y vivienda, Infraestructura y desarrollo.

6 Al respecto, Foucault (1990) señala que desde la apreciación del ser mujer o del ser hombre se construye un método del conocimiento: la realidad vivida por los varones y las mujeres es captada desde los estereotipos y cada vez más mujeres y varones son conceptualizados y tratados como anormales si no cumplen con lo que debe ser un hombre o una mujer. La idea de equívoco, inacabado, incompleto se conjuga con la idea de anormalidad, enfermedad, problema y crisis.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

sobre ese orden, y sugieren que éste no debería perderse por completo; albergan, además, la esperanza del regreso a un estadio en el que las mujeres vuelvan a ser mujeres de acuerdo con la naturaleza que ese orden plantea. Tal como señala Jodelet, una fisura en la cultura provoca que la sociedad produzca una imagen o una representación para poder sostenerse, como modo de mantener el sentido social. La sociedad se arma una interpretación de la realidad que, en este caso, ahonda con toda vehemencia en los valores fundantes de este grupo, y en la cual se impone el peso de los valores que fundan el sentido de la vida cotidiana, más allá de que durante el transcurso de ella se ejecuten prácticas diferentes. Así, en estos puntos que denominamos *intersticios*, que se ubican entre lo que se considera que debería ser una mujer y lo que debería hacer y lo que efectivamente es y hace en la práctica, surgen puntos de fuga que habilitan cambios en las subjetividades de los actores y actrices sociales y, por otro lado, como señalamos anteriormente, surgen también enquistamientos vinculados con la búsqueda de una realidad perdida.

Las siguientes expresiones dan cuenta de ello:

> *"(...) yo no entiendo como pueden poner a las mujeres a hacer ese tipo de cosas, no ven que se* ***ensucian*** *todas, además son cosas de hombres. No hay duda que deberían buscarles otro tipo de trabajo. Ellas deben hacer lo que saben"* (Juan, 45 años, vecino del barrio y beneficiario de un programa de empleo).

> *"(...) pobres, las cosas que tienen, que las hacen hacer, podrían pensar en que hagan otras actividades, ¿no te parece?"* (Pedro, 18 años, marido de una de las mujeres entrevistadas y desarrolla tareas de albañilería).

> *"(...) a mi me parece que las denigran a esas pobres mujeres poniéndolas a hacer esas cosas de varones, hay tantas otras cosas de mujeres que ellas podrían hacer"* (Carolina, 75 años, madre de una de las mujeres entrevistadas, y realiza actividades barriales).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

En esta misma dirección, y en directa relación con el concepto de la representación social de Jodelet que encabeza este apartado, se hizo evidente en los relatos analizados un fuerte sentimiento que expresa "indignación"[7] por parte de los miembros que rodean a las mujeres entrevistadas, y que conforman parte de su contexto de vida. Estas personas manifiestan una reacción a que las mujeres (en tanto pertenecientes a esa construcción que sobre el género femenino ellas hicieron) "deban" comprometerse con trabajos típicamente masculinos, como son aquellos en los que debe utilizarse la fuerza física. Aquí la evidencia de la moral colectiva se impone a la evidencia empírica de la cotidianeidad de estas mujeres.

> *(...) que las mujeres trabajen está bien, pero no me parece que hagan cosas de varones, eso* ***está mal***. (Silvio, 20 años, hijo de las entrevistadas, se desempeña en la construcción)

> *(...) porque tienen que estar bajo el sol con el pico y la pala, ellas no tienen* ***tanta fuerza, es indignante, a mi me da vergüenza***. (Cynthia, 16 años, hija de una de las entrevistadas, estudiante de la escuela secundaria)

En algunos casos estas expresiones se erigen como un aspecto inhibidor de la posibilidad de que las mujeres se reconozcan y se apropien de la tarea que realizan, puesto que los atributos físicos "masculinos" surgen con toda la fuerza de la representación e inhabilitan, en muchas ocasiones, nuevas representaciones.

7 La indignación, tal como lo señala Fernando Rodriguez Genotes (2004, p. 7), es el emparejamiento de la emoción con la moral y no lleva implícita su vinculación con toda opción ética plausible y razonable, ni tampoco su necesaria refrenda, sino más bien contiene una idea de moral definida, y no una cualquiera, sino con una particular clase de moral aquella resolutivamente reactiva, abatida y excitable, que mira más hacia el valor de lo comunitario que a lo individual. Existe un conjunto de emociones que podemos considerar morales. Se trata de algunas que pueden considerarse como tales porque requieren de un conjunto complejo de conceptos, creencias y deseos relacionados con la moralidad. Entre ellas se encuentran la indignación y la vergüenza.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

En el otro extremo podemos situar puntos de fuga, puntos de cambio, visiones menos estereotipadas. Dentro del entorno inmediato de estas mujeres encontramos enunciados que, aun cuando son críticos en relación con el trabajo que ellas deben realizar, valorizan la potencialidad del espacio exterior como lugar de desarrollo y de realización de proyectos personales, aunque asumen que los trabajos realizados bajo la órbita de este programa distan de alcanzar esa potencialidad. Al espacio público, entonces, subyace la concepción binaria de lo público versus lo privado, con su consabida valoración distintiva de los espacios, uno de realización y el otro de entrega, uno positivo y otro negativo, que tanto tributan contra el reconocimiento del trabajo no remunerado realizado por las mujeres.

> *(..) lo que hacen las mujeres está bien, siempre trabajaron a la par de los hombres para sostenerse, así, que trabajen es bueno y les hace bien, pero por qué no las ayudan a que puedan tener un trabajo que las haga* ***sentir dignas y puedan desarrollarse***. (Susana, 29 años, vecina de la entrevistada, realiza trabajos domésticos)

> *(...) no veo problema en lo que hacen las mujeres pero no me parece* ***una actividad que les permita crecer***. (Corina, 30 años, amiga de una de las mujeres entrevistadas)

Por su parte, los mismos actores que manifiestan una visión estereotipada del trabajo según el género son los que ubican a las mujeres como las actrices principales en orden de garantizar lo necesario para mantener los hogares y la reproducción familiar, función que les competería por su condición femenina y más aún tratándose de madres. Dentro de este grupo encontramos alusiones vinculadas a un subgrupo integrado por las mujeres que tienen hijos, entre las cuales la identificación de su rol materno con su ser individual parecería no diferenciarse.[8] En las expresiones

8 Estas alusiones no hacen más que hacernos pensar acerca de la discusión que remite a la controversia, centrada sobre todo a partir de los años 1980 en el debate entre las partidarias

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

abajo expuestas subyace un significado valorativo donde se reconoce una privación de las mujeres de sí mismas, donde lo que prevalece como condición es la actitud de entrega. Así recae en las mujeres la eficacia y la posibilidad de solución de los problemas familiares.

> *(...) lo que estas mujeres hacen es glorioso, hacen lo que sea con tal de mantener a su familia*. (Juan)

> *(...) yo, viendo lo que hace mi mamá por nosotros la aliento a que siga adelante y no mire qué tipo de trabajo hace*. (Silvio)

> *(...) yo al principio las criticaba por hacer ese tipo de trabajos, pero ahora que mi necesidad es mucha, haría lo mismo para mantener a mi familia*. (Cynthia)

Por su parte, en las expresiones que merecen el otro subgrupo de mujeres conformado por las que aun no han tenido hijos, vemos una suerte de mix representacional que expresa que, si bien los valores de entrega están presentes, conviven con los de individuación en constante tensión.

---

de la "ética de la justicia" y las que abogan por la "ética de la atención y el cuidado" y las implicancias que cada una de estas visiones tienen a la hora de pensar en la construcción de ciudadanía. La ética del cuidado ha recibido una fuerte influencia de la obra de Carol Gilligan, quien demuestra que el desarrollo moral de las mujeres difiere en muchos aspectos del de los varones. Considera que de sus investigaciones se desprende que así como los varones suelen regirse por una ética de la justicia cuyos valores fundamentales son la igualdad y la equidad, las mujeres tienden a guiarse por una ética del cuidado y la atención. O lo que es lo mismo, según Gilligan, las mujeres actúan impelidas por sus sentimientos de amor y compasión hacia individuos particulares. Ante esta postura otras feministas, se manifiesta "agnóstica" a la hora de saber con certeza si la naturaleza, o la socialización de mujeres y varones comporta ineludiblemente un modo diferente de razonamiento moral. Esta es la línea de pensamiento de, por ejemplo, Moller Okin, quien insiste en el problema que plantea asociar a las mujeres con un modelo de razonamiento particularista y no centrado en los principios, y recuerda que desde Platón a nuestros días dicha asociación ha sido una de las razones aducidas para excluir a las mujeres de la ciudadanía y de otros papeles y cometidos importantes de la vida pública. De ahí que parezca más sensato considerar, como sostiene Jean Grimshaw, que las mujeres tienen probablemente unas preocupaciones y unas prioridades éticas diferentes y no una forma diferente de razonamiento moral (Moller Okin, 1996, p. 130).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

> *(…) que haga cosas de hombre no me parece mal, ya que ella esta tratando de ayudar a su familia y además tiene que empezar a construir su propia familia y su vida personal*. (Pedro, hermano de la entrevistada)

> *(…) es chica aún, quiere comprarse sus cosas, entonces todo vale, igual estar con la pala le queda feo. En una de esas algún día tenga su propio futuro.* (Carola, 40 años, madre de una de las beneficiarias del plan y realiza actividades barriales)

Esta última frase nos obliga a cuestionarnos qué es el futuro para estas mujeres. Si el futuro –aún uno con escasas perspectivas de realización personal– no es propio, ¿de quién es? Así como desde siempre se ha asociado a las mujeres con el trabajo doméstico y el cuidado de la familia, y sobre esta asociación se han construido las imágenes de hombre y de mujer con las que se maneja nuestra sociedad, la asociación mujer-hijos-futuro ha operado a la manera de ladrillo constructor de los más diversos prejuicios. Uno de ellos señala que las mujeres, dada su capacidad de gestar, son creadoras de futuro. Pero ¿no para sí? ¿Sólo para ellos? Carola fue madre, ¿implicó ser madre tener un futuro para sí misma? Podemos ver en la frase de Carola un intersticio, un punto de fuga quizás. Piensa, probablemente, que su hija, al aprender, construirá un futuro "propio". Cree que aprender algo –aún un trabajo "de hombre"– habilitará a su hija a pensarse a sí misma de una manera distinta de la que pudo pensarse ella.

Aun así, en las representaciones acerca del trabajo femenino subyace, en unos casos, la idea de que una buena mujer es aquella que en pos del bien familiar está dispuesta a sacrificarse y recurrir a cualquier alternativa, mientras que en otro, aun cuando este supuesto no desaparece, convive con una visión más rica, que asocia lo femenino con lo individual o la posibilidad de individualizarse En realidad, a pesar de los incontables cambios que se produjeron en la evolución de la condición femenina, esta duplicidad de imágenes viene desde el fondo de los tiempos, se per-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

fecciona como bivalencia en el siglo XIX y persiste en las imágenes que de las mujeres poseen las sociedades de nuestro tiempo, y creemos que más reforzadamente, entre los sectores populares, donde las posibilidades de resolución de estas tensiones, en el caso de las más jóvenes, se ven dificultadas por el contexto de desarrollo.

Caso 2 - Acciones orientadas a tareas típicamente femeninas

Para entender estas representaciones debemos tener presente que las tareas llevadas a cabo por estas mujeres en el marco del programa son actividades entendidas como tradicionales para el género, en tanto que implican acciones que conllevan la extensión de las tareas domésticas asignadas socialmente a la mujer[9] y valoradas en situación de inferioridad respecto de las que se llevan adelante en el espacio público propiamente dicho.

Al analizar las visiones de los/as actores y actrices del entorno inmediato de estas mujeres, observamos un discurso que naturaliza que las mujeres desarrollen este tipo de actividades, un discurso que enfatiza que atributos tales como el amor y la entrega se integran al ser femenino. Se trata de valores más próximos a los que asemejan mujer a madre que a los que promueven la individuación de las mujeres como actrices individuales.

Las visiones son diferentes pero están estrechamente vinculadas con la situación laboral previa por la que habían atravesado las mujeres. Por un lado aparecieron los relatos en los que surge con singular fuerza la satisfacción que sienten por verse reconocidas de alguna manera por la tarea que realizaban de manera espontánea en tanto actividad barrial. Este reconocimiento está expresado, concretamente, en la retribución económica .

9 Las actividades a las que hacemos referencia son la producción y distribución de servicios y bienes –comedores escolares/comunitarios, atención de niños en guarderías, reciclado de prendas, costureros-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

> *(...) y, si no fuera por ellas, la verdad que no sé como muchos de nosotros hubiéramos podido comer o que nuestros hijos coman. Al menos ahora les entra algo de plata*. (Juan, 38 años; vecino del barrio y desarrolla actividades de albañilería)

> *(...) son unas grandes, siempre se laburaron todo, tienen un amor... Está bien que se las reconozca*. (Olga, 45 años, vecina del barrio, trabajadora barrial; beneficiaria de un programa asistencial)

La retribución económica percibida por la contraprestación realizada marca de alguna manera una línea divisoria que valoriza lo socialmente desvalorizado, no obstante no se equipara con el reconocimiento que tiene otro tipo de trabajos. Así, el mismo trabajo pero retribuido conlleva a un cambio decisivo en lo que respecta a la noción de utilidad y reconocimiento social.

> *(...) ahora siento que a Claudia la valoran. Sabés que creo que antes la usaban, ahora está cambiando eso.* (Patricia, 32 años; hermana de una de las entrevistadas)

> *(...) trabajaron siempre para todos, nos ayudaron en lo que necesitábamos, y uno siempre trataba de ayudarlas en algo, pero que le paguen es grandioso. Ahora seguro que salimos adelante*. (Alonsa, 60 años, madre de una de las entrevistadas, trabajadora barrial[10])

Por el otro lado, y vinculado a las mujeres más jóvenes y sin hijos, que no tenían experiencia laboral previa, las representaciones están asociadas al valor que implica estar inserto en una relación laboral, en la cual el tipo de actividad y los valores que ésta implica pasan a segundo plano. Al igual que

10 Trabajadora barrial, hace referencia a la realización de tareas voluntarias mediante las cuales sus ejecutoras intentan resolver problemas vinculados con el bienestar de la comunidad en la que viven. Se llevan adelante a través de la participación en distintas organizaciones sociales como comedores, ong´s, iglesias, etc.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

en el caso anterior, las expresiones de los actores y actrices que componen el mundo de vida de las mujeres jóvenes denotan una visualización hacia ellas caracterizada por la ausencia de visiones maternalistas. Las definen en tanto sujetos individuales capaces de llevar a cabo una vida propia.

> *(...) por suerte mi hija consiguió trabajo, ahora va a dejar de vagar y quizás se ponga las pilas y quiera hacer algo de su vida. El hecho que tenga que tener una responsabilidad no sabés lo importante que es, puede empezar a construir un futuro.* (Eleonora, 40 años, madre de Bianca, una de las mujeres entrevistadas y es trabajadora barrial)

> *(...) sí, es bueno que trabajen, igual otra cosa no hay y sacan algo de plata.* (Patricia hermana de Liliana)

En estos casos aparece el reconocimiento del plan como portador de trabajo. A la vez, éste implica un reconocimiento social que se expresa en la retribución económica que ese trabajo trae consigo. Por otro lado, surge también una visión del trabajo como habilitador de nuevos desarrollos individuales en espacios diferentes a los conocidos.

3. Representaciones de las mujeres

El análisis presentado en el item anterior da cuenta de las representaciones que el entorno inmediato de las mujeres tienen sobre las actividades, tradicionales y no tradicionales, por ellas desempeñadas. En este punto nos centramos en el significado que para la vida de las propias mujeres asume el transito por distintas acciones de políticas de empleo en tanto las aproxima o distancia de la posibilidad de ***reconocimiento de lo propio*** y ***cambia o perpetúa*** las dinámicas tradicionales de género

A partir de regularidades y diferencias encontradas en las representaciones de las mujeres en relación con la experiencia de capacitación y contraprestación laboral, el significado que implicó en sus vidas el tránsito

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

por distintos programas y su percepción acerca de su presente y el futuro, elaboramos una tipología[11]. Encontramos tres perfiles bien definidos de mujeres de acuerdo con la lejanía o la proximidad que se encontraban respecto de la posibilidad de individualizarse.

En varios casos los programas abrieron, en alguno o en varios puntos, intersticios que permitieron a las mujeres tomar conciencia de su potencialidad en relación con una nueva forma de vivir al espacio público. Los distintos programas habilitaron, en mayor o en menor medida cambios en los repertorios subjetivos de las mujeres que dieron lugar a una forma diferente de hacer las cosas y de verse a sí mismas y a su futuro. En algunos casos, estos cambios se observaron únicamente en la subjetividad o en la representación; en otros, pueden verse en acciones concretas. En otros, pudimos observar que no apareció ningún intersticio.

Si bien en el armado de esta tipología encontramos importantes diferencias entre aquellas que son madres y las que no lo son; y otras que se relacionan directamente con su edad, no los encontramos en cuanto al haber transitado por un programa que en su decir incorporaba la perspectiva de género o mirada de mujer.

Tipología

A) Beneficiaria con representaciones fieles al estereotipo

En relación con las tareas que desarrollan dentro de los distintos planes, estas mujeres guardan una representación que no escapa de la visión tradicional que la sociedad tiene respecto de las mujeres. Aceptan como propias las tareas del hogar y sienten que ese es el único lugar en el que ellas pueden desarrollarse y generar un futuro. Este futuro, en escasas

11 Para un desarrollo de los estudios de caso sobre los que se basó la elaboración de la tipología, ver Goren (2008). Tesis Doctoral.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

ocasiones es propio, sino que es el que ellas generan para sus hijos en tanto ven que dentro de la sociedad, su función más importante es la de la entrega y lo más importante que tienen para dar a otros (a sus maridos, a la sociedad) son hijos. Realizan las tareas y capacitaciones que los programas señalan que deben llevar adelante, pero si se trata de actividades socialmente masculinas, rechazan la posibilidad de desarrollarlas así como la posibilidad de llevar adelante algún proyecto propio para el futuro o de verse a ellas mismas en otro lugar. Sí logran sentirse más cómodas si estas tareas se relacionan con el cuidado de personas, puesto que se identifican con los valores socialmente asignados a la esfera doméstica.

Al armar un conjunto de valores de las personas, no aparecen intersecciones entre los que considera que son valores femeninos y aquellos que son puramente masculinos.

En cuanto a las representaciones familiares, suponen que su lugar es su hogar, y dentro de él quieren permanecer.

Además, no creen que en el futuro se vayan a producir cambios significativos en los roles varón-mujer de la sociedad, y no logran visualizar esos cambios como un valor a adquirir.

B) Beneficiaria con representaciones críticas, entre el estereotipo y el cambio

En las representaciones que estas mujeres poseen acerca de las tareas que desarrollan puede observarse un quiebre respecto de la visión tradicional de los roles varón-mujer que, si bien no es suficiente para realizar un corrimiento definitivo hacia nuevos espacios, les permite, en ocasiones, salir de una esfera –la domésticas- e insertarse parcialmente en la otra – la del trabajo fuera del hogar. Aprenden nuevas tareas o maneras novedosas de llevar a cabo las cotidianas, y sienten que, aunque desean cambiar profundamente algún aspecto de sus vidas, éstos no pueden cambiar. Presentan cierta dificultad para visualizar cuáles son las barreras que encuentran en el camino y suponen que esa disconformidad está

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

relacionada con un estado de cosas que les ha sido dado y que deben aceptar. Se ve en ellas un esfuerzo mayor por aceptar ese estado de cosas que por cambiar las que no las conforman.

Esos corrimientos a los que pueden acceder, en ocasiones les otorgan una visión crítica de lo que se considera como valor tradicionalmente femenino o masculino, y pueden entonces negociar de otra manera sus espacios con los varones: en el marco del plan adquirieron conocimientos que sirvieron como disparadores de capacidades dormidas o de las que no se atrevían a sacar algún provecho. Aprendieron a realizar tareas típicamente masculinas, a compartir espacios de trabajo con los varones y mujeres, e intentan compartir con sus parejas u otros convivientes las tareas del hogar.

Así y todo, en su imaginario, el eje vertebrador del hogar sigue siendo el hombre. En él depositan, fundamentalmente, la carga de mantener económicamente el hogar, aunque ellas puedan colaborar a sostenerlo – y, de hecho, lo hagan. Ellas sienten que deben garantizar su funcionamiento interno. De alguna manera, su corrimiento del espacio tradicional exige otro a los varones: ya que ellas, en ocasiones, pueden aportar dinero, solicitan que en la medida de lo posible, cuando su lugar establecido en la familia quede desocupado, sean ellos quienes lo ocupen.

Con respecto al futuro, se ven posicionadas de manera diferente que las mujeres de la anterior categoría. Subyace en ellas el profundo deseo de un futuro mejor, no solo para sus hijos, sino también para ellas mismas, y sienten que el tránsito por los programas les ha otorgado alguna herramienta para generarlo, pero no saben cómo podrán utilizarla. De alguna manera, está ausente en ellas la noción de que el beneficio no se extenderá de manera ilimitada.

C) Beneficiaria con representaciones alteradoras del estereotipo

Finalmente, en esta categoría se agrupan aquellas mujeres que se permiten ver que en el afuera del mundo doméstico hay diversas posibi-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

lidades, y pueden relacionarse de mejor manera con su propio potencial para tratar de alcanzarlas. Se enfrentan de una o varias maneras a la visión dicotómica tradicional de los roles femeninos y masculinos, lo cual les permite sentirse capaces de llevar adelante un proyecto propio.

En casi todos los casos, son las más jóvenes y no ejercen la maternidad, y esta condición, entendemos, está íntimamente relacionada con el quiebre que pueden realizar y su posterior corrimiento del lugar femenino tradicional dentro de la esfera doméstica.

No relacionan su capacidad de creación exclusivamente con la procreación y no tienen su identidad afianzada en estos valores, sino que se plantean seriamente llevar, en algún momento, una vida dentro de la cual el rol que ocupen no sea el de satisfacer únicamente las necesidades del otro, sino también las propias personales.

Con respecto al futuro, de las tres categorías es la que más se acerca a la visualización de uno en el que ellas sean creadoras activas. Aunque tienen bien presentes las dificultades que su situación socioeconómica les impone, piensan en hacer algo para superar esa barrera. Se sienten responsables de su propio futuro.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

Aspectos sobre los cuales se elaboró la tipología:

Perfil de la beneficiaria	**Representación de las tareas que desarrolla**	**Visión sobre valores femeninos y masculinos**	**Representaciones familiares**	**Representación acerca futuro y acción concomitante**
Beneficiaria con representaciones fieles al estereotipo	Acepta y se siente cómoda en la realización de actividades netamente femeninas. No acepta la realización de otro tipo de actividades	Netamente compartimentados	Le gustaría quedarse en el hogar	No se vislumbran diferencias en relación con el presente en lo que a aspectos de género se refiere
Beneficiaria con representaciones críticas, entre el estereotipo y el cambio	Hay representaciones que dan cuenta de un sentirse mejor y aprender cosas nuevas pero no cambiarían su vida o sienten que no les es posible y tampoco pueden visualizar las barreras que encuentran	Expresan deseos de modificar comportamientos, se posicionan de manera diferente en las negociaciones con los varones. Intentan ser ayudadas en el hogar	En su imaginario el varón sigue siendo el eje vertebrador del hogar y ellas las garantizadoras de su funcionamiento interno	Se sienten mejor posicionadas ante el futuro, pero no piensan en cómo continuar en ese estado. No está presente que esto se termina
Beneficiaria con representaciones alteradoras del estereotipo	Ven las potencialidades que el afuera tiene y la posibilidad de que el trabajo se torne en un desarrollo personal	Son criticas ante la separación de roles	Al ser en todos los casos las jóvenes, añoran una vida con roles basados en las necesidades de desarrollo personal	Si bien son conscientes de los límites que su situación socioeconómica les impone, piensan en poder hacer algo para romper esa barrera

4. Reflexiones finales

A lo largo del trabajo hemos realizado un recorrido por las distintas formas en las que las mujeres que han transitado por una amplia gama de programas de empleo y capacitación y su entorno inmediato subjetivan y vivencian estas experiencias aproximándose o distanciándose de la posibilidad de reconocimiento de lo propio, cambiando, modificando o perpetuando las dinámicas tradicionales de género.

Si bien la familia ha experimentado cambios notables durante las últimas décadas, al seguir implícito el modelo familiar que tiende a la preservación y al afianzamiento del perfil familiar/maternal/doméstico de

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

la mujer, en desmedro de producir equilibrios en las relaciones de género y de otorgarles autonomía como sujeto público, independientemente de sus roles familiares; las mujeres quedan por un lado imbuidas del estatus de "individuas" como respuesta a su participación en el mundo público, político y social, pero en desigualdad de condiciones respecto de los varones; tanto por la ausencia de un reconocimiento de sus particularidades como de la de un tratamiento que articule ambos espacios.

Si el ingreso a ese espacio regido por valores masculinos no es mediado por un tratamiento especial, será dificultosa para las mujeres la apropiación y el reconocimiento de sí mismas, lo cual inhabilita el reconocimiento de su propia individualidad, donde aspectos tales como la entrega y el desprendimiento de sí mismas no sólo siguen primando, sino que además obturan así su individuación. El no reconocimiento de lo propio y de la individualidad, con la consabida falta de autonomía, inhabilita el acceso a los derechos sociales con plenitud.

Al estar la política estatal inscripta en una concepción teórica política en la que se define al sujeto como masculino, ya sea en cuanto a su nominación o a sus atributos, es inevitable que se someta a la mujer, a sabiendas o no, a la especificidad de su relación con lo imaginario, *colocándola en un lugar de ser objetivada, en cuanto femenino por el discurso. Reobjetivándose en éste a sí misma cuanto pretende identificarse como un sujeto masculino*. (Irigaray, 1984, p.149).

> *[...] expulsar a la mujer de la historia al reino de la naturaleza, de la luz de lo público al interior de lo doméstico, de los efectos civilizadores de la cultura a la repetitiva carga de la crianza y la reproducción. La esfera pública, la esfera de la justicia, se mueve en la historicidad, mientras la esfera privada, aquella del cuidado y la intimidad, permanece idéntica y atemporal. [...] mientras el ego masculino celebra su pasaje de la naturaleza a la cultura, del conflicto al consenso, las mujeres permanecen en un universo atemporal, condenadas a repetir los ciclos de la vida". (Benhabib, 1986).*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

Between autonomy and independency – Challenging employment policies from a gender perspective

Abstract

In a context where the collective frameworks that structure people's social and individual identities have been deinstitutionalizing, we are compelled to rethink them within the framework of the new processes of socialization, in which labor, as traditionally understood, is no longer the central axis. New social spaces are created for such identity construction to take place. Within such spaces, the social policy, by means of its symbolical power derived from the power of the State to establish classifications, defines the social identities by conditioning the daily practices of social actors. Women internalize their stay in social programs, ascribing a particular meaning to it. In this perspective, this work presents a typology that is set with basis on the relative distance separating women who are 'beneficiaries' of employment programs from the prospects to build their own autonomy. It aims at contributing to challenge the social actions from a gender perspective, while more or less enabling of changes in the subjective repertoires of women and of a different (or not) way of doing things and seeing themselves and their future. The work used a qualitative approach for building the typology that was based on the analysis of female either explicit or implicit representations and social imaginaries. This methodology has the peculiarity of capturing the social actor's internal perspective by using a language of concepts (Glasser & Strauss, 1967, Denzin & Lincoln, 1994).

Keywords: Gender. Social policies. Identities. Gender Representations.

Referências

ARENDT, H. **Los orígenes del totalitarismo**. Madrid: Alianza, 1987.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Introducción, traducción y notas de Quintín Racionero. Madrid: Gredos, 1999.

ARMSTRONG, N. Occidentalismo, una cuestión para el feminismo internacional. In: COLAIZZI, Giulia. **Feminismo y teoría del discurso**. Madrid: Cátedra, 1990.

ARRIAGA, I. Familias latinoamericanas. Diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo. **Serie Políticas Sociales**, N° 57, División de Desarrollo Social, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

AUYERO, J. **La política de los pobres. Las prácticas clientelísticas del peronismo** Buenos Aires: Manantial, 2001.

BARRANCOS, D. Una asignatura pendiente: la calificación técnica y tecnológica de las mujeres. **Revista de Trabajo y Seguridad Social**, N°10, 1996.

_____. **Mujeres en la Sociedad Argentina:** una historia de cinco siglos. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

BARRANCOS, D.; GOREN, N. Género y Empleo en el GBA: exploraciones acerca de las calificaciones en mujeres de sectores populares. FORNI, Floreal (comp.). In: **De la exclusión a la organización**. Buenos Aires: Ciccus, 2002.

BENERÍA, L. La globalización de la economía y el trabajo de las mujeres. **Revista de Economía y Sociología del Trabajo**, N° 13-14, Buenos Aires, 1991.

BENHABIB, S. **Critique, Norm and Utopia**. Nueva York: Columbia University Press, 1986.

BERTAUX, D. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Historia Oral e Historias de Vida, Cuadernos de Ciencias Sociales**, Costa Rica, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Nº 1, 1996.

CARRASCO, C. El ejercicio de la ciudadanía: la ciudadanía oculta de las mujeres. In: AUBET, M. J. et al. **Mujeres y Ciudadanía:** del derecho al voto al pleno derecho. Barcelona: Ed. Bellaterra, 2001.

CASTEL, R. Las trampas de la exclusión. In: VASILACHIS DE GIALDINO, I. et al. **Pobres, Pobrezas y Exclusión Social**, Buenos Aires: CEIL/CONICET, 2000.

CASTELLANOS, G. ¿Existe la mujer? Género, lenguaje y cultura; In: ARANGO, L. G.; LEÓN, M.; VIVEROS, M. **Género e Identidad. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino**. Tercer Mundo: Bogotá, 1995

CASTELLS, M. **La cuestión urbana.** Barcelona: Siglo XXI, 1974.

CERRUTTI, M. Trabajo, organización familiar y relaciones de Género en Buenos Aires. In: WAINERMAN, C. (comp.). **Familia, Trabajo y Género**. Buenos Aires: FCE, 2003.

CONWAY, J. S.; SCOTT, J. El concepto de género. In: LAMAS, Marta (comp.). **El género, la construcción cultural de la diferencia sexual**. México: Grupo Editorial Miguel Ángel, 2000.

DI MARCO, G. La transformación de los modelos de género y la democratización de las familias. In: SCHMUKLER, Beatriz ; DI MARCO, Graciela. **Madres y democratización de la familia en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: Biblos, 1997.

DUBAR, C. Identités colectives et individuelles dans le champ professionnel. In: DE COSTER, M.; PICHAULT, F. **Sociologie du travail.** Bruxelles: De Boeck Weswael,. 1994. p. 363-379

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

DUHAU, E.; SCHTEINGART, M. Nuevas orientaciones en las políticas sociales para los pobres en México y Colombia. In: SCHTEINGART, M. (coord.). **Políticas sociales para los pobres en América Latina**. México: Porrúa/GURI, 1999.

DURKHEIM, E. Représentations individuelles et représentations collectives. In: **Revue de Métaphysique et de Morales**, V. 1, 1898.

FOUCAULT, M. **Microfísica del poder**. México: Siglo XXI, 1990.

GILLIGAN, C. **La Moral y la Teoría, Psicología del Desarrollo Femenino**. México: Fondo de Cultura Económico, 1994

GOLBERT, L.; GIACOMETTI, C. Programas de Empleo e Ingresos en la Argentina. **Programas de Empleo e Ingresos en América Latina y el Caribe**, Buenos Aires, BID – OIT, 1998.

GOREN, N. **Mujeres y Programas de Empleo en la década de 1990:** tradición e innovación de los estereotipos de género. Tesis doctoral, Universidad Nacional de Buenos Aires, 2008.

_____. **La mujer joven y su situación laboral, caracterización y análisis**. Tesis de Maestría en Ciencias Sociales del Trabajo, Universidad Nacional de Buenos Aires, Centro de Estudios Avanzados, 2000.

_____. Políticas Sociales, Identidad, Pobreza y Género. **6º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo**. Buenos Aires, ASET, 2003.

GRIMSHAW, J. La idea de una ética femenina. In: SINGER, P. (ed.). **Compendio de Etica**. Madrid: Alianza Ed. , 1995.

GUIMENEZ, S.; ZIBECCHI, C. Algunas precisiones teórico metodológicas para el estudio de los planes sociales: recuperar la mirada de sus destinatarios/as a partir de la utilización de los métodos cualitativos. **Cuartas Jornadas sobre Etnografía y Métodos Cualitativos del Centro de Antropología Social**, (IDES), Buenos Aires, 2004.

IRIGARAY, L. **Ethique de la différence sexuelle**. Paris: Minuit, 1984.

MOLLER OKIN, S. Liberalismo Político, justicia y género. In: CASTELLS, Carmen (comp.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996.

_____. Sexual difference, feminism and the law. **Law and Social Inquiry**, Nueva York, Vol. 16, Issue 3, p. 553-573, july 1991.

MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Huemul (Trabajo original publicado en 1961), 1979.

_____. On social representation. In: FORGAS, J. P. (Comp.). **Social cognition. Perspectives in everyday life**. Londres: Academic Press, 1981.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 318-341

MOLLER OKIN, S. The Phenomenon of Social Representations. In: FARR, R.; MOSCOVICI, S. (eds.). **Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MURILLO, S. **El mito de la vida privada. De la entrega al tiempo propio**. Madrid: Siglo XXI, 1996.

NASH, M. **Mujer, familia y trabajo en España (1875-1935)**. Barcelona: Anthropos, 1983.

NICHOLSON, Linda. **Feminism/Postmodernism**. Rutledge: London, 1990a.

_____. Feminismo y Marx: integración de parentesco y economía. In: BEHABIB, S.; CORNELLA, D. **Teoría feminista y teoría crítica.** Valencia: Alfons el Magnànim, 1990b.

STRAUSS, A . **The discovery of grounded theory**. Chicago: Aldine, 1967

SVAMPA, M. **Desde Abajo. Transformación de las Identidades**. Buenos Aires:

Biblios, 2000.

VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. **Pobres, pobreza, identidad y representaciones sociales**. Barcelona: Gedisa, 2003.

WAINERMAN, C. La reestructuración de las fronteras de género. In: WAINERMAN, C. (comp.). **Familia, Trabajo y Género**. Buenos Aires: FCE, 2003.

WEBER, M. **Economía y Sociedad.** México: Fondo de Cultura Económica, 1922.

Recebido: 26/10/2010

Aceite final: 10/06/2011

ARTIGO

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Controlando a Atividade Policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá[1]

ARTHUR TRINDADE*
MARIA STELA GROSSI PORTO**

Resumo:

Neste texto discutimos os códigos de deontologia policial em uso em duas instituições policiais: a Polícia Militar do Distrito Federal (Brasil) e o Ottawa Police Service (Canadá). Inicialmente, analisamos e comparamos os conteúdos destes documentos. A seguir, verificamos como cada uma destas duas instituições policiais articula seus sistemas de treinamento e avaliação com seus respectivos códigos de deontologia. Por fim, concluímos que a simples existência de códigos de deontologia, sem normas administrativas, não assegura o controle adequado das atividades policiais. Também constatamos a necessidade de assimilação destes códigos e normas administrativas pelos sistemas de treinamento e avaliação das polícias.

Palavras-chave: Polícia. Instituições policiais. Atividade policial. Ética policial. Códigos de conduta. Deontologia.

1 Esta pesquisa foi financiada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

* **Arthur Trindade** é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança - NEVIS/UnB.

** **Maria Stela Grossi Porto** é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, vice-coordenadora do NEVIS e Líder do Grupo de Pesquisa em Violência e Segurança do Diretório de pesquisa do CNPq.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Introdução

A relação entre as polícias e a comunidade tem sido objeto de debate nas sociedades democráticas. As instituições policiais são aquelas organizações destinadas ao controle social com autorização para utilizar a força, caso necessário (Bayley, 1975). Nos regimes democráticos, a atividade policial requer um equilíbrio entre o uso da força e o respeito aos direitos individuais. Assim, podemos afirmar que a especificidade da atividade policial nos regimes democráticos é a necessidade de limitar e administrar o uso da força legal, sem abrir mão de suas prerrogativas de controle social.

Diversos países têm enfrentado o desafio de limitar e controlar a atividade policial. Basicamente, os esforços se concentraram na criação de mecanismos institucionais de responsabilização e controle. Entretanto, a qualidade e eficácia desses mecanismos, que visam inibir a violência, a brutalidade e a arbitrariedade policial, são questões ainda pouco problematizadas, tanto no interior das próprias polícias quanto fora delas, pelos pesquisadores. Além de fatores internos à organização policial, a análise e a compreensão de tais questões passa, igualmente, pelas relações entre polícia e sociedade.

Nas últimas décadas, vários países criaram códigos de deontologia e normas de conduta visando aumentar o controle sobre a atividade policial cotidiana. Em todos os casos, a adoção destes códigos e normas implicou em transformações no treinamento e na supervisão da atividade policial (Lint, 1998; Das e Palmiotto, 2002). Resta saber como a experiência policial pôde ser transformada em códigos de deontologia e normas de conduta, bem como perceber seus efeitos sobre o sistema de treinamento e avaliação das polícias.

Neste texto discutimos os códigos de deontologia policial em uso em duas instituições policiais: a Polícia Militar do Distrito Federal (Brasil) e o

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Ottawa Police Service (Canadá). Inicialmente, analisamos e comparamos os conteúdos destes documentos. A seguir, verificamos como cada uma destas duas instituições policiais articula seus sistemas de treinamento e avaliação com seus respectivos códigos de deontologia. Por fim, concluímos que a simples existência de códigos de deontologia, sem normas administrativas, não assegura o controle adequado das atividades policiais. Também constatamos a necessidade de assimilação destes códigos e normas administrativas pelos sistemas de treinamento e avaliação das polícias.

A Pesquisa

Ao adotar o método comparado para analisar os mecanismos internos de controle da atividade policial existentes nas duas diferentes instituições mencionadas, a *Policia Militar do Distrito Federal (PMDF)*, no Brasil, e o *Ottawa Police Service (OPS)* do Canadá, o trabalho não pretendeu tomar nenhum sistema policial como um modelo a ser seguido. A comparação, neste caso, serviu apenas para esclarecer aspectos ainda não conhecidos sobre os conteúdos e os processos de implantação dos códigos de deontologia e das normas de conduta, além de as verificar especificidades e os aspectos comuns aos diferentes sistemas policiais dos dois países analisados.

Como nossos objetos de pesquisa foram os códigos de deontologia e as normas de conduta existentes nas polícias, optamos por comparar diferentes instituições policiais, e não cidades ou sociedades. Obviamente, ao fazer isso, não deixamos de considerar que o contexto social e político desempenha papel importante no condicionamento das dinâmicas e estruturas internas de cada instituição policial.

Para o levantamento de dados foram coletados códigos de deontologia e manuais de instrução utilizados nas duas instituições policiais. Também foram realizadas entrevistas com policiais brasileiros e canadenses envolvi-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

dos nas atividades de treinamento, avaliação e controle. Ao todo, foram entrevistados 27 policiais militares, de ambos os sexos, 09 no Canadá e 18 no Brasil. No Distrito Federal, foram ouvidos dirigentes, instrutores e alunos da Academia de Polícia e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, oficiais da Divisão de Ensino e da Corregedoria de Polícia Militar. Em Ottawa, foram entrevistados policiais da *Professional Standards Unit, da Policy Development Unit* e *do Professional Development Centre*.

Códigos de Deontologia e Normas de Conduta

Nos os estudos que buscaram entender os padrões de relacionamento entre a polícia e a sociedade, dois temas têm sido destacados: as formas de reforçar os vínculos entre a polícia e a comunidade e a necessidade de controlar a atividade das polícias. (Bayley, 1994; Geller e Toch, 1996; Skolnick e Fyfe,1993; Monjardet, 2003). Com relação a esse último, há um debate sobre a eficácia de alguns dos principais mecanismos de controle da atividade policial, a saber: ouvidorias, corregedorias, sistemas de supervisão, procuradorias especializadas (Costa, 2004). Aqui nos interessou discutir limites e potencialidades de um desses mecanismos: os Códigos de Deontologia.

O conceito de deontologia refere-se à idéia de controlar as atividades de determinados profissionais através da auto-imposição de deveres. Toda profissão impõe deveres e responsabilidades a quem a exerce. A deontologia é, etimologicamente, a ciência dos deveres. Portanto, a deontologia coloca-se como uma estratégia de propor e de transmitir uma ética, cujo objetivo é fazer com que os integrantes de uma profissão predisponham-se a aderir a um sistema de valores que associe eficácia e respeito pelas pessoas e pelas liberdades fundamentais, dentro e fora do exercício de sua profissão. Diferencia-se do direito no sentido de que as normas que propõe são internas. Muitas das regras previstas nos Códigos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

de Deontologia se sobrepõem às normas de conduta profissional e às regras jurídicas, resultando, portanto, num sistema complexo de controle profissional (Bandeira e Costa, 2003).

No que diz respeito às polícias, os códigos de deontologia estabelecem as regras e as obrigações essenciais ao trabalho dos policiais, inscrevendo-se num quadro jurídico de referência que define com precisão a natureza das modalidades da ação policial. Em outras palavras: os códigos de deontologia determinam os princípios e valores que devem nortear as atitudes e o comportamento que os policiais devem assumir dentro da corporação e na sua relação com o público.

Convém lembrar que, na maioria dos países em que o código de deontologia foi criado, objetivou-se modificar as concepções tradicionais da prática policial, sobretudo em relação à discricionariedade atribuída à prática profissional. Em relação ao código, é interessante fazer um paralelo entre os policiais e os profissionais liberais. Foram estes últimos – médicos, jornalistas e advogados – que sentiram a necessidade de estabelecer regras de deontologia para "delimitar" (circunscrever) suas práticas profissionais. Estes profissionais, embora respeitassem os regulamentos e as regras estabelecidas para o exercício da profissão, ao exercê-la livremente, tinham como respaldo apenas a confiança de seus pacientes e clientes. Não estavam submetidos a nenhum poder ou estrutura hierárquica como os policiais. No entanto, sentiram a necessidade de criar alguns limites suplementares a sua prática profissional. O policial, ao contrário dos profissionais liberais, desempenha suas funções demarcado por uma rígida estrutura hierárquica, embora nem sempre essa estrutura seja considerada, principalmente nas situações de patrulhamento de rua.

Apesar das diferenças quanto à estrutura hierárquica, podemos notar algumas semelhanças no exercício de tais profissões. Se compararmos os dois grupos, observa-se, frequentemente, que o cliente de um profissional liberal se encontra numa situação de dependência frente a este; é

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

o caso do paciente com seu cirurgião, por exemplo. Este no momento da cirurgia, é o único *mestre* do ato, da decisão a ser tomada, pois apenas seus conhecimentos técnicos podem conduzi-lo. Em caso de situações extremas, contará apenas com sua ética profissional. Se deslocarmos essa problemática para a função do policial, constataremos que este, na sua prática cotidiana, agirá freqüentemente fora da estrutura hierárquica, dispondo de grande autonomia de ação. Nessa prática, os policiais não necessariamente regem suas ações pelo regulamento, leis ou normas de conduta. Guiam-se, no geral, pelo que denominam como 'sua própria experiência'. A existência dessa margem de iniciativa da ação do policial constitui-se exatamente no espaço que deve ser ocupado pela deontologia. Portanto, instituir um código de deontologia significa reconhecer, concomitantemente, a responsabilidade e a autonomia do policial.

Entretanto, pouco se sabe sobre as diferentes dinâmicas sociais, políticas e institucionais para a implantação dos códigos de deontologia policial. A partir de 1980, constatou-se o crescimento dos estudos sobre as polícias, constituindo-se no que Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) denominaram de *sociologia da organização policial contemporânea*. Apesar dos esforços, pouco se avançou na compreensão dos mecanismos de controle da atividade policial, de seus instrumentos de controle e avaliação, bem como das dificuldades políticas, culturais e institucionais para sua implantação.

Sem uma clara diferenciação entre violência policial e uso da força legal não é possível estabelecer mecanismos destinados ao controle e supervisão das atividades policiais. Até que ponto e sob que circunstâncias é legítimo ou admissível o uso da força? Qual é a linha demarcatória entre força legítima e violência policial? Estas questões têm sido debatidas pela literatura especializada (Klockars, 1996; Muniz *et alii*, 1997; Mesquita Neto, 1999; Costa, 2003; Costa e Medeiros 2002; Porto, 2000; Adorno, 2002). Os estudos destacam que essa linha demarcatória não é fixa. O limite entre força legítima e violência varia em função da forma como cada

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

sociedade interpreta a noção de violência e representa a função policial. No contexto brasileiro, além de insistir na necessidade de incrementar a educação e o treinamento, os depoimentos ressaltam a dificuldade em traduzir para a atividade prática os princípios mais teóricos disponíveis, seja em manuais de procedimentos operacionais, seja através da cultura oral.

Em Ottawa, a ênfase repousa, sobretudo, na possibilidade de o policial justificar seus atos, apoiado em leis ou códigos. A ação que pode ser assim justificada não é percebida como violência policial.

Vejamos como os entrevistados do Distrito Federal definem e delimitam as distinções entre força física e violência policial:

> *(...) algemar e conseguir incapacitar, isso é uso da força, se usou a força. A partir daí, cidadão imobilizado, incapacitado, um tapa que se dê, um empurrão, aí já é abuso, já é violência policial... Agora, cidadão na parede, aí já começa a perguntar, tocar em órgãos genitais, o chute na canela para que ele abra as pernas. Isso é violência policial, né?*
>
> *(...) No limite, é cumprir o dever dele, da obrigação profissional dele e sem passar pro outro lado, que é o lado do criminoso. Porque a agressão, por menor que ela seja, é o limite de policiamento, para mim.*
>
> *(...) A violência, como o nome já diz, é justamente quando ocorre o excesso da força bruta, o que atua de má-fé no intuito de estabelecer ordem, mas que como ela ocorre em excesso ou desvio da força legal, e extrapola os limites, e acaba trazendo e violando os direitos individuais ou prejudicando um bem ou serviço.*
>
> *(...) Existe uma diferença conceitual, uma diferença dogmática e uma diferença prática. O nosso grande problema é com relação a traduzir os nossos conceitos teóricos em atividades práticas.*

Percebe-se nos depoimentos um misto de afirmações calcadas no bom senso e de busca de definições extraídas de situações concretas - através de exemplos e de raciocínios circulares do tipo "até onde a lei assegura é uso da força", configurando a tautologia que algumas vezes preside a

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

argumentação. É possível perceber que, na maioria das situações do dia-a-dia, cabe ao policial decidir o quanto de força física ele vai utilizar, antes ou depois da imobilização, com ou sem testemunhas, em situação de risco ou não. O mais longe que vão os informantes nesta direção é a referência à legislação federal, a qual necessariamente tem que ser referência para qualquer cidadão, mesmo quando se insiste na questão da legalidade como um divisor de águas entre violência policial e uso da força legítima; a afirmação não se faz acompanhar da referência a um ordenamento específico, direcionado ao tema, produzido pela corporação militar ou civil.

No tocante ao uso da força e de como esta se distingue de violência, chama particularmente a atenção, em Ottawa, a referência explícita aos códigos: o Código Penal, em primeiro lugar – até aí, nada de distinto do que ocorre no DF – mas também a referência ao *PSA* e aos procedimentos de rotina, que incluem a justificação, através de relatório escrito, detalhando o porquê de tal ou qual intervenção realizada na atuação prática, conforme apresentado nos depoimentos a seguir:

> *(...) Sobre o uso da força, de fato nós temos aqui em Ontário um modelo, elaborado pelo Ministério da Justiça, que dá ao policial algumas possibilidades legais de como efetuar uma prisão quando isto envolve interações com outras pessoas (...), obviamente, a presença de um policial uniformizado que pode ser um detrator (...) a qualquer momento durante este processo o policial pode mudar ou manter sua posição de força, ou até mesmo desistir desta posição. Se ele puder justificar o uso da força está tudo bem. Mas, se ele não puder justificar, nós teremos que recorrer ao nosso Police Service Act [código de deontologia] mesmo se o suspeito tiver uma conduta ilegal ou criminosa*[2].

2 Esta e as outras falas dos policiais canadenses foram traduzidas pelos autores.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

> *(...) A diferença é que nós temos uma seção específica do Código Criminal e do Police Service Act [código de deontologia] que diz que somos autorizados a usar [a força] se for justificada e necessária e não houver outros meios disponíveis de evitá-la. Então nós podemos usar tanto quanto necessário para nos preservar, proteger a vida e aplicar a lei. Nestas seções também evita-se o excesso de força. Se você se excede no uso da força você será responsabilizado por isto e, então, você terá que ser capaz de justificar sua forma de ação.*

Além dos problemas para definir o que é violência policial, há também a dificuldade de controlar e monitorar a atividade policial. O enorme poder discricionário de que gozam as polícias está no centro da questão (Walker, 1993; Bandeira e Costa, 2003). Possivelmente, dentre os agentes estatais, os policiais estão entre aqueles que possuem maior liberdade para exercer suas funções, tanto em termos do exercício da autoridade quanto em relação aos controles a que estão submetidos.

Nesse sentido, podemos descrever a atividade policial como um sistema de peritos, ou seja, como "sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje" (Giddens, 1991, p. 35). Conhecemos muito pouco dos códigos e procedimentos adotados pelos policiais para o exercício da autoridade que lhes foi delegada. Na maioria dos casos, torna-se difícil para um leigo avaliar se a conduta policial foi adequada ou não. Assim, o controle da atividade policial, para ter eficácia, deve levar em conta os códigos de deontologia e a normas de conduta, uma vez que estas representam a experiência acumulada pelos policiais.

Os problemas de definição do que vem a ser violência policial e as dificuldades de monitoramento das práticas cotidianas da polícia tornam pouco eficiente o funcionamento de três dos principais mecanismos de controle da atividade policial existentes: a legislação, o controle externo e a justiça. Skolnick e Fyfe (1993) sustentam que, na prática, as mudanças

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

na legislação penal e processual penal só têm efeitos concretos sobre a conduta policial quando os departamentos de polícia decidem reformular suas normas internas de conduta. Bayley (1991, 1994) argumenta que as dificuldades de monitoramento do policiamento são o principal obstáculo ao funcionamento efetivo dos órgãos de controle externos das polícias. Com relação à justiça, alguns autores têm apontado suas deficiências para limitar e controlar o uso da força legal (Cheh, 1996; Chevigny, 1995; Cano, 1997; Costa, 2003). Neste caso, o problema repousa na dificuldade de investigar adequadamente e definir, a partir de uma perspectiva externa, o que é violência policial.

Em função destes problemas, algumas polícias optaram por criar códigos de deontologia e normas administrativas para controlar a atividade policial. Um dos primeiros autores a analisar o funcionamento destes códigos e normas, Kenneth Davis (1971) argumentava que algum tipo de discricionariedade nas atividades do sistema de justiça criminal é inevitável. Para ele, o problema não residia na existência da discricionariedade, mas sim na falta de controle sobre ela. Uma vez limitada e estruturada, a discricionariedade poderia passar a ser algo positivo relacionado ao exercício da profissão de policial. Finalmente, Davis sustentava que a melhor forma de lidar com a discricionariedade seria a criação de códigos de deontologia e normas administrativas destinadas a regular o exercício da atividade policial. Passados quase quarenta anos do lançamento do seu livro, suas conclusões, de forma geral, continuam válidas e bastante influentes.

Inquiridos sobre como lidar com a discricionariedade, os policiais de Ottawa, assim como os entrevistados do Distrito Federal, têm alguma dificuldade em se posicionar claramente a respeito; apresentam quase invariavelmente uma resposta defensiva, como se estivesse subentendido que falar em discricionariedade é mencionar um defeito, uma lacuna, uma arbitrariedade em sua forma de atuar, que merece recriminação. Em

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

outras palavras, é como se os entrevistados se defendessem por se sentir (ou antes de se sentir) acusados de algum deslize.

> *(...)Bom, a primeira coisa pra gente tomar uma decisão rápida e trabalhar na rua tranqüilamente é justamente isso que a gente tá tentando fazer aqui na academia. É investir na formação do policial.*
> *(...)Porque, na verdade, não há a delimitação do que fazer. A gente não tem uma manual de... talvez não seja nem possível também delimitar tudo assim, porque o serviço da polícia é mais serviços gerais. Assim... a gente.... né?... costuma dizer que é pra servir, pra atender, mas servir abrange tudo. Então, assim como a gente tem essa liberdade, eu acredito que prá lidar com essa falta de normatização, digamos assim, só o bom senso adquirido no curso de formação.*

No caso de Ottawa, o que parece sobressair dos depoimentos é o fato de que discricionariedade é coisa para assuntos menores, transgressões no trânsito, ou coisas do gênero. Nas demais situações, o policial não deve usar de (ou, uma nuance interessante, não precisa de) discricionariedade; ele aplica a lei. O que, em última instância, não deixa de ser uma forma velada de negar a discricionariedade, de não responsabilizá-la pela prática policial em momentos cruciais de sua atuação:

> *(...) Na minha visão sobre discricionariedade, ela deveria ser aplicada apenas nas violações de trânsito. Eu acho que em alguns casos você pode dar uma chance para alguém, dependendo as circunstâncias. Mas quando se trata de atos criminosos não deveria haver discricionariedade. O policial tem que fazer o seu trabalho. Se houver um crime, você analisa os fatos; você decide seirá ou não proceder a uma prisão com base nas informações que você dispõe. Em alguns casos você tem a informação mas não pode prender. Isto não é discricionariedade de fato, [uma vez] que está estabelecido na lei. Então a discricionariedade que nós permitimos ao policial daqui é sobre violações de tráfico. Nos casos de crime eles têm que seguir os procedimentos, escrever os relatórios. E deve haver determinações sobre se você tem ou não discricionariedade sobre os seus deveres.*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

> *(...) Bem, depende das normas. Eu diria que há discricionariedade se você está lidando com contravenções, como as infrações de trânsito. Mas qualquer coisa mais séria, você tem que fazer seu trabalho. Colocar no relatório, você sabe (...)*
>
> *(...) A discricionariedade nos empodera, mas também temos que ter bom senso (...) você usa a discricionariedade em situações, que na minha opinião pessoal, não são assuntos sérios, quando você quer advertir alguém, como numa infração de trânsito.*

Em Ottawa transparece a existência de um procedimento que parece acompanhar e guiar a rotina policial: a necessidade de entrega de relatórios escritos, detalhando e justificando ações da atividade policial. As situações em que os policiais admitem que não pode haver discricionariedade são aquelas que são objeto de regulamentação clara, tais como algumas previstas nos *guidelines*; violência doméstica, violência contra criança ou, ainda, como e quando perseguir um suspeito ou um carro, o que implica o uso de velocidade pelo policial. Em suma, quando o policial conhece a lei - é o que eles subentendem em seus depoimentos -, discricionariedade não chega a ser problema; atualmente, afirmam alguns dos entrevistados, a legislação é muito clara, seja para uso da força, seja para atuação em caso de violência doméstica, de violência contra a criança, de perseguição de suspeitos ou criminosos, entre outros temas contemplados nos *guidelines*.

A criação de normas administrativas permite um equilíbrio entre o que prescreve a legislação e o que realmente a polícia faz no seu dia-a-dia. Embora a legislação possa orientar algumas atividades da polícia, principalmente aquelas relacionadas ao controle da criminalidade, na prática há inúmeras questões não prescritas na lei que têm enorme repercussão no exercício da atividade policial. Pode-se dizer que a lei prescreve o que deve ser feito, mas não diz quase nada sobre quando e como fazer.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

O desafio atual das polícias que já implantaram códigos de deontologia e normas administrativas para regular algumas das atividades dos seus membros é evitar que estas normas tornem-se meras formalidades. Ou seja, evitar que a discricionariedade migre da aplicação da lei para o cumprimento das normas administrativas. Em muitos casos, é exatamente isso que acontece, uma vez que a simples existência de uma norma não garante o seu cumprimento.

Uma norma é uma diretriz formal destinada a orientar condutas individuais. Para tal, ela precisa ser coercitiva e específica. Coercitiva porque necessita obrigar os membros da instituição a se adequarem às condutas prescritas. Específica, uma vez que as normas genéricas possibilitam diferentes interpretações sobre o seu conteúdo, deixando de uniformizar as condutas individuais.

Uma vez que são internas à instituição, somente a adesão dos membros da polícia, principalmente dos mais graduados, à idéia de que as normas administrativas são importantes instrumentos de gestão das instituições policiais, poderá fazer com que elas não se tornem meras formalidades. Do contrário, o peso das práticas informais e a relutância dos policiais mais graduados poderão torná-las sem efeito. Para que códigos e normas limitem e estruturem de fato a discricionariedade policial, algumas polícias adequaram seus sistemas de treinamento e de avaliação de condutas individuais.

Comparando os Códigos de Deontologia

Para entender melhor a natureza e o significado dos códigos de deontologia, decidimos comparar os códigos utilizados em duas diferentes instituições policiais: a *Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)* e o *Ottawa Police Service (OPS)*. Foram considerados apenas aqueles estatutos que tem força de lei, uma vez que o caráter coercitivo é característica essencial dos códigos de deontologia. Desta forma, foram analisados: a) o

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF); b) o *Código de Ética Profissional (PMDF)*; c) o *Police Services Act (OPS)* e d) o *Adequacy and Effectivenes of Police Services (OPS)*.

Na análise de cada um destes documentos, consideram-se os artigos ou seções como unidades de análise. Embora, frequentemente os artigos ou seções possuíssem inúmeros incisos ou alíneas, estas foram consideradas no seu conjunto e não separadamente. Cada unidade de análise foi examinada separadamente por pelo menos dois pesquisadores. Ao final do processo, compararam-se todas as análises realizadas. Os itens que apresentaram divergências foram revistos a fim de dirimir os conflitos de interpretação. A idéia geral deste tipo de procedimento de pesquisa foi construir coletivamente uma interpretação sobre os documentos analisados.

Foram utilizadas as seguintes categorias para analisar todos os documentos: a) definição de termos, considerações iniciais e considerações finais; b) organização interna; c) deveres, direitos e proibições; d) procedimentos profissionais e e) outros.

Foram classificados como *definição de termos, considerações iniciais ou finais* aqueles artigos que traziam conceitos gerais e definições que serviriam de base para a interpretação dos demais artigos. Por exemplo, tanto nos documentos brasileiros quanto nos canadenses foram encontrados artigos definindo ou diferenciando policiais e funcionários civis. Também foram classificados nesta categoria os conteúdos que tratam da competência e da abrangência de cada documento.

Muitos conteúdos foram classificados como *organização interna*. De forma geral, eles tratam da organização e da distribuição de competências dos diferentes órgãos e seções de cada organização policial. Alguns artigos descrevem a estrutura (composição e competência) de determinada unidade policial. Outros tratam das relações entre estas diferentes unidades.

A categoria *deveres, direitos e obrigações* foi empregada para classificar os itens que descrevem, de modo geral, os direitos e prerrogativas dos policiais. Também foram enquadrados nesta categoria os conteúdos

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

que descrevem as especificidades de determinadas funções policiais. Nos documentos brasileiros e canadenses foram encontrados artigos tratando dos direitos trabalhistas dos policiais (férias, remunerações e licenças), também foram encontrados conteúdos que dizem respeito a seus direitos e prerrogativas judiciais. Os itens referentes às obrigações funcionais dos policiais foram classificados desta forma.

Os artigos que tratavam ou descreviam os procedimentos para o exercício da profissão de polícia foram classificados como *procedimentos profissionais*. Nesta categoria estão desde a previsão para o estabelecimento de procedimentos profissionais até a descrição de procedimentos específicos. Finalmente, foram classificados como "outros" os conteúdos que não puderam ser classificados em nenhuma das categorias anteriores.

Distrito Federal: códigos de deontologia sem normas de conduta

No Brasil, tradicionalmente, as polícias militares estiveram ligadas ao Exército. Em alguns períodos históricos, elas estiveram sobre o controle direto do Ministério do Exército. Esta identidade entre policiais e militares teve profundas conseqüências no desenvolvimento da deontologia policial. Muitas polícias militares adotaram (ou adotam) o *Estatuto dos Militares,* elaborado pelas Forças Armadas, bem como, utilizam o *Regulamento Disciplinar do Exército* e inúmeros manuais empregados no treinamento dos militares do Exército. A partir da última década, esta situação começou a mudar em alguns estados brasileiros. Seguindo a tendência mundial, algumas polícias militares brasileiras criaram seus próprios códigos de deontologia e outras iniciaram estudos para a elaboração de manuais de conduta[3]. É o caso da *Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)*, que estabeleceu o *Estatuto da*

3 Dentre elas destacam-se as iniciativas verificadas em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pernambuco para a criação de Códigos de Deontologia e o estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão (POP's).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Polícia Militar do Distrito Federal, prescrevendo as responsabilidades, os direitos e os deveres de todos os membros desta instituição policial. Em 1997, foi criado também o *Código de Ética Policial*. Neste código estão descritos os princípios e valores que deverão orientar a atividade de policiamento e as condutas dos policiais. Os conteúdos do Estatuto e do Código de Ética evidenciam seu caráter formal, geral e pouco restritivo quanto às orientações que disponibilizam para a conduta policial.

Dos 145 artigos do Estatuto, os conteúdos relativos a procedimentos profissionais que regulamentam a relação com a sociedade não estão contemplados. As prescrições, de caráter normativo, concentram-se fundamentalmente em organização interna da polícia, definições gerais, e direitos e obrigações dos policiais militares. Os artigos que tratam dos aspectos organizacionais da instituição são os mais numerosos. Estes estão, sobretudo, ligados à hierarquia e à disciplina e podem conter instruções sobre a relação do policial com seus pares e superiores.

A seguir, vêm os artigos com conteúdos administrativos e de considerações iniciais ou finais. Os deveres, os direitos e as proibições, mais diretamente ligados à postura, e que, em tese, poderiam trazer prescrições de natureza moral ou profissional, ocupam o terceiro lugar na frequência de artigos do estatuto. Em sua análise, percebeu-se que os princípios norteadores da atividade profissional ocupam aí posição secundária, quando comparados a deveres e obrigações em formulações de natureza mais geral.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Tabela 1. Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal

Conteúdo dos artigos	Frequência	Frequencia Relativa (%)
Definição de termos, considerações iniciais e finais	38	26,21
Organização Interna	72	49,66
Deveres, direitos, proibições	31	21,38
Procedimentos profissionais	0	0
Outros	4	2,76
Total	**145**	**100**

Fonte: Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal (Lei 7454/1986).

A análise da frequência dos assuntos tratados no Estatuto apenas nos dá uma pista sobre seu caráter geral e sua finalidade. O Estatuto é um documento centrado nos deveres ligados à disciplina e à hierarquia, estando fortemente impregnado da cultura hierárquica do exército. Aliás, hierarquia e disciplina formam o pano de fundo que organiza o conjunto do documento. O grau de generalidade de sua formulação torna bastante difícil, senão impossível, traduzi-los em subsídios para a formulação de normas de conduta, de procedimentos específicos, profissionais. Seus deveres são, na sua maioria, os deveres do cidadão.

Isto não seria um problema se, no domínio dos procedimentos profissionais, o legislador detalhasse melhor as especificidades que daí poderiam decorrer para a atividade policial, mas não é o que acontece. Da mesma forma, a tradução destes princípios norteadores em normas ou manuais práticos, orientadores de conduta, seria uma maneira de compensar o caráter geral dos deveres policiais, mas aí também a lacuna é enorme.

Situação semelhante pode ser constatada pela leitura dos 09 artigos que compõem o *Código de Ética*, cuja frequência dos conteúdos está resumida na tabela e gráfico número 02.[4] Todo o conteúdo do texto é relativo a prescrições morais, pertinentes ao cidadão mais do que ao profissional.

4 Portaria PMDF nr. 142 de 15/07/1997.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Tabela 2. Código de Conduta Ética Profissional – PMDF

Conteúdo dos artigos	Frequência
Definição de termos, considerações iniciais e finais	1
Organização Interna	0
Deveres, direitos, proibições	8
Procedimentos profissionais	0
Outros	0
Total	**9**

Fonte: Código de Conduta Ética Profissional da Polícia Militar do DF

Na apresentação deste código, seu autor aponta a adequação do mesmo às diretrizes da Assembléia Geral das Nações Unidas, que, a 17 de dezembro de 1979, aprovou um *Código de Conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei*.[5] As entrevistas efetuadas indicam, porém, que nem todos na corporação estão conscientes desta articulação. Além disso, chama também a atenção o fato de o código se definir como um código de ética profissional. Com relação a este aspecto, é interessante observar que, apesar do título remeter à questão da profissão, no capítulo que trata dos deveres, fala-se em atividade policial, em serviço, e não em profissão policial. Além de preferir o termo atividade policial, o Código, quando faz menção à profissão, o faz de modo absolutamente vago, como indicam os exemplos abaixo:

> Art. 2º, Inc. II - Exercer a atividade policial com zelo, diligência, honestidade e respeito à pessoa humana e aos direitos humanos.
> Art. 6º, Inc. III - Praticar o profissionalismo e desenvolver permanentemente o espírito de corpo.
> Art. 6º, Inc. IV - Empregar todas as energias em benefício do serviço.

5 Em negrito no original.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Nenhum dos artigos do *Código de Conduta Ética Profissional* trata de modo específico da relação do policial com a sociedade, o que chama a atenção, posto que se trata de um código de deontologia policial. O artigo 03, que trata do desempenho das funções, diz ao policial que ele deve:

> Art 3º, Inc. I - se esforçar para atuar oportunamente, sem permitir que seus sentimentos (prejudiciais), animosidade ou amizades influam em suas decisões;
> Art 3º, Inc. II - não ceder ante o delito e perseguir incansavelmente os delinquentes, fazendo cumprir a lei com cortesia e de forma apropriada, sem temor nem favoritismo, malícia ou má vontade; sem empregar força ou violência desnecessária, nem aceitar gratificações ou suborno;
> Art 3º, Inc. III - lutará constantemente para lograr estes objetivos e ideais: de dedicar a Deus, à Pátria e à profissão que houvera escolhido e fazer cumprir a lei com o sacrifício da vida se for necessário, como um dia jurou ante nossa Bandeira Nacional.

Aqui, onde o que é específico da função policial poderia remeter de modo direto à questão de prescrições mais claras e objetivas quanto ao uso da força, permanece o caráter vago. Expressões como *atuar oportunamente, cumprir a lei com cortesia, sem empregar força ou violência desnecessária, se dedicar à profissão escolhida* precisam ser definidas de forma clara e objetiva. Entretanto, isso não é feito nem no Código e tampouco nos manuais em uso na PMDF. As possibilidades de avançar subsídios para, num manual específico, estruturar o espaço da discricionariedade e seu uso, são assim desperdiçadas. Dentre os termos selecionados para figurarem em letras maiúsculas não está contemplado o que se refere à profissão.

Os princípios doutrinários, onde, a rigor, se inscrevem os valores e a filosofia da atuação profissional, são apresentados no artigo 7º, constituído por 23 parágrafos, que mantêm o mesmo nível de generalidade já registrado anteriormente, indo desde a observância da boa educação, da camaradagem, do espírito de cooperação, até as exortações que incidem sobre a

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

vida privada do cidadão policial militar. Todos esses conteúdos são descritos da mesma forma daqueles que tratam, por exemplo, da manutenção da ordem e da segurança da comunidade. Como é definida a *segurança da comunidade*? O que é *prevenção da ordem pública*? O que significa *zelar pela sua competência exclusiva, na prevenção e manutenção da ordem pública*? Não há nenhum detalhamento sobre isto.

Da mesma forma, no art 8º, que trata do valor policial, figuram conceitos como *patriotismo, civismo, culto às tradições históricas da corporação, fé na missão elevada da polícia, amor à profissão e o entusiasmo para exercê-la, aprimoramento técnico profissional, espírito de corpo e o orgulho pela corporação, dedicação na defesa da sociedade*. Mistura-se, de modo abrangente e vago, prescrições de teor e de consequências bastante diferenciadas. O que seriam esses valores e como traduzi-los para a conduta prática? Como eles poderiam ser cobrados num processo de avaliação profissional?

O artigo 9º relaciona os princípios consagrados de ética profissional. Na forma de definir a responsabilidade no trabalho, explicita-se a proteção e o socorro à comunidade, que se concretiza, no entanto, pela defesa de suas leis e, mais especificamente, da Constituição Federal. Ou seja, mais uma vez, a relação com a comunidade é contornada e apresentada através da proteção às leis, distante de algo mais direcionado à natureza da relação polícia-sociedade.

Em resumo, são princípios vagos o suficiente para que não se acuse o código de não contemplá-los, concedendo um maior espaço à discricionariedade. Como usar esta discricionariedade de forma adequada? Essa é a questão que os códigos, pelo seu grau de indeterminação, não ajudam a dirimir. Em si, a discricionariedade, presente na atuação policial, nada tem de bom ou de ruim. Depende de como lidar com ela, como defini-la, como estruturá-la.

Tanto no *Estatuto* quanto no *Código*, há uma enorme lacuna no tocante a procedimentos profissionais. Uma das formas de lidar com estas

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

lacunas é o estabelecimento de manuais de conduta policial. No caso da PMDF, os manuais existentes são por demais genéricos. De forma geral, eles não trazem orientações claras de como proceder em situações específicas, especialmente naquelas relacionadas ao uso da força e ao trato com os cidadãos.

Dos manuais existentes na *PMDF*, boa parte refere-se às atividades especiais de policiamento, tais como, controle de tumultos, policiamento de trânsito e policiamento a cavalo. Embora sejam importantes, estas atividades respondem por menos de 20% do efetivo empregado no policiamento do Distrito Federal. O policiamento ostensivo, principal atividade da polícia militar, não conta com um manual específico, que apresente orientações claras aos policiais de como proceder.

O *Manual Básico de Policiamento*, utilizado no treinamento básico dos policiais, não contém normas de condutas específicas para os policiais. De forma geral, nele estão descritos os principais tipos de policiamento utilizados no Distrito Federal: policiamento ostensivo, policiamento de trânsito e rodoviário, policiamento de guardas, policiamento escolar e policiamento feminino. Traz também uma seção sobre noções de direito.

No que diz respeito ao uso da força, não diz como os policiais deveriam proceder. Na seção que trata de armamento e tiro, verifica-se uma série de conteúdos técnicos sobre os tipos de armas, seu histórico e especificidades. Não há nenhuma prescrição sobre quando e como usar o armamento. O mesmo pode ser dito quanto à abordagem policial, à conduta com presos, a perseguições motorizadas e à violência doméstica.

Nada é dito sobre estes temas. Embora existam manuais, concretamente eles não fazem parte do dia-a-dia da prática policial, orientando condutas. Não funcionam como a 'bíblia' do policial militar. Dito de outro modo, não se incorporam como valores, como padrão de comportamento, ou ainda como novas posturas profissionais. Enquanto não se puder

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

pensar a profissão e o conceito de profissionalismo a partir de valores, saberes e práticas (perspectiva foucaultiana das relações intrínsecas entre "saber e poder") que orientem a conduta policial, sobretudo no momento em que a ação rápida exige os condicionamentos necessários, estaremos no domínio do senso comum e do bom senso. Situação esta que remete ao arbítrio do ator a decisão sobre a melhor forma de agir, no momento do exercício da profissão.

Ontário: códigos de deontologia com normas de conduta

No Canadá, diversas forças policiais passaram a contar com códigos de deontologia, a partir da década de 1940. Estes códigos não necessariamente se restringiram a uma instituição policial específica. O caráter federativo do seu sistema político e o fato de algumas das principais organizações policiais estarem sob controle dos municípios são aspectos importantes do sistema policial canadense. Em função disso, algumas províncias estabeleceram autoridades responsáveis pela coordenação e controle dos serviços de polícia: o *Solicitor General*.[6] Para tal, estas autoridades se valem dos códigos de deontologia e de regulamentações administrativas sobre as condutas policiais.

É o caso da província de Ontário, onde todos os serviços policiais ali existentes (municipais e provinciais) devem seguir o que estabelece o *Police Services Act (PSA)*, criado em 1990. Nele, além dos princípios norteadores das atividades policiais, também estão previstas as responsabilidades das polícias e dos seus membros. Além disso, o código de deontologia canadense regula as relações de trabalho dentro das organizações policiais, bem como as formas e procedimentos para apresentar queixas e reclamações sobre a conduta profissional dos policiais.

6 No Brasil, cabe aos secretários de segurança pública exercer boa parte das funções políticas e administrativas do *Solicitor General*.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

O *Police Services Act* foi criado para substituir o *Police Act* de 1946, a fim de tratar mais adequadamente as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas nas últimas quatro décadas. O *PSA* buscou fortalecer as relações entre a polícia e a comunidade, sendo bastante enfático sobre a necessidade de parceria com a comunidade. Dentre as várias mudanças introduzidas no novo código de deontologia, destaca-se a ênfase na natureza dos serviços prestados à comunidade e na necessidade de aumentar o controle da atividade policial.

O novo código estabelece que os chefes das polícias municipais devem implantar a filosofia de policiamento comunitário, voltada para a solução de problemas (*community-oriented policing*). De forma geral, o PSA confirma a tendência, verificada desde a década de 80, de enfatizar a necessidade de aproximar polícia e comunidade. Não por acaso, a expressão 'serviço' foi incorporada ao título do novo código canadense.

Para melhorar o controle sobre as atividades policiais, dois novos mecanismos foram criados pelo *PSA*. O artigo 113 estabelece que todos os serviços de polícia na província de Ontário deveriam criar uma unidade especial de investigações - *Special Investigations Unit (SIU)*. Cabe a esta nova unidade conduzir investigações sobre os desvios de conduta que porventura forem cometidos por policiais. Esta unidade especial deverá reportar-se diretamente ao Ministério Público de Ontário.

Além disso, o *Police Services Act* passou a uniformizar e detalhar mais os procedimentos a serem seguidos para lidar com as queixas e reclamações dos cidadãos a respeitos dos serviços prestados pela polícia. A parte IV do *PSA* estabelece os procedimentos a serem seguidos por todos os serviços de polícia. Também trata das funções e deveres dos chefes de polícia, bem como dos direitos e deveres dos policiais acusados.

Outra novidade do código canadense foi a criação de um órgão de controle externo para supervisionar as atividades de todos os membros

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

dos serviços de polícia de Ontário. A seção 21 criou a *Ontario Civilian Commission on Police Services (OCCPS)*. A comissão serve como instância quase judicial, destinada a servir como corte de apelação dos processos disciplinares conduzidos por cada serviço de polícia. Ela pode conduzir suas próprias investigações, requerer investigações especiais dos serviços de polícia, bem como rever as decisões dos chefes de cada departamento de polícia.

Da mesma forma que o código de conduta ética do DF, o *Police Services Act* é carente de conteúdos voltados a procedimentos, como indicam a tabela e o gráfico de número 03, e o gráfico comparativo entre eles. Os conteúdos relacionados a questões organizacionais são os mais frequentes, seguidos daqueles que tratam dos direitos, deveres e obrigações dos policiais. Os dados agrupados permitem melhor visualização do que se está afirmando.

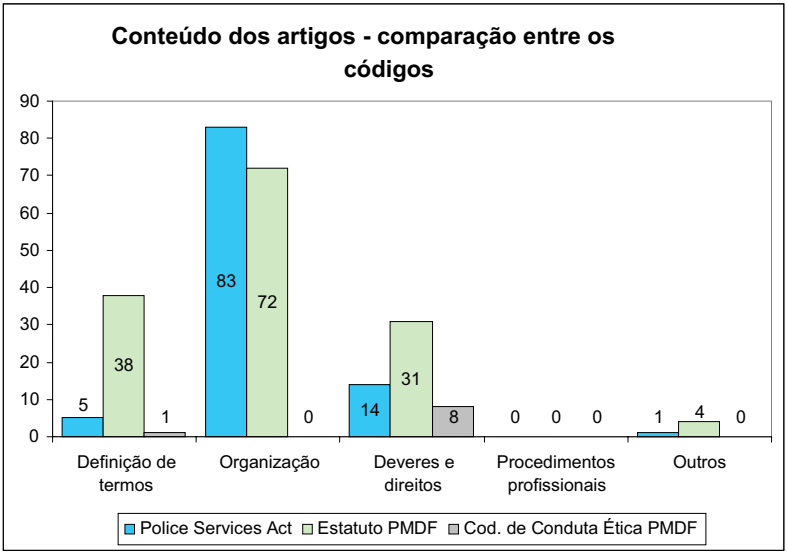
Tabela 3. Police Services Act – Conteúdo dos Artigos

Conteúdo dos artigos	Frequência	Frequencia Relativa (%)
Definição de termos, considerações iniciais e finais	5	4,85
Organização Interna	83	80,58
Deveres, direitos, proibições	14	13,59
Procedimentos profissionais	0	0
Outros	1	0,97
Total	**103**	**100**

Fonte: Police Services Act.

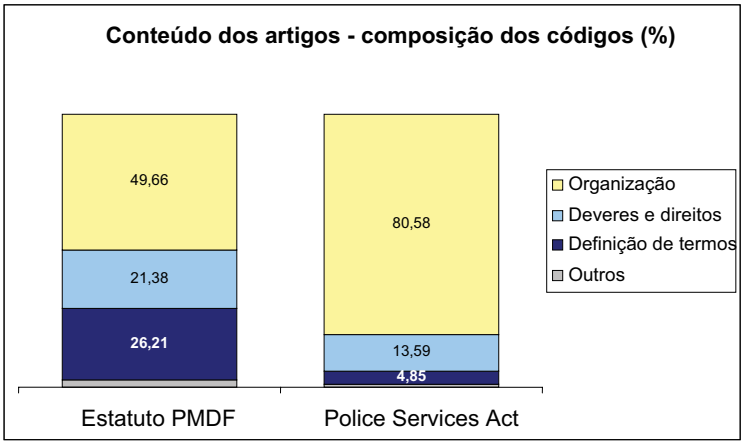
Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Gráfico 1



Fonte: Police Services Act.

Gráfico 2



Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Também, a exemplo do estatuto brasileiro, o código canadense não estabelece de forma clara como os policiais deveriam exercer suas funções. Apenas fornece os princípios que deveriam nortear o trabalho dos policiais. O artigo 42 do *Police Services Act* estabelece os deveres dos policiais:

> Art 42 (a) – preservar a Paz;
> Art 42 (b) – prevenir crimes e outras ofensas e prover assistência e encorajamento para que outras pessoas o façam;
> Art 42 (c) – assistir as vítimas de crimes;
> Art 42 (d) – prender criminosos e outras pessoas que possam legalmente ser postas em custódia;
> Art 42 (f) – executar mandatos que possam ser executados por policiais e desempenhar suas obrigações relativas;
> Art 42 (g) – desempenhar as obrigações legais que o chefe de polícia lhes destinar.

Estas obrigações são por demais vagas para orientar as condutas policiais. Nada dizem sobre como *prevenir crimes, assistir vítimas, prender criminosos, executar mandatos ou desempenhar obrigações legais*? De forma alguma, o *Police Services Act* se presta a disciplinar as atividades cotidianas dos policiais. É necessário que se estabeleçam normas de condutas específicas sobre estes princípios e diretrizes.

Em 1999, o *Solicitor General* de Ontário estabeleceu o *Adequacy and Effectiveness of Police Services*.[7] Esta regulação visava cobrir as lacunas deixadas pelo *PSA*, sem,contudo, quebrar as autonomias municipais de organizar e controlar seus próprios serviços de polícia. De fato, a análise dos seus conteúdos evidencia uma preocupação muito maior com o estabelecimento de procedimentos profissionais e normas de condutas policiais, como mostra a tabela 4.

7 Regulação provincial 3/1999.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Tabela 4. Adequacy and Effectiveness of Police Services – conteúdo dos artigos

Conteúdo dos artigos	Frequência	Frequencia Relativa (%)
Definição de termos, considerações iniciais e finais	3	8,11
Organização Interna	15	40,54
Deveres, direitos, proibições	0	0
Procedimentos profissionais	19	51,35
Outros	0	0
Total	**37**	**100**

Fonte: Ontario Regulation 3/99.

Uma vez que compete às autoridades municipais organizar e controlar seus próprios serviços de polícia, o *Adequacy and Effectiveness* estabelece de forma clara e obrigatória (*mandatory*) que os chefes de polícia implementem normas e procedimentos profissionais sobre determinados assuntos. Vejamos alguns exemplos do que diz a regulação:

> Art. 12 – Todo chefe de polícia deverá desenvolver e implementar procedimentos e processos para conduzir investigações criminais sobre:
> (a) abuso físico e sexual de crianças;
> (d) violência doméstica;
> (i) homicídios e tentativas de homicídios;
> (l) pessoas perdidas.
> Art. 13 – Todo chefe de polícia deverá estabelecer processos e procedimentos a respeito de:
> (f) proteção e segurança de testemunhas;
> (h) revista de pessoas;
> (j) prisões;
> (l) controle e cuidado de prisioneiros.

Ou seja, a autoridade de segurança pública da província de Ontário exige que as policiais municipais implantem normas de condutas sobre uma serie de assuntos. Entretanto, caberá aos municípios determinar o conteúdo destes procedimentos. Para se ter uma idéia, o *Ottawa Police*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Service conta com mais de uma centena de normas de condutas e procedimentos policiais (*policies* e *guidelines*). Tais normas e procedimentos tratam dos mais variados assuntos, como uso da força policial, violência doméstica, controle de tráfico, perseguições motorizadas e proteção à testemunha. Tradicionalmente, os serviços de polícia de Ontário adotam as mesmas normas de condutas e procedimentos profissionais. Esta medida facilita o treinamento básico dos policiais, cuja primeira parte é unificada, como veremos na próxima seção.

Normas de Conduta, Treinamento e Avaliação

A existência de um código de deontologia não assegura que seus valores profissionais sejam compartilhados por todos, irrigando cotidianamente as ações da polícia. A eficácia dos códigos de deontologia é proporcional ao grau de adesão aos seus valores pelos agentes policiais. Para que isto aconteça, algumas polícias reestruturaram seu aparato administrativo de controle interno para fazer valer estes princípios na prática policial cotidiana. Enquanto o código de deontologia busca relacionar os valores e ideais de uma determinada ordem política e social aos ditames da profissão policial, o aparato administrativo procura transformar estes ditames à prática cotidiana.

Diferente de um sistema voltado exclusivamente para a punição dos desvios de conduta individual, este aparato administrativo visa, fundamentalmente, prevenir situações e riscos para a polícia e os cidadãos. Para tanto, procura reduzir os "espaços discricionários" de que gozam os policiais, bem como premiar aqueles profissionais que conduzam suas ações de acordo com os princípios indicados no código de deontologia. Portanto, a existência desse aparato administrativo de controle interno não implica no fim da violência policial, mas na redução das situações

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

nas quais essa violência pode ocorrer. Basicamente, este aparato policial é composto de três elementos: as normas de conduta, o treinamento e o sistema de supervisão e avaliação.

A seguir, comparamos o sistema de treinamento e avaliação da *Polícia Militar do Distrito Federal* e do *Ottawa Police Service*.

Polícia Militar do Distrito Federal

Existem várias formas de ingresso na *Polícia Militar do Distrito Federal*. As duas mais frequentes são através da *Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB)* e do *Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP)*. A *APMB* forma os oficiais em seu curso superior, reconhecido pelo Ministério da Educação. O *CFAP* forma as praças (soldados, cabos, sargentos e sub-tenentes) da polícia. Observa-se que, a partir da década de 90, houve um esforço da *PMDF* em ampliar o currículo dos seus cursos de formação, tanto na *APMB* quanto no *CFAP*.[8]

Atualmente, o curso de formação de oficiais tem duração de 03 (três) anos, inclui quatro áreas de disciplinas: ensino acadêmico básico, ensino acadêmico profissional, ensino profissional específico e atividades complementares. Dentre outras, fazem parte do ensino acadêmico básico disciplinas como "ética e deontologia", "psicologia" e "relações públicas e humanas". O ensino acadêmico profissional envolve disciplinas de conteúdo jurídico, além de "criminalística" e "criminologia". O ensino profissional específico trata dos assuntos diretamente relacionados às atividades

8 Os esforços de ampliar o currículo da formação policial, incluindo disciplinas de conteúdos humanistas, não ocorreram apenas no Distrito Federal. Outros estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Pará, por exemplo, também fizeram grandes mudanças nos seus programas de formação de praças e oficiais. Em 2002, o governo federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) elaborou a Matriz Curricular Nacional. Esta matriz se propõe a ser um referencial nacional para a formação de policiais no Brasil. No currículo comum proposto pela matriz, constam disciplinas como "direitos humanos", "ética e cidadania" e "relações humanas".

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

cotidianas da polícia. "Legislação e regulamentos", "policiamento ostensivo", "armamento, munição e tiro" são algumas das disciplinas desta área. Dentre as atividades complementares, constam 120 horas (40 por ano) de prática supervisionada na disciplina "exercício de polícia ostensivo". Para o policiamento específico, no entanto, os manuais existentes são apenas obras de referência, sem força de lei.

A Polícia Militar do Distrito Federal conta com poucas normas de condutas estabelecidas oficialmente e sistematizadas na forma de manuais de instrução. Elas tratam principalmente das atividades de controle de trânsito e sobre a utilização de determinados equipamentos. Pode-se dizer que nenhum material utilizado no treinamento básico dos policiais no Distrito Federal pode ser caracterizado como norma de conduta policial. As duas principais obras utilizadas nas instruções sobre policiamento ostensivo são o *Manual de Policiamento Ostensivo* e o *Manual Básico de Policiamento*.

Tais manuais não estabelecem procedimentos a serem adotados nas atividades cotidianas de policiamento que envolvam o uso legal da força ou outros tipos de interações com cidadãos. Trazem extensas descrições sobre o que vem a ser policiamento ostensivo, suas modalidades e especificidades. Deste modo, pouco servem para orientar e limitar o uso da autoridade policial. Assim, os princípios, responsabilidades, direitos e obrigações descritos nos códigos de deontologia tornam-se apenas "boas intenções", pois não se apóiam em outros manuais que permitam a sua operacionalização.

A *Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal (CPMDF)* é o órgão encarregado de coordenar e avaliar as sindicâncias e os inquéritos sobre os desvios de conduta profissionais cometidos por policiais. As denúncias de desvio de conduta policial e as reclamações acerca dos serviços prestados pela Polícia Militar do Distrito Federal podem ser feitas de várias formas, dentre elas: nas ouvidorias de polícia, na delegacia de polícia judiciária militar, nas delegacias de polícia civil. Além desses, a

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

mídia e o Ministério Público e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF também são importantes veículos de denúncias e reclamações. As denúncias recebidas por estes órgãos, via de regra são encaminhadas para a *CPMDF* (Silva, 2008).

Entretanto, não há nenhum órgão específico responsável pela apuração e investigação das denúncias de desvio de conduta policial. Também não há regras claras de como a polícia deverá proceder. Uma vez recebida, a denúncia poderá ser encaminhada ao comandante da unidade dos policiais envolvidos no incidente. Ele poderá, de acordo com o julgamento da gravidade dos fatos denunciados, determinar a abertura de uma sindicância ou a instauração de um inquérito policial. Pode ocorrer também que a denúncia seja investigada pela própria corregedoria que, para isso, conta com uma equipe própria.

Em qualquer dos casos, os procedimentos legais adequados para tratar as denúncias são as sindicâncias e os inquéritos policiais.[9] Uma vez concluídos, tanto as sindicâncias quanto os inquéritos deverão ser encaminhados à corregedoria para a correição dos procedimentos. Para isso, a corregedoria conta com duas seções: a *Seção de Procedimentos Judiciais (SPJ)* e a *Seção de Procedimentos Administrativos (SPA)*. Compete a *SPJ* receber, realizar a correição e encaminhar ao Ministério Público todos os inquéritos policiais instaurados na *PMDF*. Cabe também a *SPA*, receber, revisar e arquivar todas as sindicâncias e memorandos acusatórios realizados na instituição.

A revisão e a correição das sindicâncias e dos inquéritos tratam dos aspectos jurídico-formais dos processos e das conclusões das investigações. As conclusões das investigações devem estar fundamentadas pela legislação

9 A sindicância é um procedimento interno da polícia, de rito e complexidade mais simples. Já os inquéritos policiais são mais complexos e devem obrigatoriamente ser encaminhados ao Ministério Público que poderá: a) arquivá-lo; b) arquivá-lo com indicação de transgressão disciplinar; c) denunciar os indiciados pelos crimes cometidos ou d) declinar da competência para tratar do assunto.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

existente, bem como pelas normas administrativas em vigor. De modo geral, são três os principais instrumentos utilizados pela corregedoria para avaliar as condutas dos policiais, além do código penal: o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar; o Estatuto da *PMDF* e o Código de Ética Profissional.

A ausência de normas de conduta nas polícias brasileiras tem acarretado problemas também na supervisão e na avaliação dos policiais. Como vimos anteriormente, nem o *Estatuto da PMDF* nem o *Código de Ética Profissional* estabelecem orientações claras para as condutas dos policiais. Tampouco o *Regimento Disciplinar da Polícia Militar* pode ser considerado instrumento adequado para impor os valores profissionais da polícia.

Ottawa Police Service

De modo semelhante a alguns países europeus, no Canadá, a formação policial é bastante integrada ao sistema educacional daquele país. Os candidatos à carreira policial devem obrigatoriamente ter completado com êxito pelo menos quatro anos do ensino secundário ou equivalente. Muitos dos policiais do *Ottawa Police Service* freqüentaram algum dos cursos técnico-profissionais oferecidos pelos *colleges* canadenses.

Na província de Ontário, processo de seleção e parte do treinamento dos policiais é responsabilidade da *Ontario Association of Chiefs of Police*. A *OACP* é a associação profissional autorizada a emitir o certificado necessário para contratação de policiais. Para receber o certificado, os candidatos deverão completar as quatro fases do processo de seleção.

Após ser aprovado nas primeiras etapas do processo de seleção, compostas de teste escrito, entrevistas e investigação sobre seu passado, o candidato é enviado ao *Ontario Police College*. Lá ele irá freqüentar, durante 12 semanas, o *Treinamento Policial Básico* (*Basic Constable Training*). Neste período, os candidatos frequentam as seguintes disciplinas: anti-racismo, policiamento comunitário, táticas defensivas, violência doméstica,

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

exercícios militares, ética, legislação federal e provincial, treinamento físico, armas de fogo, operações com veículos, comunicações e uso da força.

Todos os serviços de polícia da província de Ontário realizam o treinamento básico dos seus policiais no *Ontario Police College* (*OPC*). Entretanto, algumas polícias optam por realizar outras etapas de treinamento por sua própria conta. É o caso do *Ottawa Police Service*. Além do curso realizado no *OPC*, a formação dos policiais de Ottawa acontece também no *Professional Development Centre (PDC)*, responsável por mais 21 semanas de treinamento. Ao todo a formação básica do policial de Ottawa dura 33 semanas.

Tanto no *Ontario Police College* quanto no *Professional Development Centre*, a instrução dos policiais é centrada nos manuais e normas de conduta policial. A instrução de uso da força, por exemplo, é centrada na aplicação do *Ontario Use of Force Model*.[10] Este tipo de treinamento não é realizado apenas na formação inicial dos policiais. Anualmente, todos os policiais são obrigados a passar, durante uma semana, pelo treinamento sobre o uso da força.

O *Police Services Act* (1990) estabelece que cada departamento de polícia da província de Ontário implemente um sistema para lidar de forma adequada com as reclamações (*complaints*) feitas pela comunidade. A fim de cumprir com esta exigência, o *Ottawa Police Service* implementou a *Professional Standards Section (PSS)* com a tarefa de promover a resolução destas reclamações com base nos padrões profissionais de conduta policial. Cabe a esta unidade policial investigar as reclamações, investigar todos os incidentes que envolvam disparo de arma de fogo, conduzir investigações paralelas e sugerir recomendações, com base nas reclamações recebidas, sobre mudanças no treinamento e nas normas de conduta em uso na polícia.

10 O Modelo de Uso da Força de Ontário (OUOFM) foi estabelecido em 2004 pela Associação dos Chefes de Polícia de Ontário (*Ontário Association of Chiefs of Police – OACP)*. Trata-se de uma representação gráfica das situações potencialmente violentas.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Além desta unidade, existe a *Ontario Civilian Commission on Police Services (OCCPS)*. Esta comissão é o órgão de controle externo destinado a supervisionar as atividades de todos os serviços de polícia de Ontário. Além de investigar algumas denúncias de desvio de conduta policial, a *OCCPS* funciona também como uma instância quase judicial, servindo de corte de apelação das decisões disciplinares adotadas pelos serviços de polícia. Além dela, tanto os membros da comunidade quanto os policiais podem recorrer aos tribunais judiciais.

Existem dois tipos de reclamações: sobre os serviços e políticas implementados pelos departamentos de polícia e sobre a conduta profissional dos policiais. De forma geral, as reclamações são feitas diretamente ao *Ottawa Police Service*, através do seu serviço de queixas e reclamações. Uma vez recebida a reclamação, o chefe de polícia tem 30 dias para decidir como irá tratá-la. Ele pode recusá-la porque foi feita fora do prazo legal (até seis meses da data do incidente), ou porque se trata de uma reclamação sobre serviço que não é da competência da polícia ou, ainda, porque o policial acusado de desvio de conduta não pertence ao *OPS*. O Chefe de polícia também pode recusar uma reclamação, por julgá-la frívola ou de má-fé. Em qualquer destas circunstâncias, o(a) reclamante pode apelar a *OCCPS*.

Uma vez aceita uma reclamação, é instaurada investigação para avaliar as circunstâncias do incidente. Para isso, é designada uma equipe de investigadores da *Professional Standards Section*. Após a investigação, a *PSS* poderá recomendar ao chefe de polícia: a) buscar um acordo informal entre o(a) reclamante e o policial acusado (o *Police Services Act* sugere que as reclamações sejam resolvidas desta forma, à princípio); b) desconsiderar a reclamação por ser improcedente; c) impor pena disciplinar sem necessidade de audiência com o policial acusado, caso não se trate de sério desvio de conduta profissional e d) impor pena disciplinar,

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

após audiência com o policial acusado, quando se tratar de sério desvio de conduta profissional.

Dependendo da gravidade do caso, o chefe de polícia pode encaminhar o policial para tratamento específico ou para realizar novamente determinado tipo de treinamento. Ou pode, ainda, punir o policial com multa, suspensão ou repreensão. Nos casos mais graves, o chefe de polícia pode determinar a demissão ou remoção do policial acusado de desvio de conduta profissional. Qualquer que seja o tipo de punição disciplinar, ela será incorporada nos registros pessoais do policial e terá impacto sobre sua carreira.

Nesses casos mais graves, é necessária a instalação de audiência pública (*Public Hearing*). Um policial, de posto igual ou superior ao do acusado, é designado para desempenhar o papel de promotor e apresentar as provas. Um outro policial, de posto superior, é designado para a função de juiz.

Em qualquer dos casos, uma acusação de desvio de conduta só poderá ser aceita se houver provas claras e convincentes sobre os fatos denunciados e se fizer referência a um estatuto legal ou administrativo infringido pelo policial acusado. As normas de condutas e as orientações administrativas desempenham um papel muito importante nestes processos. Geralmente, são elas que servem de suporte legal para a avaliação da conduta profissional dos policiais. A utilização destas normas administrativas na avaliação das condutas policiais fica evidenciada na leitura das decisões da *Ontario Civilian Commission on Police Services*.

Em novembro de 1999, o policial L. Turgeon foi punido com 10 dias de suspensão por uso desnecessário da força.[11] O policial foi acusado de agredir e ameaçar um jovem que dirigia irregularmente um veículo roubado. De acordo com a decisão da *OCCPS*, o policial infringiu a seção (1)

11 *OCCPS, Sumary of Decision* nr. 99/06 (disponível em 15/11/05 no sítio http://www.occps.ca/search_disciplinary.asp).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

(G) (i) do código de conduta policial (O. Reg. 927). Embora a prisão do jovem tenha sido legal, o policial não conseguiu justificar adequadamente os procedimentos que adotou naquele incidente.[12]

Para avaliar a conduta deste policial, convocou-se o Sargento Rick Keindel, instrutor do *Ontario Police College*, para atuar como especialista.[13] Às vezes, compete a estes profissionais avaliar se as condutas adotadas pelos policiais foram adequadas, segundo as normas administrativas existentes. Nestes casos, a avaliação das condutas profissionais é realizada por um especialista da profissão.

As normas administrativas de conduta não servem apenas para proteger os direitos dos cidadãos. Elas protegem também os policiais quando lhes transmitem orientações claras de como proceder. Em março de 2003, o policial Wendy Blomfield foi inocentado da acusação de ter negligenciado os procedimentos administrativos relativos aos casos de violência doméstica. De acordo com a decisão da *OCCPS*, o policial seguiu adequadamente o que prescreve as Seções 2 (1) (C) (i) e (ii) das normas sobre violência doméstica (*partner assault*, O. Reg. 123/98).

Conclusão

Na última década, algumas polícias brasileiras procuraram criar Códigos de Deontologia. Estas iniciativas pouco melhoraram o controle da atividade policial. Este foi o caso da Policia Militar do Distrito Federal, que criou seu *Código de Ética Policial* em 1997.

Como esta pesquisa mostrou, os Códigos de Deontologia são genéricos, pois supostamente tratam de todas situações encontradas na rotina

12 De acordo com o modelo de uso da força em uso na província de Ontário, o policial possui discricionariedade nas suas ações, desde que justifique suas opções.

13 Entrevista com o Sargento Rick Keindel em 13/10/2005.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

policial. São também abstratos, uma vez que não fornecem orientações claras aos policiais de como proceder. É necessário complementar as diretrizes contidas nos códigos com normas administrativas de condutas, como ocorreu na província de Ontário.

A escassez de normas de conduta e a sua omissão com relação às técnicas e procedimentos tornam o treinamento pouco útil para controlar a atividade policial. Afinal de contas, só é possível treinar alguém se sabemos previamente como esperarmos que ele proceda. Do contrário, o treinamento policial específico fica restrito às aulas de tiro, ordem unida, treinamento físico e legislação penal, como na maioria das polícias militares brasileiras. Nesses casos, pouca ênfase é dada às situações de contato entre policiais e cidadãos.

Sem o estabelecimento de normas claras de conduta, não é possível adequar as técnicas de ação e o treinamento aos princípios previstos no código de deontologia. O treinamento policial é mais do que a simples transmissão de habilidades específicas. Nele também são transmitidos os valores e princípios contidos no código de deontologia. Esta ausência de normas de conduta tem sido objeto de preocupação de policiais e especialistas. Visando preencher esta lacuna, nos últimos anos algumas polícias brasileiras vêm tentando elaborar normas de conduta para determinadas situações do policiamento cotidiano. Entretanto, o processo ainda é bastante incipiente, sem uma clara articulação entre estas normas e os códigos de deontologia.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

Monitoring police activity: a comparative analysis of codes of ethics in Brazil and Canada

Abstract

In this paper we discuss police deontology and codes of ethics used in two police institutions: the Military Police of the Federal District (Brazil) and the Ottawa Police Service (Canada). First, we analyse and compare contents of these documents. Following, we examine how each of those police institutions coordinates its training and evaluation systems with its own deontological code. Finally, we find that the existence of deontolgy codes in itself, without administrative regulation, does not guarantee the appropriate control of police activities. Furthermore, we identified a need for assimilation of such codes and administrative regulations by the police training and evaluation systems.

Keywords: Police. Police institutions. Police activities. Police ethics. Behavioral codes. Deontology.

Referências

ADORNO, Sérgio. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: MICELI, S. (org.) **O que ler na Ciência Social Brasileira**. São Paulo: ANPOCS/Ed. Sumaré; Brasília: CAPES, 2002. Vol. IV.

BANDEIRA, Lourdes; COSTA, Arthur. **A Deontologia e o Controle da Atividade Policial**, 2003. Trabalho apresentado no XI Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia. Campinas, set. 2003.

BAYLEY, David. The Police and Political Development in Europe. In: TILLY, C. (Ed). **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: University of Princeton Press, 1975.

BAYLEY, David. **Patterns of Policing**. News Brunwick: Rutgers University Press, 1985.

BAYLEY, David. Prefácio. In: GOLDSMITH, Andrew (ed.). **Complains Against The Police**: the Trend to External Review. New York: Oxford University Press, 1991.

BAYLEY, David. **Police for the Future**. New York: Oxford University Press, 1994.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

CANO, Ignácio. **Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CHEH, Mary. Are Lawsuits an Answer to Police Brutality?. In: GELLER, William; TOCH, Hans. **Police Violence**: understanding and Controlling Police Abuse of Force. New Haven: Yale University Press, 1996.

CHEVIGNY, Paul. **The Edge of Knife**: police violence in the Americas. New York: The New Press, 1995.

COSTA, Arthur; MEDEIROS, Mateus. Police Demilitarisation: Cops, Soldiers and Democracy. **Journal of Conflict, Security and Development**, vol 2 (2), p. 25-45, 2002.

COSTA, Arthur. **A Fragilidade dos Mecanismos de Controle da Atividade Policial no Rio de Janeiro**, 2003. Trabalho apresentado no XIV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia. Brasília, 2003, mimeo.

COSTA, Arthur. **Entre a Lei e a Ordem**: violência e reformas nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

DAS, Dilip; PALMIOTTO, Michael. International Human Rights Standards: Guidelines for the World's Police Officers. **Police Quarterly**, vol. 5 (2), 2002.

DAVIS, Kennteh. **Discretionary Justice**: a preliminary inquiry. Urbana: University of Illinoys Press, 1971.

GELLER, William A.; TOCH, Hans. **Police Violence**: understanding and controlling police abuse of force. New Haven: Yale University Press, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

KANT DE LIMA, Roberto et al. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia. **BIB**, 50 (2), p. 45-123, 2000.

KLOCKARS, Gari. A Theory of Excessive Use of Force and Its Control. In: Geller, W.; Toch, H. (Orgs.). **Police Violence**: understanding and controlling police abuse of force. New Haven: Yale University Press, 1996.

LINT, Willem de. Regulating Autonomy: Police Discretion as a Problem for Training. **Canadian Journal of Criminology**, vol. 40 (3), 1998.

MESQUITA NETO, Paulo de. Violência Policial no Brasil: Abordagens Teóricas e Práticas de Controle. In: Pandolfi, D. et al. **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia?** São Paulo: Ed. USP, 2003.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 342-381

MUNIZ, Jacqueline et al. Resistência e Dificuldades de um Programa de Policiamento Comunitário. In: **Tempo Social**, 9(1), mai. 1997.

PORTO, Maria Stela Grossi. Polícia e Violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. **S. Paulo em Perspectiva** (número especial), revista da Fundação SEADE, vol.18/n.1/jan-mar, 2004.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e Segurança: a morte como poder? In: **Violência Policial: tolerância zero?** Brasília: MNDH;Goiânia: UFG, 2001.

SILVA, Christyne Carvalho da. **Relacionamento entre Controle Interno e Externo da Polícia Militar do Distrito Federal: motivações e perspectivas**. 2008. 114f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SKOLNICK, Jerome; FYFE, James. **Above the Law: police and excessive use of force**. New York: The Free Press, 1993.

WALKER, Samuel. **Taming the System: the control of discretion in criminal justice, 1950-1990**. New York: Oxford University Press, 1993.

Recebido: 07/04/2010

Aceite final: 30/07/2010

INTERFACE

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

Sartre e o Humanismo Racista Europeu: uma leitura sartriana de Frantz Fanon

MARCO ANTONIO ARANTES*

Resumo

Centrado no livro de Sartre, "Colonialismo e Neocolonialismo - Situações V", e no seu prefácio escrito para o livro *Les Dammés de La Terre*, de Frantz Fanon, o presente artigo propõe percorrer algumas considerações sartrianas a respeito de Fanon e o colonialismo francês na Argélia, tendo como pano de fundo a complexidade das relações sociais em países colonizados. Como representantes do pensamento anticolonial e críticos das alienações geradas pelo colonialismo, Sartre e Fanon elaboraram críticas radicais sobre as estratégias de violência, subordinação e desumanização que atingiram o colonizado africano, instigados pela reconstrução social com o uso da violência, buscando-se assim um novo homem em sua verdadeira humanidade.

Palavras-chave: Neocolonialismo. Imperialismo. Argélia. Violência.

* Professor Adjunto do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Oeste do Paraná – Campus de Toledo/PR.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

I. Considerações Iniciais

Isolamento, solidão, ansiedade e angústia, nas palavras do amigo e biógrafo John Gerassi, permearam a existência tumultuada do filósofo Jean Paul Sartre, associados ao brilhantismo, vivacidade e audácia de uma inteligência que buscou rever nas relações sujeito/objeto suas dicotomias, buscando atingir a compreensão do real. Em 1933-1934, ele escreve *A Transcendência do Ego*, apoiado em Husserl, para quem a consciência significava sempre a consciência de um objeto que não tinha conteúdo em si mesmo, postulando a existência de um ego transcendental "por trás" da consciência, como possibilidade de estudo do objeto separado do eu que o via e/ou conhecia. Em outras palavras, trata-se de pôr o mundo entre parênteses para estudá-lo isoladamente. Já, para Sartre, o ego está do lado de fora, está no mundo: *Não é em algum retiro que nos descobrimos a nós mesmos: é na estrada, na cidade, no meio da multidão, coisa entre coisas, homem entre homens* (Geraasi, 1990, p. 123).

Mas as preocupações sociais que marcariam seu futuro não afloram nos primeiros anos que antecedem ao início da Segunda Guerra Mundial. *A Transcendência do Ego* será escrita em Berlim, neste período, sem que a chegada do nazi-fascismo, com suas comemorações triunfais, viesse atrapalhá-lo. Será necessário um tempo maior para que sua prisão e posterior participação na Resistência Francesa possam operar as mudanças que as décadas de 1950/1960 irão conhecer. Vale ressaltar ainda que, se a 2ª Guerra, o colaboracionismo francês, o Partido Comunista, o anti-semitismo, a morte de colegas e amigos judeus, entre eles Paul Nizan, traições, delações e alienações são partes de um motor que fez desabrochar *o filósofo odiado do seu século*, desde os tempos da École Normal, Sartre já manifestava decepção e descrédito pela burguesia que freqüentava o

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

mundo intelectual e artístico francês. Fez inimigos, com destaque para Raymond Aron, e rompeu amizades preciosas, entre elas Merlau Ponty e Albert Camus.

Em *Que é a Literatura?* de 1947, esboça o perfil deste universo, olhando para o curso de três gerações. A primeira, que começou a produzir antes de 1914, é a que termina quando Sartre começa. Seus representantes maiores, André Gide e Marcel Proust, são partes de um grupo que, por razões de comprometimento com a classe de onde provêm e por não viverem exclusivamente de seu trabalho, acham-se compelidos a salvar a burguesia. Neste processo, salvam-se a si próprios. A segunda geração seria aquela que já é adulta em 1918, da qual se sobressaem os surrealistas, por quem Sartre manifesta profundo desagrado, particularmente Breton e Salvador Dali. Dissolver a subjetividade mediante o aniquilamento das distinções entre vida consciente/inconsciente, sonho/vigília, escapando à consciência de si e de sua situação no mundo, e implodir a objetividade anulando objetos-testemunhas seriam as premissas chaves do surrealismo. Em suas palavras, *é melhor chamá-lo de Impossível, ou se se preferir, de ponto imaginário onde se confundem o sonho e a vigília, o real e fictício, o subjetivo e o objetivo* (Sartre, 1989, p. 138).

Por fim, a geração de Sartre. Pressionada e já *situada* historicamente pelos 22 anos que separam as duas guerras, eles simulam um clima superficial de paz, que esconde o que está por vir, até porque os primeiros momentos da ocupação alemã não alteram substancialmente a vida dos franceses, em particular, dos parisienses. Como dissemos, é depois de sua prisão e fuga de um campo de concentração que ele passa a tomar posições políticas mais definidas e a se opor aos desmandos dos opressores. Esse posicionamento se reflete nas palavras de Sartre:

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

> *De repente nos sentimos bruscamente situados: sobrevoar os fatos, como gostavam de fazer nossos predecessores, tornou-se impossível; havia uma aventura coletiva que se desenhava no porvir e era a nossa aventura, a que permitiria mais tarde datar a nossa geração, com os seus Ariéis e os seus Calibãs; algo nos aguardava nas sombras do futuro, algo que nos revelaria a nós mesmos, talvez na iluminação de um derradeiro instante antes de nos aniquilar;o segredo de nossos gestos e de nossas determinações mais íntimas estava diante de nós, na catástrofe a que nossos homens iriam vincular-se* (Sartre, 1989, p. 158).

Logo em seguida, funda o grupo Socialismo e Liberdade, com o propósito de colaborar com a Resistência e, em 1945, cria a revista *Temps Modernes*. Obrigada a fazer uma literatura de historicidade, contrariamente a escrever sobre a dor que redime ou a partilhar de uma hipócrita tolerância expressa na democracia, que terminava por tolerar a intolerância além de não distinguir as noções de Bem e Mal, esta geração se viu abandonada, inclusive pela dialética marxista. Restava, para ela, o processo histórico. No entanto, será na intersecção entre Literatura e Filosofia, segundo Mészáros, que ele encontra o método pelo qual se destaca o *propósito* de mostrar que a razão analítica é insuficiente contra o poder dos mitos e dos interesses. *Não se substitui a realidade existente, firmemente enraizada e 'positiva' (no sentido hegeliano), pela mera negatividade de dissecção conceptual*. *Para que a arma da crítica possa ter êxito, precisa estar à altura do poder evocativo dos objetos a que se opõe* (Mészáros, 1991, pp. 20-21). A partir daí, a idéia de *engajamento* se constrói, porque compete ao escritor engajado a dissolução dos mitos e fetiches, *num banho de ácido crítico*.

Para não nos alongarmos em excesso nestas considerações iniciais, resta o que caracteriza por inteiro a obra de Jean Paul Sartre. Por meio de três grandes obras literárias que compõem os *Caminhos da Liberdade* e de personagens como Mathieu, Daniel e Jacques, assentam-se as bases de

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

sua filosofia existencialista. Para Marilena Chauí, no primeiro deles, *A Idade da Razão* (1945), estão presentes os domínios da história e da política com o predomínio dos problemas individuais. O segundo *Sursis*, também de 1945, demonstra que os projetos individuais são determinados pela história, sendo desprovido de sentido capturar a liberdade no plano pessoal: *a liberdade é sempre vivida em situação e realizada no engajamento de projetos voltados para interesses humanos comunitários* (Chauí, 1978, p. XII-XIII). No último livro da trilogia, *Com a Morte na Alma*, de 1949, o personagem Mathieu nos remete aos dilemas do engajamento político sem qualquer objetividade. Em resumo, e seguindo o raciocínio de Chauí, os pressupostos da filosofia existencialista situam-se na ausência de Deus e na posição alcançada pelo homem como criador de seus próprios valores. Trata-se, portanto, de uma forma de humanismo radical. Sartre ainda seguiria em frente. A publicação de "O Existencialismo é um Humanismo", em 1946, poderia ser tomada como marco, significando um momento de reordenação do universo intelectual do filósofo.

II. A Filosofia do Engajamento

Há algo inquietante e provocador, algo prestes a explodir e submergir na obra filosófica de Jean Paul Sartre. Sua filosofia, definida no opúsculo "O Existencialismo é um Humanismo" como existencialismo ateu, consiste na idéia da precedência da existência sobre a essência, uma doutrina na qual a verdade e a ação estariam implicadas na subjetividade humana e no meio pelo qual se descobre, surge, define e lança o homem para um futuro.

Há uma contínua e necessária interação entre os homens. Sartre fala, aqui, em responsabilidade - de um *engagement* que implica assumir uma posição diante de uma ação concreta perante nós mesmos e os

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

outros. Não é em Deus que encontraremos essa verdade, mas na subjetividade individual descoberta no âmbito da liberdade, pois, para Sartre, *ao querermos a liberdade, descobrimos que ela depende inteiramente da liberdade dos outros, e que a liberdade dos outros depende da nossa* (Sartre, 1979, p. 25). É esse compromisso com a liberdade, em que cada homem realiza um tipo de humanidade, que Sartre assume uma responsabilidade frente aos povos oprimidos durante o processo de colonização e partilha do mundo pelos países europeus. Portanto, serve-se agora do existencialismo como doutrina da ação.

Em 1946, ocorre uma mudança na rota operada por Sartre, já que o mundo ao seu redor encontra-se em ebulição. Ebulição que vinha diretamente das Colônias. Em suas considerações sobre o Colonialismo e o Neocolonialismo, as palavras do filósofo foram projetadas para a ação política e revolucionária, para a recuperação dos povos oprimidos pelo colonizador, voltando-se contra os homens com o *verbo na língua*, aqueles que obrigavam os habitantes de uma colônia a se vestirem como europeus, marcando homens colonizados com ferro em brasa como gado, enjaulando negros como animais selvagens, silenciando-os com mutilações, torturas e mordaças nas bocas. A sua visão sobre o racismo imperialista europeu de conquistas, guerras e dominações coloniais, sobre as práticas de intolerância, exploração e humilhação dos povos subjugados, conjuntamente com sua crítica sobre uma forma nacional francesa de tradições racistas, que se desdobrou na colonização, tentava convencer outros intelectuais franceses de que o neocolonialismo era uma realidade que não se podia tratar com indiferença.

Para ele, o colonizador que escraviza outro homem como se fosse um pedaço de carvão, facilmente substituível por um sangue novo negro, carrega em seu ser uma ânsia de explorar e espoliar as riquezas naturais, sem limites. Para estes homens, o importante era espoliar as riquezas tropicais da colônia para serem transformadas em manufaturas na metrópole,

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

não importando o homem cultural, dotado de sentimentos, de língua, de religiosidade, mas apenas sua força, sua mão-de-obra a serviço da nação colonizadora. Francisco Iglésias, referindo-se ao alargamento do mundo pelas descobertas marítimas na Idade Média, salienta que houve uma

> *ampliação do horizonte geográfico mais que do horizonte histórico, uma vez que tais descobertas não importavam em incorporação de outros povos: tomava-se conhecimento de que o mundo era mais amplo, explorava-se economicamente, na medida do possível, o que se revelara. E era só. Esses continentes e ilhas pouco mais sugeriam. Seus habitantes, enquanto homens, só contavam para alguns poucos abnegados religiosos. No mais, eram povos exóticos, com a atenção que sempre merecem os exotismos* (Iglésias, 1971, p. 23).

É com a presença efetiva de parte de sua força armada que o colonizador infere contraditoriamente seu discurso "civilizador", instaurando o domínio e a exploração sobre a grande maioria da população, com base no uso da força, na imposição cultural, na inquirição de elementos exóticos e na intimidação pelo fogo lançado de um fuzil, símbolo maior de uma suposta superioridade científica, tecnológica, econômica e cultural. Usa-se a força como instrumento de superioridade cultural, para mudar velhos padrões de uma sociedade tribal e para impor o trabalho forçado. Eles, os nativos africanos, diziam os colonizadores evolucionistas, são os ditos animais em estado de evolução, são os seres que um dia fomos, no passado.

O projeto colonizador, essa máquina sanguinária e espoliadora, precisava de uma máscara civilizadora para seguir adiante com o seu projeto dito benfeitor: índios, negros, árabes, indianos, angolanos, argelianos não poderiam medir forças com essas "raças gigantes" que inventam metralhadoras e espalham vírus capazes de dizimar indígenas como moscas. Colonizar significaria também "civilizar" povos ignorantes sem cultura, moral, literatura, indústrias, comércio, ciência e religião. O estadista Bismark afirmava que a Europa tinha a missão de levar a paz aos bárbaros,

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

pois ela *deveria exterminar a escravidão, interditar o canibalismo, sacrifícios humanos, a incineração das viúvas, levar práticas modernas de combate às epidemias, à doença e à fome* (Linhares, 1981, p. 47). Este aspecto justificaria essa máquina espoliadora, mercantilista nos primórdios, e expansionista e capitalista em um segundo momento, acompanhada de um sistema de trocas unilateral, que se autodenominava civilizadora e não destrutiva, mas que era cega às conseqüências funestas de uma revanche dos mesmos colonizados quando conscientes de sua condição alienada. O que até então era considerado irredutível, oposto e heterogêneo na dinâmica cultural, se submeteria à convivência na tolerância imposta pelo uso da força. O escritor George Orwell, em seu romance autobiográfico "Dias na Birmânia" (*Burmese Days*,), dizia que os ingleses não se preocupavam com as provas, principalmente quando um homem de cara preta fosse suspeito de um crime. Nesse caso, a suspeita já era a prova de culpa de um nativo e o enforcamento era dado como certo (Orwell, 1983).

Orwell havia percebido desde cedo a necessidade dos ingleses de se diferenciarem ao máximo dos nativos subjugados. No entanto, mesmo tendo conhecimento da máquina de espoliação e de se colocar contra a opressão britânica, o próprio Orwell nunca conseguiu explicar a decisão de tornar-se um dos responsáveis pela segurança do Império Colonial na Índia. Entretanto, seu período como policial ajudaria a explicar suas atitudes posteriores (Neto, 1984).

Por fim, sua aproximação com o marxismo o leva, em primeiro lugar, a priorizar a idéia da realização da filosofia, em termos de uma ação sobre o mundo e, em segundo, inspirado pelo pensamento de Fanon e pelos movimentos de libertação nacional argelinos, a considerar a violência como intrínseca e necessária à conquista da liberdade. O sentido do marxismo ecoa resquícios do racionalismo kantiano e do racionalismo cartesiano, constituindo-se, nestes termos, na realização prática da pró-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

pria filosofia, quando, como dizia Marx, ela *torna-se mundo*, encaminhada para a expressão de uma determinada corrente política. Em outros termos, longe da filosofia contemplativa, Sartre falava de filosofia e filósofos comprometidos com a ação política e a transformação do homem. Acresce que, para ele, as situações dadas no conjunto do mundo irão determinar a morte de uma corrente filosófica. No caso da filosofia de Marx, por exemplo, somente após a destruição do mesmo sistema econômico capitalista que a engendrou, somente depois que o regime político e os homens se modificassem, o marxismo seria superado. Marx afirmava: *ou o socialismo ou a barbárie*, vale dizer que, ou ultrapassamos as contradições do capitalismo ou seremos constrangidos a trabalhar por exploração. Mesmo considerando as modificações experimentadas pelo capitalismo, Sartre, ainda na década de 1960, via no marxismo uma filosofia insuperável. Após a publicação de "O Existencialismo é um Humanismo", será necessário posicionar-se frente à independência das Colônias, tomar partido diante dos movimentos de libertação nacional e dos novos Estados que surgem a partir de 1945. Tarefa difícil, porque uma incomensurável remodelação do mapa-múndi colocará na ordem do dia as oposições colonizador/colonizado, branco/negro, cristão/não cristão, ocidental/não ocidental, obrigando os intelectuais de maneira geral, e Sartre em particular, a debruçarem-se sobre este Outro que caminha em direção às Metrópoles.

III. Pensamento e Ação Anti-Coloniais

Em que pese o objetivo da expansão ocidental sobre a África e a Ásia estar voltado para a espoliação e dominação das Colônias, os colonialismos apontam características que os diferenciam entre si. O crítico literário Edward Said, em "Cultura e Imperialismo", pensa na relação entre *territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas* como elementos chaves na

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

escalada dos Impérios: a história e a geografia são reordenadas e reescritas nas Metrópoles, ao mesmo tempo em que a música, a poesia, a prosa e as ciências recriam o espaço conquistado, tornando o duplo Colônia/ Colonizado portador de características justificadoras da dominação. Os romances coloniais ingleses, através de Joseph Conrad, George Orwell, E.M.Forster, Edward Kipling, entre outros, revelam, como faz Conrad em *Heart of Darkness*, que as trevas devem ser iluminadas, o vazio da selva preenchido e o mundo permanentemente feito e refeito através da missão expansionista e "civilizadora" de Kutz e Marlow no coração da África. Evidentemente por estar à frente de seu tempo, para Conrad

> *o que se afigura estável e seguro – o policial na esquina, por exemplo – é apenas um pouquinho mais seguro do que os homens brancos na selva e requer a mesma vitória constante (mas precária) sobre as trevas, que tudo invadem e que, no final da narrativa, se revelam iguais, seja em Londres ou na África* (Said, 1993, p. 63).

Se as representações do Ocidente sobre as culturas estrangeiras serviram aos propósitos da empresa colonial, nas palavras de Said, o colonialismo francês, embutindo a idéia de *prestígio* e impulsionado pela *vocação superior* francesa, teve por alvo a *assimilação*. Trata-se não apenas de *civilizar*, mas de "afrancesar" seus colonos.

Em, "Orfeu Negro", introdução à *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*de Léopold Sedar Senghor, Sartre denuncia o projeto de aniquilamento das culturas tradicionais, tendo a língua francesa como instrumento mais potente. Estabelecendo contato com a *palavra* dos poetas africanos e antilhanos que residiam em Paris, ele dirá que o poema não se destina ao público francês e que não há nisso razão para surpresas. Embora escrito em francês, é a palavra *nègre* que realça a negrura da noite e a beleza da alma e da cor, a volta à África ancestral e os sentidos da negritude tomada como liberdade. Desumanizado enquanto homem negro, como

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

nativo colonizado ou negro deportado, o encontro com sua humanidade perdida só será possível quando a palavra *preto* for recuperada diante do branco e quando for reconhecido como homem preto que é. Finalmente, por ser oprimido em sua raça, é dela que deve tomar consciência. *Um judeu branco entre os brancos pode negar que seja judeu, declarar-se homem entre homens. O negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si esta abstrata humanidade incolor: ele é preto* (Sartre, 1968, p. 94).

Sartre não estava sozinho nessa luta e os primeiros sinais de que o embate anticolonial estava em gestação encontram-se na própria França. Na década anterior, precisamente a 1º de junho de 1932, é lançado em Paris o único número da revista *Legitime Défens*e. Com tom de manifesto, seus autores são estudantes martinicanos, entre 20 e 23 anos, fortemente influenciados pelo movimento surrealista e que encontram no mundo capitalista, cristão e burguês o alvo de críticas implacáveis. O ano de 1935 marca o aparecimento de *L'Etudiant Noir* "jornal corporativo e de combate", nas palavras de Damas, sob a direção de Léopold Sedar Senghor, do Senegal, Aimé Césaire, da Martinica, e do próprio Leon Damas, da Guiana Francesa; e,finalmente, em 1938, o conceito de negritude[1] encontra-

1 Foi, provavelmente, a partir dos anos 60 do século XX que a palavra negritude passou a figurar os dicionários da língua portuguesa, vinda do francês — *négritude*, com uso já comum, nesse idioma, desde a década dos 30, quando escritores negros nascidos em colônias da França,usando-o como sua segunda língua, criaram-na e passaram a utilizá-la para exprimir algo novo que sentiam sem que houvessem antes encontrado termo apropriado para defini-lo. A negritude, considerada em sua essência, não nasceu, contudo, na Europa, mas em terras da América, talvez sob a inspiração do movimento New Negro, surgido dos Estados Unidos, em começos deste século, do qual participaram grandes poetas negros norte-americanos como Langston Hughes, Countee Lee, Jean Toomer e Claude McKay; todos com grande influência sobre a obra dos poetas francófonos da região das Antilhas e do Caribe, em especial sobre a de Aimé Césaire, da Martinica, e a de Léon-Gontran Damas, da Guiana. Foi, portanto, através de autores franceses da América, que chegou ao mundo europeu a palavra *négritude*, usada, a partir de um certo momento, por alguns intelectuais negros, como estandarte, bandeira de luta, selo de identidade étnica, sinal do orgulho que sentiam tanto por serem negros, como pelas suas origens. Waldir Freitas Oliveira. Leopold Sedar Senghor e a Negritude – Revista Afro-Ásia 25-26 (2001). p. 409-410

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

se pronto para vir a público. Dois seriam seus artífices: de um lado, o ensaio de Damas, *Retour de Guyane*, rejeitando firmemente a política colonial de assimilação e enfatizando a permanência em terras americanas das tradições africanas e, de outro, o poema de Césaire, *Cahier d'un retour au pays natal*, publicado em 1939.

A palavra *nègre* será invertida, para reivindicar a busca de raízes africanas e a construção de uma nova identidade. Em que pese a influência difusa e controvertida do conceito, a negritude não tem a mesma compreensão, seja no Continente ou na Diáspora, sendo preferível pensá-la no plural. Por fim, em dezembro de 1947, e já com objetivos distintos, simultaneamente em Dakar e Paris, sai o 1º número de *Présence Africaine*. Fundada por Alioune Diop, ela pretende não apenas ser um órgão oficial dos países de língua francesa, mas tornar-se representante de toda África. *Présence Africaine*, ao lado do prestígio de Senghor e comemorada pela intelectualidade francesa, inclusive por Sartre, caracterizou-se pelo tom moderado e "respeitoso" de seus colaboradores africanos, segundo Diva Damato, constituindo-se em referência obrigatória para quem queira acompanhar a trajetória posterior da negritude (Damato, 1983, p. 112). Por fim, indo um pouco além, restariam dois nomes chaves do contexto anticolonial francês: Albert Memmi e Frantz Fanon.

Desnecessário lembrar o papel exercido por eles sobre o pensamento sartriano. O primeiro, por desvendar conteúdos e formas de ser e agir da colonização; e, o segundo, não apenas pela contribuição teórica frente ao processo de libertação da Argélia, mas igualmente por sua militância política. Não seria demais ressaltar, também, que nos encontramos nos limites do tema colonialismo/neocolonialismo, este último entendido aqui como uma etapa posterior ao colonialismo tradicional, no qual o colonizado procura se reafirmar contraditoriamente em relação ao colonizador. *Portrait du Colonisé Précédé du Portrait du Colonisateur* (*Retra-*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

to do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador), publicado em 1957, tornou-se a obra mais conhecida de Albert Memmi, hoje professor emérito da Universidade de Paris. No entanto, sua produção inclui ainda poesias e ensaios, com destaque para *Portrait d'un Juif*, de 1969, *Le Racisme*, de 1982, e, mais recentemente, *Retrato do descolonizado árabe-mulçumano e de alguns outros*, de 2004. Merecedor de um estudo de Sartre no volume VII de *Situations*, Memmi é um intelectual que testemunhou a experiência dramática da colonização não como um observador externo, mas como um colonizado que viveu na pele os conflitos e as contradições do processo colonial. Exemplo vivo de um intelectual capaz de falar de si mesmo para conscientizar os outros povos dos problemas do colonialismo, interiorizando os conflitos sociais para projetá-lo em uma teoria revolucionária, é também através dele que Sartre internaliza a idéia de revolta do colonizado frente à assimilação impossível no processo colonial. Afinal Memmi perguntava-se: como sair da condição colonial

> *a não ser pela ruptura, pelo estouro, cada dia mais explosivo, desse círculo infernal? A situação colonial, por sua própria fatalidade interior, convoca à revolta. Pois a condição colonial não pode ser suportada: qual uma golilha de ferro deve ser quebrada* (Memmi, 1977, p. 112).

Já "Os Condenados da Terra" (*Les Dammés de La Terre*, de Frantz Fanon, foi uma obra traduzida para 15 idiomas e teve um destino excepcional, servindo como referência e inspiração para muitos intelectuais anticolonialistas revolucionários como Sartre, que, no intuito de criar um novo homem livre, mobilizaram parte considerável da juventude e da intelectualidade francesas no combate ao colonialismo e suas tradições esterilizantes. Intelectual/militante, cujo testemunho até os dias de hoje inspira aqueles que se preocuparam com os destinos do continente africano, Fanon personaliza um dos momentos mais importantes da história, na segunda metade do século XX. Mas quem foi exatamente esse intelectual

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

caribenho anti-imperialista, que de maneira direta e indireta exerceu influência na África, na América Latina, na esquerda negra americana dos anos de 1960, sobretudo entre os *black panthers*, e era admirado pelo cineasta Glauber Rocha, o qual,na sua estadia na França, lhe dedicou o artigo "Autocrítico de um Condenado na Terra"? Frantz Fanon nasceu no Forte da França, na Martinica, em 1925, ilha que se tornou possessão francesa em 1635, e faleceu de leucemia em dezembro de 1961, no mesmo ano da primeira edição francesa de *Les Dammés* de La Terre. Escritor, médico e psicanalista, alistou-se na segunda guerra mundial com pouco mais de 18 anos de idade, mas retornou à Martinica depois de ter-se ferido durante a campanha da França, o que lhe rendeu uma condecoração com a "Cruz da Guerra", dada pelo coronel Raoul Salan. Dois anos depois, inscreve-se no curso de psiquiatria da Faculdade de Medicina de Lyon, na França, onde adquire grande parte de sua formação intelectual, alternando seus estudos de medicina com leituras filosóficas e literárias, que incluíam autores como Heidegger, Sartre, Lênin, Husserl, Marx, Hegel, Merleau-Ponty, entre outros.

Todos esses fatos marcam o início de sua experiência colonial vivendo numa Argélia ocupada pela França, que se enriquecia com as importações e as exportações, e era mais conhecida pela "sovinice" da administração metropolitana, o que possibilitava uma relativa independência frente ao Império Francês "que nada dispendia nas colônias, exigindo que estas se autofinanciassem, e outra dizia respeito aos investimentos privados franceses que eram, de preferência, canalizados para empréstimos externos, quase nada aplicando nas áreas coloniais (Linhares, 1981, p. 43). Em 1953, sua trajetória ganha novos contornos, quando é enviado para Blida, na Argélia, para exercer a função de médico-chefe do Hospital Psiquiátrico local. Em 1955, com 30 anos, poucos meses depois de começar os movimentos de insurreição, por intermédio de um médico, engaja-se na F.L.N (Frente de Libertação Nacional), tornando pública sua causa

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

a favor da independência argelina. Como figura emblemática e testemunhal de uma situação colonial opressiva, renuncia ao seu cargo em 1956, alegando em carta ao ministro residente a incompatibilidade entre sua atividade de médico e as condições imperantes de miséria e exploração a que estava submetido o país. A ruptura com o sistema colonial marca o início de seu engajamento, na forma de apoio psiquiátrico, na policlínica Charles-Nicolle de Túnis. Em 1958, como colaborador da imprensa de resistência algeriana, chega a exercer o cargo de Ministro da Informação no Governo Provisório da República Argelina e de delegado do Congresso Pan-Africano de Accra, em Gana.

Torna-se, a partir de então, conhecido na França e nos meios políticos da África, como um intelectual engajado no processo de independência. A maior parte dos seus escritos acha-se reunida na obra póstuma "Para a Revolução Francesa" (*Pour la Révolution Africaine, Maspero*, 1964), muito embora a totalidade de seu pensamento esteja em "Os Condenados da Terra". Não se trata de uma obra pioneira no tema, pois, como vimos anteriormente, a precursora *Cahier d´un retour au Pays Natal*, de Césaire – elogiada pelo surrealista André Breton, entre outros – já havia sido publicada antes da segunda guerra mundial. É dela que Fanon extrai uma página emblemática sobre a condição humilhante dos colonizados: *Meu sobrenome: ofendido, meu nome: humilhado, meu estado civil: a rebeldia, minha idade: a idade da pedra* (Aimé Césaire *apud* Fanon, 2001 , p. 77).

Finalmente, no entender de Sartre, a obra de Fanon não dissimula as fraquezas, as discórdias e as mistificações do colonizado subjugado. Seu mérito está em desmontar as táticas do colonialismo, ensinando os povos desumanizados pelo colonizador a superar a complexidade e as contradições das relações sociais internas que movem a máquina colonial. Na sua obra, fica claro que é o racista que cria a inferioridade, sendo a discriminação racial o alicerce da instituição colonial. Em sua linguagem revolu-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

cionária, a luta pela libertação significaria romper e desvendar os grilhões dos mecanismos de alienação que prendem o colonizado ao colonizador e que implicavam em despersonalização, humilhação e inferioridade permanentes do colonizado, acautelando seus leitores

> *contra as alienações mais perigosas; o líder, o culto da personalidade, a cultura ocidental e, também, o retorno do longínquo passado da cultura africana; a verdadeira cultura é a Revolução; isso quer dizer que ela se forja a quente. Fanon fala em voz alta; nós, os europeus, podemos ouvi-lo; a prova é que temos nas mãos este livro* (Sartre, 1979, p. 7).

IV. Contestação e Revolta: a força de "Os Condenados da Terra"

Se for verdade que, com a presença efetiva, o colonizador infere contraditoriamente seu discurso "civilizador", instaurando o domínio e a exploração à grande maioria da população com base no uso da força, na imposição cultural de mãos dadas com o racismo, na inquirição de elementos exóticos e na intimidação pelo fogo lançado de um fuzil, símbolo maior de uma suposta superioridade científica, tecnológica, econômica e cultural, também pode-se considerar como verdade que contestação e revolta fazem e fizeram parte da história/geografia das sociedades dominados pelos países ocidentais. Trata-se de conferir-lhes historicidade que até bem pouco lhes fora negada. *O colonialismo, portanto, não é simples despossessão, mas também humilhação, ofensa, atentado contra o ser*. (Chêtelet, 1985, p. 285)

Uma breve digressão aponta que a transformação das sociedades tradicionais, para nos reportarmos a Georges Balandier, vem associada às lutas e movimentos de independência nacionais. São transições que ainda não se realizaram suficientemente e que, ao mesmo tempo, não foram

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

capazes de criar legados satisfatórios às gerações futuras. São as inconstâncias políticas e sociais e a miserabilidade em que se encontra o Continente africano que tornam os dilemas das sociedades pós-coloniais, dilemas do nosso tempo. Por outro lado, a descolonização e as dimensões assumidas pelo que se conhece como pós-colonial põem em evidência a obrigação de olhar a mundialização para além de suas possibilidades e virtualidades. Em outras palavras, o passado recente ainda se reflete no presente e obriga que as ex-metrópoles tenham, por exemplo, uma resposta efetiva à onda migratória que invade a Europa. Dizer que ela não traz uma série de problemas seria hipocrisia; mas não admitir que países como Inglaterra, França e Bélgica, para citar apenas alguns, revelaram-se inaptos e, muitas vezes, inconseqüentes na condução dos processos de transição e nos diálogos com os representantes dos movimentos de libertação nacional seria igualmente uma hipocrisia. São considerações que nos remetem à atualidade do tema.

Voltando ao caso específico da Argélia, onde estão envolvidos, além de Sartre, nomes do universo filosófico francês como Albert Camus, ao lado de artistas, intelectuais e estudantes negros como Franz Fanon, que, como vimos, irão lançar sobre a Metrópole as primeiras luzes sobre a realidade das colônias, também estão em debate as posições que cada um dos lados assume. Sartre segue sua linha de reflexão e situa-se favoravelmente aos levantes, às contestações, à revolução, apoiando firmemente o uso da força e da violência como formas de ação política, afirmando que a missão de Fanon não foi apenas descrever uma situação histórica, mas conduzir os povos colonizados ao caminho de uma revolução. São as discórdias e os particularismos entre os povos africanos que ele identifica como um dos maiores inimigos da revolução. Nesse ponto, portanto, a defesa da violência no processo revolucionário de libertação colonial, constitui o ponto germinal da crítica sartriana ao humanismo europeu, delineada posteriormente em suas reflexões sobre a violência.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

Segundo ele, o proletariado urbano é inútil, atém-se aos seus próprios interesses e constitui uma força conservadora e antirrevolucionária, já que a verdadeira revolução deve começar no lumpemproletariado agrário, menos vulnerável às influências maléficas da metrópole. Fanon, aqui, rompe com a teoria leninista sobre o papel do partido revolucionário, centrada na imagem de um líder que cultua sua imagem, a seu ver incompatível com o processo de revolução anticolonialista. Contrariamente, para Sartre, alienação e liberdade não são conceitos contraditórios. Um homem só pode se alienar quando está livre e isto ocorre com os operários, livres para vender a força de trabalho, livres para serem explorados. Quanto ao colonizado, a lógica se inverte. Não há contrato, apenas opressão e violência colonial. O processo é de desumanização e o colonizador escraviza, porque não considera o outro como seu semelhante, mas como um animal. As tradições culturais são engolidas pela cultura do colonizador. Nada é poupado, nem mesmo a língua, a religião, seus mais singelos hábitos. A fadiga pelo trabalho incessante leva-os ao embrutecimento da alma. As relações humanas ficam cada vez mais complexas, a memória cultural se distancia, e o colonizado começa a acreditar que ele é de fato um vagabundo, um preguiçoso, um ladrão. A ordem é negar a si mesmo, da ponta dos pés ao último fio de cabelo convencer-se de que nunca foi um ser humano.

Enquanto Sartre se apoiava, sobretudo, nos escritos de Marx, para formular sua teoria revolucionária, principalmente nos contidos no "O Manifesto Comunista", Fanon preferia seguir os ensinamentos do sindicalista francês Georges Sorel, autor de "Reflexões Sobre a Violência". Ao analisar o lado violento das revoluções à maneira de Marx, dizia que

> *a força tem por objetivo impor a organização de uma certa ordem social na qual uma minoria governa, enquanto a violência tende à destruição dessa ordem. A burguesia empregou a força desde o início dos tempos modernos, enquanto o proletariado reage agora contra ela e contra o Estado pela violência*. (Sorel, 2002, p. 195)

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

Quanto à defesa de Sartre à violência nos processos revolucionários, esta não significou a mesma admiração que Fanon tinha por Sorel, uma das principais referências ideológicas em *Condenados da Terra*, e que, segundo Jacques Julliard, é o autor de uma das mais belas definições da filosofia: a filosofia como "o reconhecimento dos abismos" (Sorel, 2002, p. 195). Sartre considerava Sorel um fascista que escrevia "lenglengas", diferente de Fanon que, sem desprezar Marx, admirava também Sorel, por lhe oferecer teorias que justificariam a irrupção dos colonizados contra os colonizadores. O filósofo argeliano Albert Camus, que era acusado de associal, certa vez ironizou o comprometimento filosófico sartriano com a ação revolucionária, dizendo que Sartre "tentava fazer história de sua poltrona." (*apud* Johnson, 1990). Já o jornalista Paul Johnson atenta para o fato de que, em questões de colonialismo, o que Sartre *não previu, e que um homem mais sensato teria previsto, era que a violência para a qual ele dava um estímulo filosófico seria infligida pelos negros não nos brancos, mas em outros negros*.(Johnson, 1990, p. 269)

De Sorel, considerado o sociólogo socialista da violência, Fanon extraiu o termo "ação direta", um termo que explicava a necessidade da ação operária durante o colapso do sistema capitalista. Sorel, que analisou profundamente o papel da violência nas relações de classe e no desenvolvimento histórico, era conhecido pelo descrédito científico e pelo lado polêmico de sua obra. Jacques Julliard lembra que, para amenizar e depreciar o impacto de sua obra, seus críticos lembravam que sua principal obra serviu de livro de cabeceira de Benito Mussolini e era bastante admirada por Antonio Gramsci, mas a veracidade dessa história nunca foi confirmada. Havia, também, uma anedota não confirmada de que os bolcheviques da antiga União Soviética e o governo fascista de Mussolini pretendiam, juntos, restaurar o seu túmulo, até então abandonado pelo governo francês (Julliard, 2002). Essa era a imagem de Sorel, uma

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

referência difusa tanto para os comunistas como para os fascistas. Em sua estadia na Argélia, defendendo a libertação dos argelianos e a reconstrução da nação, Fanon não priorizava em suas análises as teorias políticas e sociais elaboradas pelos colonizadores europeus. Procurando reelaborar a idéia de nação na revolução, que seria conquistada no embate político, social, econômico e religioso do cotidiano, ele termina por defender um tipo de reconstrução através de um processo político lento e culturalmente isolado, mas com a vantagem de ser construído com base em uma ordem cultural interna, que orienta os rumos de um plano de desenvolvimento futuro.

Não entenderemos a repercussão de sua obra, se não nos reportarmos ao contexto histórico da época. Ela traz à tona as questões prementes do colonialismo, mas deixa entrever, na ótica de Gerard Chaliand, um distanciamento e uma defasagem com a história, "Os Condenados da Terra" parecendo uma obra datada, com exceção dos estudos sobre os traumatismos do colonizado, um *produto de uma época e de uma corrente que, como sua vida e sua obra, é um reflexo mais lírico e mais consumado*. (Chaliand, 2001, p. 294). No mais, Fanon,

> *salvo quando emprega seu saber e sua experiência psiquiátrica, não é antes de tudo um analista senão um poeta..(...) Uma voz messiânica com acentos sinceros, impregnada de moralismo em que se traduz sua paixão em mudar o mundo.* (Chaliand, 2001, p. 306)

Nesse aspecto, são relevantes os desdobramentos históricos da guerra fria, a investida das democracias liberais contra o comunismo soviético, os combates na Indochina e no Chipre, assim como a mal sucedida intervenção britânica e francesa no Egito, após a nacionalização do Canal de Suez por Nasser, que o ocidente considerava o mentor do imperialismo árabe e defensor da Frente de Libertação Nacional Argelina (Chaliand, 2001).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

V. Considerações Finais

Não se pode afirmar que Sartre saiu em defesa de uma lógica das consequências, do dente por dente, do olho por olho, a lógica da vingança e do revide. Trata-se de uma violência transformadora, de uma transfiguração salvadora que resgata a dignidade e a identidade perdidas do colonizado, pois *os últimos devem ser os primeiros, não podem ser senão após um afrontamento decisivo* e *a morte dos protagonistas* (Fanon, 2001, p. 32). Antes de tudo, o filósofo lembra que o colonizado foi submetido a uma selvageria colonial que penetrou, ao longo dos anos, por suas cabeças e poros. Tal como Fanon, Sartre lembra que a descolonização é um encontro entre forças antagônicas, que jamais passa despercebida. A força é o único recurso do colonizado. Sua fúria e sua revolta contra o colonizador, portanto, é construída sob uma lógica simples e mordaz:

> *o aprendizado de humilhação, dor e fome, suscitará em seus corpos uma ira vulcânica, cujo poder é igual ao da pressão que se exerce sobre eles. (...) No primeiro momento da revolta, é preciso matar; abater um europeu é matar dois coelhos de uma só cajadada, é suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: restam um homem morto e um homem livre; o sobrevivente, pela primeira vez, sente um solo nacional sob a planta dos pés.* (Sartre, 1979, p. 14)

Lutar contra a colonização é lutar contra as contradições internas, entre elas as geradas pelos partidos nacionalistas e as elites intelectuais e comerciais, o que Sartre chamava de *impotente burguesia de negocistas e compradores*. Neste universo colonial heterogêneo, projetam-se relações complexas que unem e opõe os colonizados aos colonizadores, sendo que os primeiros se expressam por novas vias de descolonização, falsas independências e subjugação à metrópole.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

Fanon alertava sobre o papel nem sempre positivo das elites econômicas e intelectuais que, após se unirem na defesa dos interesses em comum, colocavam-se contrárias a uma ação violenta revolucionária.

> *A burguesia colonialista, que havia permanecido até então em seu leito de plumas, entra em ação. Introduz uma nova noção que é, falando propriamente, uma criação da situação colonial: a não violência* (Fanon, 2001, p. 54).

Essa heterogeneidade colonial reflete-se também sobre os partidos políticos nacionalistas formados na colônia. Constituídos, em sua grande maioria, por pequenos artesãos e comerciantes urbanos, caracterizam-se, segundo Fanon, pelo diálogo eterno com os colonizadores e por se aproveitarem da situação colonial para defender seus próprios interesses. Fanon os descreve como reformadores, interessados apenas em discutir reformas e arranjos políticos necessários para a manutenção do sistema colonial. Para Fanon, a grande maioria desses partidos recusa a luta popular, pois acredita que a violência não seja a melhor forma de assegurar seus privilégios.

Sartre observa, entretanto, que essa fúria nem sempre é extravasada contra o colonizador. Intimidadas pela força destrutiva das metralhadoras, as tribos entrechocam-se, tendem a guerrear umas contra as outras, mantendo-se cegas ao verdadeiro inimigo. Esses nativos possuem um cérebro subdesenvolvido ou sofrem de preguiça frontal? – ironizava Fanon, em alusão aos psiquiatras do Congresso Francês.

Para o colonizado, é o momento em que os terríveis ritos religiosos vêm à tona, não mais como força de uma expressão de fé religiosa, de um universo cultural livre, mas como uma possessão mórbida da aniquilação física. Agora os transes e as danças dissipam as violências, e a alienação religiosa torna-se uma parte contínua da alienação colonial.

> *O que era outrora o fato religioso em sua simplicidade, uma certa comunicação do fiel com o sagrado, se transforma numa arma contra o desespero e a humilhação; os zars, as*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

> *loas, os santos descem neles, governam-lhes a violência e a dissipam em transes até o esgotamento. Ao mesmo tempo, esses altos personagens os protegem; isso quer dizer que os colonizados se defendem da alienação colonial voltando-se para a alienação religiosa* (Sartre, 1979, p. 12).

Fanon chamava essa alienação de *velhos rancores acumulados, trituradas da alma e autodestruição coletiva*. Isto ocorre, porque o colonizado canaliza, de forma suicida, sua revolta para a religião, liberando sua tensão muscular diante do medo da morte nas situações de perigo. Por conseguinte, advém o desprezo do colonizador, que zomba de sua irracionalidade religiosa como típica de povos inferiores. Em contrapartida, os mesmos ritos funcionam como manutenção da ordem colonial, pois a miséria e todos os males advêm do destino traçado por Deus. *Temos visto que durante todo o período colonial esta violência gira no vazio, ainda que à flor da pele. A temos visto canalizada pelas descargas emocionais da dança e do transe. A temos visto esgotar-se em lutas fratricidas* (Fanon, 2000, p. 51).

Para Sartre e Fanon, a explosão da raiva do colonizado faz transparecer a identidade perdida. A violência lançada contra o colonizador é impiedosa, o que causa tensões permanentes em ambos. O que se vê, é uma relação cultural que não permite mobilidade entre as culturas e nem a racionalidade de uma cultura diferente, mas a afirmação da superioridade de uma e da inferioridade de outra. O terror torna-se necessário para a emancipação progressiva. A violência adquire outro sentido, pois ela cicatriza as feridas que ela mesma fez. *A violência do regime colonial e a contraviolência do colonizado se equilibram e se respondem mutuamente com uma homogeneidade recíproca extraordinária* (...) *Terror contra-terror, violência, contra-violência* (Fanon, 2001, p. 80).

Quanto à humanidade do colonizado, eles a encontram ao lado do desespero e da morte –, ela apenas pode ser germinada com a semente da morte. Se os europeus semearam o vento, o colonizado o reverte em

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

tempestade. Para Sartre, *fomos homens à custa dele; ele se faz homem à nossa custa* (Sartre, 1979, p. 23). Daí Fanon considerar os colonizados os escravos dos tempos modernos. A independência significaria, antes de tudo, uma reparação moral e o resgate da dignidade silenciada. A conscientização por uma causa em comum, da *história coletiva* e do *destino nacional*, contra o analfabetismo e a miséria. A violência *representa a práxis absoluta*. Somente ela impedirá a morte da sociedade autóctone e a petrificação dos indivíduos. É a constatação de que a liberdade somente poderá ser obtida por meios violentos, em franca luta armada, tal como na Indochina, Indonésia e no norte da África. Parafraseando Fanon, observa Sartre: *A Europa pôs as patas em nossos continentes, urge golpe-á-las até que ela se retire* (Sartre, 1979, p. 7).

Como o próprio Sartre afirma, o sistema colonial não é um mecanismo abstrato, mas possui um lado funcional consumado pela própria realidade perversa instalada nas colônias. O sofrimento, a fome, a violência, respectivamente sentidas e praticadas contra os colonos, não são abstratos. Tudo conflui para a dominação cultural, política e para o lucro da metrópole.

Sartre, ao analisar Fanon, atenta para o fato histórico das tradições racistas francesas. No entanto, seu sentido não é mais especificado pela antropometria de Hankins, H.L. Gordon e Leaky, pelo arianismo do Conde Henri de Boulainvilliers e Arthur de Gobineau ou pelo geneticismo biológico, mas se manifesta de uma forma sutil e esmagadora na idéia de um humanismo ambíguo, que defende a liberdade, fraternidade e igualdade, ao mesmo tempo em que se proliferam discursos racistas que taxam negros como inferiores, ladrões, homicidas e sujos.

Cabe, aqui, repensar ou rever as contribuições teóricas desses dois autores à luz dos desdobramentos dos processos de independência (na maioria, sangrentos) dos países africanos, a partir do final dos anos 1950.- os incêndios na capital francesa, com envolvimento de imigrantes argeli-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

nos que sobrevivem nas zonas degradadas de Paris; o aumento do contingente de desempregados dos filhos europeus dos imigrantes africanos e asiáticos que vieram das colônias francesas e inglesas; assim como a discussão da grande diversidade ou até mesmo das rivalidades étnicas existentes nas unidades africanas (Estados e Impérios), deflagradas após o processo de independência, embora já existissem essas rivalidades antes desses países africanos serem partilhados pelas principais potências européias (Grã-Bretanha, Portugal, França e Alemanha).

Como ponto de partida, Sartre desmonta o sistema colonial francês na Argélia, passo a passo. Inicialmente, vai de encontro aos neocolonialistas, indiferentes a três aspectos do problema argelino: o problema econômico, social e psicológico. O econômico é latente na falta de alimentos para nove milhões de argelinos esfomeados; o social, no descaso com a saúde e a educação dos argelinos; e, por fim, o aspecto psicológico presente no "complexo de inferioridade" perante os colonizadores. Sartre estava consciente de que o sistema colonial não iria tardar a voltar-se contra a nação colonizadora. Também estava certo sobre as fraquezas e as contradições do sistema republicano francês, quando este impediu o avanço da cultura francesa na Argélia, como no caso da alfabetização dos argelinos, *sob pena de multa, ensinar a ler e escrever os escravos negros* (Sartre, 1968, p. 33), assim como por conservar o que denomina incultura e crenças feudais. Em sua análise, limita-se a defender um processo de libertação revolucionário e a apoiar movimentos revolucionários de libertação, sem perceber que as fraquezas e as contradições das instituições republicanas européias poderiam expressar-se futuramente não apenas na nação colonizadora, mas nos governos africanos que obtiveram a independência. Nesse aspecto, Hannah Arendt avançou um pouco mais, pois considerava o imperialismo colonialista como um prenúncio dos regimes totalitários, das guerras civis e dos massacres étnicos futuros. Para Arendt, *certos aspectos fundamentais dessa época assemelharam-se tanto aos fenômenos totalitários do século XX,*

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

que se poderia considerar este período como estágio preparatório para as catástrofes vindouras (Arendt, 1976, p. 15).

É importante frisar, que Sartre e Fanon foram dois intelectuais importantes no processo de descolonização - contribuição referenciada através de textos relacionados ao tema do colonialismo e também no envolvimento manifestado no engajamento político de ambas as partes. Suas contribuições passam pelo estudo das inter-relações que se estabelecem no plano do pensamento e as interconexões que ocorrem através de inúmeras razões, entre elas a existência do colonialismo e suas interconexões. Outra importante contribuição desses autores foi mostrar que o colonialismo deixou marcas nas metrópoles, e Sartre é tocado por essa realidade ao criticar o Governo francês. Sua aproximação radical com o marxismo o leva a apoiar as lutas de libertação nacional. E, por último, indo à procura da alma negra, ele tenta dotar de humanidade aqueles que foram destituídos desta condição em razão do próprio colonialismo.

Sartre and the European racist humanism: a Sartrian reading of Frantz Fanon

Abstract

Centered on Sartre's book "Colonialismo e Neocolonialismo – Situações V" and on the foreword written by philosopher Jean-Paul Sartre for Frantz Fanon's book, Les Dammés de la Terre, the present article intends to explore some Sartrian considerations on both Fanon and the French colonialism in Algeria, building upon the complexity of social relationships in colonized countries. As representatives of anticolonial thought and critics of the alienation generated by colonialism, Sartre and Fanon elaborated radical criticism on the strategies of violence, subordination and dehumanization that affected the colonized African, urged by the social reconstruction using violence, looking for a new man in his true humanity.

Keywords: Neocolonialism. Imperialism. Algeria. Violence

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

Referências

ARENDT, Hannah. **Imperialismo, a expansão do poder**. As origens do totalitarismo: uma análise dialética. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.

CHATÊLET, François; DUHAMEL, Olivier; KOUCHNER, Evelyne Pisier. **História das Idéias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Sartre (vida e obra).** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. XII-XIII.

CONRAD, Joseph. **O Coração das Trevas.** Porto Alegre: L&PM, 2009.

CUNHA, O. M. G da. Reflexões sobre biopoder e pos-colonialismo: relendo Fanon e Foucault. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 8, nº 1, p. 149-164, 2002.

FANON, Frantz. **Los Condenados de la Terra**. México: FCE, 2001.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e Ideologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

JOHNSON, Paul. **Os Intelectuais.** Rio de Janeiro: Imago, 1990.

LINHARES, M. Y. **A Luta Contra a Metrópole** (Ásia e África: 1945-1975). São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACUANE, José Jaime. Liberalização política e democratização na África: uma análise qualitativa. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000.

MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MÉSZAROS, István. **A Obra de Sartre (busca da liberdade)**. São Paulo: Editora Ensaio, 1991. p. 20-21.

OLIVEIRA, Waldir Freitas Oliveira. Leopold Sedar Senghor e a Negritude. **Revista Afro-Ásia**, 25-26, p. 409-410, 2001.

ORWELL, George. **Dias na Birmânia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

SAID. Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARTRE, Jean Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Coleção Os Pensadores - Vol. 45. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SARTRE, Jean Paul. **Reflexões sobre o racismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 94.

_____. **Que é a Literatura?** São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 138.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 382-409

SARTRE, Jean Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Sartre no Brasil**: a conferência de Araraquara, filosofia marxista e ideologia existencialista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1986.

_____. **Colonialismo e Neocolonialismo (situações V)**. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1968

SOREL, George. **Reflexões Sobre a Violência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WEISCHEDEL, Wilhelm. **A Escada dos Fundos da Filosofia**. São Paulo: Angra, 1999.

Recebido: 29/03/2011

Aceite final: 13/05/2011

RESENHA

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

América Latina na encruzilhada: uma nova agenda social no alvorecer do século XXI?

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. El Estado de bienestar social en América Latina: una nueva estrategia de desarrollo. Madrid, España: Fundación Carolina, CeALCI, 2009.

MÁRCIO BARCELOS*

Resumo

Neste início de século XXI, a América Latina passa por um momento de redefinição das agendas governamentais no que tange às políticas sociais e aos sistemas de proteção social. Em um quadro geral marcado pelas vitórias eleitorais de lideranças de esquerda e de centro-esquerda, é possível observar a busca por novas estratégias e modelos de crescimento econômico e de inserção no cenário internacional, bem como a definição de uma nova agenda social. Esta é a tese central discutida por Sônia Draibe e Manuel Riesco em *El Estado de bienestar social en América Latina: Una nueva estrategia de desarrollo*. Para os autores, a região encontra-se em meio a uma trajetória em direção à construção de um novo modelo de Estado que articula proteção social com crescimento econômico. Esta nova estratégia de desenvolvimento que parece estar emergindo traz consigo legados tanto das políticas desenvolvimentistas quanto das políticas neoliberais que estiveram em voga na região ao longo do século XX.

Palavras-chave: Estado de Bem-Estar Social. América Latina. Sônia Draibe. Manuel Riesco. Estratégias de desenvolvimento.

* Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

Um dos livros mais importantes da área de pesquisa sociológica em políticas sociais é o de T.H. Marshall, "Cidadania, Classe Social e Status". Neste livro, são reunidos vários artigos do autor, dentre eles o capítulo clássico (que dá título ao livro) em que Marshall discute e descreve o surgimento e a consolidação da idéia de cidadania e sua conexão com as políticas sociais na Europa dos séculos XIX e XX. Há duas razões para começar a resenha do livro de Sônia Draibe e Manuel Riesco, dedicado ao exame dos sistemas de proteção social na América Latina, com um comentário a respeito de T. H. Marshall. Em primeiro lugar, a temática é comum - gira em torno de temas centrais para a pesquisa sociológica, como cidadania, direitos, papel do Estado e criação de políticas públicas destinadas à proteção do indivíduo frente às incertezas e riscos engendrados na sociedade capitalista. Mas há outro ponto interessante a ser destacado. O livro de Marshall é aberto por um capítulo intitulado "A Sociologia na Encruzilhada", escrito em 1946, no qual se discutem os rumos, o papel e a contribuição desta ciência social para a análise e a busca por soluções para os problemas sociais que afetavam a Europa do pós-guerra. A idéia de "encruzilhada" também é um ponto de partida para o livro de Draibe e Riesco, de imensa valia para sociólogos preocupados em refletir sobre problemas sociais e políticas públicas. Porém, aqui, se está falando de uma "América Latina na encruzilhada". Para os autores, neste alvorecer de século XXI, a região passa por um momento de redefinição das agendas governamentais no que tange às políticas sociais e, mais profundamente, aos próprios sistemas de proteção social. Em um quadro geral marcado pelas vitórias eleitorais de lideranças de esquerda e de centro-esquerda, é possível observar a busca por novas estratégias e modelos de crescimento econômico e de inserção no cenário internacional, bem como a definição de uma nova agenda social. Trata-se, portanto, de um momento crucial de escolhas e decisões que poderão formatar o desenho de um novo mo-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

delo de desenvolvimento, que articule crescimento econômico, progresso social e democracia. Este é o ponto de partida da análise desenvolvida por Draibe e Riesco em *El Estado de bienestar social en América Latina: Una nueva estrategia de desarollo*.

Uma vez que é possível observar uma redefinição profunda da agenda social em praticamente toda a América Latina, se coloca a questão: Estaria surgindo algo novo? Estaria em vias de construção um novo modelo de proteção social, ou ainda, um novo modelo de *Welfare State*, nesta região marcada historicamente pela desigualdade social, pelo baixo crescimento econômico e pela incapacidade demonstrada até então de uma redução significativa e duradoura da pobreza? Se, de fato, está surgindo algo novo, qual a influência e o legado do desenvolvimentismo e do neoliberalismo nas dinâmicas que dão origem às novas estratégias de proteção social levadas a cabo na América Latina deste início de século XXI? Mais do que encontrar e apresentar respostas acabadas, é certamente de grande importância para pesquisas atuais e futuras o esforço dos autores em formular novas questões sobre a problemática. Estaria em curso uma nova "onda" de políticas desenvolvimentistas, capitaneadas por um Estado revitalizado após a avalanche neoliberal dos anos noventa? Em caso de resposta afirmativa, qual o papel das políticas sociais nesta nova etapa? Como se articularão com as demandas por crescimento econômico e com a estruturação democrática em sociedades marcadas por legados históricos de autoritarismo? Qual o papel das políticas sociais e como estas seriam afetadas em um contexto de maior crescimento econômico, que acaba por acentuar os esforços por integração regional e articulações internacionais mais amplas? A partir deste conjunto de questões, Draibe e Riesco montam um panorama desse novo momento, marcado pela convergência entre economia e políticas sociais.

Os autores são *experts* na área de políticas sociais e análise de sistemas de proteção social. Sônia Draibe é professora de Ciência Política

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

do Instituto de Economia da UNICAMP e investigadora sênior do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas desta universidade (NEPP-UNICAMP). Manuel Riesco é economista e vice-diretor do *Centro de Estudios Nacionales de Desarollo Alternativo* (CENDA) no Chile, além de consultor internacional de várias instituições, dentre elas a *United Nations Research Institute for Social Development* (UNRISD), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Esta publicação é editada pela Fundação Carolina, instituição espanhola voltada à cooperação entre os países ibéricos em questões relacionadas a desenvolvimento social e econômico. A análise é desenvolvida em cinco capítulos, além da introdução.

A parte introdutória do documento é central, pois é nela que são apresentados os argumentos teóricos e analíticos que fundamentarão a discussão subsequente. O ponto de partida é a análise das dinâmicas de interação entre as duas macro-políticas que influenciaram de maneira decisiva no desenho dos sistemas de proteção social na América Latina ao longo do século XX: o modelo desenvolvimentista e o neoliberal. O passo seguinte é a análise do legado das políticas desenvolvimentistas e neoliberais na conformação das novas estratégias de desenvolvimento. Destaca-se aqui o argumento dos autores de que algumas características chave do desenvolvimentismo permaneceram, em uma espécie de trajetória dependente (no sentido de *path dependence*), "por dentro" da estratégia neoliberal, ainda que a ênfase principal desta fosse o desmanche do Estado desenvolvimentista. Seguindo em uma senda teórica que remete ao institucionalismo histórico, os autores afirmam que certas tendências que já haviam sido impulsionadas no período desenvolvimentista seguiram presentes ao longo do período neoliberal: a aceleração da urbanização e da transição demográfica, a consolidação de elites empresariais modernas, o crescimento das massas assalariadas urbanas, a elevação do nível de escolaridade da população, a melhoria das condições de saúde, dentre outras. Contudo, Draibe e Riesco ressaltam que o último período dei-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

xou suas marcas nas sociedades latino-americanas: ambiente altamente favorável a empresas e investimentos estrangeiros, dependência dos fluxos financeiros externos, padrões modernos de vida e de serviços sociais destinados às classes média e alta, além de, no plano dos valores e das idéias, a emergência de novas visões referentes ao Estado, à economia, à liberdade, e às relações entre Estado e sociedade. No plano político, a "terceira onda de democratização" impulsionou a estabilização dos regimes democráticos e a criação de canais possibilitando a participação da sociedade nas discussões sobre políticas públicas.

A questão chave, a partir dessas considerações, passa a ser relativa ao que aconteceu com os sistemas de proteção social latino-americanos a partir da experiência neoliberal. Dois pontos são destacados: se, por um lado, houve efeitos negativos no que tange à provisão social, por outro, houve significativa melhora em matéria de eficiência e efetividade dos serviços sociais públicos, além do aumento da cobertura e da qualidade em áreas como educação e saúde. Porém os autores deixam muito claro que, mais do que procurar aspectos positivos ou negativos, é importante ressaltar a relativa incapacidade dos sistemas de proteção social latino-americanos em oferecer efetiva proteção contra os riscos sociais que mais fortemente ameaçam as pessoas atualmente.

Neste ainda incipiente "terceiro momento histórico", quando desenvolvimentismo e neoliberalismo dão lugar a algo diferente, é possível observar três mudanças importantes relativas aos sistemas de proteção social: 1) uma alteração ainda embrionária, mas já perceptível, dos entendimentos estreitos e limitados de pobreza e inclusão social, para conceitos mais amplos de solidariedade e coesão social; 2) em relação às estratégias de luta contra a pobreza, a centralidade dos programas de transferência de renda, como mecanismos suplementares aos programas universais de educação e saúde e 3) os impactos da descentralização e o maior prota-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

gonismo, autonomia e capacidade institucional das cidades na gestão das políticas sociais. Para os autores, essas mudanças podem ser consideradas indicadores importantes da nova agenda social emergente, na qual os programas sociais funcionam como estimuladores do crescimento econômico, com destaque para programas ativos de expansão do mercado de trabalho, bem como o papel central desempenhado pelos fundos de pensão. Além disso, destacam a conformação de uma agenda social do MERCOSUL, na qual a noção de integração regional ganha importância crescente e se articula com as políticas sociais, principalmente no aspecto da cooperação entre cidades. É a partir destas considerações analíticas básicas que os autores vão apresentar cinco estudos que compõem o livro.

O primeiro capítulo trata das estratégias de desenvolvimento ao longo de um século de transformações sociais na América Latina. A idéia básica, aqui, é de que a nova agenda social latino-americana é mais bem compreendida quando enquadrada no quadro mais amplo de desenvolvimento social e econômico que parece estar sendo implementado na região. A América Latina encontrar-se-ia em um processo de transformação sócio-econômica, deixando para trás uma estrutura agrária e assumindo uma face moderna e urbana. Possui dois dos maiores centros urbanos do mundo (São Paulo e Cidade do México), e a transição demográfica continua a pleno vapor. Porém, como os autores deixam bem claro, esse processo de transformação é caracterizado por "diferentes tempos ao longo da mesma falha tectônica". Em torno de 10% da população estaria vivendo em países com nível baixo ou moderado de transição demográfica (Bolívia, Haiti, El Salvador, Honduras, por exemplo), a maior parte (75%) em países em plena transição (Brasil, México, Colômbia, Costa Rica e Suriname) e, por volta de 15%, em países que se encontram em uma etapa já avançada do processo (Uruguai, Argentina, Cuba, Chile, dentre outros). Os países do último grupo apresentam níveis de gasto público

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

social entre cinco e quatorze vezes maior que os observados no primeiro grupo. Contudo, o argumento dos autores é que "todos os caminhos levam a Roma". Ou seja, os países latino-americanos percorreram diversas rotas, cada uma delas conduzindo às "diferentes modernidades atuais", conforme o termo que tomam emprestado de Goran Therborn, (1995).

Comum à grande diversidade de caminhos percorridos pelos diferentes países é o fato de que os Estados encabeçaram a marcha, e o fizeram por meio de duas estratégias que se sucederam. Por volta dos anos vinte e trinta do século passado, principalmente após os efeitos da Grande Depressão, a maioria dos Estados assume o desafio de levar progresso econômico e social às suas sociedades. Burocracias estatais (muitas vezes militares), apoiadas nas emergentes classes médias urbanas, formaram um bloco de poder que confrontou as elites agrárias tradicionais. Isso afetou de maneira significativa e, em muitos casos, praticamente destruiu as velhas relações agrárias. Ao final desse período, novas instituições haviam emergido, bem como mudanças na própria estrutura social, principalmente a partir de iniciativas como a alfabetização de milhões de camponeses e a criação de novos serviços sociais. São as bases do que os autores denominam o "desenvolvimentismo de bem-estar social latino-americano". No campo econômico, foi construída toda uma infra-estrutura e uma indústria que formaram a base do desenvolvimento subsequente. As últimas décadas do século XX são marcadas pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista e pela adoção, por praticamente todos os Estados da região, das políticas que mais tarde seriam denominadas neoliberais, fundamentadas no que ficou conhecido como *consenso de Washington*. Dois "tipos" de neoliberalismo foram adotados: ao longo dos anos setenta e oitenta, em vários países (o caso mais emblemático é o do Chile), governos militares apoiados por "jovens elites cheias de ódio contra o Estado" promoveram o desmantelamento de várias instituições estatais, principalmente as concernentes às políticas

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

sociais. Foi o período do "neoliberalismo fanático", que afetou menos o Brasil. Já os anos noventa foram marcados por um "neoliberalismo moderado": governos democráticos efetuaram algum desmonte de instituições estatais (destaque-se aqui o papel da Terceira Via), porém aumentaram o gasto público social, que cresceu 40% na década de acordo com relatório das Nações Unidas publicado em 2002. O ponto chave a destacar, a partir da análise das dinâmicas entre desenvolvimentismo e neoliberalismo, é o fato de que as transformações sociais iniciadas no primeiro período continuaram aceleradas no momento seguinte. No início dos anos 2000, os Estados novamente emergem como os atores principais, e a sociedade civil passa a ter papel importante.

No segundo capítulo, é analisada a questão da privatização dos serviços públicos sociais no Chile, exemplo mais paradigmático do "neoliberalismo radical" colocado em prática na América Latina a partir dos anos setenta. Os autores focalizam sua análise sobre dois setores: o previdenciário e educacional. O sistema de aposentadorias e pensões chileno foi privatizado, e tal medida foi apresentada, ao longo dos anos oitenta e noventa, como um modelo a ser seguido por outros países. Pela reforma de 1982, imposta por Pinochet, todos os trabalhadores foram obrigados a contratar planos de previdência privada. A única categoria que continuou no sistema de previdência pública foram os militares. Contudo, a principal consequência desta política foi o fato de que, em finais dos anos noventa, dois terços dos trabalhadores não tinham acesso ao sistema previdenciário que fora privatizado. A partir da segunda metade dos anos noventa, construiu-se um consenso em torno da urgência de reformar esse sistema. Na área das aposentadorias e pensões, segundo Draibe e Riesco, a privatização do sistema resultou em uma gigantesca transferência de recursos que beneficiaram as AFPs (Administradoras de Fundos de Pensão). Os maiores beneficiados pelo sistema acabaram sendo os homens

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

detentores de altos salários, com condições de pagar prêmios suplementares. Já a imensa maioria de aposentados e pensionistas, especialmente as mulheres, foi muito prejudicada. De acordo com as estimativas oficiais, quase metade dos pensionistas jamais acumulariam os fundos necessários para financiar sequer uma pensão mínima (150 dólares mensais).

Na mesma época, os estudantes exigiam a reforma do sistema educacional, que também fora privatizado durante o período Pinochet. Grandes avanços educacionais tiveram origem no sistema educacional público de abrangência nacional, ampliado de maneira extraordinária ao longo dos anos sessenta até 1973. Porém a ditadura de Pinochet levou a cabo um violento desmantelamento daquele sistema. A educação privada foi estimulada e os investimentos públicos em educação foram reduzidos a um mínimo. Os indicadores educacionais de matrícula e gasto por aluno, que vinham melhorando a cada ano até 1973, retrocederam bruscamente ao longo do restante dos anos setenta até meados dos oitenta. A legislação privatizante de Pinochet se mantém até hoje, em ambas as áreas. Para Draibe e Riesco, no entanto, existem indícios da construção de um consenso que destaca a importância do Estado como regulador do mercado e na provisão de direitos sociais. Este consenso emergiu a partir do restabelecimento da democracia no Chile.

O terceiro capítulo é destinado a analisar os alcances e os limites de uma das grandes inovações dos sistemas de proteção social a partir dos anos noventa: os Programas de Transferências Condicionadas (PTCs). Os autores argumentam que tais políticas inovam em uma série de aspectos. Expressam uma preferência por transferências monetárias (*cash benefits*) em uma região onde historicamente havia se firmado a opção por oferta de serviços. Além disso, exigem contrapartidas por parte dos beneficiários, principalmente no que diz respeito às premissas de frequência escolar e cuidados de saúde dos membros jovens das famílias. Isso leva a outra

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

inovação, relativa às possibilidades de fortalecimento dos serviços básicos de saúde e educação, uma vez que há um fator institucional que induz as pessoas a utilizarem estes serviços e exigirem seus direitos sociais básicos. São analisados mais detidamente três dos principais e mais consolidados PTCs da América Latina: Programa Bolsa Família (Brasil), Programa Oportunidades (México) e o Puente/Chile Solidário (Chile). Em que pesem as diferenças de formato e desenho de cada um, os autores chamam atenção para os resultados significativos em termos de melhora no consumo das famílias e de acesso aos serviços sociais fixados como requisitos. Porém os estudos e análises mais recentes ainda não são conclusivos no que diz respeito (1) à efetiva redução da pobreza e (2) ao aumento do capital humano das gerações mais jovens. Os PTCs focalizam os pobres, são implementados através de programas descentralizados e enfatizam a participação de organizações não governamentais.

Inicialmente, esse tipo de programa foi muito criticado, principalmente no que dizia respeito às possibilidades de governos explorarem seu funcionamento de maneira clientelista, reforçando velhos (maus) hábitos políticos há muito estabelecidos na região. Contudo, com o passar do tempo, firmou-se uma visão que reconhece que tais programas constituem uma inovadora tecnologia social, que contribui para introduzir agilidade, busca por padrões de gestão e eficiência e o início de uma cultura de avaliação dos resultados em políticas sociais. A conclusão geral da análise é que os PTCs parecem ter "chegado para ficar", e se inscrito como componentes fundamentais das novas estratégias de desenvolvimento econômico e social na América Latina. Além disso, possuem uma característica também inovadora de induzir a uma maior articulação entre as diversas áreas de políticas sociais. No limite, os PTCs constituiriam o que os autores definem como "políticas integrais", orientadas pelos princípios de multidimensionalidade, focalização, participação e centralidade

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

da família. Pode-se indagar, em pesquisas futuras, em que medida e em que condições os PTCs poderão integrar, de forma permanente, a nova agenda social que parece emergir na América Latina.

A questão dos "novos atores" do desenvolvimento social é o tema geral do quarto capítulo. Nesta análise, o conceito de cooperação descentralizada tem importância central e é destacado o papel dos governos locais como agentes fundamentais no contexto dos sistemas de proteção social. As cidades assumem maior protagonismo e autonomia nos processos de tomada de decisão relativos a políticas sociais, e passam a integrar redes internacionais articuladas em torno do tema da redução da pobreza. Para os autores, isso constitui uma novidade digna de nota. Outra novidade é a própria reconceituação do conceito "pobreza", que passa a ser compreendido a partir de um enfoque mais amplo, que vai muito além da simples avaliação do nível de renda e da distinção tradicional entre pobreza relativa e pobreza absoluta. A pobreza passa a ser percebida a partir de um enfoque baseado nos direitos, em cujo núcleo estão os conceitos de igualdade e equidade, assim como a noção de igualdade de oportunidades.

Nos contextos democráticos que emergem a partir dos anos oitenta e noventa, a luta contra a pobreza passa a se inscrever no marco dos direitos sociais e humanos, que são garantidos, em última instância, pelo Estado. A orientação teórica por trás dessa nova orientação remete à abordagem das capacidades e do desenvolvimento humano de Amartya Sen, onde é introduzida uma visão positiva sobre as possibilidades de desenvolvimento dos pobres e de expansão de suas liberdades. Outro enfoque teórico complementar é o relativo à noção de capital social, conforme desenvolvido por Robert Putnam. O objetivo final passa a ser, para além da simples erradicação da pobreza, a busca pela coesão social. Nesse sentido, vão surgindo novas institucionalidades em que a cooperação descentralizada e o novo papel das cidades são fatores fundamentais. Programas

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

orientados pelo protagonismo de coletividades locais, pela ação em rede e pela mobilização para o desenvolvimento passam a ser implementados e incentivados por instâncias supranacionais como BID, Banco Mundial e União Europeia. Os autores descrevem e analisam vários programas baseados nessa nova concepção de desenvolvimento local e de coesão social, em países como Argentina, México, Chile, dentre outros. No Brasil, o caso analisado é o do Programa Favela-Bairro, no Rio de Janeiro, descrito como "um mega-programa de intervenção multisetorial". No que diz respeito à possibilidade de criação de coesão social, é citado um exemplo de fora da América Latina: a experiência do *L'Hopitalet de Llobregat,* na região metropolitana de Barcelona. O interessante desta experiência é o fato de ela constituir "um exercício de participação compartilhada dentro do município e entre instituições locais", e de estar obtendo relativo sucesso no que diz respeito à integração de grupos de migrantes como *nuevos cidadanos,* através de programas de participação cidadã e de busca pela melhora da qualidade dos serviços públicos.

Finalmente, o capítulo cinco analisa os novos espaços de desenvolvimento social e destaca que estes são baseados nas noções de desenvolvimento econômico, proteção social e integração regional. O ponto de partida e fio condutor da análise é sintetizado na frase que abre o capítulo: "Um novo modelo de Estado desenvolvimentista parece estar nascendo na América Latina." O que acontece atualmente na região guardaria forte similitude com o que Estados Unidos, Europa ocidental e outras nações desenvolvidas experimentaram ao longo da "era dourada" que sucedeu ao fim da II Guerra Mundial. Partindo dessas observações, e fundamentados em amplas investigações empíricas, os autores se dedicam a realizar algumas projeções e traçar alguns cenários possíveis para o próximo período.

A América Latina apresenta uma população de aproximadamente 600 milhões de pessoas, podendo chegar a um bilhão em meados do

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

século XXI. As populações se encontram em plena transição demográfica, sendo que, em duas ou três décadas, a grande maioria terá adquirido a condição de plena cidadania, com padrões de serviços de saúde melhores que os atuais, educação básica de qualidade aceitável e boa parte das populações tendo acesso à educação superior. Nesse contexto, a região poderá experimentar uma nova condição de soberania. Uma vez tendo alcançado tal nível de desenvolvimento, as demandas por integração regional serão cada vez mais intensas.

O ponto chave destacado pelos autores é que os desafios enfrentados por uma América Latina em rápida modernização excedem em muito as dimensões de suas repúblicas atuais. O sonho de "libertadores da América" como Bolívar e San Martin, de uma América Latina mais integrada, poderá enfim realizar-se. Porém existem grandes desafios, dentre eles, a "atração gravitacional exercida pela gigantesca massa ao norte". O PIB atual da América Latina fica em torno de 40% do PIB estadunidense. A força do poderoso vizinho do norte é um fator constante de ameaça a iniciativas que visem ao reforço do MERCOSUL ou de outras bases de integração como a UNASUL, proposta pela Venezuela. Mas, apesar dos desafios, o caminho "longo e sinuoso" parece conduzir a uma maior integração. Nesse sentido, a questão que se coloca é relativa à agenda social do MERCOSUL, que é o acordo que mais avançou, em que pesem os acordos bi-laterais com os Estados Unidos, como o do Chile, e a cobertura midiática, que parece preferir noticiar as dificuldades da integração e não os avanços. A superação dos obstáculos requer, segundo os autores, a ação coordenada de "padrinhos poderosos", comprometidos com a idéia de integração. Dentre estes, são destacados como potenciais aliados as burocracias estatais latino-americanas, as grandes cidades europeias, em especial as capitais, com seus programas de cooperação, o empresariado "moderno" latino-americano, intelectuais e artistas e, por último, mas não menos importante, trabalhadores assalariados, pobres urbanos e camponeses.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

Uma das conclusões gerais a que se chega a partir da leitura do livro é o fato de a América Latina encontrar-se em meio a uma trajetória em direção à construção de um novo modelo de Estado, que articule proteção social com crescimento econômico, em um ambiente democrático no qual a participação da sociedade nos processos de tomada de decisão seja incentivada. As políticas sociais, que foram parte integral do projeto desenvolvimentista, neste momento voltam a ter relevância, mas carregando uma espécie de "legado positivo" do período neoliberal. O paradigma emergente, por óbvio, se afasta radicalmente dos preceitos do Consenso de Washington. Contudo, noções de responsabilidade fiscal, tecnologias de avaliação, relações entre atores públicos e privados, dentre outras, permanecem como componentes importantes das novas estratégias de desenvolvimento econômico e social. Este ponto é discutido de maneira muito mais aprofundada em um outro livro de Draibe e Riesco, publicado no contexto de uma série editada pela UNRISD. Tal série, denominada *Social Policy in a Developmental Context,* ainda não tem tradução para o português, infelizmente. O livro em questão é *Latin America: A New Developmental Welfare State Model in the Making?* (2007). Nele são lançadas as bases analíticas para o conceito de "Estado de Bem-estar Social Neodesenvolvimentista." A América Latina encontra-se em uma encruzilhada e, para os autores, este parece ser o caminho para onde ela se encaminha.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 410-424

Latin America at the crossroads: a new social agenda at the dawn of the 21st century?

Review: DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. **El Estado de bienestar social en América Latina:** una nueva estrategia de desarrollo. Madrid, España: Fundación Carolina, CeALCI, 2009.

Abstract

In this beginning of the 21st century, Latin America is experiencing a moment of redefinition of governmental policies, in regard to social policies and social protection systems. Within a context marked by electoral victories scored by leftist and center-left leaders, one can perceive the search for new strategies and models of economic growth and integration into the international arena, as well as the definition of a new social agenda. This is the central thesis discussed by Sônia Draibe and Manuel Riesco in *El Estado de bienestar social en América Latina: Uma nueva estratégia de desarrollo* (The state of social welfare in Latin America: a new development strategy). According to the authors, the region is in the midst of a trend toward the construction of a new state model that combines social protection with economic growth. This new development strategy that seems to be emerging brings together the legacies of both the development policies and the neoliberal policies that were in vogue in the region throughout the 20th century.

Keywords: Welfare State. Latin America. Sônia Draibe. Manuel Riesco. Development strategies.

Referências

RIESCO, Manuel (Ed.). **Latin America:** a new developmental welfare model in the making? London: UNRISD/Palgrave-Macmillan, 2007.

THERBORN, Goran. **European Modernity and Beyond.** The Trajectory of European Societies, 1945-2000. Londres: SAGE, 1995.

Recebido em: 05/04/2011

Aceite final: 12/05/2011